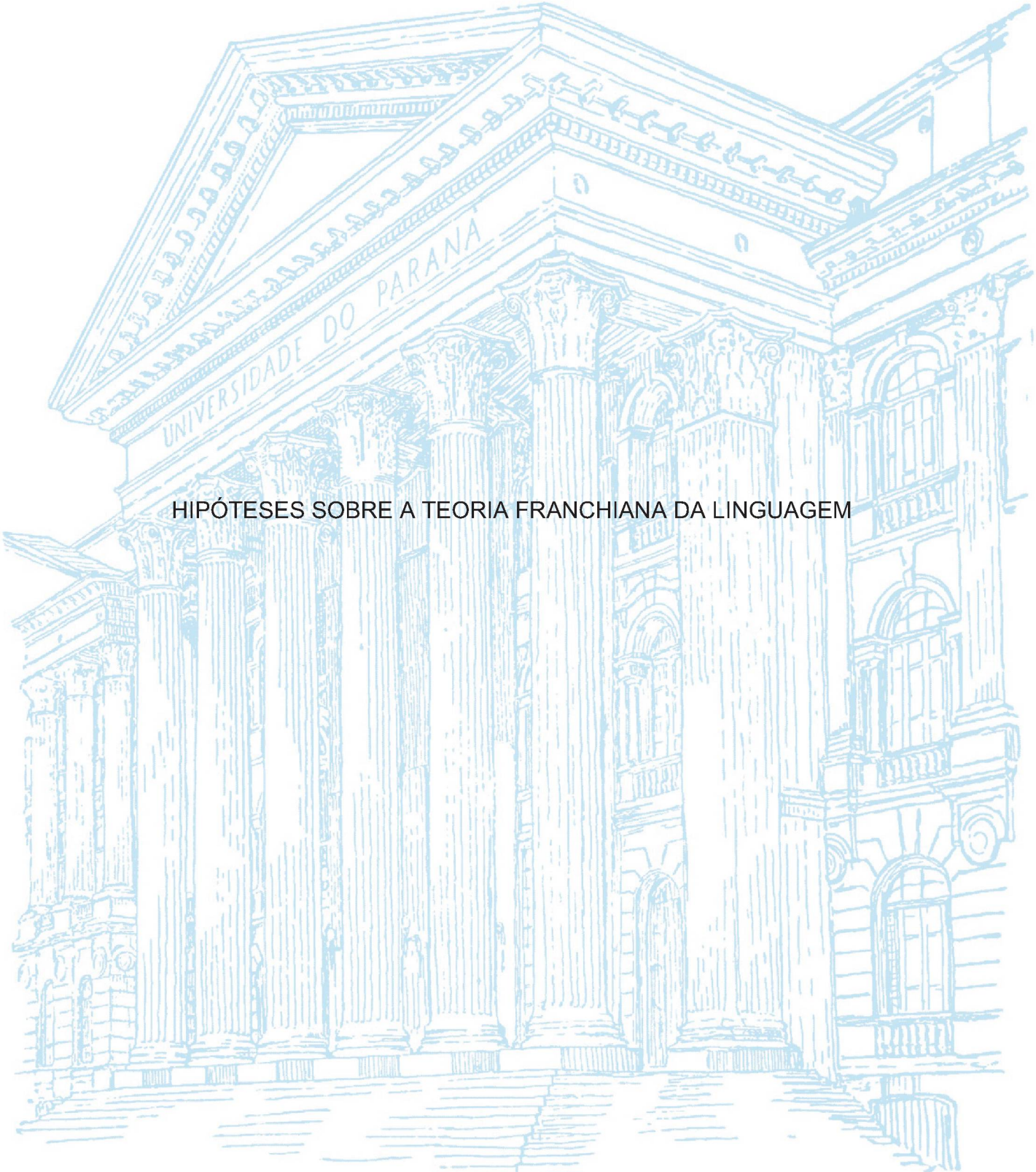
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DIOGO SIMÃO



HIPÓTESES SOBRE A TEORIA FRANCHIANA DA LINGUAGEM

CURITIBA

2020

DIOGO SIMÃO

HIPÓTESES SOBRE A TEORIA FRANCHIANA DA LINGUAGEM

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração: Estudos Linguísticos; Linha de Pesquisa: Estudos Gramaticais: descrição, análise, teoria, meta-teoria e historiografia; Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Lígia Negri.

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Simão, Diogo
Hipóteses sobre a teoria franchiana da linguagem. / Diogo Simão. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.
Orientadora : Profª. Drª. Ligia Negri

1. Franchi, Carlos, 1932-2001 – Crítica e interpretação. 2. Linguagem e línguas. 3. Semântica. 4. Linguistica. I. Negri, Lígia, 1953-. III. Título.

CDD – 469.5

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIENCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS - 40001016016P7

ATA Nº1006

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM LETRAS

No dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte às 14:00 horas, na sala video-conferência, R. General Carneiro, nº 460 - Ed. D. Pedro I, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese do doutorando **DIOGO SIMAO**, intitulada: **HIPÓTESES SOBRE A TEORIA FRANCHIANA DA LINGUAGEM**, sob orientação da Profa. Dra. LIGIA NEGRI. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: LIGIA NEGRI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), JEAN CARLO KURPEL DIOGO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR), TERESA CRISTINA WACHOWICZ (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ROBERTA PIRES DE OLIVEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA), JOSE BORGES NETO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, LIGIA NEGRI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 27 de Maio de 2020.

Assinatura Eletrônica
27/05/2020 18:33:55.0
LIGIA NEGRI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
27/05/2020 18:18:48.0
JEAN CARLO KURPEL DIOGO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR)

Assinatura Eletrônica
27/05/2020 18:28:43.0
TERESA CRISTINA WACHOWICZ
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
27/05/2020 19:01:20.0
ROBERTA PIRES DE OLIVEIRA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica
27/05/2020 18:27:38.0
JOSE BORGES NETO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIENCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS - 40001016016P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **DIOGO SIMAO** intitulada: **HIPÓTESES SOBRE A TEORIA FRANCHIANA DA LINGUAGEM**, sob orientação da Profa. Dra. LIGIA NEGRI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Maio de 2020.

Assinatura Eletrônica
27/05/2020 18:33:55.0
LIGIA NEGRI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
27/05/2020 18:18:48.0
JEAN CARLO KURPEL DIOGO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR)

Assinatura Eletrônica
27/05/2020 18:28:43.0
TERESA CRISTINA WACHOWICZ
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
27/05/2020 19:01:20.0
ROBERTA PIRES DE OLIVEIRA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica
27/05/2020 18:27:38.0
JOSE BORGES NETO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 42243
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 42243

A Rita, que foi quem se ocupou (e se ocupa) de mim nesses anos todos.

AGRADECIMENTOS

A Lígia Negri, minha orientadora e responsável pelo que de melhor se produziu nesta tese. Tive o privilégio e a sorte, neste doutorado, de ter uma orientadora que sempre me deu suporte, que aceitou a empreitada de estudar comigo um linguista da envergadura de Carlos Franchi, e que, mais importante que tudo, sempre me apoiou nos caminhos (tortuosos, há que se dizer) que eu fui escolhendo no decorrer desses quatro anos de trabalho.

A Teresa Cristina Wachowicz, que me forjou linguista ao longo desses anos de vida acadêmica; sempre presente nos momentos mais importantes para mim, foi quem me acolheu nos grupos de estudo, quem me orientou na iniciação científica, quem me orientou na conclusão da graduação, quem participou da minha banca de mestrado e quem participa desta banca de doutorado (e para quem espero ser sempre motivo de orgulho).

A José Borges Neto, que topou participar da banca de defesa desta tese e que foi o professor que me deu a primeira aula no curso de Letras, lá atrás, na disciplina de Linguística I. Não seria um exagero dizer que foi nessa aula de introdução à Linguística que o meu interesse por semântica, por linguística formal e por filosofia da linguística surgiu.

A Roberta Pires de Oliveira, que topou participar da banca de defesa desta tese e que tem me ensinado semântica formal desde muito cedo – por meio das leituras, por meio das aulas; digo porque não apenas os nominais nus foram das primeiras coisas com as quais tive contato na iniciação científica, como também a disciplina sobre os adjetivos foi provavelmente a primeira que eu fiz envolvendo semântica formal.

A Jean Diogo, que topou participar da banca de defesa desta tese e que, mesmo antes, contribuiu com discussões sobre computação, matemática, modelos, teoria científica. Boa parte delas aparecem, de uma maneira ou de outra, no decorrer deste texto.

A Rodrigo Tadeu Gonçalves, que topou ler essa tese na qualificação, com críticas e observações essenciais para que esse texto tenha tomado a forma que tomou.

A Waltencir Alves de Oliveira, que mostrou e que mostra, da maneira mais familiar que existe, que a vida é travessia e nem não é muito perigosa. A Cindy Santos Luiz, minha irmã não consanguínea. A Érico Leonel, que tem topado, há muito mais tempo que todos, ter essa coragem de ser meu amigo. A João Curti, dos amigos o mais recente, mas dos mais valiosos.

A Júlio Cezar Marques, amigo precioso que nunca desistiu de me aturar nessa última década de convivência (e que se dispôs a ler a versão final deste trabalho, com a maior boa vontade do mundo). A Patrícia Maeso Ar, amiga e professora que tem me ensinado, continuamente, a ser alguém melhor. A Giovana Zaleski, amiga com a maior disposição do mundo nessas muitas horas de café, música e conversa. A Hugo Ladeira, amigo que tem tido essa quantidade inesgotável de bondade e de tempo e de disposição. A Gabi, amiga com uma paciência inexplicável para lidar, nesses mais de quatro anos de parcerias e projetos, com uma pessoa completamente deslocada da realidade. A Layana Christine, amiga que faz esses tempos de pesquisa serem sempre muito mais leves.

A Denise Mazocco, que topou a empreitada não apenas de ler esta tese em um intervalo curtíssimo de tempo, mas de fazer considerações e críticas que, como sempre, se revelaram essenciais para que o texto funcionasse.

A João Carlos Simão, sem o qual eu não seria nada. A Lucimara de Fátima Apolinário, sem a qual eu seria menos ainda.

A Pós-graduação em Letras da UFPR e a CAPES/CNPq, que deram a estrutura e o acolhimento necessários para que este projeto acontecesse.

Forjar: domar o ferro à força,
Não até uma flor já sabida,
Mas ao que pode até ser flor
Se flor parece a quem o diga.

(João Cabral de Melo Neto)

RESUMO

Este trabalho é um estudo da obra de Carlos Franchi. Franchi foi um linguista brasileiro que propôs, nos anos 1970, uma teoria funcional da linguagem. Essa teoria se desenha, mais especificamente, em sua tese de doutorado *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*, defendida em 1976 sob orientação de Marcelo Dascal. No centro dessa teoria está a investigação sobre o problema da significação das línguas naturais. Para Franchi, sintaxe e semântica se relacionam e são interdependentes, mesmo co-dependentes, dentro do funcionamento complexo das línguas naturais. O funcionamento, nesse caso, envolve especialmente a noção de função e a ideia de que uma teoria da linguagem deve atender, ao mesmo tempo, ao crivo da situação e do formalismo. Dessa forma, a teoria franchiana é uma teoria que propõe a formalização de algo que se altera por contexto; é, portanto, uma teoria dinâmica da linguagem. Essa formalização usa, como ferramenta, a Lógica Combinatória de Curry e Feys. Para compreender melhor as ideias franchianas, partimos de a) um panorama histórico-biográfico e b) suas concepções de linguagem, ensino e ciência. Sobre o panorama histórico, traçamos uma biografia de Franchi, entrecortando sua trajetória com informações sobre o contexto em que ele estava inserido. Sobre suas concepções de linguagem, ensino e ciência, nossa exposição se valeu de relações que o pensamento franchiano estabelece com outros teóricos, principalmente a relação com Wilhelm von Humboldt, Mario Bunge, Jean Piaget, Antoine Culioli, Jean Cavaillès, Simon Schwartzman e Sebastian Shaumyan. São autores que auxiliam na leitura e no entendimento da obra de Franchi. Também exploramos sua influência em uma geração de linguistas que empreenderam um trabalho sobre diversos campos da linguística utilizando suas concepções de atividade constitutiva, indeterminação da linguagem; investigamos como esses conceitos aparecem nos trabalhos de José Borges Neto, Maria Irma Coudry, Sírio Possenti, Lígia Negri, Regina Céli Moraes Withaker Franchi, João Wanderley Geraldi, e Márcia Cançado. Além disso, trouxemos, como anexo, uma edição redigitada de *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*. Dessa forma, este trabalho funciona também como uma espécie de guia de leitura da tese de doutorado de Franchi.

Palavras-chave: Carlos Franchi. Teoria funcional da linguagem. Atividade Constitutiva. Indeterminação da linguagem. Criatividade. Ensino. Pesquisa.

ABSTRACT

This work is a study of the work of Carlos Franchi. Franchi was a Brazilian linguist who proposed, in the 1970s, a functional theory of language. This theory is drawn, more specifically, in his doctoral thesis Hypotheses for a Functional Theory of Language, defended in 1976 under the guidance of Marcelo Dascal. At the center of this theory is research on the problem of the meaning of natural languages. For Franchi, syntax and semantics are interrelated and interdependent, even codependent, within the complex functioning of natural languages. The functioning, in this case, involves especially the notion of function and the idea that a theory of language must attend, at the same time, to the sieve of the situation and formalism. Thus, the franchian theory is a theory that proposes the formalization of something that changes by context; it is, therefore, a dynamic theory of language. This formalization uses Curry and Feys' Combinatory Logic as a tool. To better understand Franchising ideas, we start from a) a historical overview and b) their conceptions of language, teaching and science About the historical-biographical panorama, we draw a biography of Franchi, cutting his trajectory with information about the context in which he was inserted. Regarding their conceptions of language, teaching and science, our exhibition made use of relationships that franchian thought establishes with other theorists, mainly the relationship with Wilhelm von Humboldt, Mario Bunge, Jean Piaget, Antoine Culioli, Jean Cavaillès, Simon Schwartzman and Sebastian Shaumyan. They are authors who assist in reading and understanding Franchi's work. We have also explored its influence on a generation of linguists who have undertaken work on various fields of linguistics using their conceptions of constitutive activity, language indeterminacy; we investigate how these concepts appear in the works of José Borges Neto, Maria Irma Coudry, Sírio Possenti, Lígia Negri, Regina Céli Moraes Withaker Franchi, João Wanderley Geraldi, and Márcia Cançado. In addition, we brought, as an attachment, a rewritten edition of *Hypotheses for a Functional Theory of Language*. Thus, this work also serves as a kind of reading guide for Franchi's doctoral thesis.

Key words: Carlos Franchi. Functional language theory. Constitutive activity. Indeterminacy of language. Creativity. Education. Research.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **12**

CAPÍTULO 1 – O SUJEITO FRANCHI **18**

1. UM ESBOÇO DE BIOGRAFIA 20
2. PASSAGENS 34
   - *2.1. A passagem pelas Letras* *34*
   - *2.2. A passagem pela política* *37*
   - *2.3. A passagem pelo Direito* *38*
3. TRANSIÇÃO E PERMANÊNCIA NA LINGUÍSTICA 40
   - *3.1. A transição para a linguística* *40*
   - *3.2. Unicamp e Abralin* *42*
4. RESUMO DO CAPÍTULO 47

CAPÍTULO 2 – FRANCHI; O PENSADOR SOBRE A LINGUAGEM **50**

1. A CONCEPÇÃO DE ATIVIDADE CONSTITUTIVA 51
2. A CONCEPÇÃO DE INDETERMINAÇÃO DA LINGUAGEM 55
3. A CONCEPÇÃO DE CRIATIVIDADE 60
4. A CONCEPÇÃO DE ENSINO 69
5. A CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA 81
6. RESUMO DO CAPÍTULO 91

CAPÍTULO 3 – UMA TEORIA FUNCIONAL DA LINGUAGEM **93**

1. PRÓLOGO OU NOTAS SOBRE FUNCIONALISMO: NOÇÕES DE FUNÇÃO 94
   - *1.1. Funcionalismo na linguística* *95*
   - *1.2. Uma introdução à noção de função* *98*
2. O SUJEITO NA TEORIA 115
   - *2.1. Reação ao regime militar* *115*
   - *2.2. Herança na pesquisa linguística brasileira* *119*
3. A LINGUAGEM NA TEORIA: UM SISTEMA TRIANGULAR 142
   - *2.1. O sistema semântico* *147*
   - *2.2. O sistema sintático* *151*
   - *2.3. O sistema discursivo* *163*
4. RESUMO DO CAPÍTULO 165

CONCLUSÃO **167**

REFERÊNCIAS **173**

ANEXO **191**

HIPÓTESES PARA UMA TEORIA FUNCIONAL DA LINGUAGEM (1976) **191**

Introdução

Esta tese é um estudo sobre o linguista, professor, advogado, político, poeta, músico, diretor e sujeito Carlos Franchi[1].

Franchi foi um linguista brasileiro que propôs uma teoria funcionalista[2] para a linguagem. Essa teoria foi desenhada em sua tese de doutorado *Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem*, publicada em 1976, que é elemento fundamental de nossa discussão e exposição neste trabalho de duas formas distintas: na primeira parte de nossa tese, procuraremos expor o debate teórico no qual Franchi se inseriu para produzi-la; na segunda parte, apresentaremos uma reedição desse texto de Franchi.

O que defendemos neste trabalho é que não é possível dissociar seu trabalho sobre linguística de sua história. Isso porque o próprio Franchi, em suas reflexões sobre a linguagem, entende que a relação entre sujeito, linguagem e mundo é uma relação indissociável. A linguagem, para ele, é não só *atividade constitutiva* que estrutura a experiência do sujeito e permite a esse sujeito expressar suas experiências, mas é também indeterminada semanticamente, e essa indeterminação tem a ver com o fato de que a linguagem e o sujeito estão situados em um determinado contexto histórico e social; contexto que não pode escapar desse sujeito de maneira alguma.

Num sentido geral, Franchi era um rebelde. Rebelde contra um governo truculento, rebelde contra uma educação engessada, rebelde contra uma pesquisa infrutífera, rebelde contra uma teoria linguística unilateral. Dessa forma, assumimos também neste trabalho que a trajetória de vida de Franchi exerce influência sobre suas concepções a respeito da linguagem, do ensino e da pesquisa. A pergunta que se impõe seria: como sua vida se relaciona com sua teoria, e o como sua teoria se relaciona com sua vida?

---

[1] Vale mencionar aqui uma certa dificuldade em enquadrá-lo como isto ou aquilo, como linguista ou como professor, como advogado ou como vereador, dada a diversidade da sua atuação. No decorrer do trabalho, acabaremos usando várias dessas nomeações. Isso porque, mesmo que nosso foco seja a linguística, sabemos que a linguística franchiana não se dissocia da educação, tampouco da política.

[2] Sabemos das complicações que o termo funcionalismo levanta em linguística, dada a quantidade de teorias linguísticas funcionalistas que existem hoje. Trataremos de discutir essa problemática no capítulo dois.

Para debater essas relações, organizarmos o trabalho em três capítulos. Em todos os três, utilizaremos a história de Carlos Franchi, do Brasil e das teorias linguísticas; aliás, utilizaremos as teorias linguísticas sempre que estas nos ajudarem a compreender algum aspecto da obra de Franchi.

Aos capítulos.

No primeiro, apresentaremos uma exposição da biografia de Franchi. Trataremos, pois, do sujeito Carlos Franchi. Onde ele nasceu. Sua formação, em Direito e Letras. Sua atuação tanto como advogado quanto como professor. Sua incursão na política. A perseguição que sofreu durante o Regime Militar. Sua transição para a linguística, que se deu no exterior com o objetivo de criar uma graduação em linguística na Universidade de Campinas (UNICAMP), então, uma universidade emergente. Sua atuação fundamental na criação desse curso. Seus poemas. O que buscamos é, portanto, apresentar ao leitor um sujeito histórico, ou seja, quais seriam os *sistemas de referência*, emprestando um termo que o próprio Franchi usa ao falar da linguagem, por trás do linguista. Dessa forma, entendemos como pertinente pincelar um Brasil para o leitor, levantando algumas informações sobre a história do país, que servirão para que entendamos melhor o linguista sob o nosso enfoque.

No segundo capítulo, traçaremos um percurso sobre sua teoria da linguagem. Partiremos de uma breve apresentação sobre as ideias a respeito de funções, discutidas por Franchi; lembremos, sua teoria é uma teoria funcional. Dessa forma, como as funções são parte essencial da teoria franchiana, a discussão sobre a delimitação do termo, do que a palavra *função* significa para a teoria e para a tradição é, portanto, cara a Franchi; como veremos, os termos *função* e *funcionalismo* são uma espécie de guarda-chuva na linguística. O termo é importante, claro, porque a abordagem de Franchi entende a funcionalidade da linguagem no sentido não apenas de para quê a linguagem serve, discussão que está presente em linguistas como Bühler e Jakobson (JAKOBSON, 2010), mas também das relações que geram suas estruturas, discussão que está presente em linguistas como Hjelmslev e Shaumyan (SHAUMYAN, 19--, 1987, 2006a, 2006b; SHAUMYAN; HUDAK, 1997).

Isso feito, seguiremos para a concepção franchiana de linguagem como atividade constitutiva, recuperando seu diálogo com o modo como Humboldt,

filósofo alemão do século XIX, concebe a linguagem (HUMBOLDT, 1936, 2002, 2006, 2009).

Em seguida, passaremos à discussão sobre criatividade, estabelecendo um paralelo com o construtivismo de Piaget (PIAGET, 1978a, 1978b, 1978c, 1978d, 1995, 1996; PIAGET; GARCIA, 2011).

Depois, apresentaremos o modo como isso resulta na proposta que Franchi tem para o ensino de gramática e de redação, que considera a linguagem e o sujeito como estão numa relação indissociável. Adiantando que isso parte do argumento de que a reflexão sobre a linguagem se dá, para ele, por meio de atividades linguísticas que vão do intuitivo ao mais sistemático, julgamos que esse seria um bom momento para apresentar os conceitos de atividades linguística, epilinguística e metalinguística, tomados da linguística enunciativa de Culioli (CULIOLI, 1968, 1995, 1999a, 1999b, 2000).

Apresentaremos e discutiremos, ainda no segundo capítulo, o programa de Franchi a respeito da formação do pesquisador na área de humanas para as universidades brasileiras. Linguagem, ensino e pesquisa é a tripartição que, defendemos, engloba a teoria franchiana.

Terminaremos o capítulo com uma seção que é, na verdade, uma digressão sobre os problemas que envolvem as palavras "função" e "funcionalismo" na linguística. Essa questionamento é feito também por Franchi, inclusive, no início de sua tese.

Aproveitaremos esse gancho – "função" e "funcionalismo" – para, finalmente, no terceiro capítulo, investigarmos as relações entre sua biografia e sua teoria. Nosso objetivo será compreender como sua teoria sobre linguagem, educação e ciência se relacionam diretamente com o contexto histórico no qual está inserido. É nesse capítulo, mais especificamente, que buscaremos apresentar ao leitor a tese de doutorado de Franchi. *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem* é um texto dividido em duas partes. A primeira seria uma resenha crítica das teorias, vamos dizer assim, que pareceram mais interessantes a Franchi; a segunda, a proposta de um modelo para a linguagem.

Nosso objetivo no terceiro capítulo desta tese, levando isso em consideração, é construir, a partir de uma espécie de síntese entre os dois primeiros capítulos que escrevemos, uma apresentação dessas duas partes da tese de Franchi, justo para apresentar ao leitor algo que seja o mais próximo

possível de um "guia de leitura", na falta de um termo melhor, da tese de Franchi; desse modo, faremos uma exposição tanto da discussão que Franchi levanta sobre outras teorias na Parte 1 quanto da teoria funcional da linguagem presente na Parte 2 de *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*.

Um adendo: a segunda parte da tese de Franchi tem uma fama bastante ingrata de ser "impossível de ler", dado que o modelo franchiano se apropria de um formalismo bastante denso; lembrando que estamos lidando, aí, com um modelo formal da linguagem bastante intrincado, a saber, formalizado a partir da lógica combinatória de Curry e Feys. Franchi se apropria desse formalismo via Grize para definir sua Teoria da Funcionalidade.

Esse tipo de lógica não foi selecionado ao acaso; é o mesmo que Shaumyan e Piaget usam, por exemplo, a cujos trabalhos Franchi teve acesso, como se pode verificar em seus textos. De antemão, ressaltamos: não é nosso objetivo aqui escrever um manual de lógica combinatória. Porém, seremos bem sucedidos se, ao final desse capítulo (que deve ser entendido em conjunto com a última seção do segundo capítulo), o leitor estiver munido com o mínimo de ferramentas que o permitam empreender a leitura da tese de doutorado de Carlos Franchi.

Não pretendemos, com este trabalho, esgotar a obra de Carlos Franchi, até porque isto seria impossível – e ingênuo. O que queremos é examinar algumas de suas ideias, o modo como essas ideias revelam um Franchi histórico, fruto de uma época, de um contexto – porém singular, único – e o modo como essas ideias, históricas, influenciaram uma geração de linguistas Brasil afora. Isso porque acreditamos que um linguista brasileiro dessa envergadura deveria ser mais lido e mais estudado pelas novas gerações de linguistas brasileiros.

O pensamento de Franchi emerge de uma série de pensamentos que nem sempre dialogam pacificamente nas teorias linguísticas. Estruturalismo americano e estruturalismo europeu. Gerativismo americano e gerativismo russo. Relativismo e universalismo. Funções e funções. Forma e conteúdo. Sociedade e indivíduo.

Franchi tem um comprometimento excepcional com o rigor científico e com a manutenção do caráter científico de sua teoria linguística. Mas, ao mesmo tempo, não se dissocia jamais de sua verve política, daquela que investiu contra

a opressão de um regime autoritário ou contra uma desigualdade social sistêmica, ambos problemas que nos são muito familiares mesmo atualmente.

Uma observação sobre estilo, antes.

Entendemos – e é importante deixar isso claro – que nossa escrita é, de certa forma, digressiva. Um assunto puxa o outro, que puxa o outro, que eventualmente volta ao tópico. Tentamos escrever esta nossa tese de uma maneira mais fluida, com uma linguagem a mais próxima possível de um português menos erudito, lembrando, sempre, nosso objetivo de alcançar uma possível nova geração de linguistas. Pensando nisso, também, fizemos, ao final de cada capítulo, uma breve seção de conclusão quase didática sobre os pontos que julgamos mais importantes para algum leitor que, eventualmente, precise de algo mais esquemático; mesmo que sem os detalhes da exposição presentes no corpo do capítulo.

Uma outra observação para além do estilo.

Para além de nosso texto, há um anexo. Nesse anexo, disponibilizamos ao leitor uma edição da tese de doutorado de Carlos Franchi. Ela é apresentada no Anexo I, a partir de um processo de recuperação edição e interpretação do texto original. Afirmamos isso porque essa tese existe ou em xerox que eventualmente circula entre os linguistas, ou na biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem – IEL, localizada na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, em São Paulo. Não é, portanto, de fácil acesso.

Gostaríamos de corrigir essa lacuna.

Tendo isso em mente, redigitamos o texto original a partir de uma versão em cópia xerox do texto original. Encontramos dois problemas nesse processo. O primeiro foi que o texto original foi datilografado. Isso significa que vários equívocos ortográficos e gramaticais, daqueles que quem está escrevendo, quando está escrevendo, não percebe que está cometendo. Dessa forma, percebemos algumas redundâncias, alguns equívocos de concordância, algumas descontinuidades com a numeração dos exemplos e das notas de rodapé. Além disso, pelo nosso acesso ter sido ao xerox do xerox do texto, algumas passagens estavam simplesmente ilegíveis, muito provavelmente porque essas passagens estavam já desgastadas no original. Corrigimos problemas de ortografia e de gramática considerando o novo acordo ortográfico. Corrigimos as descontinuidades dos exemplos e das notas de rodapé.

Marcamos trechos que não estavam legíveis. Nesse sentido, nosso trabalho é um guia de leitura da tese de doutorado do professor Carlos Franchi.

Por fim, mas não menos importante, vale ressaltar que a tese de Franchi não apresenta as duas páginas da conclusão; ele chegou a escrever no índice que haveria duas páginas de conclusão, que estão faltando. Checamos na biblioteca do IEL, e o texto original também apresenta essa omissão.

Capítulo 1 – O sujeito Franchi

O jornalista Jayme Martins, em 2009, organizou um livro chamado *Carlos Franchi, o Professor*; nesse livro homenagem, Martins organizou uma série de textos depoimentos de familiares, ex-alunos, amigos, colegas de profissão e pessoas que fizeram parte da vida de Franchi. Martins, na apresentação do livro, conta que Franchi foi "professor, advogado, prócer político, vereador, músico e coralista no plano jundiaiense" (2009, p. 7); foi também "professor e linguista no plano nacional", com especial atenção para São Paulo, mais especificamente Campinas, "onde pontificou como diretor do Instituto de Estudos de linguagem (IEL) e como candidato a Reitor da Unicamp" (2009, p. 7). Por fim, foi também "dirigente do Partido Democrata Cristão" (2009, p. 7).

O objetivo deste capítulo é apresentar um histórico de Carlos Franchi. Ou, melhor dizendo, apresentar uma das várias possíveis narrativas biográficas – a nossa versão – de Franchi. Para isso, fizemos, em primeiro lugar, um breve panorama com informações mais gerais da biografia de Franchi. Depois disso, mencionamos sua passagem pelas Letras e pelo Direito. Em seguida, tratamos um pouco de sua atuação na política. Nosso próximo passo foi comentar sua transição para a linguística. Por fim, focamos em sua atuação na Unicamp, que foi interrompida pela aposentadoria compulsória que o governo de São Paulo lhe impôs (a partir daí, Franchi passou a atuar como professor em diversas universidades, como a Universidade de São Paulo – USP, por exemplo).

Assumindo a tarefa de narrar uma biografia, a composição de nosso texto, neste capítulo, foi feita a partir da extração e da colagem de diversas informações sobre a vida de Franchi que fomos encontrando e coletando durante o curso de nossa pesquisa. Ao mesmo tempo, intercalamos informações sobre o contexto no qual Franchi estava inserido, sobre a história, principalmente a do Estado de São Paulo, sobre os cursos de Letras dos anos 1950, sobre o Regime Militar dos anos 1960, e sobre os cursos de Linguística dos anos 1970, especialmente o curso de Linguística da Universidade de Campinas – Unicamp.

Nossa tentativa foi de a) apresentar ao leitor o Brasil pelo qual Franchi transitou e b) deixar o texto um pouco mais dinâmico.

Boa parte dessas informações sobre Franchi estão na página do Centro de Documentação Cultural "Alexandre Eulálio" - CEDAE[3] e no Caderno Temático[4] publicado pelo Jornal da Unicamp em setembro de 2001. O CEDAE é um centro de documentação que integra o Instituto dos Estudos da Linguagem – IEL, na Unicamp, e que contém vários dos textos e rascunhos e documentos que eram de Franchi e não foram publicados, doados ao CEDAE pela sua esposa, Eglê Franchi. Já o Caderno Temático do Jornal da Unicamp, em uma edição de 2001, recuperou algumas dessas informações em uma edição temática em homenagem a Franchi.

Outras informações, retiramos dos textos depoimentos que constam no já mencionado livro *Carlos Franchi, o Professor*, do jornalista Jayme Martins, publicado em Jundiaí como uma espécie de homenagem a Franchi.

Além das fontes mencionadas nos parágrafos anteriores, utilizamos entrevistas concedidas por seus colegas de profissão: ressaltamos aqui Rodolfo Ilari (2003), Carlos Vogt (2003) e Hakira Osakabe (2003).

Também consultamos Castilho, Ilari e Geraldi (1992).

E, claro, ainda nos valemos de entrevista que o próprio Franchi concedeu. Essa entrevista foi concedida à pesquisadora em historiografia linguística, Cristina Altman, e publicada em 2002 – postumamente – com o título de "Depoimento em 'Primeira Pessoa de Singular'"[5]; a que nos referiremos como Altman (2002).

Já sobre o Brasil do século XX, nossas maiores fontes foram Schwarcz e Starling (2015) e Romanelli (1986). Ressaltamos, aqui, que trataremos desse panorama histórico de maneira generalíssima. Apresentaremos ao leitor informações que tornem possível o desenho de um Franchi histórico, inserido em um certo contexto. Foi com isso em mente que selecionamos Schwarcz e Starling (2015) e Romanelli (1986). Por um lado, Schwarcz e Starling (2015) apresentam uma história do Brasil que se pretende biografia, ou seja, que se

---

[3] O link para acesso à página de Carlos Franchi no CEDAE: http://www3.iel.unicamp.br/CEDAE/guia.php?view=details&id=6c8349cc7260ae62e3b1396831a8398f

[4] O link para acesso à página do Caderno Temático em homenagem a Carlos Franchi feito pela Unicamp: https://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/set2001/unihoje_ju166_tema08.html

[5] Talvez seja interessante deixar o leitor alertado de que, independentemente de a referência ser Altman (2002), os trechos que estamos utilizando são de Franchi.

pretende um esforço de compreender os múltiplos personagens e suas participações na construção do país. Por outro lado, Romanelli (1986) trata da história da educação no Brasil, cobrindo um período que se estende da segunda metade dos anos 1980 até o finalzinho dos anos 1900.

Consideramos, por fim, importante falar que todos esses trabalhos que mencionamos nos últimos quatro parágrafos serviram como espinha dorsal de nosso capítulo. Outros textos, que nos serviram de apoio para o entendimento dos temas e assuntos abordados no capítulo, serão mencionados conforme nossa exposição avance.

1. Um esboço de biografia

Carlos Franchi nasceu em 15 de agosto de 1932 em Jundiaí, município localizado no interior do Estado de São Paulo, a 57 quilômetros da cidade de São Paulo.

O Brasil dessa época via o crescimento dos sindicatos compostos pela classe operária que emergiu do processo de industrialização do país. O que Schwarcz e Starling explicam é que esse processo é um pouco mais antigo; o país já vinha se industrializando desde 1840. Inclusive, o estado de São Paulo, a partir dos 1860, viveria um aumento tal da industrialização que passaria a ser centro industrial do país. Mesmo assim, esse crescimento industrial explodiu mesmo na primeira metade dos 1900. Com isso, a quantidade de operários também aumentou consideravelmente. Segundo Schwarcz e Starling, muitos deles eram imigrantes – italianos, por exemplo – que trouxeram ideais anarquistas. Além disso, a classe operária também acabou por lutar contra as condições de trabalhos pavorosas a que era submetida. Esses operários foram se organizando em sindicatos.

O grande número de operários, os ideais anarquistas e o desejo de melhores condições de trabalho foram, portanto, alguns dos elementos que fizeram com que os operários e, por extensão, os sindicatos configurassem, como é de se imaginar, uma força bastante poderosa que participaria ativamente da formação e do desenvolvimento do Brasil na primeira metade do século 1900 (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 334-342).

Essa participação, inclusive, fez com que o país repensasse sua estrutura educacional, uma vez que, de acordo com Romanelli, a educação passou a ser uma demanda desses operários, que almejavam, logicamente, uma ascensão social que passava pela instrução formal dos filhos.

Foi nesse cenário de desenvolvimento industrial e surgimento de sindicatos que Franchi nasceu e cresceu.

Sobre sua educação formal antes de entrar na faculdade, o que sabemos é: Franchi, que era católico, estudou no Seminário Claretiano de Rio Claro, na cidade de Rio Claro, estado de São Paulo, no final dos anos 1940. Nesse seminário, teve aula de português com o Padre José de Matos. À época, era aluno do ginásio, o que corresponderia à segunda parte do ensino fundamental (algo como do sexto ao nono ano) e antecedia o nível médio (que se chamava "científico", "clássico" ou "escola normal") (FRANCHI, 1991, p. 27).

O Brasil dessa época tinha recém saído do Estado Novo de Getúlio Vargas e da participação na Segunda Guerra Mundial. Segundo Schwarcz e Starling, o final dos anos 1940 foi marcado pela Constituição de 1946, que garantia, dentre outras coisas, o direito a voto para uma grande parcela da população. Parte da população brasileira acima de 18 anos, portanto, poderia exercer participação política num país supostamente democrático. Sobre isso, um adendo.

Sobre o processo eleitoral no Brasil entre 1894 e 1930, ou seja, na Primeira República, Arraes nos explica que "a concessão do direito de voto aos que sabiam ler e escrever deixava o poder de decisão nas mãos de uma minoria, pois a imensa maioria da população era analfabeta" (2006, p. 138-139). Ao examinar, então, as eleições nesses 36 anos de Primeira República, Arraes compara sufrágios obtidos por presidentes a número populacional recenseado e argumenta que é possível "constatar que, em média, a eleição (...) foi realizada por somente 5% dos brasileiros" (2006, p. 139), isso, claro, "na melhor das hipóteses", uma vez que "é preciso considerar as fraudes eleitorais e outros meios de falsificação dos resultados, comuns na época" (2006, p. 139).

Se dermos um salto no tempo a partir da Independência do Brasil em 1822, veremos que, de acordo com Arraes, "foi somente em 1930, 108 anos depois de conquistar a autonomia política, que se estabeleceu o voto secreto" (2006, p. 139). Segundo o autor, "no final da Segunda Guerra Mundial, o número

de eleitores inscritos nas grandes cidades já representava uma apreciável porcentagem do total do corpo eleitoral" (2006, p. 140). Isso incluiria "trabalhadores" e "parte das camadas pobres", que, para o autor, "poderiam exercer uma certa influência nos mecanismos políticos" (2006, p. 140). Dessa época em diante, a população cresceu e, como consequência, o corpo eleitoral cresceu. Seguindo o autor, "o número de votantes passou de 6.200.805 eleitores em 1945 a 14.747.221 em 1962, o que representava somente 19,7% da população total" (2006, p. 140). De certa forma, essa democracia pós 1945 não era tão democracia assim, uma vez que ainda não dava o direito ao voto à população analfabeta (SCHWARCZ; STARLING, 2015; ARRAES, 2006).

Outro problema importante para nós, quanto ao Brasil dessa época, é que, para além das restrições a votos, havia também restrições às greves. Devemos compreender que a relação entre o governo e os sindicatos ainda era extremamente problemática.

Para completar o quadro, e seguindo a biografia do Brasil construída por Schwarcz e Starling, é importante ressaltar essa ideia predominante do meio do século passado de que era necessário investir na modernização do país.

Dessa forma, e considerando esse projeto de modernização, o que se configurou nesse período foi um embate entre a nacionalização ou a internacionalização do país, dois caminhos a seguir que resultariam em projetos bastante distintos que necessariamente passavam pelo papel que o Estado deveria exercer no Brasil. Ou, melhor dizendo, a discussão se assentava em como o Estado deveria agir com relação às políticas públicas. O problema é que a ideia desenvolvimentista de Vargas para o país enfrentaria, de acordo com Schwarcz e Starling, um revés já no início dos anos 1950, por conta das políticas e reconfigurações internacionais, que afetariam diretamente o Brasil e que resultariam, em março de 1953, na Greve dos Trezentos Mil, organizada pelos sindicatos de São Paulo (2015, p. 396-411). Foi esse o cenário que marcou a transição de Franchi do ensino médio para a faculdade de Letras. Falaremos sobre isso mais adiante. Vejamos, agora, outras informações sobre Franchi, mas façamos isso de um jeito diferente.

Como já mencionamos, Franchi escreveu poemas.

Há uma coleção desses poemas, inclusive, publicada em 2011, no livro *Linguagem: Atividade Constitutiva: teoria e poesia*, organizado por Eglê Franchi

e José Luiz Fiorin. São poemas escritos entre os anos 1950 e 1960, e alguns poucos escritos nos anos 2000. Considerando que esse primeiro capítulo de nossa tese é um panorama sobre a história, biografia, de Carlos Franchi, e considerando que poesia era algo com a qual Franchi esteve envolvido durante todos esses anos, acreditamos que é interessante apresentar ao leitor alguns dos poemas que foram publicados.

Nossa seleção se deu por dois critérios. O primeiro foi o de levar em consideração que Eglê Franchi e José Luiz Fiorin organizaram e dividiram esses poemas em blocos temáticos; de cada bloco (decidimos respeitar o modo como os autores organizaram esses poemas), selecionamos um poema para apresentar ao leitor (FRANCHI; FIORIN, 2011)[6]. O segundo foi o de tentar reproduzir aqueles poemas que, de certa forma (o leitor irá notar que apresentamos esses poemas em sequência cronológica), ajudam a contar um pouco da história de Carlos Franchi.

Não pretendemos assumir a empreitada de analisar esses poemas como se faz em Teoria Literária (nos faltariam ferramentas e competência para isso); nesta tese, eles possuem, antes, uma função muito mais expositiva e narrativa sobre quem os compôs[7]. De qualquer forma, para alguns deles, oferecemos ao leitor alguns comentários que podem servir como *insights* para alguma eventual análise futura.

Dessa forma, o leitor verá vários dos temas de que já tratamos e vários dos que iremos tratar já nesses poemas; o leitor perceberá alguma relação com os sindicalistas, com a religião, com o amor, com a família, com a linguagem, com a morte; esses poemas irão nos ajudar, portanto, a contar a história de Franchi. Assim, e considerando esses dois critérios, vejamos alguns deles na íntegra.

Comecemos, pois, com os poemas dos anos 1950.

---

[6] Uma ressalva: estamos usando a entrada que consta na bibliografia (FRANCHI; FIORIN, 2011), mas sem perder de vista que todos os poemas foram escritos por Carlos Franchi.

[7] Mais que isso: se o tema de nossa tese é, para além de *Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem*, Carlos Franchi, entendemos que seria interessante apresentar ao leitor alguns dos poemas que foram escritos por ele. A dificuldade foi encontrar um lugar para inserir poemas que não nos obrigasse a relacioná-los com o modelo da teoria franchiana, nem nos exigisse uma análise formal aos moldes de alguma teoria literária. Acreditamos que, ao usá-los para nos ajudar a contar a biografia de Franchi, conseguimos duas coisas: apresentamos os poemas ao leitor, e damos uma função a eles em nosso texto.

Dessa década, notemos que três são os temas mais gerais com os quais Franchi lida. Alguns poemas são sobre o amor, como "Um dia ela passou...", escrito em 1952 (2011, p. 85-86):

> Um dia ela passou...
> (1952)
>
> Um dia ela passou.
> Ficaram só dois riscos de olhos verdes
> como linhas de luz tendidas pelas vias,
> para vê-las depois, na foto
> da retina fatigada.
>
> Outro dia passou.
> Sem olhar, vi-a inteira, desvestida
> principalmente as redomas retendo
> a saliva e o sal, no gosto
> do lábio ressequido.
>
> No dia que evitou
> O já mirado olhar desenxabido
> Senti o ainda não sentido sofrimento
> Nostálgico de perda, na alma
> do amante ressentido.
>
> O dia todo voltou
> na imagem refletida e iterativa
> de um riso espiralado, obsessiva
> no contorno enfático das veias
> do corpo distendido.
>
> Um dia, enfim, ficou:
> de um risco de verdes olhos –
> um visco no voo livre
> o risco da vida inteira.
> (FRANCHI, 2011, p. 85-86).

Outros são sobre as circunstâncias, como "Primeiro concerto", escrito em 1954 (2011, p. 92), em que o tema de tocar uma música vai se desenvolvendo a partir de uma espécie de jogo de palavras com a realização de um arpejo no violão:

> Primeiro Concerto
> (1954)
>
> Um amor descontraído
> simples solo de violão
> dominante sobre a tônica
> e arpejos noutra mão:
>
> dó-mi-sol-samba
> si-ré-sol-sonho

ré-fá-sol-sombra
sol-lá-si-sanha.
(FRANCHI; FIORIN 2011, p. 92).

Aqui, talvez, seja interessante comentar que Franchi era, também, músico. Segundo Maria Emília Franchi, sua irmã, "como era também músico, formou um coral, com o qual participava da missa aos domingos da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito" (2009, p. 38). Beni Marchi também menciona, sobre os anos 1950, que "na época, Carlos era organista na Igreja de Nossa Senhor do Rosário e São Benedito" (2009, p. 123). Da mesma forma, Ignêz Mathias conta que Carlos Franchi, "depois de haver passado pelo seminário de Rio Claro, aí pelos idos de 1950, veio participar do Coral de Santa Cruz, então já existente, da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito" (2009, p. 131). Mathias conta, ainda, que "por volta de 1952, ele assumiu espontaneamente a direção do nosso Coral, ao mesmo tempo que era o nosso ensaiador, organista e regente" (2009, p. 131). Carlos Franchi, "muito humano, com seu dom incansável de ensinar, era também músico de primeira linha, dedicando-se a essa arte com muita paciência, satisfação e bom humor" (2009, p. 131). Além disso, de acordo com Mathias, Franchi conseguia não apenas "adequar ao Coral peças eruditas, de famosos compositores alemães, espanhóis, brasileiros, italianos..." (2009, p. 131), mas também somar "a essas composições missas tradicionais em Latim, motetos, músicas sacras que a Liturgia da Igreja Católica permitia e incentivava à época" (2009, p. 131-132),

Essa dupla relação – entre música e igreja, entre música e religião – irá aparecer novamente mais a frente ao apresentarmos um poema que gira em torno de um Salmo bíblico (vale mencionar, claro, que Franchi era bastante religioso; participando do Partido Democrata Cristão enquanto político, participando de coral de igreja, enquanto músico, e por aí vai).

Se alguns dos poemas são circunstanciais, outros são confidências. Destes, o que escolhemos para apresentar ao leitor é "Desejos impossíveis", poema escrito em 1957 (2011, p. 98-99):

Desejos impossíveis
(1957)

Tua alma pousava comigo
a meio caminho de nossa distância

e sem contacto e sem sorriso e sem carícia
nasceram sonhos.

Tu mesmo não sabias que eu recortava tua figura no silêncio
e a pregava no álbum de minhas lembranças impossíveis.
Eu guardava o contato das mãos na despedida
para acariciar-me no silencia das noites impossíveis.
Tuas mãos pousavam comigo
na virgindade silenciosa dos tálamos impossíveis.

Meu corpo – sonho e tua sombra – sonho
já se pertenciam no prazer silencioso dos conúbios impossíveis.
E a meio caminho de nossa distância
sem contato, sem malícia, gerava de ti
a angústia dos desejos impossíveis.
(FRANCHI; FIORIN, 2011, p. 98-99).

Ainda outros são novamente sobre amor[8], mas já nos anos 1960 e 1970. Aqui, separamos um de cada década. Dos anos 1960, temos o poema "A Escola", escrito em 1966 (2011, p. 106-107). Sobre esse poema, temos alguns comentários para fazer. Apresentemos, antes, o poema; depois, o comentário:

A escola
(1966)

Meu filho chegou da escola
mundo quadrado nas mãos.
Que duas veis dois são bola
bolha, bilha, bulha, bumba!
sarampora e catachumba!
e o mundo quebrou no chão.

Mas duas veis dois são quatro
um a menos do que cinco:
na fronte já risca um vinco,
lá vai sorriso inexato,
flor brotando no retrato,
porque vezes dois são quatro
e vezes treis diz que seis.
Cortiça tampando o litro
donde sai mago chinês;
laranja virando citro,
estrela cadente, atrito,
trinta dias tem o mês.

[8] Uma curiosidade: a organização dos poemas em grupos temáticos (FRANCHI; FIORIN, 2011) acaba por separar em dois grupos distintos os poemas sobre "amor". Não sabemos se o próprio Franchi os havia separado dessa forma, ou se isso foi feito pelos organizadores do livro – lembremos que a publicação de que estamos falando aqui é póstuma. De qualquer forma, essa separação acaba colocando um grupo de poemas sobre o amor cobrindo a década de 1950, e outro, a década de 1960/70; dando essa impressão ao leitor de que existe um *gap* de quase uma década para Franchi retomar o assunto. O curioso dessa história seria investigar se o modo como Franchi enxerga o amor nesses dois grupos muda..., mas isso seria, muito provavelmente, outro trabalho para outra tese.

E a fada perde a varinha,
pai noel, os endereços,
e os anjinhos de travessos
esquecem as asas no ar.
Menino Jesus, de afoito,
ficou no templo a ensinar.

que duas veis quatro oito.
Lá se vão alegoria
saci-pererê, fantasia,
e o conto ficando exato
sem lobo mau pelo mato
nem maçãs nos canapés, pois duas veis cinco dez.

O ponto crítico é esse,
quando a tabuada ultrapassa
o passo de um algarismo,
e já se prova a cachaça
do primeiro ene-ismo,
e logo "perder a graça"
já não serve de armadilha
entre esse e cê-cedilha.

Os barquinhos de papel,
não atracam mais no cais.
Pai-filho, sinal de - menos.
quem sabe amigos de - mais.
Podemos ir recolhendo
lembranças desses somenos,
respingos desses sorrisos
e os helicrisos
plantados no mar.
(FRANCHI; FIORIN, 2011, p. 106-107).

Interessante notar aqui a percepção e o registro de Franchi a respeito da produção linguística oral, que pode ser visto na escolha da grafia de palavras como "veis", no terceiro verso da primeira estrofe e no primeiro verso da segunda estrofe, e como "treis", no sétimo verso da segunda estrofe.

Além disso, vale notar que Franchi pinta um retrato, a partir dos conteúdos escolares, mais especificamente da matemática, não só do desenvolvimento infantil, mas também do relacionamento entre pai e filho. No avançar do poema, a criança vai avançando no tempo e na complexidade de operações e conteúdos que normalmente se apresentam em fases distintas dos anos escolares. Isso é perceptível pela diferença entre as operações matemáticas concretas da primeira estrofe para as quais a criança nem liga, já que "duas vez dois são bola" e as mais abstratas da quinta estrofe, em que lemos o termo "ene-ismo". No caso do "duas vez dois são bola", ainda é interessante notar o descompasso dentre "duas" e "dois", no que seria uma discordância que

representaria muito provavelmente uma criança em fase de aquisição. Essa criança, evidentemente, vai crescendo, o que fica marcado pela descrença nas fábulas e nos personagens como o "saci-pererê" e o "lobo mau", por exemplo.

Por fim, supondo que o eu-lírico desse poema seja o pai que vê o filho crescer e passar da escola para a vida, do concreto para o abstrato, vale mencionar como tudo se coloca no plano da memória, de um olhar para o passado.

Já dos anos 1970, temos o poema "Seus olhos verdes", escrito em 1979 (2011, p. 111-112):

Teus olhos verdes
(1979)

Colhi-te numa baixada
lua vede!
(A. Guimarães Filho)

Não vi verde como o verde
de seus olhos.
Nem há verde,
verde-gaio ou verde-grama,
verdegulhos quando gamam
nos meus olhos.

Não vi verde como o verde
de seus olhos.
Verde-brema ou de berilo
verde gosto de verdeia,
vinho verde que destilo
nos meus lábios.

Não vi verde como o verde
de seus olhos.
Não há verde,
verde-palma ou verde-pomo
verde peso de pesar
o meu assomo.

Não vi verde como o verde
de seus olhos.
Verde-claro, verde-cré
verde-virgo nos enjoos
amorosa Verdi zela
nos meus voos

Seus olhos verdes –
hégira verde nova:
Antes de verdê-los/
/depois de verdê-los.
(FRANCHI; FIORIN, 2011, p. 111-112).

Seria, claro, necessário uma pesquisa muito mais extensa e elaborada para compreender a evolução desses poemas; considerando, aqui, a mesma temática. No caso do poema acima, especificamente, apontamos para a repetição do verde, como propriedade dos olhos, e das propriedades várias que o próprio verde tem. Curiosamente, nesse cenário, a repetição do "verde" como propriedade de "olhos" e a enumeração de tipos de "verdes", como o "verde-claro", "verde-cré", "verde-vigo", soam quase como um jogo de linguagem que faz com que o poema ganhe algum exercício sobre a linguagem; uma metalinguagem ou, talvez melhor, uma epilinguagem. Trataremos mais sobre esses conceitos no próximo capítulo. Aqui, deixamos apenas essa especulação que, acreditamos, revela algum Carlos Franchi linguista nos poemas (claro, os poemas metalinguísticos serão mais explícitos quanto a isso, mas apontar isso em um poema sobre amor não deixa de ser curioso).

Também foram escritos sonetos, como o que reproduzimos abaixo (FRANCHI; FIORIN, 2011, p. 115). No caso dos sonetos, vale mencionar que não há uma data nem nada que indique o quando ele foi escrito, como acontece com os outros poemas. Além disso, esses poemas também não possuem títulos:

> É amor, esse abraço em que o contacto
> pele a pele diz algo e não sei como.
> Sempre amor, fixo o olhar se sente tacto:
> é dardo a perfurar maduro pomo.
>
> É de amor, esse toque no recato
> da noite namorada algum assomo.
> É mais amor se longe, no retrato,
> revive o abraço, o olhar, o toque e o como.
>
> Se amor é amor demais, a gente cala,
> só murmura em segredo, até que a fala
> seja um rito atonal e um canto atávico.
>
> E quando o amor se torna um gesto mágico?
> É ruga a pela, é baço o olhar, é a voz reclamo
> Mas, inda assim, ela me diz: "te amo"!
> (FRANCHI; FIORIN, 2011, p. 115).

Algo interessante é que esse poema trata, claro, da temática amorosa, assim como alguns dos outros poemas que já apresentamos.

Seguindo nosso percurso, já havíamos mencionado sobre a religiosidade de Franchi. O poema que virá na sequência é um dos vários que

são baseados em salmos; esses poemas não têm títulos, apenas as datas em que aparentemente foram escritos.

Esse, em específico, foi, muito provavelmente, escrito em 1963 (2011, p, 120):

(1963)

Quem regará minha fronte e fará brotar uma fonte nos meus olhos?
(Jeremias 9, 1-2)

Diriam tempestade
ou pororoca insolúvel
a esse frêmito volúvel,
calcário, como escorresse
de estalactites da alma.

E se retorna a calma,
me reparto entre escrúpulos e dúvidas
em desencontro, convexas,
como se céu e terra se desajustassem
em campânulas desconexas.

E pergunto, pergunto ... quem há de?
à tempestade?
à pororoca insolúvel?
(FRANCHI; FIORIN, 2011, p. 120).

Por fim, os poemas sobre a rotina, como "O advogado e os operários", escrito em 1956 (2011, p. 131-132):

O advogado e os operários
(1956)

É doce habitarem juntos os irmãos. É como o perfume derramado sobre os cabelos. Como o orvalho sobre o Hermon.
(Salmo 132, de Davi)

Não te conheço.
Nem me conheces.
A não ser pelo começo
de uma mesma prece.
Talvez pelo tropeço
numa mesma escada,
que se sobe não sei
nem sei se desce.
Quem sabe por meu ar
de filantropo pródigo,
ou então pelo código
das mãos trabalhadas
e do tempo talhando vinco
nas faces significativo.

Não me conheces.
Não te conheço.
Somos fichas de arquivo
ou cartões de endereço.
Nem sabemos de onde viemos,
por que porto, por que porta,
de que pomo, que raiz,
de que pais, de que país.
E importa?
Nem sabemos como chamar-nos
se hipopótamo ou josé,
se excelência ou você,
Para quê?

A solidariedade não tem nome
coleóptero ou duna,
nem família nem voz,
e indiferentemente enfuna
o velame do iate ou da noz
sem dinastia.
Mas tivemos que lavrar uma empatia
entre a gravata do bacharel
e o colarinho do obreiro:
tirei a balança, a venda, o anel de safira,
os símbolos inúteis.
Entre fáticos fúteis,
negociamos nosso dialeto,
nosso sotaque, nosso erre caipira,
a concordância, e o obsoleto
jeito de andar e de apertar nas mãos
solecismos e amuletos.
No meu glossário escorreito
busquei a exata linhagem
de tua cotidiana linguagem:
qual é o par que combina?
"Data vênia" e "tecelagem"?
Ou "bona fide" e "bobina"?

Por isso, operário,
posto não te conheça nem me conheças.
só caminheiros pelo mesmo rumo,
abracemo-nos forte, solidário,
fogo, fuligem, fumo.
Abraço presságio, abraço com travas,
abraço contágio, abraço anônimo
para que minhas palavras
encontrem o teu sinônimo
e o adjetivo conexo
com o teu silêncio:
tenham o baço dos dorsos pardos,
o peso de tua mão
e a dimensão de teu plexo
sob o aguilhão dos fardos.
(FRANCHI; FIORIN, 2011, p. 131-133).

Finalmente, há os metalinguísticos, como "Antipoética", escrito em 2001 (2011, p. 76-78). Claro, já havíamos comentado sobre a presença da

metalinguagem em poemas que tratam de outras temáticas. No caso desse poema, a metalinguagem é o tema central efetivamente:

Antipoética
(2001)

Chega mais perto e contempla as palavras
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta
pobre ou terrível que lhe deres:
Trouxeste a chave?
(Drummond de Andrade)

Eu sou somente um poeta antigo,
que sozinho me digo.

E enquanto assim me espreite
pelas frinchas do recolhido abrigo,
nada pede que evite ou que rejeite
uma rima que venha sem convite
às bodas de Caná: da água ao vinho,
toda palavra é par, casal-vizinho,
mesmo quando uma na outra não acredite.
É na composição que tem seu charme
mesmo a cantiga que adormece o sono
na folha seca do quase frio do outono
e a desperta palavra feita carne.

Talvez só seja um versador supondo
que toda talha é um relevo redondo.

No poema, as palavras não têm língua,
preconceito de tom, família ou data:
uma da outra aprende autodidata
o jeito de co(-)ser, à míngua
da lição de conviver nos versos.
No princípio, são ritmos, são fones,
sem morfismo a possíveis universos:
uma à outra se engendra na fonética
da mesmíssima partitura genética
dos antepassados clones.

A intrínseca semiósis da poesia
não é a de um fragmento da linguagem
que destilo e relimpo dia e dia.
É o garimpo para a garimpagem
da matéria bruta que se funde em forno
de sensitivas imagens.
Nela o traço diacrítico reluta
em moldar-se em simbólico contorno;
nela, a estrutura atômica desfaz-se
na aparência insuspeita da sintaxe;
e a referência fatual aos objetos
remete a tais inconsequentes polos
que, entre eles, só a mim me interpolo
como ponte, seu termo e seus trajetos.

Mas sons, sóis, sentidos e sintagmas,
logo que os fundo nesse contraponto,
são magmas da gênesis de mundos:
o sopro e o lodo que, em mim, fecundos
já preconcebem como filhos prontos.

Talvez não seja mais que um poetastro
seguindo o risco de um cadente astro.

Nessa calda de "-emas"
(fonemas, lexemas, sememas, semantemas)
renascem confortáveis velhos temas:
os humores do corpo, os sentimentos,
os gestos dos amores, os fermentos,
o sal das lágrimas, gotas de bile,
instantâneos de miúdas paisagens,
e o vivido desfile dos eventos
recompostos em lupas e miragens.
Nelas revejo o equívoco da breve viagem
ou meu pranto ventríloquo.

Porque o novo, de inovar, perde o sentido
e o velho recamado vira novo,
se volta sem retrato do degredo:
o bordão não lembrado é segredo,
o refrão esquecido, abracadabra:
e a ânfora empoeirada no sossego
me diz: Destampe! Abra!

A busca da poesia é arriscado mergulho
às escotilhas de naufragada nave
(cada qual tem sua chave!):
sob o coral e a alga desentulho
pés, redondilhas, pérolas, bagulho.
No silêncio da água profunda,

talvez confunda o poeta e o arqueólogo
cavando solitário o seu monólogo.
(FRANCHI; FIORIN, 2011, p. 76-78).

A exposição desses poemas, acreditamos, colaboram de uma maneira bastante peculiar em nosso percurso biográfico, uma vez que revelam várias das facetas de Franchi que mencionamos no início do capítulo, até mesmo na trajetória que narramos até o momento. Vimos alguma relação do Franchi com o amor, com a religião, com a família, com a linguagem, e por aí vai.

Dessa forma, ressaltamos novamente que uma análise extensiva e minuciosa de cada poema seria, claro, inviável (dada a natureza de nosso trabalho e a dificuldade e complexidade de se fazer um estudo sobre poesia que seja minimamente competente). Seguiremos, por agora, as áreas e as instituições pelas quais Carlos Franchi passou em sua carreira profissional, política e acadêmica.

2. Passagens

2.1. A passagem pelas Letras

Franchi se formou Bacharel e Licenciado em Letras Neolatinas em 1954 pela PUC-Campinas.

Os cursos de Letras, nessa época, se voltavam majoritariamente à literatura ou ao que seria uma espécie de estudo histórico das línguas. Até mesmo os cursos de língua estrangeira tinham, como grande prioridade, preparar o aluno para ser capaz de ler literatura na língua em que fora escrita originalmente. Dessa forma, um curso de Francês, por exemplo, estava muito mais preocupado em preparar o aluno, inicialmente, para a leitura de clássicos da literatura, como *Madame Bovary*, de Gustav Flaubert. Já o estudo do português era feito sob uma perspectiva histórica que descendia desse fazer linguístico da Europa, principalmente dos germânicos, que se voltava à investigação da árvore genealógica das línguas (VIEIRA, 2018).

Essa era uma visão predominantemente romântica, no sentido em que se inspirava no Romantismo do século XIX; ou seja, empreendia uma busca por uma espécie de identidade nacional corroborada pela linguagem. Nos termos de Saussure, o que se fazia de linguística no Brasil, nessa época, era muito mais um estudo diacrônico das línguas naturais. Ou seja, o foco era entender o funcionamento das línguas ao longo do tempo.

A Linguística, como se verá, ainda não havia se consolidado enquanto disciplina ou curso nas universidades brasileiras. Levaria algum tempo, ainda, para que o olhar sincrônico, ou a preocupação com a elaboração de um modelo formal e científico que desse conta de explicar os fenômenos linguísticos, tomasse corpo na linguística brasileira (AUROX, 2007; FIORIN, 2007).

Nesse cenário, é importante ressaltar também que, como aponta Romanelli, o ensino era visto como uma ferramenta de ascensão social. O objetivo era mesmo se destacar como pertencente à elite em um cenário em que, já se reconhecia, demonstrava uma enorme desigualdade social entre os iletrados, analfabetos, e os letrados, cultos, eruditos. Vale lembrar que o Brasil passava, nos anos 1950, pelo projeto de modernização idealizado por Juscelino

Kubitschek, que investiu pesadamente, entre outras coisas, na industrialização do país; o que é importante ressaltar aqui é que ainda havia pouco investimento em escolas e que o país ainda não era nem perto de urbanizado.

Para se ter uma ideia, de acordo com Schwarcz e Starling, o projeto de alfabetização comandado por Paulo Freire aconteceu já no então governo de João Goulart, no início da década de 1960.

Isso significa que Franchi iniciou sua trajetória na educação em uma época marcada por profundas mudanças sociais e educacionais.

Franchi atuou extensamente como professor.

Segundo o CEDAE, Franchi atuou como professor de Português em Jundiaí (1951-1955) e em Itatiba (1955-1957). Foi também professor no Colégio de Aplicação da USP (1957-1971). Foi, ainda, professor de didática do português na Faculdade de Educação da USP (1960-1961) e de literatura e teoria da literatura na Universidade Nossa Senhora da Medianeira de São Paulo (1968-1969).

A respeito de sua atuação como professor, vale ressaltar que:

> No magistério secundário, o Prof. Franchi teve uma participação crítica de alto nível, tendo atuado nos principais movimentos de renovação do ensino oficial do Estado de São Paulo. Foi professor concursado de Português e Latim em Jundiaí (1951-1955) e Itatiba (1955-1957), e professor também por concurso do Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo (1957-1971). Coordenou a área de Português nos Ginásios Pluricurriculares do Estado de São Paulo (1967-1969), que constituíram uma experiência voltada para um novo direcionamento do ensino público em nosso Estado, infelizmente truncada pela mudança da política nacional e suas consequências na política educacional. (CASTILHO; ILARI; GERALDI, 1992, p. 5).

Franchi esteve envolvido, portanto, desde muito cedo em propostas educacionais preocupadas com o avanço da qualidade de ensino.

Sobre a sua relação com os alunos, pontuamos a situação do Ginásio Estadual da Vila Arens – GEVA, que não muito tempo depois viria a se chamar Colégio Estadual "Dr. José Romeiro Pereira. Sobre essa época, Ana Maria Figueiredo, que trabalhou com Franchi no GEVA, conta que "a convivência quase diária uniu tão fortemente aqueles adolescentes em torno de Carlos Franchi que quarenta anos não foram suficientes para apagar suas lembranças" (2009, p. 42). Franchi havia se "transferido do Ginásio Estadual 'Manuel Euclides de Brito'" (2009, p. 42) para o GEVA, sendo o "primeiro professor efetivo a

chegar, em 25 de julho de 1961" (2009, p. 42). Nessa época, "quando criado como projeto experimental o Ginásio Pluricurricular, Carlos se entusiasmou, a ponto de assumir sua coordenação pedagógica" (2009, p. 45). Segundo a colega, "o projeto, com ênfase na formação técnica, sondagem e desenvolvimento das aptidões, integração das áreas, mantidas a individualidade e a liberdade, resultou num excelente trabalho" (2009, p. 45).

Aqui, consideramos que seria interessante trazer ao leitor alguns trechos de depoimentos daqueles que foram alunos de Franchi.

Selecionamos os três depoimentos do parágrafo anterior para apresentar ao leitor um panorama sobre o modo como os alunos do ginasial para quem Franchi deu aula o enxergam e falam sobre ele, mas há vários outros depoimentos de vários outros alunos, amigos, colegas e familiares no livro *Carlos Franchi, O Professor* editado por Jayme Martins e publicado em Jundiaí em 2009 em homenagem a Franchi, que indicamos ao leitor interessado.

Taboada, por exemplo, conta que "O 'Seu Carlos', como nós o chamávamos, não foi só um simples professor, mas o grande mestre de nossas vidas" (2009, p. 47). Segundo Taboada, "além desse mundo fantástico que nos desvendou, ele nos preparou para algo maior (...) que valorizássemos todas as pessoas que passassem por nossas mãos" (2009, p. 48). Além disso, Taboada nos conta que Franchi "também nos instigou a ser pessoas que não aceitassem verdades prontas, absolutas, que fôssemos abertos, críticos" (2009, p. 48). De maneira semelhante, Elias conta que "ele era um professor diferente na época, porque não impunha a verdade dele. Ele fazia com que a gente descobrisse a nossa verdade" (2009, p. 49). Elias ainda conta que "pelo modelo que ele foi para nós, não encontramos outro professor igual nem na universidade" (2009, p. 50). Porém, o mais importante, para Elias, foi que "ele fez a gente gostar de Latim" (2009, p. 50). Isso é compartilhado, por exemplo, por Almeida, que pontua que "mais do que tudo, precisa ser registrado, alguém deve ter mencionado, que ele era nosso professor de Latim" (2009, p. 52). Sobre o assunto, Almeida prossegue, dizendo que "é preciso ter paixão pelo conhecimento, pelo ensinar de uma forma que desperte essa mesma paixão em outro" (2009, p. 52).

De qualquer forma, o que queríamos deixar evidente era o compromisso que Franchi tinha com a educação. Aliás, vale comentar ainda que essa ligação de Franchi com as Letras se estendeu até sua atuação como linguista e

professor da Unicamp e, posteriormente, da Usp. Voltaremos a isso mais a frente. Consideramos que, a partir do que apresentamos até agora, esse compromisso com a educação e com a sociedade fica evidente, também, em seus projetos como político.

2.2. A passagem pela política

Franchi foi uma das lideranças do Partido Democrata Cristão de Jundiaí. (ALTMAN; HACKEROTT, 2002). Segundo Archippo Fronzaglia Júnior, Carlos Franchi, no fim dos anos 1950, fazia parte do "Partido Democrata Cristão, que crescia verticalmente, sob a égide de expressivos líderes da Democracia Cristã, como Queiroz Filho, Carvalho Pinto, Franco Montoro, Paulo de Tarso Santos, Chopin Tavares de Lima" (2009, p. 117). Júnior ainda conta que, nessa época, "Carlos Franchi foi cogitado para candidatar-se a Prefeito, inclusive por outras legendas, acabou candidatando-se a vereador pela coligação PDC-PRP, tendo sido eleito com expressiva votação" (2009, p. 117).

Segundo a edição especial do Jornal da Unicamp, publicada em 2001:

> Dar uma passada de olhos pelo resumo de projetos de lei apresentados por Franchi quando foi vereador, não remete ninguém a um político impulsivo e ávido de poder. Ele tinha lá, por certo, muitos sonhos.
> Foram 29 projetos em três anos. Sinal de que, também, vereador não era fabricante de leis como hoje. Deles, um terço dizia respeito à Educação, tratando de concessões de bolsas de estudos, construção de escolas, financiamento de equipamentos escolares pela prefeitura, contratação e concursos para professores.
> Os restantes parecem distribuídos parcimoniosamente entre iniciativas de auxílio a entidades assistenciais para crianças e apoio às atividades esportivas. Qualquer observador diria, sem medo de errar, que a obstinação de Franchi era pela Educação. Isso em um tempo em que vereador, de verdade, nem salário tinha. (VEREADOR..., 2001, s/p).

Melhor dizendo, Franchi foi diretor do Partido Democrata Cristão de Jundiaí. Em 1959, foi, também, candidato a prefeito de Jundiaí. Foi, entre 1960 e 1963, vereador de Jundiaí (com 871 votos), assumindo o cargo de Vice-Presidente na 4.ª Legislatura, em 1961.[9] Como vereador, de acordo com Martins,

---

[9] A informação se encontra na lista de vereadores e de cargos ocupados pelos vereadores disponível no site da Câmara Municipal de Jundiaí – São Paulo.

"foi precursor de algumas medidas de planejamento urbano e um dos criadores da Comissão do Plano Diretor de Jundiaí" (2009, p. 7).

Segundo depoimento de Antonio Galdino, "ao lado do vereador que ele era pelo Partido Democrata Cristão, Franchi mostrava-se um político ético, sério, de esquerda, amigo de Plínio Arruda Sampaio, Chopin Tavares de Lima, Franco Montoro" (2009, p. 107-108). Galdino completa que Franchi era "advogado, católico, profundamente humano e solidário, preocupado com os que precisavam de ajuda jurídica, com posições muito firmes, principalmente contra as injustiças sociais" (2009, p. 108). Já Júnior comenta que "o empenho em favor de uma sociedade igualitária e fraterna era constante; porém, não poucas vezes, éramos mal entendidos, principalmente o Carlos, que realizava intensa labuta na Câmara dos Vereadores" (2009, p. 118).

2.3. A passagem pelo Direito

Franchi se formou Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1958 pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Dessa forma, além da atuação como professor, exerceu a profissão de advogado numa época que, como veremos mais a frente, foi marcada pelo Regime Militar no Brasil. Como se sabe, o país viu nesses anos uma intensificação da censura e da perseguição política contra aqueles que eram contrários à ditadura.

O início dos anos 1960, de acordo com Schwarcz e Starling (2015), foi marcado por uma articulação fortíssima de mobilização social. Um exemplo, nas grandes cidades, foi a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a partir do sindicalismo operário. Foi uma época intensa de greves. A política, nessa época, se organizava à esquerda e à direita: ambas apresentavam projetos distintos para o país; e ambas não conseguiam se resolver democraticamente. Segundo Schwarcz e Starling (2015), estávamos diante de um radicalismo emergente. Esse radicalismo, que ganhou um contorno mais violento pela política de Jango, acabou por levar meio milhão de pessoas às ruas de São Paulo pedindo intervenção das Forças Armadas.

A bomba relógio crescente, a tensão política no país, se estendeu até idos de 1964, quando os militares efetivamente tomaram o poder. Parlamentares da esquerda tiveram mandatos cassados, perderam direitos políticos; e Castello

Branco assumiu a presidência. De acordo com Schwarcz e Starling (2015), foi nesse primeiro governo que a repressão aos sindicatos e a proibição das greves se desenhou. Em 1968, no governo de Costa e Silva, foi que a siderurgia mineira, ou melhor, que os operários da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira resolveram estourar uma greve em Contagem, o que rendeu a ocupação da cidade por tropas militares, fechamento de sindicato e prisão de operários. Foi nesse momento que a organização desses trabalhadores se modificou, passando a funcionar de maneira quase clandestina (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 451-452).

E chegamos ao cinturão industrial de São Paulo.

Em Osasco, cidade vizinha à capital paulista, como relatam Schwarcz e Starling (2015), os operários da Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários – COBRASMA entraram em greve. Mas, ao contrário do que houvera em Contagem, os militares agiram com mais rapidez e mais violência dessa vez. Os soldados invadiram a COBRASMA, e a Polícia Militar ocupou Osasco. As lideranças sindicais que escaparam da cadeia, nesse episódio, tiveram de sumir. Ao mesmo tempo que o governo investia numa repressão violenta aos sindicalistas, a censura às críticas ao governo dos meios de comunicação ganhava mais força.

Essa repressão se tornou mais intensa entre o governo de Costa e Silva (1967-1969) e de Médici (1969-1974). Isso porque, em 13 de dezembro de 1968, o famoso Ato Institucional nº 5, ou AI-5, passou a valer. O AI-5, basicamente:

> suspendia a concessão de habeas corpus e as franquias constitucionais de liberdade de expressão e reunião, permitia demissões sumárias, cassações de mandatos e de direitos de cidadania, e determinava que o julgamento de crimes políticos fosse realizado por tribunais militares, sem direito a recurso. Foi imposto ao país numa conjuntura de inquietação política e movimentação oposicionista: manifestações estudantis, greves operárias, articulações de lideranças políticas do pré-1964 e início das ações armadas por grupos da esquerda revolucionária. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 455).

O Regime Militar foi, como se sabe, atravessado por tortura, desaparecimentos, perseguições políticas, principalmente contra movimentos sociais, de operários, e de estudantes, por exemplo. A máquina de repressão do Estado foi, com o curso desse tipo de governo, se tornando mais e mais eficiente

e mais e mais violenta. Segundo Schwarcz e Starling, o general Médici foi "o responsável por comandar o pior período de repressão e violência política na história brasileira" (2015, p. 453).

Segundo o CEDAE, Franchi advogava por presos políticos desde 1964, o que lhe rendeu problemas que se agravaram a partir de 1968 (ALTMAN; HACKEROTT, 2002). Advogava por sindicalistas em Jundiaí. Não é de se espantar, portanto, o risco crescente a que se submetia ao exercer a profissão dessa maneira, considerando-se as suas convicções pessoais e o cenário apresentado nos parágrafos anteriores.

Nessa época, quando a situação política se agravou, e especialmente em virtude de sua atuação como advogado trabalhista, Franchi precisou considerar outras opções. A solução lhe foi apresentada por Antonio Candido: fazer a formação em linguística na França.

3. Transição e permanência na linguística

3.1. A transição para a linguística

Ainda nos anos 1960, Franchi também fez pós-graduação em Teoria Literária, na USP, com Antonio Candido. Isso porque, inicialmente, pretendia ser professor de Literatura e de Teoria Literária.

O curioso é que, até então, na entrevista concedida à Altman (2002), Franchi explica que "até 1969, nunca ouvi falar de Linguística, nem sabia o que era" (2002, p. 24). A isso, completa que "estava totalmente à margem do que já acontecia na 'Linguística Brasileira'" (2002, p. 24). Segundo Franchi, ainda nessa entrevista, "a Linguística entrou na minha vida também por caminhos indiretos, quando fui fazer pós-graduação em Teoria Literária, entre 1967 e 1969, com o Antonio Candido" (2002, p. 24).

Pois bem, Antonio Candido, além de sociólogo, era crítico literário e professor de Teoria Literária. E que contato com a linguística teria sido esse primeiro? O próprio Franchi responde, em sua entrevista à Altman, que "o ponto central do curso era a análise de poemas" (2002, p. 24), e que "Candido promovia seminários, discussões com autores da literatura francesa" (2002, p.

24). Os autores de Linguística com quem Franchi teve contato nessa época (certamente, corremos o risco de um reducionismo colossal) eram essencialmente estruturalistas, ou com alguma relação bastante forte com o estruturalismo. Segundo Franchi, "a Linguística aparecia via [Tzvetan] Todorov (n. 1939), [Sebastian] Saumjan (n. 1916), nos textos de [Julia] Kristeva" (2002, p. 24).

Como vimos, a questão é que Franchi atuava também como advogado e que o momento no qual a história brasileira se encontrava era bastante conturbado.

Nessa época, a situação complicada com a perseguição política o impulsionou a sair do país. A oportunidade que apareceu foi a de estudar linguística na França. Era, afinal, "a segunda tentativa de organizar um curso de Linguística na Unicamp"[10] (2002, p. 27). Esse segundo grupo, que foi composto por, para além do próprio Carlos Franchi, Carlos Vogt, Hakira Osakabe e Rodolfo Ilari, como veremos, iria para a França estudar linguística. Franchi foi à Besançon[11].

Sobre os motivos pelos quais foi escolhido para fazer parte desse grupo, Franchi observa que "no meu caso, acho que fui indicado pelos problemas políticos que eu estava enfrentando" (2002, p. 27). Afinal, "estava tendo problemas em Jundiaí, desde 1964, por advogar para presos políticos" (2002, p. 27). O problema foi que "a partir de 1968, a coisa começou a ficar pior. Daí foi que Antonio Candido propôs para mim uma solução confortável e segura para a família toda" (2002, p. 27).

Franchi a aproveitou.

Na França, em Besançon, Franchi foi estudar na Universidade de *Franche-Comté*. Lá, fez sua graduação em *Lettres (Linguistique)*, que foi concluída em 1970. Foi nessa época que Franchi entraria em contato com os grupos lógicos de Neuchâtel e de Grenoble; ou melhor, foi nessa época em que

---

[10] A primeira tentativa havia sido feita com um grupo de economistas que não tinham interesse em um projeto educacional. Segundo Franchi, essa tentativa se revelou um fracasso tão grande que quase que o projeto não sobreviveu.

[11] Ao leitor interessado na história desse grupo, vale conferir, para além das entrevistas que Carlos Franchi concedeu, as que Rodolfo Ilari e Hakira Osakabe concederam a Leonardo Oliveira; ambas (a de Ilari e a de Osakabe) estão presentes no livro *Saudades da Língua*, publicado em 2003.

Franchi entraria em contato com as obras de Antoine Culioli e de Jean Piaget. Vale a pena citar aqui o que o próprio Franchi disse sobre a época:

> Procuramos contato com outros grupos. Encontrei o grupo do [Antoine] Culioli. Outra vertente que acabei conhecendo (e que depois passou a ter importância) foi Pêcheux. Era interessante esse grupo lógico de Neuchâtel, assim como o de Grenoble. Visavam à construção de uma teoria formal mais abrangente do que a chomskiana.
> Pêcheux, assim como [Catherine] Fuchs e [Oswald] Ducrot, foi incorporado pelos que se interessaram pela Análise do Discurso, como o Haquira. Mas também pelos que se interessavam pelas teorias formalistas, como eu, reforçado por Culioli. Todo mundo, menos eu, acabou indo para Paris (ALTMAN, 2002, p. 28).

De fato, Franchi não iria para Paris. Depois da graduação, foi, na verdade, para a Provença, sul da França, fazer mestrado na Universidade de *Aix-en-Provence*, Marselha. Defendeu seu trabalho, *Hypothèses pour une recherche em Syntaxe*[12], sob orientação por Claire Blanche-Benveniste.

A partir daí, Franchi voltaria para organizar o curso de linguística na Unicamp.

3.2. Unicamp e Abralin

A Linguística era a menina dos olhos de um projeto em Ciências Humanas. Na França, por exemplo, era tida como "ciência-piloto na esfera das Ciências Humanas" (ZANDWAIS, 2011, p. 48). A França que, aliás, passava por um aparente paradoxo nos anos 1960; se, por um lado, os "saberes hegemônicos nos domínios da Ciência da Linguagem" eram, à época, "notadamente formalistas e estruturalistas", os "movimentos político-sociais de 1968" iriam sugerir uma "articulação de saberes" que incluiriam elementos como o "materialismo histórico e dialético", o que resultaria em teorias como a Análise do Discurso de Pêcheux, por exemplo (ZANDWAIS, 2011, p. 48).

Mas isso na França. E no Brasil?

---

[12] Esse trabalho de mestrado se mostrou incrivelmente difícil de localizar. Tão difícil que, até o momento, não conseguimos achar alguém que tenha alguma versão – original, xerox, digitalizada – do texto de Franchi. Esperamos, algum dia, ter acesso a esse texto para poder comparar com os outros trabalhos de Franchi e ver o que acontece.

O reflexo dessa situação toda iria ressoar na criação da Unicamp. Ou, melhor dizendo, a Linguística brasileira iria ser atravessada por essas questões. Vejamos o que Franchi, em entrevista, tem a dizer:

> Quando [Fausto Castilho] voltou para dirigir o primeiro Centro em Campinas – era um centro de economistas, de atendimento a pequenas e médias empresas – teve a ideia de transformar esse núcleo em um instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Mas não era a vocação inicial da UNICAMP. A UNICAMP foi criada para ser uma grande universidade tecnológica em torno de um núcleo de economistas, como uma espécie de ponto de ligação entre empresas e Universidade. (ALTMAN, 2002, p. 25).

Franchi ajudou a implementar o Departamento de Linguística da Unicamp. Ajudou, também, na organização e estruturação dos cursos de Pós-Graduação em Linguística.

A Linguística ainda era uma disciplina em formação no Brasil entre os anos 1960 e 1970.

Nessa época, o professor e filósofo Fausto Castilho tinha ido estudar Linguística com Yves Gentilhomme, em Besançon, na França. Voltou de lá com a ideia para a criação de um Instituto de Filosofia e Ciências Humanas que contasse, também, com um Departamento de Linguística. No final dos anos 1960, foi ele quem apresentou, a pedido de Zeferino Vaz, que era o Reitor da Unicamp na época, o plano de criação do Departamento de Planejamento Econômico e Social (Depes); tomava forma, então, o que viria a ser o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp (GORGULHO, 2017).

O problema era que não havia linguistas para compor um quadro de professores em um curso de Linguística (vale lembrar que foi só a partir de 1962 que a Linguística se tornou disciplina obrigatória nos cursos de Letras). Era necessário formar pessoal, e isso só poderia ser feito no exterior; a escolha lógica seria a França, considerando que Castilho tinha formação francesa e conhecia Gentilhomme, então professor de um curso de Linguística em Besançon.

Até então, a situação era que a organização de um curso de Letras no Brasil, como o da Universidade de São Paulo – USP, tinha como objetivo a literatura e o estudo da língua voltado para uma abordagem histórico comparativa (FIORIN, 2007).

O acordo com a França ocorreu não só pela relação entre Castilho e Gentilhomme, mas porque a natureza do projeto de se criar um Departamento de Linguística envolvia uma aproximação entre Ciências Humanas e Ciências Exatas, o que supostamente poderia ser feito via Linguística Matemática, então em voga na universidade francesa. Ao mesmo tempo, o Brasil havia, pelo golpe de 1964, se tornado Regime Militar, cujo modelo de educação se configurava como tecnicista, ou seja, como um ensino que não apenas formasse mão de obra especializada para o trabalho, mas também abrisse mão de disciplinas que envolvessem o raciocínio crítico e social; naturalmente, o que se considerava como parte das Humanidades, como as disciplinas de História, ou de Ciências Sociais, ou mesmo de Filosofia, seriam transformadas em inimigos da nação – que não tinha tempo para o supostamente fútil.

Segundo esse raciocínio, as Humanidades em geral deveriam perder o espaço (que já não tinham) para outras áreas mais relevantes; naturalmente, o exemplo clássico seria o da implementação de cursos de formação tecnológica, voltada para a produção, para o mercado do trabalho. Nesse cenário, uma solução parecia ser desenvolver as Ciências Humanas via Ciências Exatas, o que poderia ser considerado uma espécie de saída estratégica. No caso do plano proposto por Gentilhomme, a Linguística seria a disciplina que estabeleceria esta conexão.

Ou seja, a preferência pela mecanização, pela objetividade e pragmaticidade, pela não subjetividade, pela lógica e pelo raciocínio formal era o que ditava a regra naquele momento. Nesse contexto, pareceu natural a busca de um diálogo entre as Ciências Humanas e as Ciências Exatas (mais precisamente, do crescimento da linguística via matemática), na medida em que isso preteriria exatamente o elemento humano e os aspectos sociais, complexos e heterogêneos de uma sociedade como a brasileira.

Mais tarde, Franchi ajudou também na criação do Instituto de Estudos da Linguagem – IEL. O primeiro mandato de diretor do IEL, que seria de Antonio Candido, teve Franchi como Diretor Associado, que, na sequência, assumiria como Diretor do IEL. Ao comentar sobre Franchi e sobre a direção do IEL, Candido (2001) afirma:

> Professor de rara qualidade, pela segurança da informação, o método e a limpidez da exposição; educador sempre atento aos problemas do ensino em seus vários graus, revelou-se a seguir notável administrador universitário, no planejamento e na instalação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, que dirigimos juntos de 1976 a 1978, antes de ele assumir plenamente a chefia, por eleição, depois do meu afastamento. (CANDIDO, 2001, s/p).

Franchi, na Unicamp, atuou "no Departamento de Linguística como auxiliar de ensino, assistente mestre (1971-1975), professor-doutor (1976-1979) e professor titular, de 1979 até a aposentadoria" (CASTILHO, 2002, p. 78).

Ao relembrar sobre a configuração do IEL, Franchi pondera:

> Zeferino Vaz investiu mesmo no IEL, que manteve o projeto original, com algumas pequenas mudanças. A ideia inicial de manter os vários grupos equilibrados no jogo de forças do Departamento, e a busca de qualidade na formação do pessoal, entretanto, sempre se manteve. Cagliari sustentou a Fonética; de Lemos, a Psicolinguística; Alkimin e Tarallo, a Sociolinguística. Perdemos um pouco da nossa vocação inicial com a saída de Dascal, que tinha aberto a linha da Semântica Formal, assim como com a saída do [Daniel] Everett, na área de Teoria Gramatical. Enquanto a Semântica Formal se manteve com o Ilari, a Semântica Argumentativa, inaugurada por Vogt e pelo [Kanavilil] Rajan[gopalan], também conseguiu se manter, mas não com o mesmo nível. A Análise do Discurso, embora diferente do que o Haquira pretendia, se manteve com Eni Orlandi. Na Sintaxe, não foi nada fácil manter novas frentes, mas tivemos a Charlotte, a Mary Kato e o Daniel Everett. (ALTMAN, 2002, p. 33).

Dentre outras coisas, vale ainda mencionar sua passagem pela Associação Brasileira de Linguística – Abralin, sociedade acadêmica que foi fundada em janeiro de 1969, em uma reunião realizada em São Paulo convocada por Joaquim Mattoso Câmara Jr., fundador da associação.

Joaquim Mattoso Câmara Jr. foi, dentre várias outras coisas, professor, advogado e arquiteto, linguista "introdutor de um novo paradigma linguístico em nosso país – a linguística estruturalista, o incentivador dos estudos de língua indígenas" (2004, p. 10). Segundo Leite, Mattoso Câmara Jr. "foi adepto, talvez o único em nosso país, da fonologia do Círculo Linguístico de Praga" (2004, p. 15). Aluno e amigo de Roman Jakobson, Mattoso Câmara Jr. propõe uma análise do Português Brasileiro via estruturalismo de Jakobson; e o "quadro por ele apresentado do sistema vocálico é um exemplo de clareza de aplicação de uma teoria" (2004, p. 15). Foi também responsável pela "primeira análise da fonologia do português do brasil feita por um falante brasileiro" (2004, p. 14), pesquisando

fenômenos que vão desde "a interpretação das vogais nasais e da vibrante múltipla" (2004, p. 14), passando pelas "vogais pretônicas e postônicas, o alteamento das vogais pretônicas" (2004, p. 14), até "os graus de tonicidade do vocábulo e sua função delimitativa, a vogal anaptítica, as vogais assilábicas orais e nasais, a distribuição das chiantes" (2004, p. 14).

Não queremos nos delongar na contribuição linguística excepcional de Mattoso Câmara Jr., mas entendemos como pertinente essa breve apresentação, dada sua importância no surgimento da Abralin, da qual Franchi fez parte.

O surgimento da Abralin se relaciona com o próprio estabelecimento da Linguística enquanto disciplina no Brasil, que, veremos ao falar do Instituto de Estudos da Linguagem – IEL, ocorreu mais ou menos nessa época, também.

O texto de Castilho e Altman, publicado em 1994, explica que a Linguística vinha entrecortando o cenário acadêmico brasileiro via estruturalismo proposto por Mattoso Câmara Jr., que havia, justamente, estudado com linguistas como Roman Jakobson. Segundo os autores, o cenário era de instigação intelectual; aqueles que estudavam e desenvolviam pesquisa nas áreas das Letras foram, dessa forma, tomando conhecimento dessa Linguística a partir de cursos que Mattoso Câmara Jr. dava Brasil afora. Como Castilho e Altman explicam, estava se abrindo espaço para a linguística nos currículos de Letras na época. Faltava ainda muita coisa acontecer para que a Linguística efetivamente ganhasse autonomia; e uma delas era, claro, criar um meio de divulgação para as pesquisas, os resultados das pesquisas, o diálogo entre pesquisadores. Foi mais ou menos nesse cenário, nos anos 1960, que misturava uma tentativa por parte de pesquisadores brasileiros em estabelecer a Linguística no país e um Regime Militar que investia contra movimentos estudantis que o Centro de Linguística Aplicada foi criado pelo Instituto de Idiomas Yázigi, em São Paulo. Segundo Castilho e Altman, esse centro, dirigido por Gomes de Matos, acabou por criar não só o *Estudos Linguísticos*, até então "o primeiro periódico que assumia, na capa, a designação *Linguística*" (1994, p. 28), mas também os "Seminários Brasileiros de Orientação Linguística para Professores de Ensino Médio e Universitário" (1994, p. 28), que sediou a reunião convocada por Mattoso Câmara Jr. que mencionamos acima.

Entre os sócios fundadores da Associação está, por exemplo, Ataliba Teixeira de Castilho, Antonio Carlos Quicoli, Geraldo Cintra, Joaquim Mattoso Câmara Jr., Maria das Neves Cunha, Rosa Virgínia Mattos e Silva e Shiguemizu Abe.[13] O objetivo era, desde sempre, o desenvolvimento dos estudos da Linguística no Brasil.

Franchi foi presidente da Abralin na 4.ª gestão, a de 1977-1979 (FRANCHI, 2012). Depois disso, seguiu como conselheiro da Associação nas gestões de 1979-1981 e de 1981-1983.

Ainda no início dos anos 1980, Franchi fez seu Pós-Doutorado na Universidade da Califórnia – Berkeley, de cuja etapa temos o registro do "Primeiro Relatório de Berkeley" (FRANCHI, 2012), publicado em 2012 e depositado no CEDAE. Ao voltar, seguiu como professor do IEL, função que exerceu até sua aposentadoria compulsória em 1989:

> O mandato de quatro anos foi suspenso por um ato do então governador Paulo Maluf que demitia de seus cargos treze diretores de unidade acusados de trabalhar por uma universidade menos burocrática e menos subserviente ao poder do momento, e os aposentava compulsoriamente.
> Contrariamente a outros diretores afastados na mesma ocasião, o Prof. Franchi optou por não reivindicar sua reintegração aos quadros da Unicamp. (ILARI, 2002, p. 84).

A partir daí, Franchi seguiu como professor, inclusive como professor convidado, em várias outras universidades Brasil afora, como (especialmente) a Universidade de São Paulo – USP, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

4. Resumo do capítulo

Em síntese, o objetivo deste capítulo foi o de apresentar ao leitor uma breve biografia de Carlos Franchi. Ao mesmo tempo, insistimos em contextualizar essa narrativa com alguns panoramas sobre a situação no Brasil.

É bem verdade, aconteceu muito mais coisa no país, nos anos que selecionamos, do que o que contamos. Mas devemos ressaltar que nosso

---

[13] Esses são apenas alguns dos nomes que figuram como sócios fundadores da Abralin. A lista completa pode ser acessada no site da Abralin: https://www.abralin.org/site/institucional/

objetivo, em boa parte dessa história, foi dar algumas informações específicas para que o leitor pudesse visualizar a atuação de Franchi. Dessa forma, buscamos delimitar um pouco mais nossa narrativa a acontecimentos mais específicos, como, por exemplo, a industrialização do país. E, a partir daí, para a organização dos operários dessas indústrias em sindicatos. Especialmente, no Estado de São Paulo.

Nosso motivo aqui é claro, uma vez que Franchi nasceu nesse Estado e foi advogado engajado em defender sindicalistas, no período do Regime Militar.

Falar do Regime Militar aqui, também, pareceu-nos essencial. Isso porque foi o período que levou Franchi a sair do Brasil para ir à França estudar Linguística. Nesse sentido, todas essas informações estão interconectadas.

Ao mesmo tempo, sua atuação como professor secundarista, como professor de didática de ensino e como vereador nos mostraram um Franchi sempre preocupado com o ensino, com a educação. Sua atuação como vereador (e como candidato a prefeito) aliada a seu conhecimento de ciências jurídicas, inclusive, parecem nos apontar o caminho de seu sucesso como administrador na Unicamp, nos anos 1970; lembrando, inclusive, que Franchi teria muito mais presença nas questões administrativas cotidianas como Diretor Assistente que o próprio Antonio Candido, o então diretor.

Além de tudo isso, ainda temos o seu período de formação na França, que lhe permitiu ter contato com uma teoria linguística extremamente nova e sofisticada ainda nem perto de chegar ao Brasil – Shaumyan, por exemplo, só iria ~~re~~aparecer em textos da linguística brasileira no final dos anos 1980, quando Elena Godoi mencionasse sua Gramática Aplicacional para tratar de sentenças na voz passiva em Português Brasileiro, em sua dissertação de mestrado, orientada por Carlos Alberto Faraco e defendida na UFPR (GODOI, 1988). Mas mais que isso, ao adotar o ponto de vista da linguística francesa, Franchi foi transformando Chomsky quase que em seu adversário natural.

Falaremos mais sobre isso tudo mais adiante.

Por agora, vejamos: essas informações todas acabam por formar um mosaico de quem seria o sujeito Carlos Franchi. Mosaico que, inclusive, compõe suas preocupações temáticas com relação à poesia. Nesta, temos as questões amorosas, as questões linguísticas, as questões cotidianas, as questões pessoais. Nela, temos, também, sua despedida.

Sobre sua despedida, mencionamos aqui um último poema escrito por Franchi, uma espécie de réquiem, o "Último arquivo", escrito em abril de 2001 (FRANCHI; FIORIN, 2011, p. 150):

> Último arquivo
> (29/04/2001)
>
> Tinha uma data azul no calendário.
> Nenhum encontro agendado.
> Nem era vago dia de feriado
> desses de lei ou de breviário,
> nem dia de sobra de um ano bissexto.
> Talvez um recado explicaria
> (que jogaram insuspeito no lixo do cesto)
> o segredo azul daquele dia.
>
> Na sombra da data sombria
> só me lembram duas rimas:
> carcinoma... melanoma...
> que não fecham versos mas estigmas
> que chaveiam vidas.
> Data azul. Bilhete azul!
> para a viagem não prevenida
> ao Cruzeiro do Sul.
> (FRANCHI; FIORIN, 2011, p. 150).

Carlos Franchi morreu em 25 de agosto 2001.

Capítulo 2 – Franchi; o pensador sobre a linguagem

Neste capítulo, trataremos das concepções epistemológicas que subjazem ao pensamento e à teoria de Carlos Franchi. O objetivo é estabelecer um fio condutor entre linguagem, ensino e pesquisa.

Em um primeiro momento, investigaremos a respeito da concepção franchiana da linguagem. Utilizaremos para isso, a publicação de 2002 do artigo que Franchi escreveu chamado "Linguagem – Atividade Constitutiva"[14].

Podemos avisar ao leitor, de antemão, das concepções de linguagem que Franchi não irá assumir. A primeira delas é a "concepção institucional da linguagem, em Saussure, por exemplo" (2002, p. 38); nesse caso, estaria rejeitando o "esvaziamento da própria 'linguagem'" (2002, p. 38-39), posta pelo estruturalismo saussureano, que privilegia a língua em detrimento da linguagem nas abordagens que adotam essa concepção institucional de linguagem. A segunda, a concepção da linguagem aos moldes da "tradição behaviorista bloomfieldiana" (2002, p. 39), ou seja, como "uma entidade teórica desnecessária" (2002, p. 39); além disso, Franchi também descarta, por achar insuficiente, a perspectiva – adotada por teóricos como Searle, por exemplo – que "considera a linguagem e as línguas naturais a partir de noções correlacionadas à comunicação" (2002, p. 40). Por fim, a última concepção a que Franchi não se filia é aquela de teóricos como Chomsky, que explicam a linguagem "pela descrição do processo autônomo e formal por que se constroem sistemas simbólicos" (2002, p. 45).

Nada disso. Franchi concebe a linguagem como *atividade constitutiva*, e como trabalho; dinâmica, portanto, e não estática. Iniciaremos com essa concepção, estabelecendo uma relação entre Franchi e Wilhelm Von Humboldt.

---

[14] Esse texto, na verdade, é parte da introdução de *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*; o que Franchi fez foi retirar a seção cujo título é "Linguagem – Atividade Constitutiva" da introdução de sua tese, repaginar como artigo, adicionando algumas coisas, eliminando outras (essas alterações são o motivo pelo qual, aqui, usaremos o artigo, não a seção), e publicar como um artigo síntese de seu trabalho de doutorado (no caso, sem o formalismo todo que está presente em sua tese). Depois da primeira publicação, em 1977, esse artigo acabou republicado à exaustão em revistas, livros, edições comemorativas, e por aí vai. Usaremos, aqui, a publicação da Revista do Gel, publicada em 2002; essa edição é um número especial em homenagem a Carlos Franchi.

Na sequência, trataremos do que Franchi entende por *indeterminação da linguagem*. Sobre esse conceito, a relação que estabeleceremos será entre Franchi e Mario Bunge, filósofo e físico argentino que discutiu, dentre várias outras coisas, o fazer científico e as construções de modelos teoréticos na ciência.

As concepções de *atividade constitutiva* e de *indeterminação da linguagem* são, como veremos, dois pontos essenciais sobre a natureza da linguagem dentro da teoria franchiana (ILARI, 2003).

Essa noção de linguagem é o que nos levará à concepção de *criatividade*. Veremos que Franchi argumenta que criar é não apenas transgredir ou transcender as regras, mas operar sobre um sistema de regras. Aproveitaremos esse assunto para estabelecer uma relação entre Franchi e Jean Piaget.

Nosso próximo passo será buscar compreender como a criatividade oriunda de uma atividade constitutiva que perpassa a linguagem se aplicaria ao ensino de gramática e de produção escrita. Aqui, a relação que faremos se dará entre Franchi e Antoine Culioli.

Depois, encerraremos nosso percurso pelas concepções franchianas ao tratar do modo como Franchi reflete sobre a ciência e propõe um programa de pesquisa para as humanidades nas universidades brasileiras. Para isso, faremos uma relação, por um lado, com Jean-Louis Cavaillès e, por outro, com Simon Schwartzman.

Nosso objetivo neste capítulo é, considerando todas essas relações, teóricos, teorias e reflexões, apresentar um panorama dos conceitos teóricos de Franchi.

1. A concepção de atividade constitutiva

A concepção de linguagem como atividade constitutiva se encontra em "Linguagem: Atividade Constitutiva"; de acordo com esse artigo, a linguagem seria uma ação constante de uma espécie de construção da própria essência

humana. No já mencionado "O Primeiro 'Relatório de Berkeley' (1981)"[15], publicado postumamente em 2012, podemos ter uma noção mais clara de que Franchi concebe a linguagem:

> [...] como uma atividade constitutiva, isto é, como um processo constitutivo do qual resultam, por um lado, os esquemas categoriais (de natureza relacional e funcional) que correspondem a diversos sistemas de referência, mediadores da interpretação de expressões das línguas naturais em diferentes domínios ou universos de representação; por outro lado organiza, mediante múltiplas estratégias, os recursos expressivos de uma determinada língua natural em um sistema de princípios e regras que constituem sua sintaxe. A linguagem se entende, pois, como uma atividade estruturante, o que não significa assumir que a "gramática" de uma língua natural seja determinada, em sentido formal. Interessa-nos descrever a forma dessa atividade, mais que os resultados dela por meio seja de generalizações de regularidades observadas a nível das expressões, seja de um procedimento ou sistema gerativo, que as construa enquanto objetos sintáticos definidos.
>
> Nessa perspectiva, as línguas naturais são o resultado de uma atividade contínua e constante do homem, histórica e culturalmente determinada, para a construção de instrumentos adequados a sua própria ação – individual e social – a de organizar, dar forma ao conteúdo de suas experiências; a de comunicar-se servindo-se das analogias que associam entre si diferentes sistemas de representação; a de estender sua ação mediante o uso da linguagem, não somente sua ação social a nível da comunicação mas a de construir novos sistemas de referência, novos universos de representação com que amplia sua compreensão além dos limites culturais e naturais que condicionam as formas elementares de manifestação e expressão. (FRANCHI, 2012, p. 230-231)

A atividade linguística teria, portanto, uma função. Constituiria, dessa forma, pensamento e experiência humanas, que estariam em uma relação dialética.

A linguagem estrutura o mundo no pensar, que remodela a linguagem. A linguagem organiza o pensamento, que remodela a linguagem. É o que Chomsky, por exemplo, afirma ao explicar que "há um fator constante e uniforme subjacente a esse 'trabalho mental'; é isso que Humboldt chama de 'Forma' da linguagem"[16] (2009, p. 69). Acontece que, para Chomsky, "a Forma da linguagem é uma estrutura sistemática"[17] (2009, p. 70).

---

[15] Esse relatório foi escrito entre dezembro de 1980 e setembro de 1981; foi publicado postumamente na Revista da ABRALIN em 2012, e referenciado como Franchi (2012).

[16] No original: There is a constant and uniform factor underlying this 'mental labor'; it is this which Humboldt calls the 'Form' of language.

[17] No original: The Form of language is a systematic structure.

Mundo, mente e linguagem estariam numa relação intrincada, um constantemente remodelando o outro. Dessa forma, a linguagem não seria bem uma ponte entre o mundo e a mente. Da relação entre a linguagem, a mente e o mundo é que um sistema mais complexo emergiria. Essa concepção não é nova. Franchi a retira de Humboldt:

> A função primordial da linguagem em Humboldt é, pois, no sentido justo que traçamos, não propriamente a de transmitir aos outros nossas experiências, mas a de 'constituí-las'. A expressão que corre por toda a obra de Humboldt é *Bildung*: por meio da linguagem o homem "'dá forma' (bildet) ao mesmo tempo a si mesmo e ao mundo, ou melhor, torna-se consciente de si mesmo, projetando um mundo no exterior" (carta a Korner, apud Hansen-Love 1972:25). (FRANCHI, 2002, p. 61).

Vejamos o que está por trás desse raciocínio de Humboldt (2002; 2006; 2009), que é o que vai nos ajudar a compreender o de Franchi (1976, 2002). O texto que utilizaremos aqui se chama "Sobre pensamento e linguagem", traduzido por Antonio Ianni Segatto e publicado em 2009 no Brasil – de onde se explica nossa referenciação como Humboldt (2009).

Pois bem, segundo Segatto, na apresentação de sua tradução, Humboldt "propõe uma compreensão da linguagem não apenas como um sistema acabado, mas como atividade" (2009, p. 194). O que isso significa? Dando um passo atrás no tempo, nosso ponto de partida seria a investigação sobre a natureza do pensamento, que já instigava Humboldt, mas que remontava a pensadores muito anteriores a ele. O ponto de partida aqui seria o de que a linguagem seria uma espécie de espelho da mente, posição epistemológica que, de certa forma, já aparece em filósofos como Leibniz (BROWN, 1967; LEIBNIZ, 1989; VAN HAL, 2015).

Se a linguagem é o espelho da mente, então investigar a linguagem é, em última medida, investigar a mente. A posição de Humboldt é a de que a linguagem e a mente estão em uma relação complexa; a linguagem reflete a mente, que reflete a linguagem.

Para Humboldt, o pensamento seria a distinção entre o que pensa e o que é pensado, ou, como ele mesmo diz, "a essência do pensamento consiste no refletir, i.e., na distinção entre o pensante e o pensado" (2009, p. 196). O pensar seria uma espécie de operação sobre o pensado a partir da decomposição e recomposição de suas partes. Esse pensado, esses fragmentos

do pensado, para Humboldt, seria o objeto definido como a linguagem. Para Humboldt, "a essência do pensamento consiste, pois, em produzir divisões em seu próprio curso; formar, por meio disso, totalidades a partir de porções determinadas de sua atividade" (2009, p. 197), e a "designação sensível de unidades, na qual determinadas porções do pensamento são unificadas" (2009, p. 197) seria "chamada, na compreensão mais vasta da palavra, linguagem" (2009, p. 197).

Vejamos que Humboldt afirma que "a linguagem começa, por isso, imediata e simultaneamente ao primeiro ato da reflexão" (2009, p. 197); quer dizer, se linguagem e mente estariam interconectadas e se codeterminando o tempo todo e desde sempre, parece razoável supor que a linguagem estaria constantemente se remodelando, tal como a mente.

A tese humboldtiana é, então, de que a linguagem não é um produto; a linguagem é uma produção. Ou seja, a linguagem não é acabada, finalizada; é, antes, algo que sempre está em um processo contínuo de estruturação e reestruturação.

A formulação clássica de Humboldt é de que "em si mesma, a linguagem não é um produto (*Ergon*), mas uma atividade (*Energeia*)"[18] (HUMBOLDT, 2002; AARSLEFF, 2007; FRANCHI, 2002; GONÇALVES, 2008; OUSTINOFF, 2011). Exatamente porque o pensar é constante atividade humana, e se a linguagem é a constante manipulação do pensar, que é constante atividade humana, só seria possível uma linguagem como constante atividade humana.

É pensando na constante atividade humana que se afirma "o caráter histórico e o condicionamento contextual das línguas naturais" (FRANCHI, 2002, p. 38).

É a partir dessa noção da relação entre linguagem e pensamento que Franchi desenvolve a ideia de que a relação entre mundo e pensamento estaria o tempo todo alterando o sistema de referências (FRANCHI, 2002; ILARI, 2003) do sujeito e, portanto, do sistema de referências de sua linguagem, que precisará se reestruturar para dar conta da nova relação entre sujeito e mundo, e assim por diante. Digamos que, para Franchi, o que interessa são os sistemas de referências; o mundo pode existir, mas a linguagem não fala dele. A linguagem

---

[18] No original: Sie [die Sprache] ist kein Werk (*Ergon*), sondern eine Tätigkeit (*Energeia*).

está todo o tempo operando sobre o mundo e constituindo nele e, a partir dele, sistemas de referências. Nesse caso, as expressões linguísticas se interpretariam nesses sistemas e não no mundo diretamente. Dessa forma, ao argumentar sobre a ideia de que "a linguagem seria a história do homem" (FRANCHI, 2002, p. 58), Franchi defende que "além disso, ela a faz, reformulando e reelaborando os sistemas de referência para a ação humana" (FRANCHI, 2002, p. 58-59).

2. A concepção de indeterminação da linguagem

De Humboldt, chegamos a este trecho:

> Bem repetindo Humboldt, a linguagem é um processo, cuja forma é persistente, mas cujo escopo e modalidades do produto são completamente indeterminados; em outros termos, a linguagem em um dos seus aspectos fundamentais é um meio de revisão de categorias e criação de novas estruturas. Nesse sentido, a linguagem não é somente um processo de representação, de que se podem servir os discursos demonstrativos e conceituais, mas ainda uma prática imaginativa que não se dá em um universo fechado e estrito, mas permite passar, no pensamento e no tempo, a diferentes universos mais amplos, atuais, possíveis, imaginários. (FRANCHI, 2002, p. 66).

Segue desse raciocínio que um dos aspectos da linguagem é a revisão de categorias e a criação de estruturas, ou seja, estamos ou reavaliando o lugar das coisas ou criando coisas em nossa linguagem. Quer dizer, a linguagem nunca está pronta, mas sempre se reformulando para atender ao universo que não só é amplo e irrestrito, como também um entre vários universos. Oras, se vários são os universos pelos quais a linguagem se reconfigura, podemos assumir que uma das propriedades da linguagem é que ela seria, então, contextual. Se a linguagem depende dos universos, dos contextos, para se configurar, inclusive se reconfigurando a cada mudança de universo, ou de contexto, o entendimento aqui é de que ser contextual nos permite assumir, eventualmente, que ela se altera; ou seja, se a linguagem é contextual, e se isso significa que ela está sempre se alterando, então é possível dizer que essa linguagem não se determina, uma vez que se altera sempre, e essa alteração depende de para que universo ela passa, o que não sabemos, ou seja, não determinamos.

Daí a conclusão de que a linguagem é, também, indeterminada.[19]

Essa indeterminação da linguagem tem relação direta com a natureza social e histórica do sujeito e de sua língua. Se o sujeito é fruto de um contexto, então a sua língua e a estrutura da sua língua devem passar pela estruturação e reestruturação que esse contexto acaba por impor.

Para Franchi, "as expressões das línguas naturais não tomam, como uma linguagem formalizada utilizada no cálculo de uma teoria fatual, um domínio de interpretação uno e semanticamente coerente" (2002, p. 66-67). Dessa forma, as línguas naturais sofrem de uma "indeterminação semântica" que surge a partir da ideia de que "relações" se "transportam" no "processo analógico formal" (2002, p. 66). A argumentação de Franchi nos trechos que acabamos de citar envolvem a "construção das expressões mediante procedimentos recursivos" e em "esquemas relacionais de base" que "se estendem a novos campos de objetos ou recortam diferentemente os mesmos domínios" (2002, p. 66).

Essa noção de que a linguagem é indeterminada, ou de que há uma "indeterminação semântica" na linguagem, é uma noção que aparece no pensamento de Mario Bunge, filósofo e físico argentino que escreveu, dentre várias outras coisas, sobre ciência, sobre o fazer científico, sobre os modelos teoréticos. Por que mencionamos Bunge aqui? Porque é dele o conceito de que a linguagem formal de um modelo é "semanticamente coerente", ao contrário das linguagens naturais, que são "semanticamente incoerente"; é dessa incoerência, dessa indeterminação que Franchi parte para investir na ideia de "indeterminação da linguagem".

Uma análise histórico-filosófica, no sentido de Bunge, argumenta que "é possível e gratificante tentar reconstruções racionais de realizações científicas importantes em um passado mais ou menos distante, mesmo que essa reconstrução envolva muita adivinhação"[20] (1973, p. 6). Quer dizer, uma análise histórico-filosófica "traz a entrada (conhecimento, paradigma, problema e

---

[19] Inclusive, esse é o motivo pelo qual a concepção de linguagem de Humboldt e Franchi é incompatível com a Gramática Gerativa, que busca justamente a determinação.

[20] No original: it is possible and rewarding to attempt rational reconstructions of important scientific achievements in a more or less distant past, even if such a reconstruction involves a lot of guesswork.

técnica) e a saída (resultado e novo problema) em casos únicos de ciência real"[21] (1973, p. 6)

Sobre modelagem, Bunge começa por definir que "devemos nos preocupar com objetos modelo e modelos teóricos como esboços hipotéticos de coisas ou fatos supostamente reais, embora possivelmente fictícios"[22] (1973, p. 91). Em primeiro lugar, fazemos a modelagem do objeto. Bunge explica que "uma representação esquemática de um objeto pode ser chamada de objeto de modelo. Se o objeto representado (ou referente) é concreto ou físico, seu modelo é uma idealização dele"[23] (1973, p. 92). Dessa forma, "a representação de um objeto concreto é sempre parcial e mais ou menos convencional"[24] (1973, p. 92). Segundo Bunge, "o objeto modelo perderá certas características de seu referente, poderá incluir elementos imaginários e recapturará apenas aproximadamente as relações entre os aspectos que incorpora"[25] (1973, p. 92). A partir dessa modelagem é que se constrói uma teoria não sobre o objeto, mas sobre o objeto modelo. Segundo Bunge, "Um *modelo teórico* é um sistema hipotético-dedutivo referente a um objeto de modelo, que por sua vez é uma representação conceitual esquemática de uma coisa ou de uma situação assumida como real ou possível"[26] (1973, p. 97). São três os níveis, nesse caso: o referente, que sejam as coisas ou os fatos; o objeto modelo, que seja o esquema conceitual, e o modelo teorético, que seria uma teoria específica (1973, p. 100). Bunge explica que "na semântica, e particularmente na teoria dos modelos (a semântica da matemática pura), o termo "modelo" significa uma

---

[21] No original: brings out the input (background knowledge, paradigm, problem, and technique) and the output (result and new problem) in single cases of real science.
[22] No original: We shall be concerned with model objects and theoretical models as hypothetical sketches of supposedly real, though possibly fictitious, things or facts.
[23] No original: A schematic representation of an object may be called a *model object*. If the represented object (or referent) is concrete or physical, then its model is an idealization of it.
[24] No original: The representation of a concrete object is always partial and more or less conventional.
[25] No original: The model object will miss certain traits of its referent, it is apt to include imaginary elements, and will recapture only approximately the relations among the aspects it does incorporate.
[26] No original: A *theoretical model* is a hypothetico-deductive system concerning a model object, which is in turn a schematic conceptual representation of a thing or of a situation assumed to be actual or possible.

interpretação de uma teoria abstrata, sob a qual (interpretação) todas as afirmações da teoria são satisfeitas (ou verdadeiras)"[27] (1973, p.111).

Ou, em resumo:

> o termo "modelo" designa todo um conjunto de conceitos que devem ser distinguidos. Na ciência teórica, seja natural ou social, o termo parece ter sido atribuído a dois significados principais: (a) o da representação esquemática de um objeto concreto (isto é, o objeto modelo) e (b) o da teoria que caracteriza um objeto modelo. Um modelo teórico vive enquanto a experiência o tolera. Por outro lado, uma teoria geral vive enquanto pode gerar modelos teóricos razoavelmente verdadeiros.[28] (BUNGE, 1973, p. 113).

Quem explica, explicita e exemplifica bem essa ideia de indeterminação da linguagem, ou melhor, das línguas naturais, a partir de uma investigação sobre a indeterminação semântica e da relação entre indeterminação da linguagem e atividade constitutiva da linguagem, é Rodolfo Ilari.

Ilari faz tudo isso num texto publicado em 2003 chamado "Linguagem – atividade constitutiva (ideias e leituras de um aprendiz)", que, como o nome já sugere, é uma espécie de estudo do texto "Linguagem – Atividade Constitutiva" de Franchi, que viemos investigando neste capítulo. Para Ilari:

> Muitas aplicações respeitáveis da tese de Franchi têm levado em conta um conceito que, no quadro teórico esboçado por ele, é pelo menos tão importante quanto o de "atividade constitutiva", o de "indeterminação da linguagem". A linguagem é indeterminada, e para conviver com essa indeterminação os falantes são obrigados a escolhas que criam uma sobredeterminação. A linguagem é indeterminada, portanto o sentido dos enunciados linguísticos não pode ser definido em termos dos enunciados empregados, precisa sê-lo em termos do uso desses enunciados. (ILARI, 2003, p. 71).

Dessas muitas aplicações, veremos algumas quando formos apresentar alguns dos trabalhos que foram orientados por Franchi (COUDRY, 1986; POSSENTI, 1986; GERALDI, 1990; CANÇADO 1995).

---

[27] No original: In semantics, and particularly in model theory (the semantics of pure mathematics), the term 'model' signifies an interpretation of an abstract theory, under which (interpretation) all the statements of the theory are satisfied (or true).

[28] No original: the term 'model' designates a whole set of concepts that should be distinguished. In theoretical science, whether natural or social, the term seems to have been assigned two main significations: *(a)* that of schematic representation of a concrete object (i.e., model object), and *(b)* that of theory characterizing a model object. A theoretical model lives as long as experience tolerates it. On the other hand a general theory lives as long as it can generate reasonably true theoretical models.

Por agora, o que gostaríamos de ressaltar é que argumentar na direção de que a linguagem seria indeterminada está em uma relação estreita com o fato de que a linguagem é atividade constitutiva. Isso porque se os enunciados linguísticos precisam ser definidos no uso, já que a linguagem é indeterminada, então a escolha que os falantes fazem para dar sentido àquilo que eles falam envolve a ideia de que "a atividade linguística é constitutiva num sentido semanticamente relevante toda vez que resulta em questionar ou modificar o sistema de referências através do qual olhamos para a realidade" (2003, p. 71).

Nessa investigação, Ilari nos oferece alguns "exemplos em que a linguagem exerce um papel criativo e transformador" (2003, p. 65); e chamamos especial atenção para papel criativo desse trecho, "pois o ensinamento de Franchi resultaria empobrecido se concluíssemos que a linguagem é constitutiva apenas do sistema de referência já constituído em relação ao qual se interpreta" (2003, p. 65). Os exemplos apontados por Ilari seriam os de: i) monitoramento, ii) criação de objetos não convencionais e iii) subversão (2003, p. 65).

O *monitoramento* seria o "processo pelo qual a linguagem se associa a um determinado conjunto de experiências" (ILARI, 2003, p. 65). Nesse caso, o sujeito passaria por situações que reconfigurariam o modo como esse mesmo sujeito lidaria com a linguagem. Ilari dá o exemplo do conceito de *sífilis*, que essencialmente transitou de concepções místicas a científicas, e a palavra "sífilis", dessa forma, se realocou no sistema de referência dos sujeitos para representar não mais um castigo divino, mas uma doença (2003, p. 66). Notemos aqui que a palavra não sofreu alteração; antes, o conceito atribuído a ela que se redefiniu. Dessa forma, diferentes experiências se associam à linguagem, reconfigurando essa linguagem, remodelando o sistema de referências. Essa associação, explica Ilari, permite "que seus limites sejam redefinidos, e suas articulações internas reformuladas, sem perda de continuidade" (2003, p. 65).

O outro exemplo, oposto ao monitoramento, seria o da *criação de objetos não convencionais*. Nesse caso, "a plasticidade da linguagem pode ser explorada no sentido de operar deliberadamente sobre a forma para construir objetos não convencionais" (2003, p. 67). O exemplo aqui seria o dos adjuntos restritivos em estruturas nominais. Ilari dá o exemplo de "o Caruso cantor cobra por seus recitais, beneficentes ou não. O Caruso homem contribui generosamente para as causas nobres" (2003, p. 68). Poderíamos pensar aqui

em vários outros exemplos que fracionam um nome próprio a partir de um restritor, como "A Curitiba jovem gosta de festa, mas a Curitiba velha gosta de ficar em casa". Segundo Ilari, esses adjuntos fracionariam um nome próprio como "Curitiba" em dois, numa espécie de "semi-referentes" (2003, p. 68). A novidade aqui estaria nessa restrição sobre um nome próprio.

O último exemplo que Ilari apresenta é o de *subversão*. Aqui, o mecanismo seria o de "extensão ou aplicação metafórica". Nesse caso, Ilari argumenta que "a metáfora é, acima de tudo, uma operação cognitiva" (2003, p. 70). Para ele, "a aplicação, por metáfora, de uma palavra inesperada a uma realidade conhecida tem esse efeito de filtro" (2003, p. 70). O filtro em questão seria uma espécie de distorção de uma suposta realidade. Ilari vai além, explicando que "quando esse recurso" – o da aplicação da metáfora – "é aplicado com sucesso no discurso científico, novas sínteses tomam forma, num processo de reorganização cujo potencial é enorme" (2003, p. 70). No final, Ilari defende que "a metáfora é o principal recurso linguístico de que dispomos para intervir criativamente sobre as representações mentais recebidas" (2003, p. 70). Exemplos disso seriam "a cintura da minha mão" para designar o pulso; ou "o banheiro das roupas" no lugar de lavanderia; ou então "a capa do olho" para se referir à pálpebra.

Portanto, assumir que a linguagem é uma atividade constitutiva leva Franchi a uma concepção de criatividade (FRANCHI, 1991; FRANCHI, 2002; FRANCHI, 2012).

3. A concepção de criatividade

A discussão sobre o que seja a criatividade não é nova e, claro, perpassa o próprio Humboldt. Nesse caso, a criatividade teria a ver com esse poder constitutivo da linguagem. Franchi, compreendendo isso, discute a criatividade em seu texto "Criatividade e Gramática", publicado em 1991[29], e elabora a sua concepção sobre a natureza da criatividade como início de sua reflexão sobre o ensino de gramática.

---

[29] Assim como "Linguagem: Atividade Constitutiva", esse texto tem uma série de republicações. A primeira publicação foi a de 1991, que é a que utilizaremos neste trabalho.

Franchi inicia a discussão assumindo que, frequentemente, a criatividade é entendida como i) a subversão da regra para a criação de algo novo e ii) a operação com e sobre as regras. Para Franchi (1991):

> Muitas vezes se tem vinculado criatividade à originalidade, à ruptura de padrões, ao estabelecimento de novos e surpreendentes sistemas de referência. De um certo modo, supõe-se que a criatividade repousa sobretudo sobre as manifestações não sujeitas a regras ou ao estabelecimento de regras pessoais e próprias de manifestação. O comportamento divergente não deixa de ser um comportamento criativo, mas a redução de um ao outro, sem mais, não somente limita a noção de criatividade como dificulta a ação pedagógica que se pretende criativa. Não somente se pode falar de criatividade em inúmeras atividades sujeitas a certo tipo de regras e de princípios gerais como ainda em relação a manifestações compartilhadas e sociais. (FRANCHI, 1991, p. 9).

Se a criatividade é ponto importante no ensino, e a criatividade tem a ver apenas com originalidade, então o ensino que não compreenda o poder criativo da operação sobre o próprio sistema é, de saída, problemático. O argumento de Franchi é de que a redução da criatividade à transgressão é limitadora. Interessa, também, a outra criatividade. A da operação sobre as regras. Nesse caso, a criança, ou o aluno, iria criando um sistema de regras a partir da sua relação com o mundo e iria aprendendo a operar sobre esse sistema.

Franchi retoma, como argumento, um breve histórico do que seja o entendimento sobre a ação. Essa ação pode ser física. Vejamos um exemplo hipotético.

Tomemos um exemplo breve: suponhamos uma criança que irá comer uma sopa sem saber qual talher usar. Ela pode tentar, primeiro, com um garfo. Isso não iria funcionar, uma vez que o caldo da sopa vazaria por entre os espaços do garfo. Ela pode, então, tentar com uma colher. Isso iria funcionar, uma vez que a colher não é vazada.

Na verdade, devemos considerar que, mesmo não vazada, a criança pode não conseguir comer a sopa. Para além do formato do recipiente, ela cria hipóteses sobre a posição e a forma de usar o garfo ou a colher. Hipóteses criadas, a criança procede no sentido de testá-las. Na testagem dessas hipóteses, a criança encontra uma série de problemas. Pode ser que a comida escorra pelo meio do caminho por exemplo, no caso de a colher estiver na posição diagonal. Se isso acontece, a criança deve testar mudar o ângulo, até

chegar à posição horizontal da colher, necessariamente com a parte côncava para cima.

O que queremos exemplificar aqui é que essa experiência de comer uma sopa com colher, descartando o garfo, ocorre pela ação da criança com os objetos (esses objetos seria a colher, o garfo e a sopa).

Seguindo com o nosso exemplo, imaginemos, agora, que essa criança fosse tentar comer, algum tempo depois, uma canja. Ela já havia tentado, na outra ocasião, comer a sopa com o garfo. Já havia levantado hipóteses, já havia testado hipóteses, já havia chegado a uma conclusão sobre o melhor modo de comer a sopa. Ela sabe que, naquela situação, com uma comida com caldo, o melhor a se fazer é usar uma colher. Do problema anterior, a criança empresta uma solução para esse novo problema.

Essa nova operação, de aplicar mentalmente a solução de um problema a outro, é mais abstrata, racional, do que a que descrevemos no parágrafo anterior, que consistia na experiência com o concreto, empírica.

Essa concepção do que seja criatividade tem a ver com o construtivismo de Piaget, segundo o qual o desenvolvimento ocorre por etapas. A criança constrói do mais concreto para o mais abstrato. Para Piaget (1980):

> De fato, nenhum conhecimento é baseado apenas nas percepções, pois elas são sempre direcionadas e acompanhadas de esquemas de ação. O conhecimento, portanto, procede da ação, e toda ação repetida ou generalizada através da aplicação a novos objetos gera, por esse mesmo fato, um "esquema", isto é, um tipo de conceito prático. A relação fundamental que constitui todo o conhecimento não é, portanto, uma mera "associação" entre objetos, pois essa noção negligencia o papel ativo do sujeito, mas a "assimilação" de objetos aos esquemas desse sujeito.[30] (PIAGET, 1980, p. 23-24).

Percepção. Ação. Objetos. Relações. Esquemas. A teoria construtivista de Piaget é, essencialmente, interpretativa. Ela supõe a interpretação de um dado mundo. Como veremos, Franchi utiliza muito do construtivismo piagetiano. Dessa forma, entender o pensamento de Piaget pode nos auxiliar a entender o

---

[30] No original: In fact, no knowledge is based on perceptions alone, for these are always directed and accompanied by schemes of action. Knowledge, therefore, proceeds from action, and all action that is repeated or generalized through application to new objects engenders by this very fact a “scheme”, that is, a kind of practical concept. The fundamental relationship that constitutes all knowledge is not, therefore, a mere “association” between objects, for this notion neglects the active role of the subject, but rather the “assimilation” of objects to the schemes of that subject.

pensamento de Franchi. Vale lembrar, aqui, que parte do programa de pesquisa piagetiano desenvolveu-se na segunda metade do século XX, época em que Franchi estava construindo sua formação como linguista na França. Dessa forma, o pensamento piagetiano aparece nos escritos franchianos em mais de uma ocasião (como veremos, o próprio uso da lógica combinatória vai surgir dessa aproximação de Franchi com Piaget).

Por agora, vejamos o que foi a teoria de Jean Piaget.

Comecemos pelo seguinte: em 2014, Kohler publicou uma biografia de Piaget. Nessa biografia, Kohler explica, evidentemente, alguns dos conceitos mais importantes de Piaget. Dessa forma, para estabelecer esse panorama, prosseguiremos esta seção com comentários tanto de Piaget quanto de Kohler para compreender o que seja o construtivismo.

Comecemos, por, em primeiro lugar, explicitar que Kohler explica que "os conceitos psicológicos básicos de Piaget não são os de sujeito e ação, mas os de organismo e comportamento"[31] (2014, p. 163). Isso é importante porque Piaget, sendo biólogo, fundamentou parte de seu pensamento e de seus conceitos a partir do instrumental que a biologia[32] oferecia na época. Considerando isso, Kohler prossegue, afirmando que "o comportamento de seres humanos, entretanto, não é determinado por urgências e instintos fixos, mas controlada por estruturas e esquemas ativamente controlados"[33] (2014, p. 163). A pergunta seria: o que Piaget entende por estrutura e esquema? É o que tentaremos explicar agora.

Uma estrutura cognitiva, para Piaget, segundo Kohler, "consiste em um grupo de esquemas, que formam um todo"[34] (2014, p. 163). Elas – as estruturas – são "os resultados de atividades e definem a competência de um indivíduo para entender o mundo. Elas fixam, diz Kohler, "o escopo de interpretação e

---

[31] No original: Piaget's basic psychological concepts are not subject and action but rather organism and behavior.

[32] Vejamos, por exemplo, a ideia de homeostase, cunhada por Walter Cannon. Na essência, a homeostase seria o equilíbrio interno do corpo independente do que aconteça fora do corpo (DAMÁSIO, 2011, 2012). Pois bem, como veremos, parte do que Piaget defende em sua teoria tem a ver exatamente com a busca pelo equilíbrio interno entre as coisas que conhecemos.

[33] No original: The behavior of human beings, however, is not determined by fixed urges and instincts but is controlled by actively developed schemata and structures.

[34] No original: consists of a group of schemata, which form a whole.

então mudam a realidade" (2014, p. 163). Ou, para explicar melhor, vamos assumir que:

> as estruturas contêm conexões reguladas entre os conteúdos do pensamento, e, de forma semelhante a esses conteúdos, nunca serão completamente desenvolvidas. Durante a infância e a juventude, entretanto, reorganizações governadas por leis ocorrem nas estruturas cognitivas, o que resulta num aumento qualitativo na inteligência.[35] (KOHLER, 2014, p. 163).

Dessa forma, temos que os conteúdos do pensamento são conectados de forma controlada.

Essas conexões, de acordo com Kohler, estão contidas nas estruturas cognitivas. Insistindo um pouco mais nessa ideia de estrutura, o entendimento deve ser o de que "estruturas são os resultados da coordenação de ações e abstrações reflexivas, que formam uma espécie de equilíbrio cognitivo, por causa das leis universais de transformação que governam suas composições"[36] (2014, p. 229).

Porém, agora que sabemos o que são essas estruturas, podemos nos perguntar: quais as suas propriedades? Bem, essas estruturas possuem:

> [...] três propriedades essenciais: totalidade, transformações e autorregulação. A noção de Piaget de estruturas desenvolvidas a partir do conceito filosófico de totalidade foi, mais tarde, moldada pela teoria da Gestalt e pelo conceito matemático de conjuntos e foi finalmente combinada com a cibernética.[37] (KOHLER, 2014, p. 229)

Não é por acaso que essas três propriedades estão aí. O pensamento de Piaget tem uma espécie de débito bastante profundo com a filosofia de Bergson; já que ela formou a base do pensamento de Piaget, uma vez que, segundo Kohler, "teoria do conhecimento e a teoria da vida parecem ser inseparáveis uma da outra" (2014, p. 19). Essa filosofia é importante porque,

---

[35] No original: contain regulated links between the contents of thought, and, like the contents, will never be fully developed. During childhood and youth, however, law-governed reorganization occurs of the cognitive structures, which results in a qualitative increase in intelligence.

[36] No original: Structures are the results of the coordination of actions and reflective abstractions, which form a certain cognitive equilibrium, because of the universal laws of transformation that govern their composition.

[37] No original: three essential properties: wholeness, transformations, and self-regulation. Piaget's notion of structures developed from the philosophical concept of wholeness was later shaped by the Gestalt theory and the mathematical concept of sets and was finally combined with cybernetics.

mesmo que tenha tido alguma desavença com alguns aspectos da filosofia bergsoniana, Piaget "assimilou, na verdade, a filosofia de Bergson a longo prazo, uma vez que a teoria do desenvolvimento autônomo da criança é largamente baseada no conceito de *elã vital*"[38] (2014, p. 28).

Podemos, agora, voltar a nossa sequência: percepção, ação, objetos, relações, esquemas. Expliquemos melhor isso. Não basta apenas perceber o mundo, a criança deve agir no mundo. Ação é uma relação. Essa relação entre a criança e os objetos que se dá por meio da ação (repetidas vezes) é generalizada e abstraída em um esquema. Basicamente, um esquema "permite o reconhecimento de coisas e situações ao abstrair as diferenças e os contextos. É um instrumento, que conecta uma atividade específica a uma situação e implica que a mesma atividade vai gerar o mesmo resultado"[39] (2014, p. 163).

Esses esquemas são novos objetos com os quais a criança opera para formar novos esquemas, e assim sucessivamente, ou melhor, construtivamente. Para isso funcionar, dois mecanismos são essenciais: a assimilação e a acomodação:

> Assimilação significa a integração ativa de objetos, usando os esquemas e conceitos existentes. O mundo externo é transformado de forma a torná-lo parte integrante de si mesmo. No início de seu desenvolvimento, a criança manipula os objetos de maneira relativamente livre, a fim de fortalecer seus esquemas inatos ou adquiridos. Se um tronco de madeira se torna um navio para a criança, a criança assimila o tronco ao seu conceito cognitivo de navio. A quantidade e a qualidade das estruturas cognitivas adquiridas determinam o potencial de possíveis interpretações e experiências. Cada vez que o quadro interno de teorias e expectativas permite a assimilação de um fenômeno, sua utilidade é confirmada. Se a assimilação falhar, as estruturas deverão ser alteradas. A função reativa da acomodação ocorre no caso de uma discrepância ou ruptura, para a qual o organismo ainda não possui um esquema ou conceito testado e comprovado. Se uma criança, com o hábito de enfiar o dedo na tigela de açúcar e lambê-la com gosto, passa o dedo em uma tigela de sal, é forçada, pelo ambiente, a aprender a diferença entre essas duas substâncias brancas e granuladas.[40] (KOHLER, 2014, p. 164).

---

[38] No original: But Piaget had, in fact, assimilated Bergson's philosophy with long-lasting effects, for the theory of the child's autonomous development is largely based on the underlying concept of the *élan vital*.

[39] allows the recognition of things and situations by abstracting from differences and contexts. It is an instrument, which links a specific activity to a situation and implies that the same activity will yield the same result

[40] No original: Assimilation means the active integration of objects, by using the existing schemata and concepts. The external world is transformed in such a way as to render it an integral part of oneself. At the start of his development, the child manipulates the objects relatively freely in order

Voltamos, aqui, ao nosso exemplo da criança comendo a sopa com a colher do começo desta seção. Agora, é possível entender nossa pequena narrativa a partir do pensamento piagetiano. Dessa forma, de acordo com Kohler, "Piaget adotou a ideia de que o desenvolvimento, em particular o desenvolvimento mental, implicava um esforço pelo equilíbrio, pelo qual a adaptação é vista como o resultado do equilíbrio alcançado"[41] (2014, p. 166). O desequilíbrio, no caso, seria essa tensão que surge, no nosso exemplo, quando o garfo não dá conta para comer a sopa. Aprender que a colher, e não o garfo, é mais apropriada para a tarefa de comer sopa – e, por extensão, refeições que sejam parecidas com uma sopa, por exemplo, uma canja – seria, digamos assim, o sistema se equilibrando.

Franchi investiga, por diversas vezes, a aproximação de elementos da teoria piagetiana com a linguística, ou melhor, com os fenômenos que subjazem às relações entre os sujeitos e as línguas naturais, ou entre o pensamento e as línguas naturais. É o caso, por exemplo, desse trecho:

> Na psicologia, muitos autores vêm reforçando as hipóteses de que o processo cognitivo, particularmente o processo de categorização, se desenvolve a partir de semelhantes esquemas relacionais e interacionais. (Vejam-se por exemplo os trabalhos citados na bibliografia de Katherine Nelson (particularmente 1973; 1974) e de Cláudia T. G. de Lemos, que, em diferentes abordagens teóricas põem em evidência diferentes tipos de formação de "*frames*" que aproximadamente corresponderiam aos cognitivos e interacionais de Fillmore; esses trabalhos não são, certamente, incompatíveis no fundamental com a teoria piagetiana que analisa a permanência e categorização dos objetos em um conjunto estruturado de esquemas funcionais e relacionais e mesmo com a teoria relacional de Cassirer (sobretudo CASSIRER, 1953)). (FRANCHI, 2012, p. 250).

---

to strengthen his innate or acquired schemata. If a wooden log becomes a ship for the child, then the child has assimilated the log to his cognitive concept of a ship. The quantity and quality of the acquired cognitive structures determine the potential of possible interpretations and experiences. Each time, as the internal framework of theories and expectations permits the assimilation of a phenomenon, its usefulness is confirmed. If assimilation fails, the structures must be changed. The reactive function of accommodation occurs in the case of a discrepancy, or disruption, for which the organism has no tried-and-tested schema or concept as yet. If a child, who is in the habit of putting his finger into the sugar bowl and licking it with gusto, happens to put his finger into a bowl of salt, he is forced, by the environment, to learn the difference between these two white, grainy substances.

[41] Piaget adopted the idea that development, in particular mental development, implied a striving for equilibrium, whereby adaptation is seen as the result of the equilibrium achieved.

Franchi chega a comparar esse tipo de construção criativa do conhecimento ao trabalho de um artesão. Menos preocupado com a obra acabada, mais preocupado com o processo do artesanato.

Um artesão não finalizaria sua obra; finalizariam sua obra por ele. Essa metáfora seria, essencialmente, a concepção de linguagem não como produto acabado, mas como um processo, de Humboldt, que já vimos na seção anterior. Explicitando melhor essa metáfora, seria dizer que, para o artesão, a obra acabada, a escultura pronta, diria menos sobre o processo criativo que o processo de esculpir essa escultura. Gombrich, em seu famoso livro sobre História da Arte, apresenta ao leitor alguns estudos de que pintores se serviram antes de efetivamente pintar alguma coisa.[42] Estudos que investigavam a melhor perspectiva para construir o espaço, estudos que investigavam um melhor posicionamento dos personagens em cena. Estudos, no caso, esboços. Vários esboços que acabam servindo para que o artista escolha, para compor o resultado de sua pintura, os elementos mais bem sucedidos dos vários esboços que foram feitos antes. E é esse o processo de que Franchi fala quando menciona que o processo de um artesão diz mais sobre a construção criativa que a obra acabada.

Seria até possível dizer que um autor, ao ter sua obra finalizada, partiria para a próxima; da obra finalizada, sobrariam suas ferramentas e suas experiências, que serviriam para os novos esboços e estudos na composição de um novo artesanato. E assim sucessivamente.

Dessa forma, importa muito menos a chegada e muito mais a travessia, uma vez que é nela que se fazem todas as escolhas a respeito de qual é o melhor jeito de usar a linguagem para algo; é nesse processo que a linguagem se põe efetivamente em movimento e se organiza e se arranja e se rearranja por intermédio do sujeito que opera sobre ela sobre um mundo com o qual esse sujeito se relaciona.

---

[42] Ao leitor interessado, sugerimos já a introdução do livro de Gombrich; nela, o autor apresenta uma breve discussão utilizando uma das mais famosas Madonas de Rafael, a "Virgem no prado". Para a discussão, Gombrich nos apresenta ainda os "Quatro estudos para a 'Virgem no prado'", esmiuçando o modo como a composição de uma obra é, antes, fruto de um imenso trabalho por parte do autor (GOMBRICH, 2006, p. 34-37).

Poderíamos pensar, novamente, em Piaget. Aliás, que se compare a ideia geral de Piaget com este trecho de como Franchi (2012) concebe a estrutura da linguagem:

> Em outros termos, rejeita-se a hipótese de um modelo estrutural baseado em um sistema fixo e imanente de categorias. Estas têm que entender-se como "dependentes do contexto", ou seja, definidas no interior de esquemas funcionais que descrevem o próprio processo construtivo da linguagem. (E qualquer caracterização de universais da linguagem, indispensável para quem assuma os pressupostos que assumimos, somente pode fazer- se em termos desses esquemas de ação, do processo, e não dos objetos variáveis que se tomam neles, ou como elementos, ou como valores resultantes.).
> Ainda, os resultados dessa atividade, seja do ponto de vista sintático que se refira à construção e transformação dessas expressões, seja do ponto de vista da interpretação dessas expressões em determinados domínios de significação, tem que levar em conta sua "circunstancialidade", esse caráter do "em se fazendo" da linguagem: cada expressão é a abreviatura de uma rede complicada de pressuposições (no sentido mais amplo desse termo), levando a um processo condicionado de inferências (ainda em sentido suficientemente vago para incluir implicaturas e implícitos), por si mesma necessariamente ambígua e elíptica. (FRANCHI, 2012, p. 231-232).

Nesse caso, o "interior de esquemas funcionais" que "descrevem o processo construtivo da linguagem" serviria bem para compreendermos, mais, as ideias não apenas de atividade constitutiva da linguagem e de trabalho com a linguagem, ou então do *Ergon* e da *Energeia* de Humboldt, como também de indeterminação da linguagem, ou então da incoerência semântica de Bunge.

Note-se que por ser indeterminada semanticamente, a linguagem precisa ser constantemente rearranjada para dar conta de um sistema de referências e, ao ser constantemente remodelada, a linguagem também precisa ser constantemente constituída.

Desse modo, fica bastante evidente as relações entre linguagem como atividade constitutiva, indeterminação da linguagem – que havíamos apresentado na seção anterior – e criatividade, que apresentamos nesta seção. A linguagem seria, ela mesma, elemento essencial da criatividade humana. Nosso próximo passo é, então, compreender como essas concepções todas lançam luz sobre o que Franchi compreende por ensino.

4. A concepção de ensino

Já vimos que a linguagem é atividade constitutiva da experiência humana e que a criatividade perpassa a linguagem. O problema seria, então, dar conta dessa nova concepção da linguagem no ensino.

O primeiro problema é o caráter instrumental da linguagem (FRANCHI, 1991).

Aqui, Franchi fala sobre a escola ativa. Vejamos.

Para retomar o pensamento piagetiano, vejamos que Kohler explica que "inicialmente, Piaget entendeu que a atividade era de natureza física"[43] (2014, p. 135); "mais tarde, porém, Piaget retornou a essa ideia de atividade"[44] (2014, p. 135); sua reflexão sobre atividade envolveria uma série de elementos mais ou menos distintos que relacionariam i) "ativo, pesquisa empolgante e passivo, recepção chata"[45] (2014, p. 135), ii) "novo, escola progressiva e velho, escola conservadora"[46] (2014, p. 135), iii) "centrado no aluno, aulas cooperativas, centrado no professor, aulas autoritárias"[47] (2014, p. 135) e iv) "compreensão dos problemas e aprendizado de material"[48] (2014, p. 135).

Nesse caso, estaríamos pensando numa reflexão própria do que seria a Escola Ativa, e novamente Kohler resume bem a ideia:

> Bovet cunhou a expressão *escola ativa* para a escola que foca na iniciativa inquisidora da própria criança. [...] Com esse conceito, Bovet combinou os princípios de *escola do trabalho* de Georg Kerschensteiner (1854–1932), o *método ativo* de Henri Marion (1846–1896) e a resolução de problemas de John Dewey (1859–1952), juntando com as teorias de atividade da criança (de Spencer e James) e de autodesenvolvimento ativo (de acordo com Bergson).[49] (KOHLER, 2014, p. 134)

---

[43] No original: Initially, Piaget understood activity to be of a physical nature.
[44] No original: Later, however, Piaget returned to his idea of manual activity.
[45] No original: active, exciting research and passive, boring reception.
[46] No original: new, progressive school and old, conservative school.
[47] No original: pupil-centred, cooperative lessons and teacher-centered, authoritarian lessons.
[48] No original: understanding of problems and rote-learning of material.
[49] No original: Bovet had coined the expression *école active* for a school that focuses on the child's own inquisitive initiative. [...] With his concept, Bovet combined the principles of the *Arbeitsschule* of Georg Kerschensteiner (1854–1932), the *méthode active* of Henri Marion (1846–1896) and the problem-orientation of John Dewey (1859–1952), together with the theories of child activity (of Spencer and James) and of active self-development (according to Bergson).

Franchi argumenta que o ensino deve ir do mais intuitivo para o mais sistemático. A operação sobre a linguagem iria do próprio uso da linguagem para uma reflexão sobre a linguagem para uma sistematização sobre a linguagem. Como veremos mais adiante, esse raciocínio tem relação com a concepção de Antoine Culioli de atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas (CULIOLI, 1968, 1995, 1999a, 1999b, 2000).

A ideia é bastante próxima à da construção do conhecimento proposta por Piaget: a criança age. Essa ação gera um esquema de ação. A criança opera com esse esquema. Do mais concreto ao mais abstrato. Não seria diferente com a linguagem. O indivíduo age com a linguagem. As ações geram esquemas que fazem com que ele consiga operar com a linguagem sobre a linguagem. Novamente, e de acordo com o que Piaget entende por desenvolvimento (construtivista), a criança procede do mais concreto ao mais abstrato.

O papel do professor, portanto, não seria o de transmitir o conhecimento. Seria, antes, o de fazer com que o aluno construísse o conhecimento linguístico abstrato a partir do uso efetivo da linguagem.

Dessa forma, caberia ao professor levar o aluno a sistematizar seu entendimento sobre a linguagem a partir do uso cotidiano dessa linguagem em suas mais variadas funções. As várias possibilidades de uso da linguagem, as várias alternativas a construções realizadas pelos alunos é que abririam caminho para uma reflexão mais elaborada sobre os elementos formais que constituiriam uma gramática de uma língua.

O contexto social do aluno e o processo pedagógico importam, portanto. Se formos considerar, por exemplo, o pensamento piagetiano no debate, veremos que, de acordo com Kohler, "Piaget, também, enfatizou a liberdade e a experiência prática como precondições para uma educação que se direcione para a autonomia"[50] (2014, p. 142).

Uma rápida digressão: Saviani (2008) vai explicar sobre aquilo que pode ser chamado de "pedagogias contra-hegemônicas". O nome, claro, tem a ver com o fato de que esse tipo de pedagogia ia contra o protótipo do que era a educação na época.

---

[50] No original: Piaget, too, emphasized that freedom and practical experience were preconditions for an education towards autonomy.

No caso, a orientação oficial sobre a educação da época era a que abolia, ao máximo, o pensamento crítico a respeito, por exemplo, das desigualdades sociais espalhadas em boa parte – arriscaríamos a dizer em todo – o território nacional.

Acontece que, aparentemente, munir a população com pensamento crítico não era algo bem quisto por um governo autoritário. Basta ver como Paulo Freire, um dos educadores que Saviani (2008) elenca nesse grande grupo das "pedagogias contra-hegemônicas", foi apontado como inimigo do governo brasileiro em pleno 2020.

Ainda sobre essas pedagogias: elas teriam, como se pode compreender pelo parágrafo anterior, um caráter social, crítico, o que estava, obviamente, à esquerda no espectro político. Bom, de fato, Franchi não escapou de receber a alcunha jocosa de "esquerdista"; ao menos, é o que nos revela Archippo Fronzaglia Júnior quando conta que os anos 1960 "eram tempos em que começavam praticamente a surgir por aqui posições consideradas de 'esquerda' e de 'direita'. Sem qualquer fundamento, fomos alcunhados de esquerdistas" (2009, p. 120).

Pois bem, Saviani (2008) ainda nos explica que uma das vertentes dessa pedagogia seria a "pedagogia crítico-social dos conteúdos". Para esse subgrupo:

> O papel primordial da escola é difundir conteúdos vivos, concretos, indissociáveis das realidades sociais. E os conteúdos do ensino não são outros senão os conteúdos culturais universais que vieram a se constituir em patrimônio comum da humanidade, sendo permanentemente reavaliados à luz das realidades sociais nas quais vivem os alunos. Desse entendimento decorre que a "postura da pedagogia dos conteúdos" implica que ao professor cabe, de um lado, garantir a ligação dos conhecimentos universais com a experiência concreta dos alunos (continuidade) e, de outro lado, ajudá-los a ultrapassar os limites de sua experiência cotidiana (ruptura). Consequentemente, os métodos de ensino estarão, logicamente, subordinados à questão do acesso aos conhecimentos sistematizados. Assim sendo, os métodos não partem de um saber artificial nem do saber espontâneo, mas se empenharão em relacionar a prática dos alunos com os conteúdos propostos pelo professor. (SAVIANI, 2008, p. 23).

O que se parece, bastante, com a discussão de Franchi (1991) sobre as atividades linguísticas. Para Franchi (1991):

> Na verdade, nosso exemplo de trabalho com o texto, no item precedente, é um exemplo de uma atividade epilinguística intensa, provocada e estimulada pelo professor. Melhor ainda quando supõe a participação, a contribuição, a crítica recíproca, a escolha. Por um lado, ela se liga à atividade linguística, à produção e à compreensão do texto, na medida em que cria as condições para o desenvolvimento sintático dos alunos: nem sempre se trata de "aprender" novas formas de construção e transformação das expressões; muitas vezes se trata de tornar operacional e ativo um sistema a que o aluno já teve acesso fora da escola, em suas atividades linguísticas comuns. Mas por outro lado, essa atividade é a que abre as portas para um trabalho inteligente de sistematização gramatical. Porque é somente sobre fatos relevantes de sua língua (relevantes = carregados de significação) que o aluno de gramática pode fazer hipótese sobre a natureza da linguagem e o caráter sistemático das construções linguísticas, e pode um dia falar da linguagem, descrevê-la em um quadro nocional intuitivo ou teórico. Uma atividade metalinguística. (FRANCHI, 1991, p. 37).

Saímos dessa breve digressão com o seguinte: de uma vez só, Franchi (1991) nos dá a possibilidade de compreender seu posicionamento a respeito da sua posição como educador – ele não se alinha explicitamente com Saviani, a aproximação fomos nós que estabelecemos – e a respeito de sua afiliação a uma teoria francesa da linguagem bastante particular: a de Antoine Culioli. Podemos inferir isso porque o trecho que acabamos de reproduzir relaciona-se com as noções de linguístico, epilinguístico e metalinguístico tais como apresentadas pelo linguista francês.

Assim como fizemos com Humboldt e com Piaget, vejamos um pouco do que seria a teoria de Culioli. O objetivo, novamente, é que compreender essa teoria pode nos ajudar a compreender o pensamento franchiano. Para Culioli, "o problema da linguística, entretanto, é o que segue: seu objeto é a língua ou a linguagem? Para mim, é *a linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais e seus registros*"[51] (CULIOLI, 1995, p. 13; CULIOLI, 2000, p. 179).

Essa afirmação dá conta do que seria a espinha dorsal da investigação linguística de Culioli.

Considerando isso, o programa de Culioli é "o estudo sistemático da significação em que ela é linguisticamente acessível, isto é, nas sequências textuais" (DOTA, 1995, p. 158). Isso significa que Culioli "parte dos observáveis

---

[51] No original: the problem of linguistics, however, is the following: is its object languages or language? For me it is *language apprehended through the diversity of natural languages and registers*

para chegar a uma formalização de um problema em linguística" (CUMPRI, 2012, p. 9). Segundo Culioli:

> Meu objetivo foi começar do zero, ou seja, reunir observações localmente comparáveis usando uma teoria dos observáveis, depois construir uma representação formal das observações por meio de um sistema de representação metalinguística. Meu argumento é que as expressões exibem formas que derivam de formas complexas que o linguista reconstrói através da modelagem. O objetivo é revelar o funcionamento formal subjacente à produção e ao reconhecimento de formas interpretáveis, a saber, enunciados.[52] (CULIOLI, 2000, p. 178).

Ou, melhor explicando, a atividade metalinguística produz enunciados que representam enunciados anteriores. Remodelagem sucessiva, uma vez que a linguagem não é acessada diretamente (CUMPRI, 2012).

Ou, como Culioli mesmo afirma:

> A linguagem, que é uma atividade representacional significativa, só é acessível através de sequências de texto, isto é, através de padrões de marcadores que são eles próprios traços de operações subjacentes (...). O objetivo não é construir uma gramática universal, mas reconstruir, por um processo teórico e formal, as noções primitivas, operações elementares, regras e esquemas que geram categorias gramaticais e padrões específicos para cada idioma. Em suma, o objetivo é encontrar os invariantes que encontraram e regulam a atividade da linguagem, em toda a sua riqueza e complexidade.[53] (CULIOLI, 2000, p. 179).

Num texto que sintetiza bem a ideia que sustenta a teoria de Culioli, Cumpri nos explica que "o sentido se localiza nas manifestações linguísticas (léxico e texto) e é controlado por aquilo que o sistema permite (a gramática)" (2012, p. 16). Dota argumenta que o objetivo da linguística, para Culioli, é "compreender a linguagem através da diversidade das línguas naturais";

---

[52] No original: My objetive has been to start from scratch, that is, gather locally comparable observations using a theory of observables, then construct a formal representation of the observations by means of a system of metalinguistic representation. My contention is that utterances display *shapes* that derive from complex forms which the linguist re-constructs trough modelling. The goal is to lay bare the formal workings that underlie the production and the recognition of interpretable *shapes*, namely, utterances.

[53] No original: Language, which is meaningful representational activity, is only accessible through text sequences, that is, through patterns of markers which are themselves traces of underlying operations (…). The goal is not to construct a universal grammar, but to re-construct, by a theoretical and formal process, the primitive notions, elementary operations, rules and schemata which generate grammatical categories and patterns specific to each language. In short, the goal is to find the invariants which found and regulate language activity, in all its richness and complexity.

linguagem esta que seria acessível por meio de "sequências de textos" (1995, p. 153). Não haveria, portanto, diferença entre texto e enunciado na teoria da enunciação de Culioli, de acordo com CUMPRI (2012). O enunciado, ou texto, seria, segundo Cumpri, "o resultado da articulação entre léxico e gramática e da variação das línguas naturais sustentada pela invariância e pela indeterminação da linguagem" (2012, p. 9). Novamente, Culioli parece resumir bastante bem a ideia:

> Então, vamos ao assunto da linguística e uma descrição esquemática de seus métodos. Eu diria que a linguística tem como objetivo a atividade da linguagem compreendida através da diversidade de línguas naturais (e através da diversidade de textos, orais ou escritos). Insisto em dois pontos: por um lado, digo que o objeto da linguística é a atividade da linguagem (ela própria definida como operações de representação, referência e regulação); por outro lado, digo que essa atividade só podemos apreender, a fim de estudar seu funcionamento, somente através de configurações específicas, arranjos em um determinado idioma. A atividade da linguagem refere-se a uma atividade de produção e reconhecimento de formas; no entanto, essas formas não podem ser estudadas independentemente dos textos e os textos não podem ser independentes das línguas.[54] (CULIOLI, 2000, p. 14).

Esses elementos nos levariam ao complexo esquema da *lexis* de Culioli, que tentaremos apresentar ao leitor nos parágrafos que seguem.

Lexis, segundo Culioli, seria "uma forma organizadora, geradora de relações predicativas. É isso que a léxis representa"[55]. (2000, p. 49). Comecemos por entender que, nesse esquema, uma primeira etapa envolveria as relações primitivas. Segundo Dota, essas relações são as "propriedades que cada ser humano, através de suas percepções, atribui ao extralinguístico" (1995, p. 156-157). O importante aqui é a ideia de que há relações entre palavras e noções. A noção não pertence à linguística, é uma representação não linguística

---

[54] No original: Venons-en donc à l'objet de la linguistique et à une description schématique de ses méthodes. Je dirai que la linguistique a pour objet l'activité de langage appréhendée à travers la diversité des langues naturelles (et à travers la diversité des textes, oraux ou écrits). J'insiste bien sur les deux points : d'un côté, je dis que l'objet de la linguistique est l'activité de langage (elle-même définie comme opérations de représentation, de référenciation et de régulation) ; d'un autre côté, je dis que cette activité nous ne pouvons l'appréhender, afin d'en étudier le fonctionnement, qu'à travers des configurations spécifiques, des agencements dans une langue donnée. L'activité de langage renvoie à une activité de production et de reconnaissance de *formes*, or, ces formes ne peuvent pas être étudiées indépendamment des textes, et les textes ne peuvent être indépendants des langes.

[55] No original: Une forme organisatrice, génératrice de relations prédicatives. C'est ce que represente la lexis.

de algo. Assumindo a construção do esquema em etapas, a segunda delas "representa o esquema da lexis" (1995, p. 156-157); esse esquema é uma espécie de "esqueleto do enunciado" (1995, p. 156-157), que vai de um "elemento-origem em direção a um elemento chegada" (1995, p. 156-157). No que seria, então, a última etapa, "o enunciador faz as determinações complementares e assume o seu enunciado" (1995, p. 156-157). Como Cumpri nos explica, a enunciação, nesse cenário, seria "um espaço que exibe um conjunto de colocalizações de enunciados" (2012, p. 9).

No geral, o sentido seria construído a partir das formas. E dos textos, ou enunciados. O texto, nessa teoria, geraria o contexto e a significação. O significado e o contexto estão, portanto, interligados ao texto. A língua não é transparente.

Dessa forma, Cumpri aponta que a teoria de Culioli "considera a funcionalidade de cada unidade da língua ao examiná-la no enunciado como um todo" (2012, p. 13).

Vejamos um exemplo:

1) a) Deu praga no jardim.
   b) Deu pra chover todo dia agora.
   c) Dei o troco pro meu pai.

O importante aqui é notar que essas três sentenças nos dão usos diferentes para um léxico. Quer dizer, o verbo "dar" não desempenha a mesma função nem tem o mesmo sentido em nenhum dos casos que apresentamos. E essas diferenças vão revelando, num nível mais abstrato de análise, diferentes esquemas. Mas esses diferentes esquemas só surgem a partir dos diferentes usos concretos.

O importante é notar como a abstração emerge da comparação entre os usos concretos da linguagem. Culioli, inclusive, reconhece que não tem acesso a representações mentais. Porém, o interesse é justamente entender como elas funcionam. Essa questão se coloca de forma clara quando ele afirma que "o que me interessa são as atividades cognitiva e representacional. [Porém] Eu

apreendo a linguagem somente por meio dos textos"[56] (1995, p. 20). Além disso, "a realidade é conceitualizada, imaginada, revista e nós não temos acesso a essas representações mentais a não ser por ações que incluem nosso discurso – ou nossa atividade linguística"[57] (1995, p. 21).

A linguística, para Culioli, deve ser considerada em níveis. Sobre isso, o linguista explica que há i) o nível 1, que seria o que é representado, ou a representação mental, ii) o nível 2, que seria o que representa, ou o texto, e iii) o nível 3, que é o sistema de representação, ou a metalinguagem.

É importante ressaltar que há relações entre esses níveis: primeiro, há uma relação entre níveis 1 e 2; e há uma relação entre níveis 2 e 3. O trabalho entre níveis 2 e 3 pode, quem sabe, permitir a construção de uma simulação das operações do nível 1. (1995, p. 23).

Ou, colocando de outro jeito, é na relação entre o texto e a metalinguagem que a representação mental emerge.

> Uma relação tríplice entre representação mental, processos referenciais e regulação é um pré-requisito para qualquer atividade conceitual simbólica mediada por sequências de texto (e / ou gestos) que os sujeitos produzem e reconhecem como formas significativas interpretáveis. A representação é um complexo de vários níveis de operações de ordem n, com base em uma operação elementar primitiva chamada operação de localização (...).[58] (CULIOLI, 2000, p. 179-180).

Além disso, Culioli trabalha com a ideia de noções e domínios nocionais (1995, p. 35), coisa que também precisamos entender (justo porque é o que, mais a frente, no terceiro capítulo, vai nos permitir a entender o modo como o próprio Franchi compreende o sistema semântico).

Vejamos, primeiro, a ideia de noção. Para Culioli:

---

[56] No original: what interests me are cognitive and representational activities. [However] I apprehend language only through texts.

[57] No original: reality is conceptualized, imagined, reviewed and we do not have access to these mental representations other than through our actions including our speech – our language activity

[58] No original: A threefold relationship between mental representation, referential processes and regulation, is a prerequisite to any symbolic conceptual activity mediated by text (and/or gesture) sequences that subjects produce and recognize as interpretable meaningful shapes. Representation is a many-levelled complex of n-th order operations, based on a primitive elementary operation called an operation of location (...).

> As noções, por outro lado, são sistemas de representação complexa de propriedades físico-culturais, ou seja, propriedades de objetos resultantes de manipulações necessariamente realizadas em culturas e, desse ponto de vista, falar de noção é falar de problemas que são de responsabilidade de disciplinas que não podem ser reduzidas apenas à linguística.[59] (CULIOLI, 2000, p. 50).

Essa ideia de noção como a representação das coisas do mundo a que uma cultura tem acesso, para antes da linguagem, se aproxima, de certa forma, do que entenderíamos por estereótipo (correndo um risco, aqui, um protótipo, aquilo a que se normalmente associa algo).

Para melhor compreender isso, vejamos outro trecho em que Culioli explica sua ideia de noção:

> Usaremos o termo 'noção' para nos referir a um sistema representacional complexo que estrutura propriedades físico-culturais de natureza cognitiva (as chamadas noções lexicais, noções gramaticais (como aspecto etc.) e, geralmente, relação entre noções). Noções precedem a classificação em substantivos, verbos e assim por diante. Eles são definidos intensionalmente e não são quantificáveis. A partir de uma noção, podemos construir um domínio nocional, dotado de propriedades formais (construção de uma classe, construção de seu complemento linguístico).[60] (CULIOLI, 2000, p. 77-78).

Essas noções estão em relações umas com as outras. Relações de predicações, relações complexas em que tomamos umas em comparação com outras, e por aí vai. O exemplo são as relações entre as noções de parte e as noções de todo, ou então as noções de interior e as noções de exterior. Essas relações formam o que Culioli chama de domínio nocional. Esse domínio nocional é, evidentemente, abstrato, uma vez que compreende já uma rede de relações entre conceitos, noções.

De acordo com Culioli:

---

[59] No original: Les notions, de leur côté, sont des systems de representation complexes de propriétés physico-culturelles, c'est-à-dire des propriétés d'objet issues de manipulations nécessairement prises à l'intérieur de cultures et, de ce point de vue, parler de notion c'est parler de problèmes qui sont du ressort de disciplines qui ne peuvent pas être ramenées uniquemente à la linguistique.

[60] No original: We will use the term 'notion' to refer to a complex representational system which structures physico-cultural properties of a cognitive nature (so-called lexical notions, grammatical notions (such as aspectuality etc) and, generally, relationship between notions). Notions precede classification into nouns, verbs and so on. They are defined intensionally and are not quantifiable. From a notion we may construct a notional domain, which is endowed with formal properties (construction of a class, construction of its linguistic complement).

> Qualquer termo constituinte de um relacionamento predicativo pertence a um domínio nocional. Portanto, qualquer relacionamento predicativo pressupõe um relacionamento entre mais de um domínio. Usaremos o termo "relacionamento primitivo" para nos referir a esse relacionamento (parte de um todo, interior / exterior etc., para mencionar apenas algumas dessas propriedades). Um relacionamento primitivo é sempre ordenado, e falaremos de uma fonte e um destino (embora sem conotações gramaticais de caso) para cada relacionamento.[61] (CULIOLI, 2000, p. 78).

Veremos mais adiante que as noções e as relações entre as noções, os domínios nocionais, são relações orientadas e binárias. Não à toa, antecipamos que isso se parece muito com a ideia de função, que discutiremos mais adiante. Por agora, fiquemos com um exemplo que Culioli dá sobre o domínio nocional:

> No entanto, existem relações estáveis, uma das quais é "agentividade" (onde o agente é a fonte e a coisa sobre a qual se age é o alvo). Para dizer a verdade, a relação de "agentividade" é complexa e organizada em termos de vários domínios nocionais independentes (1. A noção de / animado /: humano; animado; criança; animal doméstico, inanimado; forças da natureza; etc. 2. / determinado /: capaz de individuação; massa; indivisível; etc. 3. / teleonômico /: processo finalizado; iniciador; consciente ou inconsciente; acidental; equivocado; feito sob força; força; intrsumento; etc. 4. / avaliativo /: benéfico (para si ou para os outros); prejudicial (para si ou para os outros); nem benéfico nem prejudicial). Além da relação ordenada entre origem e destino, diremos que temos um predicado de dois lugares.[62] (CULIOLI, 2000, p. 78).

Em primeiro lugar, essa ideia de domínio nocional tem a ver com a ideia de ocorrência. A ocorrência é o que cria a noção. Ou, como o próprio Culioli nos explica, "um domínio nocional é, portanto, o domínio das ocorrências de uma noção"[63] (1995, p. 47). Além desse domínio nocional, há o domínio

---

[61] No original: Any constituent term of a predicative relationship belongs to a notional domain. Therefore, any predicative relationship presupposes a relationship between more than one domain. We will use the term 'primitive relationship' to refer to such a relationship (part of a whole, interior/exterior, etc., to mention only a few such properties). A primitive relationship is always ordered, and we will speak of a source and a target (though with no case grammar connotations) for each relationship.

[62] No original: Nonetheless stable relationships do exist, one of which is 'agentivity' (where the agent is source and the thing acted upon is the target). To tell the truth, the relationship of 'agentivity' is a complex one and is organized in terms of several independent notional domains (1. The notion of /animate/: human; animate; child; domestic animal, inanimate; forces of nature; etc. 2. /determined/: capable of individuation; mass; indivisible; etc. 3. /teleonomic/: finalized process; initiator; conscious or unconscious; accidental; mistaken; done under force; force; intrsument; etc. 4. /evaluative/: beneficial (for oneself or for others); detrimental (for oneself or for others); neither beneficial nor detrimental).
In addition to the ordered relationship between source and target, we will say that we have a two-place predicate (…).

[63] No original: A notional domain is therefore the domain of the occurrences of a notion.

representacional, que seria composto pelo domínio lexical, pelas categorias gramaticais e pelo conteúdo do pensamento (conteúdo proposicional).

Nosso propósito agora é explicar, de modo sucinto, o que são e como funcionam cada um desses três domínios.

Chamaremos o primeiro domínio de Domínio Lexical ou de α. Um exemplo do que acontece nesse domínio vem do conceito de campo semântico. Esse campo de sentido que vai agregando léxico, a exemplo de palavras como "construir", "construção", "construtor", e por aí vai. O exemplo que Culioli usa é a diferença entre os verbos "comer" e "devorar" (1995, p. 37).

Chamaremos o segundo domínio de Categoria Gramatical ou de β. Entrariam aqui tempo, modalidade, aspecto, número, e determinação, por exemplo. O exemplo que Culioli dá é o de aspecto (1995, p. 39).

Chamaremos, por fim, o terceiro domínio de Conteúdo Proposicional ou de γ. Estaríamos lidando, aqui, com uma espécie de representação que vai virar uma sentença. É o caso, por exemplo, do esquema "Pedro – carne – comendo", que poderia virar sentenças como "Pedro comeu carne", ou "Pedro está comendo carne", ou "Pedro vai comer a carne", ou até mesmo "Pode ser que Pedro esteja comendo carne". Outro exemplo poderia ser "meu irmão – vir – amanhã", que resultaria em sentenças como "O meu irmão vem amanhã", ou "O meu irmão virá amanhã", ou "O meu irmão vai vir amanhã".

Esses três grupos – α, β e γ – esclarecem o que Culioli quer dizer quando nos explica que as noções de tipo (α) pertencem, portanto, ao domínio lexical. É um conjunto estruturado de propriedades físico-culturais; (β) é uma rede de noções gramaticais e (γ) é uma rede de relações entre noções do tipo (α)"[64] (1995, p. 40).

Esses tipos surgem, no caso da linguística de Culioli, da relação entre empírico e não empírico, ou das ocorrências de fenômenos *versus* ocorrências abstratas. Dessas ocorrências todas é que emerge um tipo (CULIOLI, 1995, p. 41-42).

---

[64] No original: Type (α) notions thus belong to the lexical domain. It is a structured set of physico-cultural properties; (β) is a network of grammatical notions, and (γ) is a network of a relationships between type (a) notions.

Sobre essa ideia de tipo, que é justamente dinâmico, nunca estático, é importante notar que:

> A elaboração de um tipo nunca termina. De fato, há tipificação contínua. Um deles age como se tivesse tipos estáveis quando, na realidade, eles estão sempre sujeitos a uma forma ou regulação que é a atividade da linguagem, isto é, a regulação de outro ou de si mesmo. No entanto, um tipo historicamente instanciado, para uma dada comunidade, em um dado momento não é estável.[65] (CULIOLI, 1995, p. 43).

Ou seja, a linguagem é usada pelo sujeito em um momento e é precisamente esse uso nesse momento que reconfigura toda a estrutura da linguagem e que reconfigura todas as relações possíveis dentro de um esquema linguístico.

Voltamos, ao que parece, à ideia de indeterminação da linguagem via atividade constitutiva por conta de um sistema de referências.

Nessa concepção de Culioli, cara à Franchi, o linguístico seria o uso efetivo da linguagem por ocasião da comunicação; o epilinguístico seria a reflexão sobre a linguagem feita de maneira intuitiva, não consciente; e o metalinguístico seria o uso de uma linguagem específica para se remeter à própria linguagem. Ou, como explica Culioli:

> A metalinguagem é a linguagem de uso (no melhor dos casos, sempre será necessário usar uma língua U para falar sobre a metalinguagem ou sobre o sistema formal: na verdade, na maioria dos casos, a imbricação entre terminologia e língua de uso é tal que o linguista se encontra preso em uma armadilha ao explorar seu funcionamento).
> A linguagem é uma atividade que supõe, ela mesma, uma perpétua atividade epilinguística (definida como "atividade metalinguística não consciente"), e uma relação entre um modelo (a *competência*, isto é, a apropriação e o domínio adquirido de um sistema de regras sobre unidades) e sua realização (a *performance*), da qual temos os traços fônicos ou gráficos, dos textos.[66] (CULIOLI, 1999, p. 19).

---

[65] No original: The elaboration of a type is never finished. In fact there is continual *typification*. One acts as though one had stable types when, in reality, they are always subject to a form or *regulation* which is language activity, i.e. regulation from another or from oneself. However, a historically instantiated type, for a given communit, at any given moment is not stable.

[66] No original: La métalangue est la langue d'usage (dans le meilleur des cas, il faudra toujours utiliser la langue U pour parler sur la métalangue ou le système formel: en fait, le plus souvent, l'intrication entre terminologie et langue d'usage est telle que le linguiste se trouve pris au piège dont il voulait explorer le fonctionnement).
Le langage est une activité qui suppose, elle-même, une perpétuelle activité épilinguistique (défini comme « activité métalinguistique non consciente »), ainsi qu'une relation entre un modèle (la *compétence*, c'est-à-dire l'appropriation et la maitrise acquise d'un système de règles sur des

Ou seja, o linguístico teria a ver com a produção oral e escrita propriamente. Mas os alunos – considerando, aqui, a aplicação dessa teoria no ensino – poderiam refletir sobre a possibilidade dos variados usos da linguagem. Por exemplo, um aluno que diz "Fez sol o dia todo hoje", poderia experimentar alternativas como "Hoje, o dia todo foi ensolarado", ou então "Hoje foi um dia inteiro de muito sol", ou também "Foi sol que fez o dia inteirinho hoje".

Essas reflexões sobre a linguagem não são propriamente metalinguísticas, uma vez que a preocupação não é encontrar verbos, classificar sujeitos; antes, apenas refletir, ou empregar, os mecanismos que a linguagem oferece para o falante.

Dessa forma, a concepção da linguagem e de ensino leva Franchi a uma concepção de ciência.

5. A concepção de ciência

O fazer científico, no caso de Carlos Franchi, poderia ser tratado em duas frentes mais ou menos diferentes, mas que se completam.

A primeira estaria no próprio fazer científico. Como fazer ciência, ou melhor, como pensar cientificamente a linguagem. Vimos que a concepção de linguagem, para Franchi, atravessa um sujeito histórico que possui um sistema de referências – externo a ele, e criado por ele – e que uma teoria da linguagem mais completa deve considerar essa natureza dinâmica da linguagem. Ao mesmo tempo, Franchi entende que fazer uma ciência da linguagem também envolve um aspecto formal baseado em um método dedutivo. Essa argumentação vem exatamente das ciências mais formais, como a matemática. O poder de uma teoria aparece justo na generalização do objeto via modelo matemático que explique e preveja certos fenômenos com a maior precisão possível.

---

unités) et sa réalisation (la *performance*) dont nous avons la trace phonique ou graphique, des textes.

Por outro lado, esse fazer científico só funciona dentro de um meio que permita que ele funcione. Quer dizer, a ciência só funciona se a pesquisa funcionar. Nesse sentido é que o papel do pesquisador ganha destaque na reflexão de Franchi sobre a ciência. Dessa forma, Franchi também investiga as condições em que o pesquisador brasileiro pesquisa. Principalmente, como é de se imaginar, na área de Humanidades. Essas condições envolvem, claro, o acolhimento da ciência dentro das universidades, a relação do pesquisador com seus pares, as relações entre orientadores e orientandos, as questões que dizem respeito ao financiamento das pesquisas.

Em resumo, ciência aqui envolve uma investigação endocêntrica e exocêntrica do que seja o fazer científico. No caso da endocêntrica, o foco seria na teoria por trás do fazer científico. Por outro lado, no caso da exocêntrica, o foco seria as condições por trás do fazer científico. Na prática, isso seria dizer que para fazer ciência, é necessário não apenas compreender o que é ciência e as teorias por trás de como se faz ciência, mas também ter condições práticas de fazer essa ciência, o que envolveria, por exemplo, financiamento em pesquisadores e equipamentos.

É o que veremos nesta seção.

Fracionamos, para melhor compreender esse debate, a seção em dois momentos: o primeiro envolveria a natureza do que seja o fazer científico dentro de uma teoria da linguagem, o que vai envolver uma epistemologia à francesa; o segundo, a natureza do projeto de pesquisa universitária no Brasil.

Comecemos pela epistemologia à francesa.

A pergunta que se impõe para o início dessa investigação seria, então, sobre como lidar com a multiplicidade de teorias. A resposta parece surgir em um texto de Franchi intitulado “Predicação” (FRANCHI, 2003). Vejamos dois trechos desse texto:

> A metáfora nos lembra duas estratégias em que se podem conciliar perspectivas teóricas incompatíveis que levantam, entretanto, questões relevantes para um fenômeno complexo como o da produção e compreensão de expressões das línguas naturais. A primeira delas é a de simplesmente considerá-las complementares e localizar os distintos pontos de vista em diferentes planos de análise de algum modo correlacionados. (FRANCHI, 2003, p. 33)

E depois:

> Por isso, parece-nos mais forte e enriquecedora uma outra estratégia diante dessas possíveis chaves de análise complementares. Dados dois modelos teóricos aparentemente incompatíveis, pode-se tentar tematizá-los (no sentido de Cavaillès) em um sistema mais abstrato que os reestruture e correlacione por recíproca determinação. (FRANCHI, 2003, p. 34).

Cavaillès, matemático e filósofo francês, contribuiu para epistemologia francesa. Trataremos dele, a partir de agora, considerando que, curiosamente, vamos acabar em um caminho bastante familiar, para o qual já vínhamos chamando a atenção nas outras seções: o papel da intuição – no caso de Cavaillès, na matemática; no caso de Franchi, na linguística. Essa intuição é engendrada dentro da história da matemática.

Comecemos pela ontologia e pela filosofia de Cavaillès.

A ontologia de Cavaillès é uma espécie de *mashup* entre a *mathesis universalis* de Leibniz e o objeto de Bolzano. Le Gall, em dois textos publicados em 2014 sobre Cavaillès, explica a diferença entre a ontologia e a filosofia que o filósofo e matemático francês adota. De acordo com Le Gall, somente uma ontologia conseguiria construir os conceitos matemáticos. Já a filosofia criticaria o suposto fracasso do método kantiano na filosofia das ciências. Cavaillès argumentava a favor da temporalidade própria da ciência. As matemáticas, segundo Cavaillès, estariam "inscritas nos conceitos tecidos pela história de seu próprio desenvolvimento"[67] (2014a, p. 279). Dessa foram, Le Gall explica que, para matemático francês, "o problema crucial da teoria da ciência estava na relação entre o estatuto das entidades lógicas e os objetos da física"[68] (2014b, p. 156).

No geral, Cavaillès defende, segundo Le Gall, que "a epistemologia não pode se constituir diretamente"; ela é "posterior à analítica, que lhe dá o conteúdo de seu objeto, e à ontologia, que a finaliza como ser"[69] (2014b, p. 156). Uma explicação disso pode ser encontrada nesta passagem de um texto de Heinzmann publicado em 1987:

---

[67] No original: las matemáticas están inscritas en los conceptos tejidos, hilvanados por la historia de su propio desarrollo.
[68] No original: el problema crucial de la teoría de la ciencia radicaba en la relación entre el estatuto de las entidades lógicas y los objetos de la física.
[69] No original: sino que resulta posterior a la analítica, que le da el contenido de su objeto, y a la ontología, que la termina como ser.

> Eu interpreto: o papel da linguagem na construção de objetos é, no início, o aspecto simbólico de uma ação chamada intuitiva. Uma ação é chamada de intuitiva, se a considerarmos sob seu aspecto "executivo" (performativo) e se negligenciarmos seu aspecto esquemático (proeminente).[70] (HEINZMANN, 1987, p. 38).

Para Cavaillès, construções matemáticas estão em estruturas que devem ser – e que foram – geradas pelo desenvolvimento da própria matemática. Sobre o assunto, Cassou-Noguès, em texto publicado em 2006, explica que "signos matemáticos são artefatos históricos"[71] (2006, p. 99); e isso "pois é um processo histórico que os designou como eles são agora"[72] (2006, p. 99). E aí, claro, "o signo, em matemática, não está no começo, mas no meio, uma parte e um produto, de um desenvolvimento histórico"[73] (2006, p. 99). Além de ser um processo histórico, Cavaillès concebe a matemática como "um processo autônomo, nesse caso, que se desenvolve por si e não pode ser referido ao mundo nem à mente"[74] (2006, p. 102). Para Cavaillès, a manipulação de símbolos pode ser considerada uma construção da intuição – tomando intuição, aqui, no sentido kantiano. Mas essa manipulação ocorre em estruturas específicas, abstratas, chamadas "espaços combinatórios", que são gerados dentro da história da matemática. Vejamos que Heinzmann afirma que:

> Em resumo, uma solução filosófica para o problema das fundações requer não apenas a implementação desta parte da semiótica que lida com a sintaxe dos signos, mas também a que lida com o seu significado, isto é, a semântica.[75] (HEINZMANN, 1987, p. 32)

Nesse sentido, e ainda segundo o mesmo texto de Cassou-Noguès, a epistemologia francesa com a qual o pensamento de Cavaillès dialogava, da primeira metade do século XX, estava preocupada em compreender a relação

---

[70] No original: J'interprète: le rôle du langage dans la construction d'objets est au début l'aspect symbolique d'une action dite intuitive. Une action est appelée intuitive, si on la considère sous son aspect « exécutif » (*ausführend*) et si on néglige son aspect schématique (*anführend*).
[71] No original: "Mathematical signs are historical artefacts".
[72] No original: for it is a historical process that has designed them as they now are"
[73] No original: the sign, in mathematics, is not at the beginning but in the middle, a part and a product, of a historical development.
[74] No original: an autonomous process, which develops by itself, and which cannot be referred to the world nor to the mind.
[75] No original: En résumé, une solution philosophique du problème des fondements exige non seulement la mise en œuvre de cette partie de la sémiotique qui s'occupe de la syntaxe es signes, mais encore de celle qui traite de leur signification, i.e., la sémantique.

entre pensamento e suas expressões em símbolos. Seria impossível considerar pensamento como um ato da mente isolado de sua expressão. Ou melhor, não seria possível separar pensamento de expressões.

Dessa forma, o que Cavaillès faz é direcionar a investigação – mais geral – para a relação entre pensamento e expressão (o problema filosófico do parágrafo anterior) usando a matemática. Cavaillès usa a matemática, mas poderíamos pensar nesse problema filosófico sob o ponto de vista da linguagem. Qual é a relação entre o pensamento e a linguagem?

E, nesse caso, nosso caminho familiar reaparece: voltaríamos a Humboldt.

Tais questões são questões de natureza epistemológica. Franchi lança mão delas para resolver problemas que envolvem o raciocínio a respeito de como proceder com relação às teorias da linguagem. Vale notar, aqui, que Cavaillès também pensa em um construtivismo que vai de uma noção intuitiva a uma noção formal, tal qual Franchi.

De qualquer forma, a preocupação de Franchi com o fazer científico não envolve tão somente o fazer em si, ou uma epistemologia, mas também as questões práticas de onde e como essa ciência vai ser feita.

Pretendemos investigar, agora, um programa de pesquisa para as universidades brasileiras que Franchi esboça no texto "A Formação do Pesquisador na Área de Humanidades na Universidade Brasileira". Publicado, postumamente, em 2003[76], Franchi investiga, nesse texto, a situação da pesquisa nas universidades brasileiras, ou melhor, "o conjunto de práticas curriculares que persistem na formação do pesquisador nas universidades brasileiras" (2003, p. 45).

Essa investigação parte de uma reflexão que tem seu início em um pesquisador sobre a pesquisa no Brasil: Simon Schwartzman. Defensor da pesquisa universitária, Schwartzman argumenta que as universidades – mais ainda, nas universidades públicas – são o espaço em que há iniciativa para a

---

[76] Sobre as datas: esse texto foi publicado em 2003, postumamente. Na publicação de 2003, entretanto, não há menção sobre a data em que esse texto originalmente foi escrito. Sabemos que é um formato de apresentação de curso para estudantes de Letras. Sabemos também que Franchi abre o texto com uma reflexão a partir de um texto de Schwartzman. O que não sabemos é de quando exatamente essa reflexão trata, apesar da suspeita de que o raciocínio se apresente dentro do contexto dos anos 1990.

pesquisa (SCHWARTZMAN, 1984, 2004, 2007). Seria nas universidades que a relação entre desempenho acadêmico e pessoal teria mais valorização, porque se orienta para a aplicação da pesquisa, ou seja, para a experimentação da pesquisa em sociedade, e porque se concentram a competência e a tradição do trabalho científico (SCHWARTZMAN, 1985). Para Franchi, a discussão parte da "convicção, problematizável, como mostra S. Schwartzman, de que existe um estreito vínculo entre ensino superior e pesquisa, sobretudo na pós-graduação" (2003, p. 46).

Schwartzman afirma que não existe uma única noção de ciência, mas noções que vão se construindo historicamente (SCHWARTZMAN, 1984). A ciência é, também, fenômeno social e humano. Situa a fração do fazer científico mais importante dos últimos séculos no argumento kantiano de que haveria uma estrutura entre a percepção e a observação. O importante aqui é a ideia de investigação sobre a natureza própria da ciência; ou uma ciência da ciência. Segundo Schwartzman, a sociologia da ciência seria uma dessas enormes vertentes que buscariam propor essa ciência da ciência (SCHWARTZMAN, 1984). Para essa sociologia da ciência, o argumento seria de que existiria alguma relação entre a ciência e o capitalismo.

Essa relação entre ciência e capitalismo é também explorada por Franchi:

> Tal ideal de integração é relativamente novo. Resultou, na Europa do século XIX, de ter a clientela aristocrática atribuído à pesquisa científica um valor educacional e de se ter tornado a universidade um dos poucos espaços abertos para uma burguesia educada emergente, predisposta a objetivos de natureza prática e de mudança social, à rejeição de preconceitos e à substituição de apanágios e valores. Nesse ambiente, a competição das universidades entre si as levava a incorporar, até por razões de prestígio acadêmico, cientistas formados por seus próprios recursos e pela convivência em associações de ciência, e lhes pagar seu preço em laboratórios e condições de trabalho. A partir daí, nos Estados Unidos sobretudo, a pesquisa se tornou um objetivo em si mesma, transformando-se em instrumento de mudança e desenvolvimento socioeconômico. Foi natural que, na universidade, deixasse de ser somente parte da formação das elites educadas e se tornasse um objetivo independente. (FRANCHI, 2003, p. 46).

Dessa forma, a atividade científica, desde o início, dependeria das interações e das relações entre estruturas sociais extremamente complexas; nesse caso, conclui Franchi, ensino e pesquisa "se aliam e se disjungem" (2003,

p. 46). Isso porque, "por um lado, o cientista se torna parceiro do educador" (2003, p. 46), e "por outro lado, seu trabalho se torna fonte de tecnologia" (2003, p. 46). Dessa forma, parece haver uma distinção entre o ensino e a pesquisa, mas mais que isso, entre a pesquisa científica e a pesquisa tecnológica.

Essa pesquisa científica, com fins não imediatos, também se distanciaria da atividade tecnológica, que teria fins mais imediatos. Ou, pelo menos, é o que afirma Schwartzman, especialmente ao argumentar que a pesquisa científica e tecnológica, a educação superior e a industrialização teriam relações profundas entre si (SCHWARZTMAN, 1984). Esse argumento tem semelhança com o de Franchi, e vejamos que, se a pesquisa tem essa função tecnológica, mais imediatista, seu custo e sua pressa se encaixam menos em uma universidade, e mais em uma empresa. Segundo Granger, a "relação do técnico com as máquinas, cada vez mais aperfeiçoadas, embora seja consequência de uma ciência, *oculta*, no entanto, o conhecimento científico, dispensando, de certa maneira, que se recorra a ele" (1994, p. 39). A partir disso Granger continua seu raciocínio, argumentando que "isso não ocorre no nível mais alto da hierarquia técnica, onde, pelo contrário, tendem a se unir o cientista e o engenheiro" (1994, p. 39).

O problema é que "nos níveis de execução, mesmo muito altos na hierarquia técnica, o espírito científico corre o risco de se apagar ante um espírito estritamente técnico" (1994, p. 39), espírito esse que "daria preferência ao *sucesso* em detrimento da *explicação*" (1994, p. 39).

Uma saída possível, segundo Granger, para "contrabalançar esse efeito negativo" (1994, p. 39), seria "responder ao problema de formação que acabamos de mencionar, aceitando dar um lugar importante no ensino a uma cultura científica geral, aparentemente desinteressada e não diretamente eficiente" (1994, p. 39); mais ainda, dar um lugar importante "a uma cultura humanista, à cultura sem sentido estrito" (1994, p. 39).

Uma questão importante nesse texto é a investigação sobre uma suposta "unidade real da ciência" (1994, p. 39). Para Granger, o entendimento da unidade da ciência envolve reconhecer uma "pluralidade de métodos e de objetos, associada à unidade de uma comum *visão* de conhecimento" (1994, p. 42). Acontece que, para Granger, ocorre que "existem *alguns* métodos científicos, mas um espírito e um só tipo de *visão* propriamente científica" (1994,

p. 45). Primeiro, Granger defende que "a ciência é *visão de uma realidade*" (1994, p. 45); depois, que "a ciência visa a objetos para *descrever e explicar*, não diretamente para agir" (1994, p. 46); e, por fim, uma visão científica teria "a preocupação constante com critérios de validação" (1994, p. 47).

É o que Franchi argumenta quando diz que "a autonomia da pesquisa em relação ao ensino superior se fortalece cada vez mais" (2003, p. 46), explicando que, dentre outros motivos, "seus elevados custos melhor se satisfazem fora da universidade" (2003, p. 46). Por fim, e mais complicado ainda, Schwartzman ainda argumenta que ambas, atividades científica e tecnológica, não se dão muito bem com orientação e planejamento para objetivos políticos, ou seja, com uma agenda política; donde se defende a importância da autonomia universitária (SCHWARTZMAN, 1984).

Nesse sentido, ambos, Franchi e Schwartzman, defendem que o lugar da pesquisa está nas universidades. Franchi defende, mais ainda, que "a manutenção do ideal de integração da pesquisa e do ensino, mesmo quando retórica, se justifica" (2003, p. 46). O argumento é de que:

> O ensino superior ganha em qualidade e adequação, pela constante inquietação com a renovação das questões, das explicações teóricas e dos métodos, e a pesquisa ganha em independência, desatrelando-se de objetivos imediatistas e casuísticos da economia e das balizas de instituições vocacionadas para resultados predeterminados. (FRANCHI, 2003, p. 46-47).

Ainda, para Franchi, a formação do pesquisador tem outro pressuposto para além da relação entre pesquisa e ensino; a saber, "outro pressuposto indispensável para pensar-se a formação do pesquisador diz respeito à relação entre ciência e pesquisa" (2003, p. 47). Curiosamente, Schwartzman também reflete sobre isso, argumentando que ciência deve ter autonomia e autorregulação, que ciência é o trabalho de grupos, que ciência é criatividade (SCHWARTZMAN, 1984, 1985). Para Franchi, "a ciência e a concepção de ciência se constroem em um trabalho histórico coletivo" (2003, p. 48); o que, por um lado, ecoa no que já expusemos sobre Cavaillès e sua investigação a respeito da matemática, ou mesmo sobre as concepções mesmo de linguagem de Franchi, como a indeterminação da linguagem a partir das mudanças dos sistemas de referência.

Já tratamos disso no começo da seção; gostaríamos, agora, de comentar esse programa de pesquisa que Franchi esboça. Para Franchi, a formação do pesquisador "pressupõe instrumentação metodológica e um domínio específico da linguagem e das formas de argumentação" (2003, p. 53). Para ele, "o processo depende do domínio de estudo: pode-se ir desde a familiaridade com a precisão de sistemas formais na linguística ao cultivo de uma linguagem artística na crítica literária" (2003, p. 53-54).

Ao tratar dessa formação, Franchi apresenta alguns problemas que as universidades brasileiras têm que resolver para formar seus pesquisadores.

O primeiro é de que "muitos programas de pós-graduação escolarizam (no mau sentido) a formação do pesquisador" (2003, p. 54). Já o segundo estaria na "escolha de conteúdos predominantemente históricos" (2003, p. 55). Para Franchi, "é preciso inserir, quanto mais cedo possível, o formando no debate contemporâneo" (2003, p. 55); sob o argumento de que o debate contemporâneo permitiria ao estudante, futuro pesquisador, "ampliar, além do circuito interno de sua formação, as possibilidades de intercâmbio com grupos em que as teorias se estão construindo" (2003, p. 56). A esse respeito, Franchi ainda argumenta sobre o caráter coletivo da produção de conhecimento ao defender que "não é a busca individual de um mistério particular" (2003, p. 56), mas "uma questão de divisão de trabalho que permita a convergência das experiências e dos resultados em um programa comum" (2003, p. 56). Para Franchi:

> Essa é a razão fundamental por que os processos de formação mais bem sucedidos que conheço são os que envolvem vários docentes e doutorandos em um projeto de pesquisa, com várias questões correlacionadas em uma perspectiva teórica compartilhada e um exercício metodológico comum. [...] Há razões práticas: a contribuição recíproca das leituras, a circulação das informações sobre pesquisas similares, a facilitação do acesso a uma bibliográfica recente pela permuta dos manuscritos ainda em versão preliminar e até das cópias-xerox com que cada um supre as falhas de nossas bibliotecas. (FRANCHI, 2003, p. 56).

Além disso, Franchi argumenta que "um dos problemas mais sérios de nossas universidades" (2003, p. 59) seria "uma estrutura centralizadora" (2003, p. 59), ou seja, cada curso se isola em si mesmo, cada departamento se isola em si mesmo, cada grupo de pesquisa se isola em si mesmo. Essa centralização, segundo Franchi, "torna as unidades estanques e dentro delas os departamentos

se isolam" (2003, p. 59). Dessa forma, não há o diálogo entre pesquisadores, grupos, áreas, disciplinas, essencial na construção de conhecimento, uma vez que "há situações em que cientistas sociais não ouvem os historiadores, que desconhecem os filólogos, que ignoram os professores de língua, que evitam os linguistas, que raramente convivem com os filósofos, e vice-versa" (2003, p. 59).

O esboço do programa de Franchi, então, seria o seguinte:

> O núcleo desse programa é o laboratório de pesquisa em que orientadores (plural) e orientandos concentrem seus esforços em um programa denso de trabalho e, pois, de aprendizado. Para não tornar esse programa acrítico e insulado, esse grupo deve estar inserido em um departamento e universidade pluralistas, nunca compartimentados, em que se pense mais nos processos de interação do que no organograma de divisão institucional. Isto é, o entorno dos grupos mais coesos de pesquisa deve ser diversificado e aberto, disponível e conflitivo. Nele o pesquisador pode apoiar seu trabalho direcionado em um contexto mais amplo em que haja a convergência de interesses e ações, mas também se inquietar e se perturbar e divergir. (FRANCHI, 2003, p. 61).

Finalmente, é interessante notar que, por mais que Franchi ressalte que não irá se referir "a condições objetivas da formação do pesquisador no Brasil" (2003, p. 45), vale a pena mencionar que há a consciência de que alguns desses problemas envolvem "recursos insuficientes, disparidade na qualidade dos centros universitários, limitação de instalações, dificuldade de acesso a títulos contemporâneos e revistas internacionais nas bibliotecas" (2003, p. 45). Nesse caso, voltamos a Schwartzman, que nos alerta, no seu texto de 1985, à necessidade de compreender que, nessa questão mais prática, pelo menos na época, o grosso da pesquisa estava em universidades, mas o grosso do financiamento, não. Isso significa dizer que o dinheiro ia menos para as universidades, que faziam mais pesquisas que os lugares para onde esse dinheiro supostamente iria. Sobre isso, Schwartzman sugere uma explicação no fato de que as agências não acreditavam, à época[77], na capacidade da pesquisa universitária em responder certas demandas.

---

[77] Mesmo que a argumentação de Schwartzman incida sob uma época específica do desenvolvimento da ciência e da pesquisa no Brasil, arriscamos dizer que, dados os movimentos que o governo brasileiro tem feito em 2020 (vejamos os cortes das bolsas das pós-graduações em universidades do país todo, por exemplo), não é muito difícil notar um cenário talvez mais complicado do que nunca para o desenvolvimento da ciência no país.

Vimos, portanto, que as reflexões sobre as relações entre ciência e pesquisa, que envolve compreender a natureza múltipla do que seja ciência e a função múltipla do que seja fazer pesquisa, e que as reflexões sobre as relações entre ensino e pesquisa, que envolvem compreender o funcionamento e os objetivos das universidades e os tipos de pesquisa, as finalidades das pesquisas, são fundamentais para traçar esse programa que busca a melhoria no cenário das universidades brasileiras.

6. Resumo do capítulo

Nosso ponto de partida foi Humboldt e de sua concepção de linguagem como atividade e como processo, não como um produto acabado, para chegar à concepção de Franchi de linguagem como atividade constitutiva.

Além disso, vimos essa relação entre sujeito, mundo e linguagem, vimos também essa organização de sistemas de referências que sempre mudam, se configurando e se reconfigurando o tempo todo a depender de como o mundo se organiza, de como a mente se organiza e de como a linguagem se organiza.

Sistema e contexto. A operação sobre o sistema e a reformulação do sistema pelo contexto. É o que Franchi nos explica sobre a criatividade, e discutimos, nesse ponto do capítulo, o modo como isso se assemelha aos esquemas de ação do construtivismo de Piaget.

Assim, o contexto importa. O aluno sujeito importa. A noção intuitiva que inicia a relação desse sujeito com a linguagem importa. O modo como esse sujeito percebe o mundo a sua volta importa. E o modo como isso tudo se reverte em atividades linguísticas importa. E essas atividades são aquelas que a teoria enunciativa de Culioli definiu.

Por fim, a intuição e a sistematização da intuição em um sistema elaborado e formal – ou metalinguístico – compreende também o próprio procedimento que Franchi tem com relação ao fazer científico; de onde nos aproximamos de Cavaillès. Mas mais que isso, uma vez que Franchi também tem consciência da necessidade de reflexão acerca do estado da arte da pesquisa brasileira, o que nos aproximou da discussão proposta por Schwartzman. Trabalho e aprendizagem, pluralismo de ideias, trabalho coletivo e submissão a críticas, tudo isso se interconecta no programa de pesquisa que

Franchi desenha para as universidades brasileiras. A ciência, o fazer científico, seria, portanto, composto de "instantes de um processo cíclico intermitente: reflexão filosófica, investigação experimental, elaboração teórica" (FRANCHI, 2002, p.). Instantes, momentos, complementares entre si.

O ensino da gramática está diretamente ligado às concepções de linguagem que um professor tem. Essa concepção de linguagem é fundamental para uma boa formação do professor, que ocorre dentro das universidades. Essas universidades são lugares de pesquisas que, segundo Franchi, não percebem a ciência como algo dinâmico.

Isso porque o pesquisador professor deve ser formado para entender essa dinamicidade e a historicidade da linguagem. Esse pesquisador deve ser, logicamente, crítico com relação à tradição gramatical, ao ensino de linguagem, e ao próprio espaço acadêmico. O embate é, portanto, essencial para Franchi. Dessa forma, a pesquisa nas universidades brasileiras deve mudar. Ela precisa ocorrer em um ambiente que favoreça a discussão de diferentes ideias.

Lembremos, finalmente, que a teoria funcional de Franchi terá bastante a ver com tudo isso que acabamos de falar. Sigamos, pois, para *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem.*

Capítulo 3 – Uma teoria funcional da linguagem

Nosso objetivo, neste capítulo, é investigar como as informações que levantamos no primeiro e no segundo capítulos desta tese entrecortam a tese de doutorado de Franchi.

Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem, como já mencionamos, foi publicada em 1976 e representa uma tentativa de fôlego de propor uma teoria linguística.

> Na tese, defendida na Unicamp em 1976, Franchi propõe uma sintaxe não categorial e sim funcional. "Todas as gramáticas de que dispomos partem de uma ideia de classificação, seguindo mais ou menos o roteiro: primeiro dividir, separar e classificar para depois verificar a função que exerce cada elemento categorial. Franchi faz o caminho inverso: parte das funções e a categoria é consequência da função que as unidades exercem na sentença", lembra Geraldi. (TRAJETÓRIA..., 2001, s/p).

O que defendemos aqui é que tanto o sujeito quanto o pensador sobre a linguagem se fundem, e se mostram, na tese de doutorado de Franchi (FRANCHI, 1976).

Dessa forma, estamos alinhados com afirmações como as de Altman e Hackerott de que:

> Advogado estabelecido, também formado em Letras Clássicas, professor de Latim e Português nos tempos de Jundiaí, Franchi jamais conseguiu separar suas reflexões teóricas e sua postura didática das questões sociais e políticas que o incomodavam. Leia-se 'políticas', neste contexto, literalmente. Franchi fora vereador, candidato a prefeito, uma das lideranças do Partido Democrata Cristão de Jundiaí, e ativo defensor dos presos políticos do regime militar de 1964, antes de sair do país para completar sua formação acadêmica em Besançon. Embora a estada em Besançon tivesse aberto para Franchi outros universos intelectuais, os problemas ligados ao ensino mantiveram-se muito tempo como uma temática importante do seu trabalho. (ALTMAN; HACKEROTT, 2002, p. 13).

Separamos, portanto, este capítulo em dois momentos distintos.

No primeiro momento, gostaríamos de propor um breve prólogo sobre o que seja o funcionalismo na linguística. Sabemos que esse termo é um termo bastante amplo, que engloba uma série de teorias, de modelos, de teóricos que nem sempre se conversam; mais, podem ser até mesmo discordantes entre si.

Traçaremos um breve panorama do que seja alguma teoria funcional da linguagem para, depois, apresentar ao leitor uma introdução rápida de como as funções são apreendidas pela matemática. Isso porque, num modelo formal, é desse tipo de função que deveremos falar na maior parte do tempo. Para isso, percorreremos a noção de conjuntos, de pares ordenados, de relações e, finalmente, de funções.

Num segundo momento, iremos separar a investigação a respeito da *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem* (FRANCHI, 1976) em duas partes: na primeira, buscaremos compreender como a biografia de Franchi está presente no decorrer de seu texto; na segunda, discutiremos como as concepções de linguagem se organizam na proposta desenhada por Franchi na primeira e na segunda parte de sua tese (FRANCHI, 1976).

Comecemos, pois, por funcionalismo e pelas funções.

1. Prólogo ou notas sobre funcionalismo: noções de função

O próprio nome da tese de Franchi, *Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem*, já sinaliza para a ideia de que a teoria franchiana é uma teoria funcional. O problema nisso é que a linguística entende várias coisas por teoria funcional. Entretanto, todas elas têm uma noção de função como base. Outro problema que surge é que também são várias as noções de função.

Levando isso em consideração, as duas próximas seções irão desenvolver um pouco mais essas concepções de funcionalismo e de função. Em primeiro lugar, trataremos de o que a linguística entende por funcionalismo, ou funcionalismos, e apresentaremos algumas dessas noções funcionalistas, como a de Jakobson e a de Martinet, por exemplo. Em segundo lugar, buscaremos construir um breve referencial sobre a noção de função como relação entre conjuntos, numa tentativa de aproximar o leitor da noção matemática do termo.

Como veremos no terceiro capítulo desta tese, o funcionalismo franchiano é, em verdade, uma espécie de composição entre funcionalismos e funções.

1.1. Funcionalismo na linguística

Dois são os pontos de partida para entender melhor o que seria funcionalismo, especialmente o funcionalismo na linguística. O primeiro deles é um artigo de 2011 chamado "O Funcionalismo em Linguística", de Erotilde Goreti Pezatti. O outro é o livro *Nova Gramática do Português Brasileiro* de Ataliba Teixeira de Castilho, publicado em 2010.

No artigo de Pezatti, o que temos é uma proposta justo de uma explicação para o termo, apresentando algumas das questões centrais que uma linguística dita funcionalista levanta na linguística. Pezatti, nesse texto, nos explica que "o termo 'funcional' tem sido vinculado a uma variedade tão grande de modelos teóricos que se torna impossível a existência de uma teoria monolítica" (2011, p. 167), ou seja, uma teoria que "seja compartilhada por todos os que se identificam com a corrente funcionalista" (2011, p. 167).

Sobre isso, Castilho, na sua Nova Gramática do Português Brasileiro, publicada em 2010, também explica que "há vários funcionalismos, preocupados sempre em dar conta dos usos linguísticos" (2010, p. 65). Dentre eles, Castilho menciona "a Escola Linguística de Praga, com sua abordagem informacional da sentença, a Gramática Sistêmica de M.A.K. Halliday, a Gramática Funcional de Simon Dik" (2010, p. 65), entre vários outros.

Podemos pensar, ainda, nos linguistas (e filósofos da linguagem) que podem ser considerados funcionalistas mencionados por Pezzati em seu artigo de 2011; dessa forma, teríamos nomes como William Dwight Whitney, Georg von der Gabelentz, Hermann Paul, Roman Jakobson, Edward Sapir, Kenneth Lee Pike, Dell Hymes, John Rupert Firth, Michael Halliday, John Langshaw Austin, John Searle, Talmy Givón, Charles Li, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Paul Hopper, Scott DeLancey, John Dubois, Robert Van Valin, George Lakoff e Ronald Langacker (2011, p. 166-167).

Atentar para a história do funcionalismo é compreender, como aponta Pezzati, que "o paradigma funcional ostenta, na verdade, uma história quase tão longa quanto a do paradigma formal, incluindo-se neste o estruturalismo saussureano" (2011, p. 166). A autora afirma que estudiosos da linguagem do século XIX já poderiam ser considerados funcionalistas pela razão de que a linguagem, para eles, essencialmente servia a um propósito; a linguagem teria

uma motivação, ou seja, teria a função, o objetivo, de fazer alguma coisa. É o caso, por exemplo, de Whitney, para quem "a expressão na linguagem deve estar a serviço da comunicação" (2011, p. 166).

O que nos interessa aqui, nesse panorama, é o comentário de Pezatti de que "o ponto de vista funcional pode ser encontrado também na Escola Linguística de Praga" (2011, p. 166); o linguista mais famoso nesse cenário foi Roman Jakobson, que "estendeu a noção de função da linguagem, restrita apenas à referencial na teoria estruturalista, a outras funções que levam em conta os participantes da interação" (2011, p. 166).

Segundo Castilho, em sua Nova Gramática do Português Brasileiro, Jakobson "tornou mais claro o lado social da comunicação, estabelecendo os seguintes fatores dessa operação: o emissor, o receptor, o tema, o código, o canal e a mensagem" (2010, p. 67). Cada um desses fatores geraria uma função da linguagem.

Essas funções, de acordo com o artigo de Pezatti, seriam "a emotiva, a conativa e a fática, e outros fatores da comunicação, como a mensagem (função poética), e o próprio código (função metalinguística)" (2011, p. 166-167).

Da mesma forma, Castilho explica que "para situar-se em relação ao tema 'língua como atividade social', o modelo funcionalista desenvolveu reflexões sobre as *funções da língua*" (2010, p. 67). Segundo Castilho, "o primeiro deles foi Malinowski (1923/1972), que estudou a cultura polinésia e em cuja língua identificou três funções" (2010, p. 67). Essas funções seriam "a função pragmática, dada pela língua em ação" (2010, p. 67), "a função mágica, dada pela língua como uma forma de controle e sobre o meio ambiente" (2010, p. 67), e "a função narrativa, dada pela língua como uma sorte de depósitos de informações úteis" (2010, p. 67).

Alguns deles, segundo Pezatti, estabelecem suas reflexões, como de praxe, via necessidade de responder ao gerativismo chomskyano – Franchi, ele mesmo, também elege Chomsky como seu "oponente" acadêmico. Segundo a autora, "a desconsideração da teoria gerativa por questões discursivas provocou na linguística uma reação generalizada que desencadeou o surgimento de várias tendências" (2011, p. 166).

De toda a forma, a ideia geral é de que a linguística funcional prototípica seria, de certa forma, uma linguística preocupada com o uso que se faz da

linguagem; mais especificamente, sobre a utilidade da linguagem na interação entre interlocutores. Vejamos que, como aponta Pezatti, o funcionalismo, no geral, "entende que a linguagem se define, essencialmente, como um instrumento de interação social, empregado por seres humanos com o objetivo primário de transmitir informação entre interlocutores reais" (2011, p. 169).

Podemos ver isso também em Castilho, que nos explica que "a Sintaxe Funcional contextualiza a língua na situação interacional a que as estruturas se correlacionam" (2010, p. 65); uma abordagem funcional, nesse caso, estaria "prestando mais atenção ao modo como ela se gramaticaliza, ou seja, ao modo como ela representa as categorias sociais e cognitivas em sua estrutura gramatical" (2010, p. 65).

A estrutura da linguagem, nesse tipo de teoria, passa a exercer papel de coadjuvante. Ao menos, é o que Pezzati aponta quando argumenta que "as regras propriamente linguísticas devem ser consideradas instrumentais em relação aos objetivos comunicativos da interação verbal" (2011, p. 168). Entendemos, portanto, que o funcionalismo "encontra bases explanatórias na função que exercem as unidades estruturais e em processos diacrônicos recorrentes que têm, em sua maioria, motivação funcional" (2011, p. 168).

Além do que mencionamos, Pezatti nos apresenta algumas noções de função: as de Martinet, de Kiparsky e de Halliday.

No caso de Martinett, Pezatti explica que a abordagem tem a ver com "a eficiência comunicativa das unidades estruturais" (2011, p.169). Ou seja, "as explicações funcionais tratam, aqui, de mudanças no sistema de oposições que, alternando o número de outras unidades a que se opõe um dado elemento, altera consequentemente sua carga funcional" (2011, p. 169).

Além de Martinet, Pezatti menciona que Kiparsky e suas "condições de distintividade semântica" (2011, p. 169) estariam dentro do "enfoque funcionalista" (2011, p. 169); para Kiparsky, há uma "restrição funcional governando as condições da mudança linguística, segundo a qual há uma tendência para que a informação semanticamente relevante seja retida na estrutura superficial" (2011, p. 160-170). No caso de Kiparsky, Pezatti afirma que "o conceito de função não se refere à oposição entre as unidades do sistema, mas a uma relação direta entre uma dada forma e seu significado referencial" (2011, p. 170).

Por fim, Pezatti ainda nos explica sobre a noção de função de Halliday, que tem a ver com "a motivação discursiva da estrutura sentencial" (2011, p. 170). Essa noção, segundo Pezatti, estaria bastante "vinculada à perspectiva funcionalista da Escola de Praga, com base na oposição entre dado *versus* novo e tema *versus* rema" (2011, p. 170). Para Pezatti, "um dos sistemas da gramática polisistêmica de Halliday é a organização informacional que relaciona estruturas de uma sentença a estruturas de outra" (2011, p. 170). Inclusive, Castilho explica que Halliday "propõe claramente uma mudança de enfoque, mediante a concentração da atenção nos usuários e nos usos da língua, valorizando o emissor, o receptor e a variação linguística no quadro da reflexão gramatical" (2010, p. 68).

É a partir desses três teóricos que Pezatti apresenta três concepções diferentes do termo função que seria uma relação ou "entre uma forma e outra (função interna)" (2011, p.170), que "tem a ver com a posição teórica de Martinet" (2011, p. 170); ou "entre uma forma e seu significado (função semântica)" (2011, 170), que tem a ver "com o de Kiparsky" (2011, p. 170), ou então "entre o sistema de formas e seu contexto (função externa)" (2011, p. 170), que tem a ver "com as demais posições teóricas" (2011, p. 170).

A noção de função para a qual vamos agora não envolve, por enquanto, a função interna, nem a função semântica, nem a função externa. Antes, queremos apontar para uma noção mais geral de função que, aparentemente, todas essas concepções dividem: a função é relação entre coisas. Essa ideia mais geral de função é o que iremos explorar na próxima seção.

1.2. Uma introdução à noção de função

O funcionalismo tem a ver, como vimos, com ideia de função. Dessa forma, podemos nos perguntar: quais são as noções possíveis de função? Na seção anterior, vimos que uma dessas noções envolve o para que alguma coisa serve. A função de algo, o motivo pelo qual algo, o objetivo de algo... todas essas possibilidades de se compreender, mais ou menos, uma mesma ideia: para que algo serve. Além disso, vimos que há uma ideia mais geral por trás do termo função, que seria uma relação entre coisas, ou melhor dizendo, entre elementos ou conjuntos de elementos.

Dessa forma, portanto, chegamos a uma noção mais próxima da noção matemática de função: ela é uma relação (bastante específica, como veremos) entre conjuntos.

Achamos interessante, para chegar à noção matemática de função, fornecer ao leitor uma introdução ao assunto. Começaremos por uma ideia mais geral de conjuntos; dos conjuntos, apresentaremos a o que seriam as relações; só a partir disso é que trataremos das funções propriamente. Para isso, seguiremos a apresentação de conjuntos e funções que Barbara H. Partee, Alice ter Meulen e Robert E. Wall fizeram no livro *Mathematical Methods in Linguistics*, publicado em 1990.

Antes, uma ressalva.

Não pretendemos provar nada sobre essa linguagem mais formal; o que queremos é apenas dar ao leitor as ferramentas para se acostumar e para compreender melhor o formalismo que se aproxima, no próximo capítulo.

Além disso, pode ser o caso de os exemplos não serem todos relacionados à linguagem. Algumas vezes, usaremos exemplos matemáticos ou lógicos. Claro, nossa proposta é a de aproximar essa linguagem formal aos exemplos linguísticos; portanto, mesmo que esses exemplos não surjam a um primeiro momento, chegaremos lá.

Por fim, há a possibilidade de alguns conceitos serem mais polêmicos e mais nuançados do que o que o leitor encontrará nessa exposição; sabemos disso e lembramos, sempre, que nosso objetivo é uma apresentação de uma linguagem formal a um leitor menos acostumado. Assim, e conscientes dessas recorrentes simplificações, sugerimos ao leitor mais interessado alguns manuais sobre o assunto, principalmente os manuais de lógica (GAMUT, 1991a, 1991b; MORTARI, 2001), de lógica combinatória (DESCLÉS, 1990; KANG, 2019; SMULLYAN, 1985; STENLUND, 1972), de teoria das categorias, de teoria dos conjuntos, da teoria de categorias (MILEWSKI, 2017), de linguística matemática (PARTEE; MEULEN; WALL, 1990), e de semântica formal (SAEED, 2003; PIRES DE OLIVEIRA, 2001).

Vejamos o que são conjuntos.

Conjuntos são coleções abstratas que contêm elementos. Imaginemos, por exemplo, que uma turma do sexto ano do Ensino Fundamental, num colégio,

seja composta pelos alunos Pedro, Ana, Luiz, Marcos e Maria. Uma representação possível do conjunto desses alunos seria a seguinte:

1) $Alunos = \{Pedro, Ana, Luiz, Marcos, Maria\}$

Ou seja, o conjunto de alunos seria composto pelos elementos Pedro, Ana, Luiz, Marcos e Maria. No caso de um conjunto numérico, por exemplo, suponhamos o seguinte conjunto:

2) $A = \{1, 2, 3, 4, 5\}$

Dizemos aqui que 1 é um elemento do conjunto A, que 1 pertence ao conjunto A. Usamos $\in$ como símbolo que significa pertence. Dessa forma, 1 pertence ao conjunto A pode ser escrito como:

3) $1 \in A$

Também dizemos que 6, no caso, não é um elemento do conjunto A. Nesse caso, usamos o símbolo de pertence cortado $\notin$, que significa não pertence. Dessa forma:

4) $6 \notin A$

A coisa é que nem sempre dá para escrever o conjunto todo, ou que escrever o conjunto todo daria muito trabalho. Dessa forma, imaginemos um conjunto A com todos os números entre, vamos supor, 10 e 300. Nesse caso:

5) $A = \{ x \mid 10 \leq x \leq 300 \}$

Vejamos que x é a variável. A barra vertical | é lida como "tal que" e o que vem depois é a regra, ou condição. Dessa forma, uma maneira genérica de ler isso seria:

6) $A = \{variável \mid regra\}$

No caso do exemplo (5), ainda falta saber que $\leq$ significa menor ou igual que; a partir disso, podemos ver que o conjunto A é formado por todos os x que são maiores que 10 e menores que 300; a variável x compreende, portanto, todos os números entre 10 e 300. Podemos pensar em como escrever coisas mais gerais com essas regras. Por exemplo, o conjunto de pessoas que gostam de semântica:

7) $A = \{ x \mid x\ gosta\ de\ semântica \}$

Essa é a notação de construção de conjuntos, que podemos ler como "A é igual ao conjunto dos x tal que x gosta de semântica". Os elementos, e as regras de condição para que um elemento pertença a um conjunto. Um conjunto com nenhum elemento é o que chamamos de conjunto vazio, simbolizado por $\{\ \}$, ou então pelo símbolo $\emptyset$.

Outra coisa que vale a pena mencionar, pensando em conjuntos, é que a ordem dos elementos não importa. Ou seja, considerando os conjuntos A e B abaixo:

8) a) $A = \{ 1, 2, 3, 4 \}$

b) $B = \{ 4, 2, 1, 3 \}$

Podemos dizer que $A = B$, ou seja, estamos lidando com o mesmo conjunto. Além disso, não contamos elementos repetidos. Considerando os conjuntos abaixo:

9) a) $A = \{ 1, 2, 2, 2, 3, 3, 4, 4, 4, 4, 4 \}$

b) $A = \{ 1, 2, 3, 4 \}$

Podemos dizer que são basicamente a mesma coisa. Considerando isso, vamos comentar sobre o tamanho de um conjunto, o que chamamos de cardinalidade. Vejamos o conjunto abaixo:

10) $A = \{ Ana, Paulo, João, Maria \}$

A cardinalidade desse conjunto pode ser representada por | A |; como o conjunto contém quatro elementos, a cardinalidade do conjunto, ou seja, o tamanho do conjunto pode ser representado como:

11) $|A| = 4$

Uma cardinalidade interessante é a do conjunto vazio, que é zero, porque o conjunto vazio não contém elementos. Assim:

12) $|\emptyset| = 0$

Vejamos, agora, os subconjuntos. Considerando, por exemplo, um conjunto A que faz parte de um conjunto B , dizemos que A é subconjunto de B. Por exemplo:

13) a) $A = \{3, 4, 6\}$

b) $B = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$

Nesse caso, todos os elementos do conjunto A também são elementos do conjunto B; notemos, entretanto, que nem todos os elementos de B, são elementos de A. Dizemos, aqui, que A é subconjunto de B; a notação para isso é:

14) $A \subseteq B$

Lemos o símbolo ⊆ como está contido; logo, A está contido em B. Vale dizer, aqui, que todo conjunto é subconjunto de si mesmo, ou seja, $A \subseteq A$ (A está contido em A) e $B \subseteq B$ (B está contido em B). Vale dizer, também, que o conjunto vazio será um subconjunto de todos os outros conjuntos.

Um conjunto pode ter subconjuntos. Vejamos um exemplo:

15) a) $A = \{ 2 \}$

b) $A = \{ \{2\} \}$

Precisamos notar que existe uma diferença entre (15a) e (15b). No caso de (15a), o conjunto A contém um elemento, que é 2. Já em (15b), o conjunto A contém um subconjunto; é esse subconjunto que contém o elemento 2. Ou seja, em (15b), temos um conjunto com um subconjunto. O elemento de (15a) é 2, e o elemento de (15b) é $\{2\}$.

Vejamos, agora, o conjunto de partes de um conjunto, ou seja, os subconjuntos de um conjunto. Suponhamos um conjunto A. O conjunto de partes de A é um conjunto que contém todos os subconjuntos possíveis de A. Denotamos esse conjunto $p\ (A)$. Tomemos o conjunto abaixo como exemplo:

16) $A = \{1, 2\}$

Para construir um conjunto de partes desse conjunto, temos que saber quais são os subconjuntos possíveis de A. O primeiro conjunto possível é, claro, o conjunto $\emptyset$, porque o conjunto vazio é subconjunto de qualquer conjunto. Outros conjuntos possíveis seriam:

17) a) $\{1\}$

b) $\{2\}$

c) $\{1, 2\}$

Para construir o conjuntos de parte desse conjunto A, ou melhor, para construir $p\ (A)$, precisamos do conjunto com todos esses subconjuntos, que seria:

18) $p(A) = \{\emptyset, \{1\}, \{2\}, \{1,2\}\}$

Ok, e agora? Quais são as operações que podemos fazer com conjuntos? Veremos, aqui, a união, a interseção, a diferença e os conjuntos complementares. No caso da união, a ideia é selecionar todos os elementos de todos os conjuntos unidos; a definição de união de conjuntos seria:

19) $A \cup B = \{x \mid x \in A \, ou \, x \in B\}$

Podemos pensar em um exemplo para isso. Suponhamos dois conjuntos, $A = \{1, 2\}$ e $B = \{2, 3, 4\}$. A união desses dois conjuntos seria um conjunto em que os elementos pertençam a qualquer um dos dois conjuntos:

20) $A \cup B = \{1, 2\ , 3, 4\}$

No caso da intersecção, a ideia é selecionar todos os elementos que estão ao mesmo tempo em todos os conjuntos interseccionados; a definição de intersecção de conjuntos seria:

21) $A \cap B = \{x \mid x \in A \, e \, x \in B\}$

Sigamos com os nossos dois conjuntos $A = \{1, 2\}$ e $B = \{2, 3, 4\}$. No caso da intersecção, teríamos o seguinte resultado:

22) $A \cap B = \{2\}$

A diferença entre dois conjuntos resulta nos elementos que estão em um, mas não estão em outro. Essa operação pode ser definida como:

23) $A - B = \{\, x \mid x \in A \, e \, x \notin B\}$

Seguindo com os nossos dois conjuntos $A = \{1, 2\}$ e $B = \{2, 3, 4\}$, a diferença, ou $A - B$, teria, como resultado, os elementos da A que não estejam também em B:

24) $A - B = \{1\}$

A última operação básica seria a dos conjuntos complementares. Para entender a ideia de complementar, aqui, precisaremos de outro conceito, o de

universo, que representaremos como $\mathcal{U}$. O universo seria um conjunto de todos os elementos de que irá se tratar. Por exemplo, o universo pode ser os números naturais, ou os números inteiros, ou o alfabeto. Pode ser também um conjunto de pessoas. O conjunto universo é o conjunto mais amplo com todos os elementos com os quais iremos lidar. Dessa forma, os conjuntos complementares podem ser definidos:

25) $\overline{A} = \{ x \mid x \in \mathcal{U} \, e \, x \notin A\}$

Suponhamos, por exemplo, o conjunto universo $\mathcal{U} = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8\}$ e o conjunto $A = \{3,4,5,6\}$. O conjunto $\overline{A}$ seria o seguinte:

26) $\overline{A} = \{1, 2, 7, 8\}$

Nosso próximo passo será ver algumas igualdades entre conjuntos, e algumas leis que ajudam a operar sobre essas igualdades. Por igualdade, estamos pensando em dois conjuntos que acabam por ser idênticos. Por exemplo, considerando $A = \{1, 2, 3, 4\}$ e $B = \{3, 2, 1, 4\}$, podemos dizer que $A = B$.

A primeira que veremos é a *idempotência*:

27) a) $X \cup X = X$

b) $X \cap X = X$

Depois, a *comutatividade*:

28) a) $X \cup Y = Y \cup X$

b) $X \cap Y = Y \cap X$

Em seguida, a *associatividade*:

29) a) $X \cup (Y \cup Z) = (X \cup Y) \cup Z$

b) $X \cap (Y \cap Z) = (Y \cap X) \cap Z$

E a *identidade*:

30) a) $X \cup \emptyset = X$

b) $X \cap \emptyset = \emptyset$

c) $X \cup \mathcal{U} = \mathcal{U}$

d) $X \cap \mathcal{U} = X$

E a *distributiva*:

31) a) $X \cup (Y \cap Z) = (X \cup Y) \cap (X \cup Z)$

b) $X \cap (Y \cup Z) = (X \cap Y) \cup (X \cap Z)$

A *complementar*:

32) a) $X \cup \overline{X} = \mathcal{U}$

b) $X \cap \overline{X} = \emptyset$

E, por fim, a *Lei de DeMorgan*:

33) a) $\overline{X \cup Y} = \overline{Y} \cap \overline{X}$

b) $\overline{X \cap Y} = \overline{Y} \cup \overline{X}$

O que essas leis nos permitem fazer é, essencialmente, operações com esses conjuntos. Não há a necessidade de trabalhar com a manipulação dos elementos dos conjuntos envolvidos, uma vez que as operações com os conjuntos garantem essas igualdades. Novamente, lembramos que há provas para essas leis (não iremos provar aqui porque, como já dissemos, nosso objetivo é apenas apresentar a linguagem ao leitor).

De qualquer forma, podemos propor um exemplo de como operar com tudo isso. Vejamos o exemplo:

34) $(X \cup Y) \cup (\overline{X \cap Z})$

Que conjunto é esse? Oras...podemos operar sobre esse conjunto. Deixamos abaixo uma sequência de operações para reduzir esse conjunto a outro conjunto mais simples, com as respectivas leis utilizadas ao lado:

35) a) $(X \cup Y) \cup (\overline{Y \cap Z})$ DeMorgan

b) $(X \cup Y) \cup (\overline{Y} \cup \overline{Z})$ Associatividade

c) $(X \cup (Y \cup \overline{Y}) \cup \overline{Z})$ Complementar

d) $(X \cup \mathcal{U} \cup \overline{Z})$ Identidade

e) $(\mathcal{U} \cup \overline{Z})$ Identidade

f) $\mathcal{U}$

Ou seja, temos que $(X \cup Y) \cup (\overline{X \cap Z}) = \mathcal{U}$.

Chegamos, aqui, na ideia de par ordenado. O que é um par ordenado? Um par ordenado, que representaremos como $< a, b >$ vai ser definido como o conjunto $\{a, \{a, b\}\}$. Ou seja, no par ordenado com dois elementos, temos um conjunto composto pelo primeiro elemento, e por um conjunto que contém os primeiro e segundo elementos.

Uma coisa sobre isso é importante. No caso dos conjuntos, não há diferenças entre $\{a, b\}$ e $\{b, a\}$, porque os elementos são os mesmos. Agora, no caso de um par ordenado, $< a, b >$ vai ser diferente de $< b, a >$. Por quê? Vejamos os subconjuntos de cada um

36) a) $< a, b > = \{a, \{a, b\}\}$

b) $< b, a > = \{b, \{b, a\}\}$

Devemos notar que os subconjuntos que construímos para $< a, b >$ não é o mesmo que construímos para $< b, a >$. O que significa dizer que, no par ordenado, a ordem dos elementos importa.

Podemos entender, a partir de agora, o que é um produto cartesiano. Tomemos, para isso, dois conjuntos, A e B. O produto cartesiano $A \times B$ vai ser um conjunto de todos os pares ordenados que contenham, como primeiro elemento, um elemento de A e como segundo elemento, um elemento de B. Uma definição mais precisa seria:

37) $A \times B = \{ < x, y > \mid x \in A \, e \, y \in B \}$

Vamos construir o produto cartesiano $A \times B$ considerando $A = \{1,2\}$ e $B = \{a, b\}$. O produto aqui seria:

38) $A \times B = \{ < 1, a >, < 1, b >, < 2, a >, < 2, b > \}$

Já o produto cartesiano $B \times A$ seria diferente, de onde podemos dizer que produtos cartesianos não são comutativos. Vejamos esse produto:

39) $B \times A = \{ < a, 1 >, < a, 2 >, < b, 1 >, < b, 2 > \}$

Importante comentar que um produto cartesiano pode ser feito com mais de dois conjuntos. Teríamos triplas ordenadas, se fizéssemos um produto cartesiano, vamos dizer, de $A \times B \times A$.

Podemos, agora, apresentar o conceito de relação.

Relações são, basicamente, correspondências entre conjuntos. Ou, melhor dizendo, são pares ordenados que associam elementos de um conjunto com elementos de outro conjunto. Aqui, relembramos que o que associa elementos de conjuntos em um par ordenado se chama produto cartesiano. Tomemos, como exemplo, os conjuntos $A = \{3,9\}$ e $B = \{2,6\}$. Construindo o produto cartesiano disso:

40) $A \times B = \{ < 3,2 >, < 3,6 >, < 9,2 >, < 9,6 > \}$

Nas relações, o conjunto A será chamado conjunto de partida, e o conjunto B será chamado conjunto de chegada. Uma definição mais formal de relação seria, considerando $a \in A$ e $b \in B$:

41) $R \subseteq A \times B = \{ < a, b > | \ a \in A \, e \, b \in B \}$

Ou seja, a relação é um subconjunto de um produto cartesiano entre os conjuntos A e B. Queremos, para exemplificar, uma relação que selecione os pares cujo segundo elemento é menor que 5. Nossa notação será aRb, Rab ou $R(a, b)$, e o subconjunto que temos é:

42) $aRb = Rab = R(a, b) = \{< 3{,}2 >, < 9{,}2 >\}$

Vamos arriscar, aqui, uma aproximação do que viemos a exemplos linguísticos. Consideremos, aqui, dois conjuntos. Temos o conjunto $A = \{Pedro, Thiago, Maria\}$ e o conjunto $B = \{Ana, Clara, André\}$. Façamos, agora, o produto cartesiano $A \times B$:

43) $A \times B = \{< Pedro, Ana >, < Pedro, Clara >, < Pedro, André >,$
$< Thiago, Ana >, < Thiago, Clara >, < Thiago, André >, < Maria, Ana >,$
$< Maria, Clara >, < Maria, André >\}$

Queremos, agora, o subconjunto compreendido pelos pares ordenados daqueles que se amam. A relação, aqui, seria a relação de "amar". Vamos supor que Pedro ame Ana, que Thiago ame André e que Maria ame André. Nossa relação ficaria:

44) $aRb = \{< Pedro, Ana >, < Thiago, André >, < Maria, André >\}$

Para esses indivíduos, a relação de "amar", que seria um verbo, compreenderia esses pares ordenados. O par ordenado $< Pedro, Maria >$, por exemplo, ficaria de fora da relação. A partir do que entendemos por par ordenado, sabemos também que não podemos trocar a ordem entre Pedro e Ana, por exemplo. Pedro ama Ana, mas Ana não necessariamente ama Pedro, não temos como afirmar isso. Dessa forma, vemos que relações são bons

recursos para se representar verbos. Supondo que a relação seja a de amar, tomando o primeiro par ordenado como exemplo, abreviando “Pedro” para “p”, “Ana” para “a” e “amar” para “A”, chegamos a algumas notações possíveis para a mesma coisa:

45) $aRb = \ Pedro\ AMAR\ Ana$ = pAa = A(pa) = R(ab)

E, finalmente, chegamos à ideia de função.

A função é uma relação. Dessa relação que vimos nessa seção. A função é um tipo de relação, ou seja, um subconjunto de um plano cartesiano entre dois conjuntos. Mas a função é uma relação bastante específica.

Uma função toma um elemento de um domínio e mapeia esse elemento em um contradomínio. Domínio e contradomínio são conjuntos. O domínio é o conjunto de saída, o contradomínio é o conjunto de chegada. Representamos a função como segue:

46) $f: X \rightarrow Y$

Dizemos, então, que f mapeia X em Y. Qual é a diferença das relações para as funções? Na função, os elementos do domínio não podem mapear mais de um elemento do contradomínio. Vejamos o nosso exemplo com o produto cartesiano:

47) $A \times B = \{< Pedro, Ana >, < Pedro, Clara >, < Pedro, André >,$
$< Thiago, Ana >, < Thiago, Clara >, < Thiago, André >, < Maria, Ana >,$
$< Maria, Clara >, < Maria, André >\}$

Vamos supor que queiramos uma relação qualquer que nos dê, como resultado, o seguinte conjunto:

48) $aRb = \{< Pedro, Ana >, < Pedro, Clara >, < Thiago, André >, <$
$Maria, Ana >\}$

Essa relação não é uma função, uma vez que estamos mapeando Pedro duas vezes. Talvez fosse interessante acrescentar, ainda, que, se (x, y) pertence

a f e (x,z) pertence a f, então $y = z$. Ou seja, se um mesmo x do domínio se aplica a y e a z, no contradomínio, y é igual a z. Por outro lado, se a relação resultasse em:

$$49)\ aRb = \{< Pedro, Ana >, < Thiago, André >, < Maria, Ana >\}$$

Então temos uma função, já que os elementos do conjunto de saída, do domínio, têm um correspondente apenas no contradomínio. Uma coisa importante, aqui: todos os elementos do domínio precisam fazer parte do subconjunto definido pela relação; nem todos os elementos do contradomínio precisam fazer parte do subconjunto definido pela relação. No caso do exemplo que estamos acompanhando, devemos lembrar os conjuntos iniciais, os conjuntos $A = \{Pedro, Thiago, Maria\}$ e $B = \{Ana, Clara, André\}$. Notemos, aqui, que os três elementos de A estão na relação que apresentamos em (49); mas nem todos os elementos de B estão presentes em (49). O subconjunto dos elementos do contradomínio que estão presentes na relação são chamados de imagem da função. Dessa forma, o domínio da função em (49) é o conjunto A, o contradomínio é o conjunto B, e a imagem é o conjunto $imB = \{Ana, André\}$. Notemos, claro, que Clara não faz parte do conjunto imB.

Uma definição de função pode ser encontrada, por exemplo, em Bunge:

> Devemos analisar o conceito de predicado com a ajuda do conceito matemático de função. Uma *função* f é uma correspondência entre dois conjuntos A e B de forma que, para cada membro x de A, haverá um único elemento y em B. A correspondência é escrita $'f: A \rightarrow B'$, em que A é chamado *domínio* e B *contradomínio* de f. O valor f que pega um $x \in A$ é designado por $f(x)$ e devolve um elemento y de B. Ou seja, $f(x) = y$. Essa é a essência do conceito geral de função.[78] (BUNGE, 1974, p. 15)

O estudo das funções na matemática é, como se pode prever, muito mais complexo e trabalhoso do que o que apresentamos. Entretanto,

---

[78] No original: We shall analyze the concept of a predicate with the help of the mathematical concept of a function. A *function* f is a correspondence between two sets A and B such that, to every member x of A, there is a single element y of B. The correspondence is written $'f: A \rightarrow B'$, where A is called the *domain* and B the *range* of f. The value f takes at $x \in A$ is designated by $f(x)$, in tum an element y of B. That is, $f(x) = y$. This is the gist of the general concept of a function.

acreditamos que essa apresentação pode servir como uma pequena introdução ao universo dos conjuntos, das relações e, mais especificamente, das funções.

Antes de encerrar a seção, a título de exemplo, tentemos amarrar essa breve apresentação de função com uma das teorias que mencionamos neste capítulo, a de Piaget.

Piaget, Grize e Szeminska, em um livro chamado *Epistemology and Psychology of Functions*, de 1977, levantam a hipótese de que "funções expressam os links próprios para esquemas de ação"[79] (1977, p. 12) na busca de "estruturas funcionais que precedem estruturas operatórias, uma vez que ações podem ser fisicamente coordenadas antes da constituição das operações extraídas das coordenações mais gerais"[80] (1977, p. 12). Levantamos, novamente, o ponto de que o trabalho de Piaget é levado em consideração por Franchi, que nos explica que:

> Por um lado, um reestudo da teoria da categorização baseada nos trabalhos de Piaget (particularmente PIAGET, 1923, 1937, 1955, 1959; PIAGET et alii, 1968, BLOOM, 1973; BROWN, 1973; EDWARDS, 1974; com ênfase sobre o injustamente esquecido trabalho de Piaget sobre o desenvolvimento das categorias a partir de esquemas relacionais e funcionais (em PIAGET et alii, 1968)). O que interessa particularmente nesses estudos é o fato de que objetos e categorias de objetos não se identificam e constroem em isolamento, mas no interior de diferentes sistemas de relações, em cujos termos o conceito deve definir-se. A dependência de tais esquemas aos processos de interação do sujeito com seu ambiente, não necessariamente excluído o ambiente social embora não tenha Piaget dado a ênfase necessária a esse aspecto da interação, pode ser vista como uma das fontes de indeterminação categorial e sua correlação a "*frames*" relacionais explicativos. Isso explica talvez que, em outro ambiente cultural, observações semelhantes tenham levado a um relativismo cognitivo e linguístico, como nos trabalhos de Brown (1956) e Bruner, Goodnow e Austin (1956). (FRANCHI, 2012, p. 308-309)

No caso do trabalho de Piaget, Grize e Szeminska, um dos objetivos é entender "como um sujeito passa de simples funções constitutivas de aplicação para classes de equivalência que podem ser tratadas operativamente em

---

[79] No original: functions express the links proper to schemes of actions.
[80] No original: functional structures which precede operatory structures since actions can be physically coordinated before operations drawn from the most general coordinations are constituted.

inclusões hierárquicas (o agrupamento de classificação)"[81] (1977, p. 12). O que isso significa? O percurso seria o de que "o estágio inicial é a função $y = f(x)$, a simples aplicação de x em y. Do ponto de vista do sujeito nesse ponto, a dependência funcional que liga y a x é expressa por qualquer 'adequação'"[82] (1977, p. 27).

O exemplo que os autores dão aqui seria o seguinte: tomando os objetos x e y como um martelo e um prego, respectivamente, a função $y = f(x)$ seria uma aplicação de um no outro, no caso, a ação de martelar um prego. Os autores continuam explicando que "dada uma certa ação F (um exemplo específico da função f em $y = f(x)$), a equivalência dos $x's$ então se refere apenas ao uso feito deles"[83] (PIAGET, GRIZE, SZEMINSKA, 1977, p. 27). Suponhamos aqui que o x do nosso exemplo, no caso o martelo, seja trocado por uma chave de fenda justo porque a nossa f, ou seja, a ação de bater no prego, o nosso y, pode ser exercida tanto por um martelo quanto por uma chave de fenda. Dessa forma, a classe de objetos equivalentes é reconhecida pela ação que se pode exercer com eles, ou seja, pela função.

O que Piaget, Grize e Szeminska vão argumentar esse seria o primeiro estágio. O segundo "envolve a passagem das equivalências baseadas na natureza da ação F ('mesma adequação') para as equivalências baseadas nas propriedades dos objetos (semelhanças entre $x's$)"[84] (1977, p. 28). Para os autores, "psicologicamente, essa passagem é facilmente explicada se a equivalência inicial é uma assimilação dos $x's$ no esquema F"[85] (1977, p. 28). E voltamos, como já havíamos discutido antes, à ideia de que "todas as assimilações são, com efeito, repetições, generalizações e reconhecimentos"[86] (1977, p. 28), tanto que "quando as assimilações de x em F não são mais

---

[81] No original: how a subject pass from simple constitutive functions of application to equivalence classes which could be treated operatorily in hierarchical inclusions (the grouping of classification).
[82] No original: the initial stage is the function $y = f(x)$, the simple application of x onto y. From the viewpoint of the subject at that point, the functional dependence linking y to x is expressed by any "suitability".
[83] No original: given such an action F (a specific example of the function f in $y = f(x)$), the equivalence of the $x's$ ten only relates to the use made of them.
[84] No original: involves the passage from equivalences based on the nature of the action F ('same suitability') to equivalences based on the properties of objects (similarities between $x's$).
[85] No original: psychologically this passage is easily explained if the initial equivalence is an assimilation of the $x's$ to the scheme F.
[86] No original: all assimilations are in effect repetitions, generalizations and recognitions.

alcançadas por contingências, mas por sistematização, o problema passa a ser o de reconhecer os $x's$, e o sujeito é levado a isolar suas características em comum"[87] (1977, p. 28).

Há, antes de encerrarmos, outro raciocínio presente em Piaget, Grize e Szeminska que nos será útil mais a frente.

Suponhamos que "funções expressam os elos inerentes aos esquemas de ações e, portanto, constituem a origem comum das operações e da causalidade"[88] (1977, p. 28); se esse for o caso, então "deve então ser possível, a partir de funções elementares de aplicação, conceber dois modos de composição de funções distintos, embora compreendendo naturalmente inúmeras relações entre si"[89] (1977, p. 28). O primeiro seria "compor dependências funcionais entre objetos e, assim, orientar-se para os sistemas abrangentes de determinação física que asseguram sua explicação causal"[90] (1977, p. 28). O segundo seria que "ao coordenar suas ações entre si, ele também pode chegar a composições operatórias cuja natureza inerente é exatamente expressar as coordenações mais gerais de ações"[91] (1977, p. 28).

O que os autores querem dizer aqui é que é possível que a função seja uma relação de ação entre dois objetos, e que é possível que a função seja uma relação de ação entre ações. Nesse segundo caso, estaríamos falando de composição de funções. Nesse caso, temos que "as coordenadas parciais das ações, cujas composições são múltiplas e até indefinidas e, da mesma forma, não fechadas, podem ser expressas em termos dos 'combinadores' próprios da lógica combinatória"[92] (1977, p. 28). Voltaremos, mais adiante, à lógica

---

[87] No original: when the assimilations of x to F are no longer achieved by contingencies but rather systematically, the problem becomes one of recognizing the $x's$, and the subject is led to isolate their common characteristics.

[88] No original: functions express the links inherent in schemes of actions and thus constitute the common origin of operations and of causality.

[89] No original: it should then be possible, starting from elementary functions of application, to conceive of two modes of composing functions which are distinct, although naturally comprising numerous relations among themselves.

[90] No original: compose functional dependences between objects and thus orient himself towards the comprehensive systems of physical determination which assure their causal explanation.

[91] No original: by coordinating his actions among themselves, he may also arrive at operatory compositions whose inherent nature is precisely to express the most general coordinations of actions.

[92] No original: the partial coordinations of actions, whose compositions are multiple and even undefined and by the same token not closed, can be expressed in terms of the 'combinators' proper to combinatory logic.

combinatória. Por hora, basta entender que ela está presente no trabalho de Piaget.

2. O sujeito na teoria

No primeiro capítulo, traçamos uma espécie de biografia de Carlos Franchi, sempre explorando o contexto histórico no qual ele estava envolvido. A industrialização, a organização dos operários em sindicatos, a modernização do país, a reconfiguração da educação, as tensões entre esquerda e direita, o golpe militar, a saída para o exterior, a organização dos cursos de graduação e pós-graduação na Unicamp, a direção do IEL.

Porém, como nosso objetivo aqui é mais que apresentar a biografia de Franchi, é tentar relacionar isso tudo com o *Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem*, de 1976, surgem algumas questões: seria possível encontrar eco dessa biografia em sua tese de doutorado? Seria possível perceber a atuação política de Franchi em sua tese de doutorado? Seria possível perceber a atuação como professor de Franchi em sua tese de doutorado?

É o que tentaremos fazer agora.

Nossa tese é de que Franchi (1976) é meio que um três em um: tem a preocupação em construir uma teoria da linguagem, coisa que veremos na próxima seção, mas também tem a preocupação com uma provável denúncia política e com o ensino que só podem ser percebidas, como estamos argumentando desde o começo deste trabalho, pelo contexto no qual esse texto foi escrito.

É o momento, portanto, de extrapolar as questões linguísticas.

2.1. Reação ao regime militar

Franchi publicou sua tese em 1976. Nesse período, Brasil estava, como vimos no primeiro capítulo, em meio a uma ditadura. O que veremos agora é que Franchi aproveita o seu trabalho para, de certa forma, criticar e denunciar o que se passava no país nessa época.

Comecemos por situar que o país, à época da escrita da tese de Franchi, estava em pleno governo Geisel (1974-79). Schwarcz e Starling, no livro de 2015 *Brasil: uma Biografia*, apontam que o governo Geisel marcou o início da lenta caminhada do país em direção ao fim da ditadura; o Brasil estaria, então, em rumos de sua redemocratização, que só ocorreu, efetivamente, em 1985. Dessa forma, quase uma década separava a tese de Franchi e o fim do Regime Militar. Lembremos também que Franchi saiu do Brasil no final dos anos 1960 por causa, também, da situação complicada em que estava; ele advogava por presos políticos, quer dizer, pelos líderes de sindicatos, justo numa época em que a ditadura contava com o AI-5 a seu favor.

Mesmo assim, Franchi parece sempre ter tido uma consciência social que o faria, vamos colocar dessa maneira, denunciar o que estava acontecendo. Essa denúncia aparece, essencialmente, na forma de exemplos que vão surgindo aqui e ali na segunda parte da tese, ou seja, na apresentação do modelo formal de sua teoria.

Na segunda parte de sua tese, Franchi (1976) apresenta sua teoria funcional da linguagem. Esse modelo é formal, baseado na lógica combinatória. Mas há exemplos de como isso poderia ser aplicado às línguas naturais. Ou, mais especificamente, ao português. Entre esses exemplos, um deles nos chamou a atenção (1976, p. 344):

1) O orador fala das instalações do congresso.

O que não parece muita coisa, não fossem os exemplos das páginas seguintes (1976, p. 349):

2) a) Os soldados matam;

   b) O jornalista morre;

   c) O laço mata;

   d) A politicalha mata.

Vale notar que, colocados em sequência, temos esse efeito curioso de que "os soldados" são agentes e "matam", o "jornalista" é experienciador que "morre", "o laço" se torna agente de matar, apesar de laços não matarem e de

pessoas serem enforcadas. O que sugere a natureza dupla do enforcamento como suicídio e como assassinato. Então soldados e laços matam. Jornalistas morrem. E o bloco termina com a politicalha servindo como agente de matar. A politicalha, os soldados, o laço, todos matam. O jornalista é quem morre.

Os exemplos que se seguem a esses quatro deixam a narrativa mais interessante (1976, p. 350):

3) a) Mata-se com o laço;

b) A politicalha causa mortes;

c) A politicalha faz morrer;

d) Os soldados fazem morrer;

e) Os soldados causam a morte;

f) Mata-se com os soldados.

Nessa sequência, Franchi transforma os soldados em instrumento da politicalha que causa a morte. Já sabemos de quem pelos exemplos anteriores: os soldados são instrumentos da politicalha que causa a morte do jornalista. E, finalmente, chegamos à última série de exemplos, que reproduzimos abaixo e que explicitam toda a narrativa que vinha se desenvolvendo (1976, p. 351):

4) a) Os soldados matam o jornalista;

b) Os soldados matam com o laço;

c) Os soldados matam o jornalista com o laço;

d) Os soldados matam por (causa da) politicalha;

e) Os soldados matam o jornalista por (causa da) politicalha;

f) Os soldados matam com o laço por (causa da) politicalha;

g) Os soldados matam o jornalista com o laço por (causa da) politicalha.

O que Franchi busca exemplificar são papéis temáticos. Daí que, após essa sequência de exemplos, há a repetição da narrativa por outra diátese, a passiva (1976, p. 351):

5) a) O jornalista é morto pelos soldados;

b) O jornalista é morto com o laço pelos soldados.

E depois, pela causativa (1976, p. 351):

6) a) A politicalha fez os soldados matar (ou matarem);

b) A politicalha fez matar os soldados;

c) A politicalha faz morrer o jornalista;

d) A politicalha faz os soldados mata(rem) o jornalista.

Quer dizer, temos ao menos 23 exemplos em que Franchi aponta diretamente para uma situação: soldados/polícia causaram a morte de um jornalista por meio de um laço e por causa de politicalha.

Atentamos, porém, para o fato de que essa tese foi escrita em 1976.

Considerando a data, e o sistema de referências da época, de que falamos no primeiro capítulo desta tese, essa sequência de exemplos dada por Franchi direciona o leitor para um evento em específico: o "suicídio" de Vladimir Herzog.

Herzog foi um jornalista cuja morte, emblemática, marcou o fortalecimento da oposição à ditadura. De acordo com Schwarcz e Starling, Herzog "era um profissional respeitado, dirigia o departamento de telejornalismo da TV Cultura de São Paulo" (2015, p. 471). Apareceu morto na tarde do dia 25 de outubro de 1975, em uma cela do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), onde tinha ido prestar depoimento na manhã do mesmo dia. Segundo as autoras, Herzog, "diante dos policiais que foram prendê-lo, à noite, na redação, prontificou-se a ir ao DOI na manhã seguinte" (2015, p. 471). No dia seguinte, "Herzog compareceu à sede do Codi-DOI. No mesmo dia, à tarde, ele estava morto dentro de uma cela" (2015, p. 471). O desdobramento desse caso é que foi impressionante, uma vez que, como todo mundo sabia onde Herzog estava, ficaria difícil sumir com o corpo; a saída foi, então, simular um suicídio. De acordo com as historiadoras, "Vladimir Herzog foi assassinado sob tortura, e os militares, dessa vez, não tinham como desaparecer com o corpo" (2015, p. 471). O desfecho foi que, "sem alternativa, construíram a versão do suicídio: em nota oficial emitida

pelo comandante do II Exército, o país foi informado de que Herzog teria se enforcado numa cela do Codi-DOI paulista, usando uma tira de pano" (2015, p. 471-472).

Além desses exemplos emblemáticos, Franchi conta com alguns outros exemplos em que a verve política aparece e os exemplos tratam de salários e operários (1976, p. 411):

7) a) A reclamação de Pedro por melhores salários me irritou;

b) A construção de casas do BNH por esses operários é bastante interessante.

Ou então quando a melhoria de salário envolve o presidente (1976, p. 416):

8) A reclamação de melhor salário por Pedro irritou o presidente.

Ou ainda quando a reinvindicação por salário é atendida (1976, p. 427):

9) a) A reclamação que Pedro fez por melhores salários vai ser atendida;

b) O presidente ouviu a reclamação de Pedro por melhores salários.

Vale mencionar aqui que, normalmente, sentenças que envolvam esse tipo de conteúdo, seja o teor político ao mencionar os "operários", ou então "melhoria de salário", não são tão frequentes em livros de linguística formal.

2.2. Herança na pesquisa linguística brasileira

No primeiro capítulo, vimos que Franchi carregava consigo uma preocupação com a educação. No segundo, vimos o programa que Franchi traçou para a pesquisa e para a formação do pesquisador nas universidades brasileiras. Pois bem, antes mesmo do texto em que Franchi reflete sobre o assunto, a sua participação na formação dos pesquisadores, ou melhor, dos linguistas brasileiros, fica evidente se olharmos para seus orientandos. Nesse caso, temos alguns nomes em mente, como José Borges Neto, Maria Irma

Coudry, Sírio Possenti, Lígia Negri, Regina Céli Moraes Withaker Franchi, João Wanderley Geraldi e Márcia Cançado.

O que queremos traçar nessa seção é um paralelo entre os estudos desses linguistas e pesquisadores e algumas das concepções que apresentamos no capítulo anterior. Acreditamos que comentar esses trabalhos nos ajudam a visualizar duas coisas: a primeira seria a importância, a contribuição de Franchi para a linguística brasileira, e a segunda seriam os próprios conceitos da linguística que Franchi fez.

Vale notar que logo no começo de *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*, Franchi destaca sua dúvida sobre o tema do trabalho. Essa dúvida dizia respeito a investir alternativamente numa temática voltada diretamente à educação, ou melhor, ao ensino da gramática e da redação:

> Este trabalho tem fontes muito distantes; pensamos que já nas tentativas de sistematizar os pontos de análise sintática e análise morfológica para os alunos do ginásio e do colégio, fazendo-o a partir de noções intuitivas e muito simples (pelo menos aparentemente) como as de 'ação', 'processo', 'agente', 'paciente' etc. E em técnicas de ensino de redação, levando os estudantes a "transformar", variando o ponto de vista, o 'foco', os arranjos de categorias gramaticais, as construções de seus próprios textos. (FRANCHI, 1976)

Por algum motivo, o tema central acabou virando outro, a saber, o de construir uma teoria da linguagem. Ou, melhor dizendo, uma teoria funcional da linguagem. Porém, essas duas coisas, o ensino e a teoria da linguagem, como sabemos, estão intimamente relacionadas para Franchi. Investir em uma coisa não implica, aqui, desistir da outra.

A ideia chave para compreender essas relações está nas concepções de funcionalidade. Como vimos, elas surgem de pelo menos dois lugares diferentes, e função pode ser a) para que serve algo; ou, b) uma relação bastante específica entre duas coisas. Sobre o ponto a), Franchi, em sua tese, retoma as funções da linguagem de Bühler e de Jakobson. E a ideia de que a linguagem é comunicação. E vai além, propondo que, para além de comunicação, a linguagem também serve como atividade constitutiva. Dessa forma, e o que é importante nesse momento, Franchi se afasta daqueles que estudam a linguagem sem levar em consideração o sujeito e o contexto; porque a língua, afinal, é falada por alguém em algum momento.

Dos pesquisadores que mencionamos primeiro parágrafo dessa seção, ao menos quatro investem nessas concepções de linguagem que envolvem o contexto e o sujeito.

O primeiro seria Maria Irma Coudry. Na sua tese de doutorado, publicada em 1986, Coudry parte de uma crítica às consequências de se adotar o estruturalismo e o gerativismo no tratamento de pacientes afásicos para propor que o contexto e os sujeitos importam. O segundo, Sírio Possenti. Na sua tese de doutorado, publicada também em 1986, Possenti parte disso para a Análise do Discurso, investigando justo a relação entre forma e conteúdo como espinha dorsal do discurso de um sujeito. O terceiro pesquisador seria Lígia Negri. Na sua dissertação de mestrado, também publicada em 1986, Negri investiga os artigos definidos como dêiticos contextuais. O quarto seria João Wanderley Geraldi. Na sua tese de doutorado, publicada em 1990, Geraldi investe na análise do ensino de gramática e de produção de texto, criticando os modelos até então utilizados na época, as formações dos professores e propondo uma abordagem em que o trabalho com a linguagem deve considerar o contexto e o sujeito para funcionar.

Porém, vimos também que há uma segunda concepção de função que leva em consideração as relações entre elementos e que se aproxima do que usualmente se compreende pelo termo na matemática. Nesse caso, temos também pesquisadores que investem numa investigação formal das línguas.

O primeiro deles seria José Borges Neto. Na sua dissertação de mestrado, de 1979, Borges Neto investiga os adjetivos, buscando compreender as organizações categoremáticas e sincategoremáticas desses adjetivos em português. O segundo, Regina Céli Whitaker Franchi. Na sua dissertação de mestrado, publicada em 1989, Whitaker Franchi investiga a sintaxe e a semântica das construções ergativas em português brasileiro. O terceiro seria Márcia Cançado. Na sua tese de doutorado, publicada em 1995, Cançado investiga os papeis temáticos dos verbos em português brasileiro a partir do que seria a teoria da funcionalidade de Franchi.

Em um primeiro momento, o que todos eles têm em comum é que foram orientandos de Carlos Franchi, que havia ido para a França com o objetivo de estudar linguística, voltar, e ajudar a organizar o curso de graduação e reforçar o elenco para a pós-graduação em linguística da Unicamp. Antes disso, segundo

ele mesmo, seu conhecimento a respeito de linguística era pouco. Havia tido conhecimento da linguística estruturalista à época do curso de pós-graduação em Literatura com Antonio Candido, quando conheceu teóricos e linguistas como Shaumyan e Jakobson, por exemplo. Porém, foi na França que Franchi teve contato com Culioli, Piaget, Pêcheux, Ducrot. Foi nessa época que estudou Chomsky. E Fillmore. E, Lakoff.

Nosso argumento aqui é de que Franchi, com o objetivo de implementar um curso de linguística, buscou conhecer ao máximo as vertentes e os teóricos cujas teorias eram contemporâneas de sua formação. O resultado disso, em certa medida, é a primeira parte da tese de doutorado de Franchi: uma resenha extensíssima sobre os funcionalistas, os estruturalistas, os gerativistas. Ele, inclusive, já havia ido além e discutido parte da semântica gerativa de McCawley, de Lakoff e de Fillmore em seu trabalho. Ou seja, a tese de Franchi começa por ser o resultado da compilação de um pouco mais de meia década de estudo (o que é impressionante) em linguística, o que resulta (quase) em uma espécie de manual brasileiro de linguística, bem no meio dos anos 1970.

Assim, *Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem* parece funcionar, ao mesmo tempo, como material para os linguistas em formação da época aprenderem linguística e como teoria para os linguistas em formação da época empreenderem pesquisas em linguística.

E essa parte da pesquisa, bom, já delineamos isso alguns parágrafos atrás. É possível ver essa herança que Franchi deixou nos trabalhos de seus orientandos. Vejamos, por exemplo, um trecho presente no Caderno Temático da Unicamp em homenagem a Franchi, publicado em 2001. Nesse trecho, acompanhamos um depoimento de Coudry sobre o impacto do pensamento de Franchi em sua abordagem discursiva da afasia:

> Maria Irma não se esquece de uma aula em que Franchi disse: "nenhum enunciado tem em si condições necessárias e suficientes para permitir uma interpretação unívoca". Uma formulação que, revela a professora, desencadeou a abordagem discursiva da afasia à medida que o sentido não é previamente determinado, mas se dá a partir de uma conjunção de fatores contextuais e linguísticos: quem fala, para quem, com que propósitos, em que circunstâncias etc. "Na abordagem tradicional, são avaliados, a partir de tarefas descontextualizadas, os erros, defeitos e problemas de linguagem decorrentes da lesão cerebral. A pesquisa teórico-metodológica que fizemos parte exatamente do contrário: o que de linguagem há a partir dessa lesão,

> ou seja, existe linguagem na afasia, ao invés de existir patologia de linguagem na afasia".
> Segundo Maria Irma, essa abordagem, desenvolvida a partir da linguagem como processo e atividade, e não como código e transmissão de informação, conforme trecho da tese de Franchi, é inédita no país. "E no caso da patologia, o que é fantástico nessa formulação, é que a língua oferece possibilidades criativas para o sujeito dizer de uma maneira e não de outra". Na prática clínica derivada dessa posição teórica, diz a professora, "se o sujeito afásico com lesão cerebral não consegue dizer de uma maneira, a língua dispõe de outras possibilidades e recursos a partir do que ele pode reformular, refazer e reconstruir o que diz e o que interpreta". (O AFÁSICO..., 2001, s/p).

Essa presença da linguística feita por Franchi perpassa os trabalhos dos seus orientandos, o que já foi notado, inclusive, por Rodolfo Ilari, que comentou a questão em uma nota de rodapé em seu artigo publicado em 2003. O que gostaríamos de fazer agora é desenvolver um pouco mais dessa suposta influência de Franchi no trabalho dos seus orientandos.

Ressaltamos aqui que pretendemos ser breves na exposição das ideias e concepções dessas teses e dissertações, uma vez que buscamos apenas reconhecer alguns dos elementos do pensamento de Franchi na argumentação de seus orientandos. A apresentação desses trabalhos se dará do mais antigo para o mais recente, ou seja, em ordem cronológica (BORGES NETO, 1979; COUDRY, 1986; POSSENTI, 1986; NEGRI, 1986; WITHAKER FRANCHI, 1989; GERALDI, 1990; CANÇADO, 1995).

A primeira de que falaremos é a dissertação de mestrado de José Borges Neto, de 1979, intitulada *Predicados Extensionais e Predicados Intensionais*.

Nessa dissertação, Borges Neto começa por explicar que "nosso objeto de estudos são os adjetivos" (1979, p. 2), mais especificamente, os "adjetivos qualificativos da gramática tradicional" (1979, p. 5), que seriam "considerados à luz de uma semântica formal" (1979, p.5).

De início, Borges Neto trata de "delimitar intuitivamente nosso objeto de estudos" (1979, p. 2) via "observações sobre o tratamento dado a esta classe de palavras via gramática tradicional" (1979, p. 2). Borges Neto considera, em sua dissertação, que gramática tradicional seria "os estudos que aparecem nas gramáticas escolares" (1979, p. 2). Vejamos que duas coisas são interessantes de notar aqui: a noção intuitiva de algo e a ideia de gramática escolar.

O adjetivo seria, segundo Borges Neto, definido pela gramática escolar como um "modificador do substantivo" (1979, p.2). Seriam dois os tipos de adjetivos, os qualificativos e os delimitativos. Os "adjetivos qualificativos acrescentam qualidades às compreensões dos substantivos que modificam" (1979, p.3) e os "adjetivos determinativos delimitam áreas de extensão dos substantivos" (1979, p.3). E, claro, ainda há de se ver as relações dos adjetivos com substantivos, que também são duas, a atributiva e a predicativa. O "adjetivo é atributo do substantivo se a ele se liga diretamente" (1979, p.3) e o "adjetivo é predicado do substantivo se a ele se prende por meio do verbo de ligação" (1979, p. 3). Ou seja, são dois os tipos de adjetivos e são duas as maneiras como esses dois tipos de adjetivos se ligariam ao substantivo.

O interessante dessa dissertação, para nós, é a síntese que Borges Neto faz das propostas de Bolinger, Vendler e Zuber para adjetivos a partir da noção de 'transferibilidade',

Essa noção surge da proposta de Bolinger, e o raciocínio que Borges Neto usa para chegar a ela começa pela afirmação de que "interessa-nos aqui a distinção entre os dois tipos de modificação exercidos pelos adjetivos: modificação de referente e modificação de referência" (1979, p. 25). A modificação de referente seria, segundo Borges Neto, passível de algo chamado 'transferibilidade'. O exemplo seria "Henry é um policial sonolento" (1979, p.26) e a ideia de 'transferibilidade' seria a ideia de que "o adjetivo 'sonolento' é transferível de um nome a outro, desde que os nomes se refiram a Henry" (1979, p. 26). No caso dos modificadores de referência, isso não ocorre, e Borges Neto utiliza o exemplo "Henry é um estudante esperto" (1979, p. 26) para explicar que "nesse caso, Henry só é esperto enquanto estudante" (1979, p. 26). O resultado é que Borges Neto defende que "dada esta propriedade dos adjetivos que denominamos 'transferibilidade', podemos agrupar os adjetivos em duas classes, de acordo com seu comportamento diante dessa propriedade; teremos adjetivos transferíveis e não-transferíveis" (1979, p. 27).

A partir disso, Borges Neto associa essa noção de 'transferibilidade' às classificações de adjetivos de Vendler, argumentando que "se tomarmos a transferibilidade como critério, a relação entre a classificação de Bolinger e a classificação de Vendler é imediata" (1979, p. 29), e argumenta que "a noção de transferibilidade está diretamente implicada na classificação de Zuber" (1979,

p.29). As noções de Zuber, no caso, são as de adjetivos categoremáticos e sincategoremáticos, que Borges Neto nos explica da seguinte maneira: o adjetivo categoremático "é aquele que tem seu sentido estabelecido independentemente do sentido do nome ao qual se liga" (1979, p. 20) e o adjetivo sincategoremático "tem o seu sentido intimamente ligado ao sentido do nome" (1979, p. 20). A relação aqui é que os adjetivos categoremáticos seriam transferíveis, enquanto os sincategoremáticos não seriam transferíveis.

Seguindo a argumentação de Borges Neto, chegamos a uma discussão bastante interessante que se inicia por uma objeção que se faz por meio dos adjetivos "esperto" e "cego" nos exemplos "Pedro é um estudante esperto" (1979, p. 31) e "Pedro é um estudante cego" (1979, p. 32). Borges Neto apresenta a objeção porque no caso do primeiro exemplo, com o adjetivo "esperto", "diz-se que Pedro é esperto enquanto estudante, e isto é uma qualificação relativa a Pedro" (1979, p. 32). Já no caso do segundo exemplo, com o adjetivo "cego", "diz-se que Pedro é cego enquanto estudante e se subentenderá que é cego também em todos os outros domínios" (1979, p. 32), ou seja, "à primeira vista, parecerá que se trata aí de uma qualificação absoluta de Pedro" (1979, p. 32).

Essa parte nos interessa.

O que se argumenta, segundo Borges Neto, é que "a relação predicativa que há entre 'cego', 'estudante' e 'Pedro' é da mesma natureza da relação predicativa que há entre 'esperto', 'estudante' e 'Pedro'" (1979, p. 32). Borges Neto argumenta que "há uma identidade na forma do significado" (1979, p. 32), concluindo que "a qualificação absoluta no caso de 'cego' não é sígnica, mas meramente inferencial" (1979, p. 32). Para Borges Neto, "ao nível sígnico, trata-se de qualificação do mesmo alcance que no caso de 'esperto'" (1979, p. 32), e a "diferença entre 'esperto' e 'cego' está na substância do significado de cada qual desses signos" (1979, p. 32).

O que acontece, então, é que Borges Neto traz para a discussão "um enfoque hjelmsleviano, onde signo é a solidariedade que se estabelece entre a forma do conteúdo (forma do significado) e a forma da expressão" (1979, p. 32). Nesse caso, "o fato da distinção categoremático/sincategoremático ser relacionada às coisas e, portanto, da substância do conteúdo, implicaria em que a distinção realmente não seria sígnica" (1979, p. 33). O contra-argumento seria o de que "no momento em que esta distinção passa a ter implicações sintáticas,

parece-nos que não mais se pode negar a ela o estatuto de distinção sígnica" (1979, p. 33). No caso, vale apontar que "não só as duas classes de adjetivos apresentam consequências sintáticas em inglês, francês e polonês, como são formalmente marcadas em russo" (1979, p. 37). Dessa forma, "na medida em que esta distinção age no domínio da expressão e na medida em que, no quadro hjelmsleviano, propõe-se o isomorfismo entre o domínio da expressão e o domínio do conteúdo" (1979, p. 33), argumenta Borges Neto, "nós, necessariamente, temos que considerá-la (a distinção) à luz da função semiótica de Hjelmslev e, portanto, como pertencente à forma do conteúdo" (1979, p. 33).

É nesse momento que surge, enfim, a ideia de função semiótica (falaremos um pouco mais sobre essa ideia de semiótica na próxima seção), cara não apenas a Hjelmslev, mas também a Shaumyan e, claro, a Carlos Franchi. Acreditamos que podemos, agora, seguir para o próximo orientando de Franchi.

O segundo trabalho de que falaremos é a tese de doutorado de Maria Irma Coudry, de 1986, intitulada *Diário de Narciso: avaliação e acompanhamento longitudinal da linguagem de sujeitos afásicos de uma perspectiva discursiva*.[93]

O objetivo do trabalho de Coudry é "uma prática de avaliação e acompanhamento longitudinal de sujeitos afásicos" (1986, p. 1) estabelecida "a partir de um quadro teórico e mediante certos procedimentos analíticos" (1986, p. 1). Coudry estabelece que "interessa-me menos a afasia (como objeto de investigação) e muito mais a prática pelo qual o sujeito afásico se reconstitui e reconstitui sua linguagem" (1986, p. 2). Isso é importante porque, para Coudry, "minha prática e interesse envolve necessariamente um sujeito afásico, com quem me relaciono e que está em um processo difícil de reintegração pessoal e social" (1986, p. 3). Dessa forma, quem assume o centro desse trabalho é o sujeito.

Logo de início, Coudry explica que "a afasia se caracteriza por alterações de processos linguísticos de significação de origem articulatória e discursiva (nesta incluídos aspectos gramaticais)" (1986, p. 6) que seriam causadas por "lesão cortical adquirida, podendo ou não se associarem a alterações de outros

---

[93] Coudry publicou essa tese como livro alguns anos depois. Porém, utilizaremos, neste trabalho, o texto publicado como tese, não o livro.

processos cognitivos" (1986, p. 6). Ou seja, segundo Coudry, "um sujeito é afásico quando, do ponto de vista linguístico, o funcionamento de sua linguagem, prescinde de determinados recursos de produção ou interpretação" (1986, p. 6). Levanta-se, dessa forma, a importante questão sobre "o modo como a linguagem vem sendo tomada pela neurolinguística contemporânea" (1986, p. 6).

A questão é relevante porque o modo como se compreende a linguagem dentro de uma prática implica o modo como essa prática será conduzida. Sobre isso, Coudry nos explica que "o desenvolvimento da neurolinguística resultou em procedimentos avaliativos e analítico-descritivos (incluindo baterias de testes-padrão)" (1986, p. 7) que teriam "inadequações" (1986, p. 7) como, por exemplo, a "descontextualização das tarefas da linguagem" (1986, p. 7) que simulariam "situações artificiais" (1986, p. 7). Dentre as várias inadequações que Coudry aponta, uma delas nos chama a atenção, justo por apontar a "predominância de tarefas metalinguísticas que, embora necessárias para o diagnóstico, não podem substituir atividades linguísticas e a consideração dos processos epilinguísticos envolvidos na reconstrução da linguagem pelo sujeito afásico" (1986, p. 7).

O leitor reconhecerá, no trecho que acabamos de mencionar, as atividades linguísticas, metalinguísticas e epilinguísticas de Culioli, que trabalhamos no segundo capítulo da tese.

Essas tarefas metalinguísticas em questão constituem, na neurolinguística, o que Coudry aponta como testes-padrão. Segundo ela, "historicamente, os testes-padrão faziam-se necessários para localizar lesões cerebrais" (1986, p. 9). Dessa forma, "classicamente, era a partir de tarefas metalinguísticas (efetuadas ou não pelo paciente) que se localizava topograficamente a área cerebral acometida" (1986, p. 8). Exemplos desses testes seriam, de acordo com Coudry, "repetição de 'fonemas'" ou de palavras monossilábicas" (1986, p. 10), "repetição de logatomas (palavras que não existem na língua do paciente mas com o mesmo padrão fonológico)" (1986, p. 10), "soletração e repetição de palavras" (1986, p. 10), "denominação de objetos (apresentados diretamente ou sob figuras e fotos) oralmente ou por escrito" (1986, p. 11), "definição de palavras fornecidas pelo examinador (1986, p. 11), "completar frases" (1986, p. 11), "repetição de parágrafos lidos pelo examinador" (1986, p. 11), "cópia de palavras e parágrafos" (1986, p. 12), "ditados de palavras e frases" (1986, p. 12), e por aí vai. Coudry explica, a partir de uma extensa

listagem de exemplos de testes, que "o sucesso ou insucesso do afásico em um ou mais desses testes serve como critério de classificação do tipo de afasia que o sujeito porta" (1986, p. 12).

O que Coudry critica, nesses casos, é a falta de contextualização, a falta de uma concepção discursiva, a falta de interlocução. Vale notar que, para ela, "na interlocução deve sempre haver interação e assunção por parte dos interlocutores de seus diferentes papéis discursivos" (1986, p. 18). Assumir isso seria não apenas investir numa "alteração de pressupostos" (1986, p. 18), mas também modificar "os propósitos da prática descritiva e clínica" (1986, p. 18), uma vez que "a preocupação se desloca para o sujeito afásico e sua reconstituição como sujeito" (1986, p. 18). Coudry defende que "o diagnóstico é simplesmente um ponto difuso de partida para uma prática que vise à reconstrução da linguagem do sujeito em sua prática social, a busca de outros recursos de significação que lhe permitam essa prática" (1986, p. 18).

O problema é que, como "a atividade metalinguística corresponde a tomar a linguagem como um objeto de reflexão e a falar sobre esse 'objeto'" (1986, p. 20), ela "'suspende', pois, a linguagem para torná-la um objeto de observação, descrição e representação" (1986, p. 20). Dessa forma, a "constituição da linguagem, enquanto objeto, implica na construção de um sistema nocional que possibilita caracterizar a linguagem-objeto e representá-la em um sistema de referência em que a metalinguagem possa ser interpretada" (1986, p. 20). A suspensão da linguagem, dessa forma, seria explicada porque "é preciso tomar uma certa distância em relação à atividade linguística para construir esse sistema nocional e sua metalinguagem representativa" (1986, p. 20).

Finalmente, Coudry ainda ponta que "talvez o aspecto mais grave é que, nesses testes, se priva o sujeito da atividade epilinguística" (1986, p. 22). Essa atividade, de acordo com a autora, seria "indispensável à construção e reconstrução da linguagem" (1986, p. 22). Em seguida, Coudry define essa atividade como "a atividade do sujeito que opera sobre a linguagem" (1986, p. 22), detalhando que ela ocorre "quando o sujeito explora recursos de sua linguagem e reutiliza elementos na construção de novos objetos linguísticos até para produzir certos efeitos (rimas, trocadilhos, humor, novas formas de construção)" (1986, p. 22), ou então "quando o sujeito a partir dos fatos

linguísticos a que foi exposto ou que produz, elabora hipóteses sobre a estruturação da linguagem ou sobre formas específicas de uso" (1986, p. 22).

Essa atividade epilinguística, para o afásico, teria, de acordo com Coudry, "valor reconstrutivo na busca de alternativas à resolução de suas dificuldades" (1986, p. 22); quer dizer, "na retomada de elementos da fala do outro ou de si mesmo em turnos anteriores para reelaborá-los, quando se serve de discursos anteriores para reorganizar um novo discurso" (1986, p. 22).

Antes de passarmos para o trabalho de Possenti, vale ressaltar que Coudry apresenta uma distinção entre epilinguagem e metalinguagem, uma vez que a epilinguagem "se vincula ao sujeito e todas as suas relações com a própria linguagem, com o outro e com a situação em que opera" (1986, p. 23). Dessa forma, "recobre operações diversas sobre a linguagem, como transformar, segmentar, reordenar, reiterar, inserir, fazer escolhas e, mesmo, pensar sobre a linguagem e os processos de construção em que está envolvida" (1986, p. 23). Coudry vai além e explica que "nas situações de discurso, em que estão em jogo a partilha das pressuposições fatuais, o conhecimento mútuo, as intenções do locutor, a imagem de cada um para o outro etc." (1986, p. 23), é possível "até falar em uma atividade epidiscursiva: muitas passagens do discurso envolvem uma 'negociação' explícita destas condições, um ajuste e reajuste recíproco para garantir a eficácia da interação" (1986, p. 23).

Essas questões que Coudry levanta são iniciais e servem para direcionar o restante do trabalho, mas mesmo iniciais, dão uma ideia clara do lugar do discurso e dos conceitos de Culioli no que virá a ser a prática clínica proposta pela autora mais adiante. Ainda sobre as questões do discurso, vejamos agora o próximo orientando de Franchi.

O próximo trabalho de que falaremos é a tese de doutorado de Sírio Possenti, também de 1986, intitulada *Discurso, Estilo e Subjetividade*.

O trabalho de Possenti se concentra no estilo como parte fundamental do discurso. O estilo, para Possenti, seria a relação ativa entre forma e conteúdo (1986, p. 3). Essa relação ativa estaria, evidentemente, no uso da linguagem pelo sujeito. Dessa forma, o ponto aqui tem a ver com a indeterminação linguística, que Possenti argumenta que vai se tornar sobredeterminação (1986, p. 3; ILARI, 2003).

A Análise do Discurso à qual Possenti se filia é a francesa; para ele, um objeto de estudo da ciência deve ser representável e delimitável (POSSENTI, 1986, p. 8). Acontece que Possenti analisa as propostas do estruturalismo saussureano e do gerativismo chomskyano para argumentar que a delimitação do objeto da linguística em signos (ou palavras), como é o caso desse estruturalismo, e em sentenças, como é o caso desse gerativismo, não dá conta de uma série de fenômenos linguísticos que dependem de contexto para serem explicados (1986, p. 11).

Esse questionamento não é, óbvio, muito diferente daquele que Coudry faz sobre a eficiência de ambos, estruturalismo e gerativismo, no tratamento dos pacientes com afasia. Lembremos, aqui, que este problema é o que a leva a propor um tratamento novo a esses pacientes. Ao mesmo tempo, parte do pressuposto de que a língua é entendida como meio de comunicação.

Considerando a época em que Possenti escreveu essa tese, o problema que se levanta nesse tipo de debate é o de que é possível considerar a língua, apenas, um código ou é possível considerar que ela não seja código de maneira alguma? E é possível tentar algo que empreste elementos da língua enquanto código, e elementos da língua enquanto não código. Ou seja, a Análise do Discurso investiria numa investigação sobre o que é exclusivamente forma e o que não é, dentro de um cenário em que a linguagem, e a língua, estaria posta em uso (1986, p. 17-18).

O problema que exemplifica essa situação, para Possenti, é o dos dêiticos (que também estarão presentes na dissertação de mestrado de Lígia Negri).

Porque eles, os dêiticos, são dependentes do contexto[94].

Dessa forma, para Possenti, a concepção é de que as "línguas são quase-estruturas" (1986, p. 18-19) justo por serem "sintática e semanticamente determinadas" (1986, p. 18-19); a interpretação de um enunciado, nesse sentido, demanda "além dos elementos da sintaxe e da semântica, uma relação no seu contexto de produção" (1986, p. 18-19). Note-se aqui o trecho de Franchi:

---

94 Possenti (1986) também levanta o problema dos performativos. Vale comentar aqui que há, hoje, modelos formais que tentam dar conta desse tipo de fenômeno que depende de contexto. Um exemplo disso é a semântica dinâmica de Hans Kamp. E sim, num momento imediatamente posterior, esses fenômenos foram trazidos para o interior da semântica, o que não invalida, entretanto, o caráter pragmático ou discursivo de outros fenômenos da linguagem.

> A linguagem, na medida em que 'dá forma' é bem já uma atividade quase-estruturante, mas não necessariamente 'estruturada', no sentido estrito do termo, ou se concebemos 'estrutura' como uma organização estável de categorias. (FRANCHI, 2002, p. 65).

O discurso, por sua vez, ao mesmo tempo, não apenas surge da atividade linguística, mas a complementa. O autor apresenta uma nova maneira de compreender as atividades discursivas a partir de uma concepção franchiana da linguagem.

Havíamos falado um pouco sobre dêiticos; vejamos, agora como os artigos podem ser estudados via dêiticos.

A dissertação de mestrado de Lígia Negri, publicada em 1986 e com o título de *A natureza dêitica do artigo definido*, procura desenvolver um tratamento dos artigos definidos em termos da dêixis, cujo funcionamento é essencialmente contextual.

Nessa dissertação, Negri explica "nenhum tratamento lógico é adequado para explicitar a natureza ou a caracterização do artigo definido" (1986, p. 22), uma vez que "nenhum desses tratamentos dá conta da diversidade de usos do artigo em questão, nem de seu caráter pragmático" (1986, p. 22). Negri parte da análise de propostas para o artigo definido de lógicos como Frege, Russell, Reichenbach e Strawson e argumenta que, dado que todas essas propostas esbarram em problemas ou contradições de natureza linguística, "o critério da unicidade de referente não é um critério satisfatório para a caracterização do artigo definido" (1986, p. 18). Para a autora, "os tratamentos lógicos, de uma maneira geral, optam conscientemente, ou se conduzem, não tão explicitamente, para um tratamento da linguagem que elimina suas marcas indiciais (ou dêiticas)" (1986, p. 95). Nesse caso, o tratamento lógico eliminaria "o papel do contexto pragmático na interpretação de sentenças que contenham elementos indiciais" (1986, p. 95).

A partir disso, Negri passa a trabalhar o artigo definido a partir de propostas linguísticas. Primeiro, trata de como as gramáticas tradicionais concebem o artigo definido. Depois, de como a linguística gerativa o concebe. Por fim, trata de como abordagens dêiticas tratam do artigo definido.

As gramáticas tradicionais, segundo Negri, "tratam do artigo definido como uma questão distribucional e apresentam uma listagem de usos" (1986, p. 25-26). Segundo a autora, essas abordagens seriam "meramente descritivas" (1986, p. 97), ou seja, trabalhariam com a "apresentação da variedade de usos do artigo e de sua distribuição" (1986, p. 97).

É o caso de Celso Cunha, para quem, segundo Negri, "o artigo definido é sinal de notoriedade, de conhecimento prévio por parte dos interlocutores do ser ou objeto mencionado" (1986, p. 26). Além de Celso Cunha, Negri apresenta o modo como Jerônimo Soares Barbosa define os artigos definidos; segundo Negri, esse gramático "vai mais além, busca definir as categorias e explicar suas sub-divisões" (1986, p. 29). Negri explica que, para esse gramático, "os artigos aparecem como sub-classes dos adjetivos determinativos" (1986, p. 29), que "aplicam os nomes de classes e comuns a certos indivíduos particulares" (1986, p. 30). Esse tipo de adjetivo, de acordo com Negri, não causa "mudança alguma na significação do nome comum" (1986, p. 30), "sempre precedem o nome apelativo que determinam" (1986, p. 30) e "não são suscetíveis de aumento, nem de graus na sua significação" (1986, p. 30).

No caso da linguística gerativa, Negri explica que o artigo definido pode ou ser "gerado pelo componente de base" (1986, p. 33), ou ser "gerado pelo componente T's como resultado de uma redução da oração relativa" (1986, p. 33), ou "ser gerado por T's que envolvem elementos como foco, pressuposição, índices e natureza do conjunto referencial" (1986, p. 34-35), a depender de em qual filiação gerativista estiver o linguista.

Os gerativismos, segundo Negri, "variam conforme o modelo teórico adotado" (1986, p. 99). Dessa forma, Negri pondera que "as análises gerativistas mais rígidas falham em dar conta de elementos como o artigo, por excluírem de seu domínio informações sobre o contexto de emergência de tais elementos, que são essenciais para a sua análise" (1986, p. 99) e "outras propostas, como a de M. Kato por exemplo, que levam em conta esse fator, apresenta um problema formal sério que é decorrente do modelo teórico adotado" (1986, p. 99).

Das abordagens tradicionais para as abordagens gerativas, Negri parte para um terceiro tipo de abordagem, as dêiticas.

A discussão sobre dêixis leva Negri a apresentar o tratamento de Alston das *indexical words*, ou "palavras indexicais", que seriam "palavras que, apesar

de terem uma significação constante, mudam de referência conforme as mudanças nas condições de sua elocução" (1986, p. 64). Nesse caso, a natureza discursiva e pragmática desse tipo de abordagem se mostra bastante evidente. Negri explica que "os dêiticos são concebidos a partir de um esquema semiótico ternário, esquema esse em que a distinção significação/referência desempenha um papel importante" (1986, p. 64). Mais que isso, segundo a autora, uma das concepções possíveis de dêixis que Lahud (1930) apresenta teria a ver com o fato de que "o sentido dos dêiticos é dado na e pela língua e o seu referente é um lugar vazio que pode ser preenchido pelos particulares que satisfaçam essa relação nas condições reais de sua elocução" (1986, p. 65). Ou seja, a discussão aqui caminha para um descompasso entre o as concepções (dos lógicos) de sentido e de referência e para um direcionamento às questões contextuais dentro de uma situação de interlocução.

O interessante é que, a partir disso, Negri sobrepõe a abordagem dêitica às abordagens lógicas, tradicionalistas, gerativas. Quer dizer, segundo a autora, "muitos autores para a caracterização do artigo definido apelam ora para o seu caráter dêitico ora anafórico" (1986, p. 72). Chamamos atenção aqui para o fato de que a construção do argumento é bastante similiar a que Borges Neto usa quando elenca as várias concepções de adjetivos para, depois, sobrepor umas às outras na busca de algo mais abstrato. Também gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que já havíamos mencionado esse procedimento ao discutir a aproximação de Franchi com Cavaillès, no capítulo dois.

Sobre os artigos definidos e os dêiticos, Negri segue afirmando que "grande parte das abordagens linguísticas sobre o caráter dêitico ou não do artigo definido decorre em última instância do tratamento revolucionário que Benveniste deu aos pronomes pessoais" (1986, p. 73). Além disso, Negri ressalta que "muitos autores irão optar por um tratamento dêitico ou anafórico não só pela oscilação histórica entre tais funções, como ressalta Bühler, mas também dependendo de que linha teórica de abordagem de linguagem irá o autor adotar" (1986, p. 73).

A partir disso, Negri argumenta em direção da teoria enunciativa de Culioli ao apresentar que "Culioli, Fuchs e Pêcheux (1970) discutem a questão do tratamento formal da linguagem e a aplicação dessa questão ao problema dos determinantes" (1986, p. 73). Segundo Negri, esses autores "procuram

relacionar as categorias de análise morfológica a operações formais estipuladas num modelo de análise linguística que procure captar as modulações e modalidades da língua natural" (1986, p. 73). Essas modalidades e modulações seriam, de acordo com a autora, "ambiguidades, sentido denotativo e cognitivo, equívocos etc." (1986, 73). Como mencionamos já no capítulo dois, o programa de Culioli é captar a linguagem em toda a sua diversidade e variação. Esse tratamento formal seria, como o leitor pode imaginar, o esquema da léxis, que apresentamos também no capítulo dois.

A dissertação de mestrado de Regina Célia Moraes Whitaker Franchi, publicada em 1989 e com o título de *As construções ergativas: um estudo semântico e sintático*, trata de um estudo de uma "classe de construções ergativas e sua correlação com as construções causativas" (1989, p. 1).

Logo de início, Whitaker Franchi nos explica que devemos entender seu texto dentro da sua "formação na teoria gerativa e transformacional" (1989, p. 1), e que seu interesse "está no fato de que, nesse tema, estão em jogo questões básicas da teoria da gramática: a teoria das relações e funções temáticas e sua projeção nas estruturas categoriais da sintaxe" (1989, p. 1). Novamente, como foi o caso dos trabalhos de Borges Neto e Lígia Negri, acontece aqui de Whitaker Franchi ter como pretensão "o resultado da aplicação combinada de várias hipóteses na tentativa de explicar um conjunto de fatos gramaticais que parecem deixar sempre alguns problemas a resolver" (1989, p. 1).

A gramática gerativa com a qual Whitaker Franchi trabalha já é a da teoria X-barra. Segundo a autora, "uma das tendência atuais da teoria é a de atribuir maior importância ao léxico e às propriedades dos itens lexicais (particularmente dos que atribuem funções temáticas)" (1989, p. 4-5). Dessa forma, para essa versão da gramática gerativa, "o léxico não é somente um rol de itens a serem inseridos nas posições terminais da estrutura sintática" (1989, p. 5); ele possui, também, "propriedades que determinam essa estrutura, operações e relações internas (criativas)" (1989, p. 5). Além disso, "a derivação de uma oração se realiza em diferentes níveis de representação" (1989, p. 5).

Esses diferentes níveis seriam o "nível da representação lexical" (1989, p. 5), o "nível projetado da estrutura categorial de base (dependente do léxico e dos princípios da teoria X-barra)" (1989, p. 5), a "estrutura profunda (EP)" (1989, p. 5), "o nível das estruturas transformadas por movimento ou estruturas

intermediárias (ES)" (1989, p. 5), o "nível da forma lógica (FL) que estabelece a mediação entre a ES e a intepretação semântica" (1989, p. 5).

Segundo Whitaker Franchi, a "representação semântica final e a representação fonética (FF) são componentes interpretativos da ES" (1989, p. 5). A ES, nesse caso, seria responsável pela correlação entre representação semântica e representação fonética entre si, "atendendo ao objetivo fundamental de uma gramática: o de associar expressões a sua significação" (1989, p. 5).

Segundo Whitaker Franchi, o gerativismo chomskyano abriu espaço para que tivessem "cada vez um papel maior, na teoria, as relações semânticas ou temáticas" (1989, p. 7). Isso quer dizer que o gerativismo passaria a reconhecer, por exemplo, que "um predicado" (1989, p. 7) de um verbo pode estabelecer "relações múltiplas entre vários argumentos" (1989, p. 7), caracterizadas "por uma função semântica específica" (1989, p. 7) como, dentre outras, as funções de "agentivo (ou fonte), objetivo, beneficiário (ou meta), valor" (1989, p. 6).

Mais do que isso, o que Whitaker Franchi nos explica é que "a teoria gerativa tem optado por inscrever essas diferentes funções que especificam o sentido de um verbo (ou de outra categoria que tome argumentos) como propriedades do item lexical em questão" (1989, p. 7). Segundo a autora, "um princípio fundamental relativo a essa estrutura temática incial é o princípio da projeção" (1989, p. 7). Whitaker Franchi explica que "por esse princípio, intuitivamente, a estrutura lexical semântica deve ser representada categorialmente em todos e cada um dos níveis sintáticos sucessivos de derivação (EP, ES, FL)" (1989, p. 7), ou seja, "as relações temáticas especificadoras do sentido dos itens lexicais devem ser projetadas sucessivamente sobre os demais níveis de representação" (1989, p. 7-8).

Depois de explicar o princípio de projeção, Whitaker Franchi segue nos mostrando que há duas conclusões que se tiram dele. A primeira seria a de que "se algum elemento é entendido em uma posição particular como argumento temático, então ou ele existe na representação sintática como uma categoria explícita e foneticamente realizada, ou como categoria vazia" (1989, p. 8). A segunda seria a de que "podem reduzir-se e mesmo eliminar-se as regras sintagmáticas de formação de estrutura profunda da oração" (1989, p. 8). Whitaker Franchi explica ainda que "desse modo, o item lexical que toma

argumentos para a formação de um sintagma oracional seleciona a realização estrutural canônica do verbo e os argumentos desse verbo a realização estrutural canônica de nomes" (1989, p. 8).

Finalmente, a autora conclui que "isso se aproxima, embora sob mecanismos formais e pressupostos teóricos diferentes, do engendramento das categorias a partir das relações semânticas que Franchi, já em 1975, sugeria" (1989, p. 8).

Mais à frente, Whitaker Franchi ainda nos explica a concepção de Fillmore e sua Teoria de Casos. Segundo Whitaker Franchi, "Fillmore formulou a hipótese de que a estrutura profunda das orações se deveria representar não categorialmente mas mediante símbolos diretamente associados a 'casos semânticos'" (1989, p. 32); casos esses que seriam, por exemplo, "agentivo, objetivo, instrumento, dativo, etc., a que tenho chamado funções temáticas" (1989, p. 32-33). Isso porque, "para Fillmore, as categorias e as relações e funções sintáticas (sujeito, objeto direto etc.) definidas no indicador sintagmático" (1989, p. 32), explica Whitaker Franchi, "não seriam relevantes para a interpretação semântica da oração" (1989, p. 32). Dessa forma, "a descrição lexical de um verbo conteria, entre outras informações, as relativas a esses casos como parte da especificação de seu sentido" (1989, p. 33).

Por fim, gostaríamos de cobrir o que Whitaker Franchi apresenta da teoria de Franchi. A autora começa por explicar que Franchi "não considera necessário nem adequado postular estruturas conceituais inatas, específicas" (1989, p. 73-74). Segundo Whitaker Franchi, e como já vimos também no capítulo anterior, Franchi se filia "a uma linha piagetiana, construtivista" (1989, p. 74). Ainda segundo a autora, Franchi toma a linguagem como "'externa' em um sentido público e aberto: uma atividade ou trabalho construtivo, histórico e social, de caráter antropológico e cultural, que se pode estudar enquanto processo e não pelos resultados variáveis de seus produtos" (1989, p. 74). De acordo com Whitaker Franchi, é nessa atividade que "se constituem os sistemas de representação do 'mundo' (aquilo a que Jackendoff chamaria de 'mundo projetado ou projeções representativas do real)" (1989, p. 74).

A partir disso, a autora conclui que, segundo a concepção franchiana, "é via linguagem (enquanto processo construtivo), a partir de processos cognitivos mais gerais, que o homem, na interação social com o outro e no curso do tempo,

constrói representações de si mesmo e do mundo" 1989, p. 74). Finalmente, Whitaker Franchi explica que "pela mediação desse sistema, as expressões são interpretadas em objetos, propriedades, eventos e circunstâncias da realidade (meta-termos estes já de um outro sistema de referência descritivo construído 'a posteriori')" (1989, p. 74); ou seja, essas interpretações corresponderiam "a determinados estados de fato (são verdadeiras ou falsas)" (1989, p. 74).

É isso, de acordo com a autora, que para Franchi corresponderia "à 'dimensão semântica' da linguagem, determinada por relações 'predicativas'" (1989, p. 74). Assim, a autora explica que, na concepção franchiana, não apenas "noções funcionais como 'agente', 'experienciador', 'beneficiário', 'tempo' etc." (1989, p. 75), como também "categorias como 'evento', 'ação', 'coisa', 'relação', 'processo', 'estado', etc. fazem parte do aparato descritivo com que nos referimos a aspectos do sistema nocional de referência com que se representa a realidade" (1989, p. 75); essa realidade seria representada, no caso, "segundo parâmetros culturais e antropológicos" (1989, p. 75).

Logo mais, em nosso trabalho, voltaremos ao texto de Whitaker Franchi, que nos ajudará a compreender melhor a própria abordagem de Franchi em sua tese de doutorado. Por hora, fica mais do que evidente a presença de Franchi na dissertação de mestrado da autora. Vejamos, então, o próximo orientando.

A tese de doutorado de João Wanderlei Geraldi, publicada em 1990 e com o título de *Linguagem, interação e ensino*, trata do ensino da leitura, da redação e da gramática.

O argumento de Geraldi é de que há a necessidade de se estabelecer uma relação e um diálogo entre a teoria e a prática no ensino (principalmente, o ensino de português, focado na "interação verbal como o lugar da produção da linguagem e dos sujeitos" (1990, p. 28).

O problema apresentado por Geraldi é o de que havia uma crise no ensino de língua portuguesa (1990, p. 312), que teria a ver com o caráter instrumental da linguagem a partir de uma função instrutiva das escolas, que deveriam, em tese, transmitir um conhecimento acumulado ao aluno, não a um sujeito. Esse conhecimento seria, nessa perspectiva, uma cultura erudita, de onde se entende, também, a natureza classista do sistema. Ter educação seria, portanto, uma oportunidade de ascensão social (1990, p. 113-120). Mas e o papel do professor nisso tudo?

Sobre isso, primeiro: o abismo entre teoria e prática. No caso da educação, isso significa dizer que as práticas de ensino de português não estavam em consonância com as teorias linguísticas. Desse problema, surge outro: havia um outro abismo entre professores e alunos. Um dos motivos teria a ver com a própria natureza teórica com as quais esses professores trabalhavam (lembremos, teoria e prática não conversavam): a linguagem não estaria intrinsecamente relacionada ao sujeito; seria, antes, um sistema de regras a ser apreendido.

Era necessário, portanto, repensar o ensino.

Nesse cenário, Geraldi defende que a mudança é possível a partir da coletividade, diálogo, crítica e pluralismo de ideias. Faz parte, portanto, da linguística aplicada e da sociolinguística. Para Geraldi, o pressuposto é de que a língua não está pronta, os sujeitos são sujeitos na interação com outros sujeitos e as interações entre esses sujeitos estão dentro de um contexto (1990, p. 28-29). Ou melhor, são "três eixos que merecem explicitação: a historicidade da linguagem, o sujeito e suas atividades linguísticas e o contexto social das interações verbais" (1990, p. 29).

A historicidade da linguagem, para Geraldi, está intimamente ligada com a ideia de linguagem como atividade constitutiva de Franchi.

Falar depende aqui de duas coisas: saber quais são os recursos da língua e remodelar esses vários recursos para dar conta de uma interlocução. Geraldi, ao falar da historicidade da linguagem, está discutindo a indeterminação da linguagem. Nesse sentido, uma aproximação com o pensamento franchiano pode ser encontrado na ideia de que "a noção de indeterminação que se assume aqui é a assunção radical de que os recursos expressivos usados nos processos interativos são, em si sós, insuficientes" (1990, p. 33), argumenta Geraldi, "para a identificação tanto dos objetos referidos (realidade factual do mundo) quanto dos sistemas de referências que se presentificam em cada interlocução" (1990, p. 33).

Nesse sentido, e como Franchi aponta no seu artigo "Linguagem – Atividade Constitutiva", a linguagem seria quase-estruturante, não estável (2002, p. 65). O sentido seria, portanto, negociado.

Há, porém, um outro trecho nesse artigo de Franchi que ressoa na argumentação de Geraldi, para quem "a língua enquanto sistema simbólico

torna-se significativa por remeter a um sistema de referências, produzido nas relações iterativas que, por seu turno, situam-se numa determinada formação social e são por esta marcadas" (1990, p, 37). Dessa forma, Geraldi conclui que "daí compreender a linguagem como trabalho constitutivo dos sistemas de referências e dos sujeitos cujas consciências se formam precisamente pelo conjunto de categorias que vão incorporando" (1990, p. 37); essa incorporação, para Geraldi, se daria "enquanto signos, nos processos interlocutivos de que participam" (1990, p. 37).

O que significa que Geraldi assume a linguagem como uma atividade constitutiva e, a partir disso, retorna aos sujeitos. Esses sujeitos, que se intercomunicam, precisam trabalhar não apenas sobre um sistema de referências, mas também sobre as operações discursivas envolvidas nas interlocuções entre os sujeitos que resultam em ações linguísticas com a linguagem, sobre a linguagem e da linguagem (1990, p. 39-40). Assim, Geraldi recupera as concepções de atividade linguística, epilinguística e metalinguística que já discutimos no capítulo anterior, presentes em Franchi.

Ressaltamos aqui que, para Geraldi, "a operação de determinação, aqui no que tange aos atos ilocucionários praticados, não depende apenas da situação em que se dá a enunciação" (1990, p. 63). Dependem, antes, "da correlação entre os recursos expressivos usados e a situação de enunciação: aqueles é que levam a procurar nesta elementos pertinentes para a produção de sentido" (1990, p. 63). De acordo com a argumentação de Geraldi, "é este movimento entre estabilidade e a transitoriedade que importa ressaltar" (1990, p. 63) e, dessa forma, independentemente do "aspecto escolhido para a análise dos recursos expressivos presentes nas ações que se fazem com a linguagem (atos de fala, construção das referências à realidade factual etc.), chegaríamos à conclusão expressa por Franchi" (1990, p. 63-64).

Dessa maneira, Geraldi apresenta, em sua tese, uma nova maneira de trabalhar com o ensino da escrita a partir de uma concepção de linguagem franchiana: o professor não seria aquele que detém e transmite o conhecimento, mas aquele que, junto aos alunos, constrói reflexões e conhecimentos (1990, p. 314).

A tese de doutorado de Márcia Cançado, publicada em 1995 e com o título de *Verbos Psicológicos: A Relevância dos Papéis Temáticos Vistos sob a*

Ótica de uma Semântica Representacional, propõe um tratamento semântico dos verbos psicológicos em português brasileiro. Esse tratamento vai se dar a partir do que a autora chama de Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos.

A hipótese de Cançado é de que é possível trabalhar com "uma teoria gramatical composta de módulos autônomos – sintático, semântico e fonológico – onde regras de correspondência os ligariam entre si" (1995, p. 4). Desses três módulos, o interesse estaria na "questão de correspondência entre a estrutura conceitual e a sintaxe" (1995, p. 4), ou seja, na relação entre semântica e sintaxe. Assim, Cançado explica que "trataremos da questão semântica, não só, como a base da construção da estrutura argumental, mas, também, como tendo um papel na estruturação de expressões de línguas naturais" (1994, p. 4). Mais do que isso, Cançado pretende se restringir "ao estudo das relações semânticas, também conhecidas como relações temáticas ou como o estudo dos papéis temáticos" (1995, p. 5).

Antes de prosseguirmos com as hipóteses específicas e com a apresentação que a autora faz da *Teoria Generalizada dos Papeis Temáticos*, franchiana, apontamos para uma semelhança entre a tese de Cançado e a dissertação de Whitaker Franchi no que diz respeito à investigação dos papeis temáticos; no caso aqui, dos verbos psicológicos, no caso lá, das construções ergativas. Não à toa, Cançado explica que "uma primeira pesquisa no quadro teórico desta tese" (1995, p. 6) foi "realizada por Whitaker Franchi" (1995, p. 6). Segundo Cançado, e como vimos anteriormente, Whitaker Franchi aponta "que a teoria das relações temáticas é relevante para a descrição e explicação das estruturas linguísticas" (1995, p. 6-7).

Diferente de Whitaker Franchi, porém, Cançado elege como objeto de estudos os verbos psicológicos. Segundo a autora, os verbos psicológicos "denotam um estado emocional e têm, obrigatoriamente, um argumento experienciador" (1995, p. 7) e "apresentam interessantes propriedades relacionadas à organização da estrutura argumental e à ligação de anáforas" (1995, p. 5). Sobre o argumento experienciador, Cançado nos explica que "o argumento que recebe o papel temático de Experienciador pode aparecer tanto na posição de sujeito como na posição de objeto na estrutura superficial (estrutura-S) desses verbos, parecendo ser essa escolha aleatória" (1995, p. 8). É o caso dos exemplos que "Mário teme fantasmas" (1995, p. 8) e "Fantasmas

assustam Mário" (1995, p. 8). Sobre as anáforas, Cançado explica que "a anáfora localizada no sujeito pode ser ligada, ou pode tomar como antecedente, o objeto desse verbo" (1995, p. 8). É o caso dos exemplos "Estórias sobre si mesma, agradam muito Maria" (1995, p. 8) e "Falatórios sobre si mesmo, incomodam João" (1995, p. 8).

Dessa forma, a escolha por esse tipo de verbo, segundo a autora, se dá, principalmente, porque "esses verbos fazem parte de uma das classes em que os problemas de seleção argumental se colocam mais em evidência" (1995, p. 7).

Os pressupostos gerais do trabalho de Cançado seriam três. Em primeiro lugar, há o pressuposto de que "o sentido das orações é estruturado e sujeito a um tratamento sistemático, constituindo um componente autônomo da teoria gramatical" (1995, p. 73). Ao adotar não apenas "uma teoria gramatical que inclui um princípio forte de projeção" (1995, p. 73), mas também "regras de correspondência entre essa representação e a representação sintática" (1995, p. 74), Cançado espera "explicar generalizações arbitrárias feitas sobre a sintaxe e o léxico" (1995, p. 74). Em segundo lugar, há o pressuposto de "um princípio de estrita autonomia desses dois componentes" (1995, p. 74), no caso o sintático e o semântico, que nos mostra que "a teoria é elaborada, em cada um desses componentes, como primitivos (categorias, relações e funções) e operações próprias, e que a teoria se formula em um sistema independente de princípios teóricos" (1995, p. 74). Finalmente, há o pressuposto de que "além de uma semântica referencial, tradicionalmente construída como uma semântica de valores de verdade" (1995, p. 74), o trabalho irá adotar "uma semântica do sentido, ou uma semântica representacional" (1975, p. 74).

Voltaremos a esse trabalho mais à frente para tentar compreender o que seria essa Teoria Generalizada dos Papeis Temáticos. Nesse primeiro momento, entretanto, vale apontar que a autora adere ao que "Franchi chama de 'Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos'" (1995, p. 74), de forma que já podemos, claro, notar o diálogo fortíssimo com Franchi e com as suas concepções teóricas.

Uma curiosidade é que todos esses trabalhos, o de José Borges Neto, de Maria Irma Coudry, de Sírio Possenti, de Lígia Negri, de Regina Céli Moraes Whitaker Franchi, de João Wanderley Geraldi e de Márcia Cançado foram orientados, defendidos e publicados na Universidade Estadual de Campinas –

Unicamp. Além disso, como podemos observar pela enumeração dos trabalhos dos orientandos apresentada acima, as dissertações de mestrado foram desenvolvidas segundo as teorias em voga no momento da orientação, ao passo que as de doutorado, do grupo de estudos composto pelos colegas docentes da UNICAMP, receberam influência direta do modelo teórico de Franchi

Há de se mencionar, por fim, o grupo de trabalho da Universidade de São Paulo – USP, composto por Esmeralda Negrão, Ana Müller e Evani Viotti, que resultou em dois artigos sobre relações sintático-semânticas.

3. A linguagem na teoria: um sistema triangular

Esta seção procura amarrar todos esses caminhos que abrimos nos capítulos e seções anteriores sobre como proceder diante da linguagem em *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem.* Para fazer isso, utilizaremos a divisão que Ataliba Castilho fez, em sua *Nova Gramática do Português Brasileiro* (2010), da teoria linguística de Franchi em três sistemas: o semântico, o sintático e o discursivo.

Essa divisão parece interessante mesmo porque, em sua tese de doutorado, Franchi se recusa a "conceber a linguagem como um sistema formal" (1976, p. 68), e defende "o seu caráter aberto, histórico, assistemático" (1976, p. 68); ele concebe a linguagem como "um processo contínuo de elaboração e reelaboração das categorias e valores e das formas de pensamento (lógico e analógico)" (1976, p. 68).

Devemos, portanto, considerar esses elementos ao tratar da teoria funcional proposta por Franchi. Comecemos por investigar as proposições que estão no início dessa teoria.

Franchi tem interesse em "distinguir diferentes níveis de abstração, de modo a interrogar, no nível mais abstrato do modelo, a natureza mesma das operações e funções constituintes" (1976, p. 67). Essa ideia de um modelo abstrato tem muito a ver não apenas com o que já havíamos discutido ao falar de Bunge, no capítulo dois, mas também com o que encontramos em Shaumyan.

Um panorama sobre a teoria linguística de Shaumyan pode ser encontrado no texto "*Linguistic models as artificial languages simulating natural*

languages", sobre cuja data de publicação não temos informação. Nesse texto, Shaumyan começa por nos explicar o que seria um modelo. De acordo com ele:

> Um modelo pode ser definido assim: suponha que tenhamos um sistema A, que é o objeto de investigação. Vamos construir um sistema B, que pode ser considerado uma simulação ou imagem do sistema A. Se por meio de B estudarmos as propriedades de A, B será chamado de modelo de A e A será chamado de original de B.[95] (SHAUMYAN, 19--, p. 285).

Isso significa que, para Shaumyan, "um modelo linguístico nada mais é do que um sistema artificial de símbolos, uma linguagem artificial que simula uma linguagem natural"[96] (19--, p. 285). Mais ou menos parecido com o que Granger quer dizer quando explica que "um *sistema simbólico* formal comporta regras explícitas que permitem distinguir o que, em cada signo material, é pertinente, ou seja, suficiente e necessário para significar" (1994, p. 52). A ideia geral em Granger é que um sistema desse tipo "comporta um *conjunto finito* de signos elementares" (1994, p. 52). Daí que, de acordo com Granger, "todos os outros signos são construídos a partir deles" (1994, p. 52). Mais que isso, um sistema desse tipo ainda "comporta, finalmente, *regras de concatenação* dos signos, cuja observância possibilita distinguir sem ambiguidade, pelo menos entre as expressões finitas, se elas são bem formadas" (1994, p. 52).

Nesse caso, estudar as línguas naturais por um modelo linguístico, segundo Shaumyan, envolveria "um sistema A sob investigação - uma linguagem natural"[97] (19--, p. 286); "um sistema B que usamos para estudar o objeto A - um sistema simbólico artificial (uma linguagem artificial) que tem uma forma matemática"[98] (19--, p. 286) e, finalmente, "a relação de B com A. Uma descrição de B e sua relação com A pode ser chamada de teoria linguística"[99] (19--, p. 286). O interessante é que, para Shaumyan, "usamos modelos porque

---

[95] A model may be defined thus: suppose we have a system A, which is the object of investigation. Let us construct a system B, which may be considered a simulation, or image of the system A. If by means of B we study the properties of A, then B will be called a model of A, and A will be called an original of B.

[96] No original: a linguistic model is nothing more than an artificial system of symbols, an artificial language which simulates a natural language.

[97] No original: a system A under investigaton – a natural language.

[98] No original: a system B which we use to study the object A – an artificial symbolic system (na artificial language) which has a mathematical form.

[99] No original: the relation of B to A. A description of B and its relation to A may be called a linguistic theory.

bons modelos têm poder explicativo"[100] (19--, p. 286), e "uma das tarefas essenciais de uma explicação consiste em reduzir fenômenos complexos a seus elementos constituintes elementares, e isso pode ser conseguido apenas a partir da construção de bons modelos"[101] (19--, p. 286).

O interessante é o que Shaumyan chama de modelo matemático:

> Exemplos de modelos matemáticos são: (i) um sistema matemático abstrato que simula o comportamento de um computador ou de uma máquina de recuperação de informações; (ii) um sistema matemático abstrato que simula uma linguagem natural. Modelos matemáticos podem ser chamados de modelos semióticos, porque todo modelo matemático é um sistema de símbolos cujo comportamento está sujeito a regras matemáticas definidas.[102] (SHAUMYAN, 19--, p. 285).

Sobre esse nível mais abstrato, Franchi, em sua tese de doutorado, explica que "não se distinguiriam nesse nível os tipos e categorias dos objetos abstratos do sistema; sua interpretação linguística também não envolveria noções de categoria e classes gramaticais, mas esquemas de dependência e determinação" (1976, p. 67).

O modelo franchiano, seguindo teóricos como Bunge, Culioli e Shaumyan, prevê, portanto, alguns níveis de abstração. Há uma divisão entre um primeiro nível de abstração e outros níveis de abstração.

Esse primeiro nível compreenderia "um cálculo puramente funcional, em que as operações do entendimento se consideram 'a vide', independentemente dos objetos que lhe servem de conteúdo e suporte" (1976, p. 67).

A aproximação linguística se daria nos demais níveis. Os demais níveis, "mediante uma contínua aproximação das expressões linguísticas e de sua estrutura semântica, se deveriam distinguir categorias iniciais, definidas contextualmente" (1976, p. 67); para Franchi, "elas não constituiriam um conjunto fixo e delimitado: um procedimento recursivo permitiria definir a partir delas um

---

[100] No original: we use models because good models have explanatory power.
[101] No original: one of the essential tasks of an explanation consist in reducing complex phenomena to their elementary constituent elements, and this can be achieved only by constructing good models.
[102] Examples of mathematical models are: (i) an abstract mathematical system which simulates the behavior of a computer or of an information retrieval machine; (ii) an abstract mathematical system which simulates a natural language.
Mathematical models may be called semiotic models, because every mathematical model is a system of symbols whose behavior is subject to definite mathematical rules.

número potencialmente infinito de categorias derivadas, dependentes do contexto" (1976, p. 67).

O que Franchi quer garantir é "uma análise linguística em que se tomam as 'funções' como elementos primitivos, e um procedimento de definição do sistema categorial a partir dessas funções" (1976, p. 68). Franchi prossegue, explicando que "os objetos abstratos do modelo teórico interpretam-se tanto no plano semântico como no plano sintático das línguas naturais" (1976, p. 68). Para isso, deveriam se servir "tanto das relações definidas no nível mais abstrato, de suas regras de formação e de transformação (regras de formação e de derivação), quanto das informações do sistema de categorias que lhe é associado" (1976, p. 68). Para Franchi, "a relação entre o modelo e o sistema linguístico se faz pela mediação de um modelo linguístico intuitivo", (1976, p. 68) que "se pode conceber como um modelo de dependências incorporando a noção de 'casos'" (1976, p. 68).

Aqui, nesse momento, podemos pensar imediatamente nas propostas de Whitaker Franchi e de Cançado, que já investigamos brevemente mais acima. Estamos lidando com, ao menos, três coisas diferentes aqui: um modelo, um sistema linguístico e um modelo linguístico intuitivo. Devemos lembrar, também, da nossa apresentação de Bunge, para o qual há o fato, o objeto modelo e o modelo teórico. Esse modelo linguístico intuitivo seria o que está entre um sistema linguístico de fato e um modelo.

Com isso em mente, voltemos a Franchi, que explica que "os objetos do modelo não correspondem a categorias gramaticais (isto é, não são análogos lógicos de categorias gramaticais)" (1976, p. 68); dessa forma, "eles se interpretarão como 'traços' de especificação delimitativa" (1976, p. 68), ou seja, "os primeiros respondem pelos elementos atômicos em que se decompõem as orações e o léxico; os segundos pela especificação de 'coordenadas' situacionais e contextuais" (1976, p. 68).

Se estivermos corretos no nosso raciocínio, o que temos é o que segue: uma teoria da linguagem envolve ao menos dois sistemas. Cada um desses sistemas opera de maneira distinta, e a relação entre esses sistemas é uma relação de interpretação. Lembremos que Franchi se filia, aqui, à teoria de

Piaget, também interpretativa. Ser interpretativo é o que garante, nesse caso, a presença de um sujeito[103] na construção desses sistemas todos.

No sistema abstrato, que não é linguístico, o que temos é um cálculo operatório com níveis de abstração. Vimos de Piaget que os esquemas de ação podem ser compreendidos como funções, ou seja, que a linguagem formal pode ser utilizada como modelo abstrato que funciona como análogo aos esquemas de ações de um sujeito. Franchi usará esse tipo de raciocínio para a teoria linguística. Inclusive, a lógica combinatória é o instrumento formal na teoria franchiana assim como o é na teoria piagetiana; Franchi e Piaget investem em uma abordagem funcional como saída para a construção de um modelo abstrato que seja dinâmico e contextual.

No sistema linguístico, por outro lado, temos o que vimos no capítulo anterior: temos de Humboldt que a linguagem é uma atividade constitutiva, ou seja, que há operações que governam as construções linguísticas; temos de Bunge que essas operações envolvem uma indeterminação, ou seja, as construções linguísticas se modificam contextualmente; temos de Culioli que o sistema linguístico passa ao menos por três tipos de atividades, quais sejam, linguísticas, metalinguísticas e epilinguísticas, ou seja, o sistema linguístico está na própria linguagem, na reflexão sobre a linguagem e na manipulação sobre a linguagem.

Todos esses elementos que envolvem o sistema linguístico podem ser rearranjados, reorganizados, a partir da explicação de Castilho (2010) de que Franchi "admite que a língua se compõe de três sistemas, o sistema semântico, o sistema sintático e o sistema discursivo, todos eles articulados pelo léxico" (2010, p. 81). Segundo Castilho, "Franchi insiste em que não há relações de determinação entre esses sistemas, que são apenas intermediados pelo léxico. (2010, p. 81). Essa importante observação mostra que nenhum desses sistemas comanda o outro; entendi por ela que não se deve postular uma hierarquia de precedência entre os sistemas linguísticos" (2010, p. 81).

Tentaremos seguir essa tripartição nas próximas seções, lembrando, claro, que todos são autônomos – como vimos ao investigar o trabalho de

---

[103] Um sujeito "interpretante", que, segundo Peirce, não precisa ser uma pessoa, pode ser um sistema que associe expressões a significados; um tipo de "função", portanto. É preciso ter algum cuidado com o termo "sujeito".

Cançado – e que a ordem de apresentação de cada um deles é meramente casual, aqui.

2.1. O sistema semântico

O problema da significação, ou seja, de como uma dada expressão linguística significa o que significa, é bastante caro a Franchi. Lembremos, rapidamente, de que Culioli nos explica que o significado envolve, em um primeiro momento, ter a noção de que alguma coisa é alguma coisa. Essa noção das coisas seria abstrata, e a relação das noções formaria um sistema nocional. Pois bem, de acordo com esse raciocínio, existiriam as coisas do mundo e as noções das coisas do mundo. As noções das coisas do mundo estariam relacionadas entre si (interpretativamente, dado que é o sujeito que abstrai a noção da coisa quem estabelece a relação) e formariam, portanto, alguma espécie de sistema.

Essa abstração a que Culioli acaba por entender como sistema nocional também é importante para Shaumyan, que também propõe um modelo abstrato para lidar com as línguas. No caso de Shaumyan, o nome que se dá para o sistema abstrato das noções das coisas do mundo que eventualmente desembocam nas expressões linguísticas é chamado sistema semiótico dos signos (de onde se explica a Linguística Semiótica de Shaumyan)[104].

Já em 1987, no livro *A Semiotic Theory of Language*, Shaumyan "define a linguagem como um sistema de signos"[105] (1987, p. 2). Já no livro *Signs, Mind and Reality: A Theory of Language as a Folk Model of the World*, Shaumyan discute mais sobre semiótica, defendendo, assim como Saussure, no *Curso de Linguística Geral*, que a linguística faz parte da semiótica e entendendo que, essencialmente, a linguística envolve três coisas: o pensamento do homem, o mundo, a linguagem como um modelo "popular" (talvez folclórico) do mundo

---

[104] Uma ressalva: não estamos dizendo aqui que o domínio nocional de Culioli é exatamente a mesma coisa que o sistema semiótico de Shaumyan. Estamos dizendo que ambos os autores trabalham com a necessidade de construir algum tipo de modelagem abstrata para dar conta da significação – e da estruturação – das línguas.

[105] No original: I define language as a sign system.

mediado pelo pensamento do homem e o mundo. Levando isso em consideração, Shaumyan define a linguagem e a língua como:

> A linguagem faz parte de um continuum linguagem-pensamento, sendo uma interpretação comunicativa convencionalizada do pensamento imposta por meio de uma coerção social a todos os membros de uma comunidade humana pela necessidade de comunicação - uma condição essencial para a existência da comunidade humana. A linguagem analisa o pensamento humano - cada idioma de maneira diferente - em signos com formas e significados vocais. A forma vocal, por sua vez, é analisada em unidades sucessivas e distintas, chamadas fonemas. Cada idioma tem seu próprio inventário de fonemas mutuamente inter-relacionados. Como interpretação comunicativa convencionalizada do pensamento, toda linguagem fica entre o pensamento e a realidade como um modelo folclórico particular do mundo.[106] (SHAUMYAN, 2006, p. 11)

É importante ressaltar que essencialmente várias das concepções que estudamos aparecem nesse trecho de Shaumyan. É interpretativa, faz parte de um sistema em constante mudança entre pensamento e mundo, e se manifesta de diferentes maneiras nas diferentes linguagens. Precisamos lembrar que a ideia de um sistema abstrato de signos e de que a linguagem como um sistema semiótico abstrato não é nova em nosso trabalho; já a apresentamos na argumentação de Borges Neto sobre os adjetivos: remonta, como vimos, à linguística de Hjelmslev (com quem Shaumyan e Franchi dialogam).

Daí se entende a explicação de Castilho de que "o sistema semântico, conceitual ou nocional é constituído pelos processos de representação linguística dos significados" (2010, p. 81). Esse sistema em Franchi, segundo Castilho, "compreende dois subsistemas, o predicativo-descritivo e o dêitico-referencial" (2010, p. 81). Investigamos, ainda que brevemente, o modo como esses dois subsistemas funcionam ao apresentar os trabalhos de Borges Neto e Lígia Negri, justo pelo fato de que, se estivermos certos no raciocínio, os adjetivos categoremáticos e sincategoremáticos funcionariam como exemplo de coisas que estão em relações predicativas e descritivas nas estruturas

---

[106] No original: Language is part of a language-thought continuum, being a conventionalized communicative interpretation of thought imposed through social coercion on all the members of a human community by the need for communication — an essential condition for the existence of the human community. Language analyzes human thought — each language differently — into signs having vocal forms and meanings. The vocal form, in turn, is analyzed into successive and distinctive units, called phonemes. Each language has its own inventory of mutually interrelated phonemes. As a conventionalized communicative interpretation of thought, every language stands between thought and reality as a particular folk model of the world.

linguísticas, enquanto que os artigos funcionariam como exemplo do que seriam as relações semânticas dêiticas e referenciais ligadas ao contexto de enunciação.

Essa divisão que Castilho faz do sistema semântico no trabalho de Franchi, inclusive, é bastante parecida com a que Márcia Cançado também faz. Para a autora:

> Franchi compõe a semântica das línguas naturais de dois componentes bem distintos que são caracterizados por critérios específicos. Em um nível intensional, temos uma semântica do sentido que concerne aos modos de representação do real. Esse componente da semântica vai lidar com as relações predicativas. A representação predicativa estende-se mediante mecanismos dêiticos, quantificacionais (incluindo aqui o aspecto, enquanto categoria funcional) e modais que associam essas representações a determinados estados de fatos (...). (CANÇADO, 1995, p. 68).

No caso da teoria de Shaumyan, a semântica acaba por se dividir também em duas áreas de estudo. Para o linguista, "criamos a necessidade de dividir a semântica em duas áreas do estudo da linguagem"[107] (2006, p. 15). A primeira delas seria "o estudo do genótipo, ou seja, o estudo do sistema de significados, na medida em que os significados são representados por dispositivos de sinais, mas na abstração total da forma dos dispositivos de sinais"[108] (2006, p. 15). A segunda seria "o estudo do fenótipo, ou seja, o estudo do sistema de dispositivos de sinais para a representação do genótipo"[109] (2006, p. 15).

Sobre essa distinção entre a gramática genotípica e fenotípica, e antes de passarmos para a próxima seção, vejamos que Shaumyan argumenta que "uma distinção semelhante à minha distinção entre gramática genótipo e fenótipo também pode ser encontrada na concepção revolucionária de lógica de Curry"[110] (2006, p. 16). Essa concepção revolucionária seria a lógica combinatória. Já

---

[107] No original: we come up with the necessity to split semantics into two areas of the study of language.
[108] No original: the study of the genotype, that is, the study of the system of meanings insofar as meanings are represented by sign devices but in the total abstraction from the form of the sign devices.
[109] No original: the study of the phenotype, that is, the study of the system of sign devices for the representation of the genotype.
[110] No original: a distinction akin to my distinction between genotype and phenotype grammar can also be found in Curry's revolutionary conception of logic.

mencionada no capítulo dois, quando exemplificamos a noção de função a partir da teoria de Piaget. Piaget também se utiliza da lógica combinatória, assim como Shaumyan, assim como Franchi.

A lógica combinatória de Curry, segundo Shaumyan, é "um sistema onde objetos formais foram concebidos de maneira diferente das formalizações padrão da lógica"[111] (2006, p. 16). Shaumyan prossegue, argumentando que "o procedimento padrão na época era exigir que objetos formais fossem cadeias de símbolos formados pela operação de concatenação"[112] (2006, p. 16). A concatenação seria "a operação de combinar símbolos em uma sequência linear"[113] (2006, p. 16). A diferença disso para a lógica combinatória é que, na combinatória, "objetos formais lógicos, chamados *obs*, eram totalmente não especificados quanto à forma de sua representação em signos. Postulou-se apenas que, por uma operação combinada, chamada *aplicação*, obs seja construída a partir de objeto primitivo, chamado *átomos*"[114] (Shaumyan, 2006, p. 16). Finalmente, Shaumyan explica que "Curry surgiu com a distinção de dois tipos de sistemas formais"[115] (2006, p. 16), que, como imaginamos, vão ser parecidos com a gramática genotípica e com a gramática fenotípica da sua linguística semiótica. O primeiro sistema formal seria "o *ob-sistema*, ou seja, um sistema de estruturas independente da forma de expressão que as representa"[116] (2006, p. 16). O segundo seria "o *sistema de concatenação*, ou seja, um sistema de expressões que são cadeias de símbolos ligadas entre si em uma sequência linear"[117] (2006, p. 16).

Trabalharemos mais isso na próxima seção.

---

[111] No original: a system where formal objects were conceived differently from standard formalizations of logic.
[112] No original: the standard procedure at that time was to demand that formal objects be strings of symbols formed by the operation of concatenation.
[113] No original: the operation of combining symbols in a linear sequence.
[114] No original: logic formal objects, called *obs*, were wholly unspecified as to the form of their sign representation. It was merely postulated that by a combination operation, called *application*, obs be constructed from primitive object, called *atoms*.
[115] No original: Curry came up with the distinction of two types of formal systems.
[116] No original: the *ob-system*, that is, a system of structures independent of the form of expressions representing them.
[117] No original: the *concatenation system*, that is, a system of expressions that are strings of symbols linked together in a linear sequence.

2.2. O sistema sintático

O outro sistema que Franchi considera é o sintático (lembremos aqui do sistema de concatenação de Curry). Como vimos, o sistema semântico seria o responsável pelas representações linguísticas das coisas do mundo, e teria relação com a Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos, que apenas mencionamos na seção anterior. O problema aqui é que a Teoria Generalizada dos Papeis Temáticos, mesmo fazendo parte ainda do que seria a semântica, ressoa no modo como essas representações conceituais se organizam dentro da sintaxe das expressões linguísticas.

Começamos por apontar que, para Castilho, "o sistema sintático trata da combinação dos signos no enunciado e das regras mentais que governam essas combinações" (2010, p. 81). Segundo Castilho, o sistema sintático "compreende os subsistemas categorial, argumental, o de relações gramaticais, o de processos e transformações, o dos casos sintáticos etc." (2010, p. 81).

Voltaremos, portanto, a tratar dos trabalhos de Whitaker Franchi e de Márcia Cançado. Mas, antes, precisamos recuperar as funções que vimos no capítulo anterior para entender a gramática aplicativa de Shaumyan, que usa da lógica combinatória como modelo. Isso porque é esse o modelo com o qual Franchi trabalha em sua tese.

A Gramática Aplicativa, segundo Shaumyan, "é uma gramática genotípica que gera uma linguagem genotípica chamada linguagem relator"[118] (SHAUMYAN, 19--, p. 289). Smullyan, por exemplo, nos explica que:

> Suponha que agora consideremos uma coleção arbitrária de entidades chamada objetos e suponha que tenhamos uma certa operação aplicada aos objetos x e y produz um certo objeto xy. Temos então o que é chamado de sistema aplicativo, no qual o objeto xy é chamado o resultado da aplicação de x a y. [119] (SMULLYAN, 1985, p. 146-147)

---

[118] No original: is a genotype grammar which generates a genotype language called the relator language.

[119] Suppose we now consider an arbitrary collection of entities called *objects,* and suppose we have a certain operation which applied to object x and object y yields a certain object xy. We then have what is called an *applicative system,* in which the object xy is called the result of *applying* x to y.

Shaumyan define ainda que a "gramática aplicativa, como qualquer outro modelo linguístico, tem a forma de um sistema matemático"[120] (SHAUMYAN, 19--, p. 289). Mais que isso, "gramática aplicativa é uma espécie de cálculo matemático"[121] (SHAUMYAN, 19--, p. 290). Para Shaumyan, "uma das principais ideias da gramática aplicativa é a seguinte: podemos reduzir as categorias gramaticais fundamentais a duas categorias primitivas: um substantivo e uma frase"[122] (SHAUMYAN, 19--, p. 291).

Essas gramáticas aplicativas são também tema do livro *Langages applicatifs, langues naturelles et cognition*, de Jean-Pierre Desclés. Nesse livro, publicado em 1990, Desclés nos apresenta alguns dos objetivos dessa gramática.

O primeiro deles seria "uma reconstrução (análoga à reconstrução em estudos comparativos de gramática) de um *sistema semiótico*"[123] (1990, p. 19). Essa reconstrução deve ser feita "de modo que as unidades e operações básicas se fundam com as entidades e operações universais que constituem os sistemas de representação que são linguagens naturais"[124] (1990, p. 19). O segundo, "uma *busca pelas regras que codificam* um sistema semiótico invariável (o genótipo) nos diferentes sistemas concretos que são as línguas naturais observadas (os fenótipos observáveis)"[125] (1990, p. 19). O terceiro, "uma *tipologia de linguagens naturais*"[126] (1990, p.19) que seria, por um lado, "baseada na estrutura do sistema semiótico invariável (o genótipo)"[127] (1990, p. 19) e, por outro, "nas diferentes regras de codificação desse sistema universal nos diferentes sistemas particulares ancorados no tempo (evoluções diacrônicas) e

---

[120] No original: applicative grammar, like any other linguistic model, has the form of a mathematical system.
[121] No original: applicative grammar is a kind of a mathematical calculus.
[122] No original: one of the main ideas of applicative grammar is the following: we may reduce fundamental grammatical categories to two primitive categories: a noun and a sentence.
[123] No original: une reconstruction (analogue à la reconstruction dans les études de grammaire compare) d'un système sémiotique.
[124] No original: don' t les unités et les opérations de base seraient des entités et des opérations universelles constitutives des systèmes de représentations que sont les langues naturelles.
[125] No original: une *recherche des règles qui encodent* un système sémiotique invariant (le génotype) dans les différents systèmes concrets que sont les langues naturelles observes (les phénotypes observables).
[126] No original: Une typologie des langues naturelles.
[127] No original: à partir de la structure du système sémiotique invariant (le génotype).

no espaço (tipologias estruturais e famílias genéticas de línguas)"[128] (1990, p. 19). Finalmente, "o *estudo das leis gerais subjacentes aos sistemas semióticos*, sejam naturais (línguas naturais) ou artificiais (línguas artificiais)."[129] (1990, p. 19).

A gramática aplicativa, no caso, toma para si a necessidade de estudar os sistemas semióticos invariantes de linguagens que, na prática, são variantes. E, a esses sistemas, toma também para si a necessidade de criar alguma modelagem que sirva como simulacro passível de ser formalizado matematicamente, e que possa, claro, reencontrar seu caminho nas expressões linguísticas naturais.

Bastante familiar ao sistema de Culioli, as análises linguísticas são organizadas em i) enunciados e ii) famílias de paráfrases; ou seja, vários enunciados que, basicamente, querem dizer a mesma coisa. Esses enunciados que querem dizer a mesma coisa formam uma família de expressões equivalentes. É a partir daí que o nível genotípico emerge.

Seria o caso de algo como:

1) a)O Pedro quebrou a janela.

   b)O Pedro, ele quebrou a janela.

   c) A janela, o Pedro quebrou.

   d) A janela foi quebrada pelo Pedro.

Ao contrário da gramática gerativa de Chomsky, portanto, que busca explicar as sentenças bem formadas dando conta da distinção entre sentenças bem e mal formadas, a linguística de Shaumyan procura encontrar a família parafrástica; e, a partir dela, encontrar a forma invariante dessa família.

Nesse caso, Desclés nos explica que "não é suficiente gerar uma expressão isolada do genótipo, produzida pela correta frase de uma

---

[128] No original: des différentes règles d'encodage de ce système universel dans les différents systèmes particuliers ancrés dans le temps (évolutions diachroniques) et l'espace (typologies structurelles et familles génétiques de langues).

[129] No original: l'étude des lois générales sous-jacents aux systèmes sémiotiques, qu'ils soient naturels (langues naturelles) ou artificiels (langages artificiels).

linguagem"[130] (1990, p. 21). Segundo Desclés, "devemos mostrar como essa expressão se encaixa em uma família de outras expressões 'equivalentes'"[131] (1990, p. 21). Ou, resumindo, grupos de expressões equivalentes formam uma família. Essa família tem uma expressão invariante. O conjunto dessas expressões invariantes formam uma sobrelíngua, nos termos de Desclés. De acordo com o autor, "De fato, as línguas são organizadas não apenas na forma de conjuntos de enunciados isolados, mas também na forma de *famílias parafrásticas* (estruturadas)"[132] (1990, p. 21). Dessa forma, é possível compreender que linguagem genotípica é estratificada, o que Shaumyan também destaca ao tratar das formações de campos semânticos.

A Gramática Aplicativa, de acordo com Desclés, teria que proceder considerando três elementos. O primeiro seria "definir com precisão a sub-linguagem L_0"[133] (1990, p. 23); o segundo, "definir as regras (tecnicamente chamadas de "regras de redução") que permitem que as funções de L sejam construídas em L_0"[134] (1990, p. 23); e, finalmente, "mostrar como se estrutura cada família parafrástica de L, tendo ao menos um elemento de L_0"[135] (1990, p. 23).

Um exemplo seria o dos adjetivos. Para Shaumyan, "um adjetivo é uma categoria que, sendo aplicada a um substantivo, gera um substantivo"[136] (19--, p. 291). Shaumyan nos explica que "se aplicarmos a palavra 'preto' à palavra 'cachorro', obteremos 'cachorro preto', que é um substantivo em um sentido mais amplo"[137] (19--, p. 291). Importante notar que, de acordo com o que nos foi explicado, tanto a expressão "cachorro" quanto a expressão "cachorro preto" seriam substantivos, um por si, já que "cachorro" seria um substantivo

---

[130] No original: il ne suffit pas d'engendrer une expression isolée du génotype, réalisée par uma frase correcte d'une langue.
[131] No original: il faut également montrer comment cette expression s'insère dans une famille d'autres expressions 'équivalentes'.
[132] No original: en effet, les langues sont organisées non seulament sous forme d'ensembles d'énoncés isolés mais aussi sous forme de *familles paraphrastiques* (structurées).
[133] No original: définir précisément le sous-langage L_0.
[134] No original: definir les règles (appelées techniquement 'règles de réduction') qui permettent de construire les fonctions de L sur L_0.
[135] No original: montrer comment se structure chaque famille paraphrastique de L, ayant au moins un élément das L_0.
[136] No original: an adjective is a category which, being applied to a noun, generates a noun.
[137] No original: if we apply the word 'black' to the word 'dog', we get 'black dog', which is a noun in a widest sense.

propriamente dito, e por tabela, já que "cachorro preto" não é propriamente um substantivo, mas uma combinação de expressões que, de forma mais ampla, continuam funcionando como substantivo, o que se toma em sentido amplo é a noção categorial de substantivo.

Nesse caso, teríamos algo semelhante ao que Adjukiewicz faz em "*Die syntaktische Konnexität*" famoso artigo de 1935 (e que não vamos comentar em detalhes aqui, senão apresentar uma ideia geral para que possamos entender Shaumyan). Para Adjukiewicz, são dois os tipos de um modelo, o nome, representado por n, e a sentença, representado por s. Todo o resto das expressões linguísticas seria resultante de uma operação entre esses dois tipos. A sentença "Pedro jantou", por exemplo, teria "Pedro jantou" como s, que seria a sentença, e teria "Pedro" como n, que seria o nome. O verbo "jantou" teria que ser escrito em termos de n e de s. Adjukiewicz assume que seria uma fração $\frac{s}{n}$, já que "Pedro" seria um n, o verbo seria um $\frac{s}{n}$ e a composição de um n com um $\frac{s}{n}$ anularia o n, numa operação bastante similar à de multiplicação de frações, o que resultaria na sentença "Pedro jantou", que seria s. Se "Pedro jantou" é s e "Pedro" é n; e se consideramos que a concatenação é uma multiplicação, ficamos com uma fórmula $Pedro\ X\ jantou = s$. Como não sabemos a categoria de "jantou", "jantou" será o nosso x. A fórmula seria $n\ X\ x = s$, então. Para descobrir o valor de x, precisamos isolá-lo. O n que multiplica "passa dividindo"[138] para o outro lado da igualdade. A fórmula fica $x = \frac{s}{n}$.

No caso da expressão "cachorro preto", o que temos, em termos de n e de s seria um n, porque "cachorro preto" não é uma sentença, mas uma expressão nominal. Dessa forma, um substantivo como "cachorro" já seria um nome por si, portanto n. O adjetivo "preto" seria algo que, associado a um nome, teria de gerar outro nome. Usando o mesmo raciocínio que usamos para descobrir o que seria o verbo na expressão "Pedro jantou", o que temos é que esse adjetivo "preto" é algo que se associa a um n para gerar um outro n. O

---

[138] De forma mais criteriosa, o que acontece é que estaríamos multiplicando ambos os lados da equação por $\frac{1}{n}$.

adjetivo "preto" é, portanto, um $\frac{n}{n}$, e a expressão "cachorro preto" seria também um n, a partir da combinação de n e de $\frac{n}{n}$. Ou seja:

2) a) $cachorro = n$

b) $preto = \frac{n}{n}$

c) $cachorro\ preto = n\ \frac{n}{n} = n$

Não queremos nos delongar muito em uma discussão sobre Adjukiewicz, apesar de o seu modelo poder nos ajudar a compreender o que Shaumyan entende por aplicação. De qualquer forma, é nessa altura do campeonato que a ideia de **função** surge.

A relação é que "usando os termos matemáticos 'função', 'argumento' e 'valor', podemos dizer que um adjetivo é uma função que, quando aplicada ao seu argumento - um substantivo - ainda tem um substantivo como valor"[139] (19--, p. 291). Ou seja, para Shaumyan, "quando falamos de aplicação, queremos significar a aplicação de uma função ao seu argumento"[140] (19--, p. 291), de onde é possível compreender que Shaumyan pretende lançar mão de uma abordagem funcional para a sua teoria linguística.

Duas coisas nesse texto ainda são importantes. A primeira delas é a mecânica do cálculo linguístico da gramática aplicativa. A segunda é o conceito de campo semântico.

Shaumyan constrói "um cálculo linguístico que consiste em duas partes: (a) um cálculo de episemions e (b) um cálculo de semions"[141] (19--, p. 291-292). Os episemions seriam "categorias invariantes: um substantivo invariante, um adjetivo invariante etc."[142] (19--, p. 292), enquanto os semions seriam "categorias primitivas cujas combinações representam categorias invariantes: um nome

---

[139] No original: using the mathematical terms 'function', 'argument' and 'value', we may say that an adjective is a function which, when applied to its argument – a noun – still has a noun as its value.

[140] No original: when we speak about application, we mean application of a function to its argument.

[141] No original: a linguistic calculus which consists of two parts: (a) a calculus of episemions and (b) a calculus of semions.

[142] No original: invariant categories: a noun invariant, an adjective invariant, etc.

próprio, um adjetivo típico (ou propriamente dito) etc."[143] (19--, p. 292). Num exemplo de construções com adjetivos, "apenas 'cachorro' é um substantivo propriamente, apenas 'preto' e 'grande' são adjetivos propriamente, 'cachorro preto' e 'cachorro grande' não são substantivos propriamente, mas são as combinações que representam o substantivo como invariante"[144] (19--, p. 292). Ou seja, de acordo com a definição, "cachorro", "preto" e "grande" seriam semions, enquanto "grande cachorro preto" seria um episemion.

Comecemos pelo cálculo de episemions. Segundo Shaumyan:

> o cálculo de episemion satisfaz as seguintes condições:
> (1) Tem três átomos:
> (a) Dois episemions
> α um nome abstrato
> β uma sentença abstrata
> (b) Derivador:
> Δ um símbolo indicando a possível derivação de semions [...]
> (2) Tem a operação de aplicação.
> (3) Tem uma regra para a derivação de uma classe indutiva de episemions que é formulada como se segue:
> (a) a α, β são episemions
> (b) Se x e y são episemions, Δxy também é um episemion. [145] (SHAUMYAN, 19--, p. 292).

Ou seja, supondo que tenhamos um episemion α e outro episemion α, é possível juntar os dois via Δ, o que daria em $\Delta\alpha\alpha$, que também é um episemion. Logo, supondo um episemion $\Delta\alpha\alpha$ e outro episemion $\Delta\alpha\alpha$, é possível juntar os dois novamente via Δ, o que daria em $\Delta\Delta\alpha\alpha\Delta\alpha\alpha$, e assim por diante. A mesma coisa poderia ser feita com β, e teríamos $\Delta\beta\beta$ ou então $\Delta\Delta\beta\beta\Delta\beta\beta$. A mesma

---

[143] No original: primitive categories whose combinations represent invariant categories: a noun proper, an adjective proper, etc.
[144] No original: only 'dog' is a noun proper, only 'black' and 'big' are adjectives proper, 'black dog' and 'big black dog' are not nouns proper but are the combinations which represent the noun as their invariant.
[145] No original: the calculus of episemions satisfies the following conditions:
(1) It has three atoms:
(a) Two episemions:
α an abstract noun
β an abstract sentence
(b) Derivator:
Δ a symbol indicating the possible derivation of semions [...]
(2) It has an operation of application.
(3) It has a rule for the derivation of an inductive class of episemions which is formulated as below:
(a) α, β are apisemions
(b) If x and y are episemions Δxy is also an episemion.

coisa poderia ser feita com α e β, e teríamos $\Delta\alpha\beta$, ou então $\Delta\Delta\alpha\beta\Delta\alpha\beta$. A mesma coisa, finalmente, poderia ser feita com β e α, e teríamos $\Delta\beta\alpha$, ou então $\Delta\Delta\beta\alpha\Delta\beta\alpha$ (SHAUMYAN, 19--, 292).

Já o cálculo de semions é um pouco diferente. Segundo Shaumyan:

> Vou descrever o cálculo de semion da seguinte maneira:
> Tem:
> (1) Seis átomos:
> (a) 0 haste abstrata.
> (b) R_1, R_2, R_3, R_4, R_5 relatores.
> Relatores são afixos abstratos que têm as seguintes interpretações:
> R_1 afixo verbal
> R_2 afixo nominal
> R_3 afixo adjetivo
> R_4 afixo verbo-adverbial
> R_5 afixo adjetivo-adverbial.
> Nós introduzimos em nosso sistema uma relação de representação de episemions por semions. Indicamos que um semion representa um ou vários episemions ao escrever episemions à esquerda dos semions em questão.[146] (SHAUMYAN, 19--, p. 293)

A partir desse trecho que apresentamos, vejamos o episemion $\Delta\alpha\beta$. O semion que representaria esse episemion seria, no caso, $\Delta x\Delta\alpha\beta R_1$; como Shaumyan explica, "o símbolo x é uma variável pela qual qualquer epissemion pode ser substituído"[147] (SHAUMYAN, 19--, p. 293). Além disso, "quanto ao radical abstrato 0, representa um epissemion nulo. Portanto, escrevemos $o0$ "[148] (SHAUMYAN, 19--, p. 293). Por fim a regra de derivação de semions, a partir de "se ΔpqX é um semion e pY é um semion que não é um relator, então XY também é um semion"[149] (SHAUMYAN, 19--, p. 293).

---

[146] No original: The semion calculus I am going to describe is as follows:
It has:
(1) Six atoms:
(a) 0 an abstract stem.
(b) R_1, R_2, R_3, R_4, R_5 relators.
Relators are abstract affixes which have the following interpretations:
R_1 verbal affix
R_2 noun affix
R_3 adjective affix
R_4 verbal adverbial affix
R_5 adjectival adverbial affix.
We introduce in our system a relation of representation of episemions by semions. We indicate that a semion represents one or several episemions by writing given episemions to the left of given semions.

[147] No original: the symbol x is a variable for which any episemion can be substituted.

[148] No original: as for the abstract stem 0, it represents a null episemion. Therefore, we write $o0$.

[149] No original: if ΔpqX is a semion and pY is a semion which is not a relator, then XY is also a semion.

Considerando todos esses elementos, e a partir da regra de derivação, vejamos alguns casos. O semion $\Delta x \Delta \alpha \beta R_1$ e $o0$ poderiam ser reescritos como $R_1 0$, que representaria um verbo finito como "corre", "vê", "ensina" (SHAUMYAN, 19--, p. 294). Por sua vez, o semion $\Delta x \alpha R_2$ e $o0$ poderiam, a partir da regra de derivação, ser reescrito como $R_2 0$, o que seria um nome como "casa", "mapa", "gato", rosto", e por aí vai (SHAUMYAN, 19--, p. 294). Já os semions $\Delta x \Delta \alpha a R_3$ e $o0$ seriam reescritos como $R_3 0$, o que seria um adjetivo qualitativo como "branco" e "legal", por exemplo (SHAUMYAN, 19--, p. 294).

Esses relatores vão sendo combinados entre si, e o sistema vai ficando mais e mais complicado. O que importa aqui, nesse momento, é que "como os relatores são os semions mais essenciais, chamamos de linguagem do relator a totalidade das fórmulas geradas pela gramática aplicativa. A linguagem do relator é uma linguagem genotípica"[150] (SHAUMYAN, 19--, p. 294).

Devemos, ainda, uma rápida explicação sobre de onde surge a ideia de campo semântico, que mencionamos acima.

Shaumyan começa por "introduzir os conceitos de 'conexões de bloco' e 'conexões constitutivas'"[151] (19--, p. 295), chamando "a conexão entre blocos uma conexão de bloco e a conexão entre núcleos dos blocos uma conexão constitutiva"[152] (19--, p. 295). A partir dessas relações de conexões é que Shaumyan gera, a partir de um algoritmo bastante trabalhoso, um grafo com todas as relações de conexões possíveis que as partes de uma sentença podem ter entre si (coisa que nós não vamos fazer neste trabalho); o importante é que esse grafo, em forma de rede, é o campo semântico da sentença, o que seriam mais ou menos todas as possibilidades de sentenças com o mesmo sentido que uma determinada sentença pode ter.

A pergunta é: por que isso importa aqui?

Porque é a partir disso que Shaumyan trata de uma questão fundamental para Franchi: o sentido das expressões linguísticas. Segundo Shaumyan, "o significado de uma determinada expressão é uma classe de expressões

---

[150] No original: since relators are the most essential semions, we call the totality of formulas generated by applicative grammar the relator language. The relator language is a genotype language.
[151] No original: to introduce the concepts of "block connections" and "constitutive connections".
[152] No original: the connection between blocks a block connection and the connection between nuclei of the blocks a constitutive connection.

equivalente em significado à expressão dada"[153] (19--, p. 300). O interessante é que, nesse caso, "semântica nada mais é do que o estudo de campos semânticos. Essa concepção está de acordo com a concepção saussuriana da linguagem como uma rede de relações"[154] (19--, p. 301). Mais importante ainda é que, para Shaumyan, "não podemos entender o significado de uma expressão em isolamento. O significado de uma expressão. Pode ser definido se considerarmos essa expressão como um elemento de uma rede de relações semânticas"[155] (SHAUMYAN, 19--, p. 301).

Por fim, vejamos este trecho, que resume bem a empreitada de Shaumyan:

> Agora, voltemos à definição de sintaxe e semântica na estrutura do modelo aplicativo. Sintaxe é a parte do modelo aplicativo que gera sentenças gramaticalmente corretas. Semântica é a parte do modelo aplicativo que gera campos semânticos. A gramática aplicativa é uma gramática universal. Eu uso o termo 'linguagem de genótipo' para a linguagem abstrata, que é a linguagem do relator gerada pela gramática aplicativa. Eu uso o termo "linguagem do fenótipo" para idiomas naturais considerados em relação ao idioma do genótipo gerado pela gramática aplicativa. Saem regras definidas de correspondência entre a linguagem do genótipo gerada pela gramática aplicativa e pela linguagem do fenótipo, isto é, línguas naturais. Um estudo dessas regras de correspondência é uma das principais tarefas do linguista usando gramática aplicada para investigar línguas naturais.[156] (SHAUMYAN, 19--, p. 301).

Antes de passarmos para a próxima seção, gostaríamos de recuperar os textos de Whitaker Franchi e Márcia Cançado. Dessa vez, com um pouco mais de cuidado sobre o modo como as autoras apresentam a teoria de Franchi.

---

[153] No original: the meaning of a given expression is a class of expressions equivalent in meaning with the given expression.
[154] No original: semantic is nothing more than the study of semantical fields. This conception is in accordance with the Saussurian conception of language as a network of relations.
[155] No original: we cannot take the meaning of an expression. In isolation. The meaning of an expression. Can be defined if we take this expression as an element of a network of semantic relations.
[156] Now let us turn to the definition of syntax and semantics in the framework of the applicative model.
Syntax is that part of the applicative model which generates grammatically correct sentences.
Semantic is that part of the applicative model which generates semantic fields.
The applicative grammar is a universal grammar. I use the term 'genotype language' for the abstract language which is the relator language generated by the applicative grammar. I use the term 'phenotype language' for natural languages considered in relation to the genotype language generated by applicative grammar. There exit definite rules of correspondence between the genotype language generated by applicative grammar and phenotype language, i.e. natural languages. A study of these rules of correspondence is one of the main tasks of the linguist using applicative grammar to investigate natural languages.

A dissertação de Whitaker Franchi, é bom lembrar, investiga os verbos ergativos a partir de um tratamento gerativo, em grande medida, mas que incorpora as noções funcionais de Franchi. Ao mesmo tempo, a tese de doutorado de Cançado assume o conceito de Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos. Queremos detalhar um pouco mais que noções funcionais seriam essas e de como essa Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos funciona.

Um comentário breve de que, por vezes, a impressão de que esse sistema e o sistema semântico que apresentamos se entrecruzam, e de certa forma, eles têm correspondência. Cançado mesmo nos explica que há um interesse "na organização dessas representações mentais e na investigação das relações formais entre esse nível e o nível sintático em que o conteúdo semântico se explicita" (1995, p. 79). Ainda assim, a autora ressalta que Franchi adota uma "perspectiva mais antropológica e sócio-histórica" (1995, p. 79); e, nesse caso, "essas noções são concebidas de modo diferente" (1995, p. 79).

Nesse sentido, Cançado ressalta que a "estruturação conceitual dos eventos (da 'realidade') e a estruturação linguística de sua representação interagem de uma maneira complexa" (1995, p. 81). Isso porque "a representação conceitual adquire uma face linguística" (1995, p. 81) na projeção "sobre a estrutura sintática, dependendo de condições restritivas do léxico, morfologia, sintaxe" (1995, p. 81). Esse argumento é semelhante à conceituação da linguagem adotada por Shaumyan, que já vimos, segundo a qual o sistema de signos é delimitado pelas estruturas linguísticas. Cançado mesmo nos explica que isso reflete "modos específicos de estruturação da realidade, enquanto sequências de eventos espaço-temporalmente ordenadas" (1995, p. 82) e está "sujeita a limites da gramática das línguas naturais" (1995, p. 82)

Dessa forma, Cançado assume "uma certa estruturação dos eventos como base da noção linguística de papeis temáticos" (1995, p. 82). A partir disso, a autora passa a explicar o que seria a Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos; de acordo com ela, essa teoria seria "uma extensão das teorias mais correntes, em que as relações e funções semânticas de predicadores no componente predicativo-descritivo" (1995, p. 83) – do sistema semântico com o qual trabalhamos na seção anterior – "se definem para quaisquer predicadores, independentemente de sua categoria sintática – nomes, verbos, modificadores

(adjetivos/advérbios) e contectivos/conetivos (preposições, conjunções)" (1995, p. 83).

A Teoria dos Papéis Temáticos, Cançado explica, "construiu-se inicialmente para expressar a estrutura argumental dos verbos" (1995, p. 83); de acordo com essa teoria, a hipótese seria a de que "as distintas funções semânticas associadas aos argumentos do predicado verbal seriam relevantes para determinar a estrutura sintática da oração e não funções sintáticas como as de sujeito e objeto" (1995, p. 83).

Nessa mesma linha de raciocínio, Whitaker Franchi explica que Franchi deriva "as funções temáticas dos argumentos como consequência das relações em que entram" (1989, p. 77). Segundo a autora, a definição de função de Franchi seria a de que "uma função é o papel determinado (constituído) por uma relação linguística nos termos dessa relação" (1989, p. 77). Considerando que a função, como vimos, é uma relação, a função aqui seria, essencialmente, o nome de uma relação biunívoca específica? Sigamos. Whitaker Franchi continua e nos explica que essa noção de função "refere-se a uma relação que se dá não entre categorias de um sistema conceitual, mas aquela que se estabelece entre representações das expressões" (1989, p. 77).

Dessa forma, "o elemento determinante (um functor) toma um elemento determinado como seu argumento, para formar uma expressão complexa" (1989, p. 77). Os funtores, no caso, são responsáveis por mapear categorias em categorias mantendo as propriedades internas dessas categorias. O conceito de funtores está, nesse caso, diretamente relacionado à teoria de categorias.

Mais adiante, a autora destrincha mais essa ideia dos funtores ao explicar que "um functor pode tomar vários argumentos e caracterizá-los tematicamente de modo diverso" (1989, p. 79). Entre si, um funtor poderia ser distinguido de outro "pelo número de argumentos que toma" (1989, p. 79), "pelo sentido da relação que estabelece com seus argumentos" (1989, p. 79), e também "pela orientação da relação que estabelece, por sua mediação, entre os argumentos" (1989, p. 79).

A partir de uma definição mais geral do que seriam essas funções, Whitaker Franchi prossegue afirmando que "nessa forma mais geral, na medida em que não se assumem categorias como elementos primitivos, não se pode, nem restringir a atribuição de funções temáticas ao verbo, nem restringir seus

argumentos a nomes" (1989 p. 77-78). Desse comentário generalíssimo, a autora sai com uma definição de função temática a partir da qual "todo e qualquer elemento determinado em relação predicativa" (1989, p. 78) vai ser "caracterizado por uma função temática" (1989, p. 78); "todo e qualquer elemento determinante em uma relação predicativa será caracterizado por uma diátese" (1989, p. 78).

Ainda sobre essa concepção de função, papel temático e diátese, vale mencionar a explicação de Cançado de que "uma relação semântica qualquer entre um predicador e seu argumento, ambos se caracterizam pelo papel determinado por essa relação" (1995, p. 85); quer dizer, "ao papel do predicador chamaremos de 'diátese' e ao papel do argumento chamaremos de 'papel temático'" (1995, p. 85).

O exemplo que Whitaker Franchi dá seria "os meninos fazem ansiosamente seus pedidos" (1989, p. 78). Nesse exemplo, e ignorando o "ansiosamente", acompanhamos a explicação de que "a 'meninos' e 'pedidos' se associam funções específicas deriváveis de sua relação com 'fazer', respectivamente $f[\alpha]$, agentivo, e $f[\beta]$, resultativo" (1989, p. 78). Em seguida, a autora explica que "por sua vez, 'fazer', enquanto determinante nas relações com 'meninos' e 'pedidos', caracteriza-se por uma diátese complexa $d[\alpha, \beta]$" (1989, p. 78).

2.3. O sistema discursivo

Finalmente, Castilho explica que "o sistema discursivo é formado pelo conjunto das negociações intersubjetivas que fazem da língua um contrato social" (2010, p. 81). Segundo Castilho, "ele compreende o jogo das imagens sociais, o fluxo da informação, a organização tópica dos textos etc." (2010, p. 81).

Convém notar que, à semelhança das duas seções anteriores, em que sistemas semântico e sintático soam quase como uma coisa só, o sistema discursivo também nos passará impressão parecida. Vejamos, por exemplo, a observação de Cançado sobre a "passagem da estrutura do evento para a expressão linguística" (1995, p. 87); de acordo com a autora, "essa relação não é um-a-um" (1995, p. 87), uma vez que "podemos construir diferentes

expressões sintáticas, ou descrições, de um mesmo evento" (1995, p. 87). De acordo com a autora, "a escolha de uma representação sintática depende parcialmente da instauração de um ponto de vista, condicionado ao próprio contexto em que se dá o enunciado" (1995, p. 87). Whitaker Franchi também comenta que "a descrição da rede temática associada a um elemento, como o verbo, no léxico, corresponde a fixação de seu uso histórico ou atual" (1989, p. 80). Para a autora, "nesse sentido é que condicionam a projeção sintática das orações em que entram" (1989, p. 80).

Essas várias representações sintáticas para um mesmo evento parecem lembrar muito, por exemplo, as famílias parafrásticas de que falamos na seção anterior ao tratar da gramática aplicativa de Shaumyan.

De qualquer forma, seguimos Cançado, que explica que "fatores sintáticos condicionam diretamente essas possibilidades de representação sintática" (1995, p. 87), uma vez que "em um nível mais abstrato, estão os princípios restritivos que delimitam a classe das expressões possíveis das línguas naturais e os parâmetros que orientam sua aplicação em cada uma delas" (1995, p. 87-88). Claro que certas línguas permitem certas estruturas linguísticas enquanto outras línguas não. É o que Cançado argumenta quando diz que "no nível mais específico, essas possibilidades estão diretamente condicionadas à morfologia da língua natural considerada" (1995, p. 88).

Porém, devemos lembrar novamente de Culioli e de Shaumyan, que nos dizem que o objetivo da linguística é estudar a linguagem a partir das várias línguas ou então as várias gramáticas fenotípicas, quais sejam aquelas que se manifestam nas várias expressões linguísticas das várias e diferentes línguas.

Aqui, fazemos ainda uma ressalva. Apontamos aqui que exemplos de como um sistema desse tipo pode funcionar se encontram nos trabalhos de Geraldi sobre o ensino de compreensão e produção de textos e gramática e de Coudry sobre o tratamento de pacientes com afasia, por exemplo. Isso porque ambos os autores trabalham com essa dimensão discursiva da linguagem como atividade linguística, epilinguística e metalinguística que envolve a interlocução e um sistema de referência que, como já vimos, é histórico e está sempre se remodelando; o que ocorreria, como vimos, a partir das negociações entre os sujeitos quando estes se utilizam da linguagem para algo (no caso, ou comunicar, ou organizar o pensamento, por exemplo).

Apontamos, ainda, um efeito cascata curioso. Quando falamos do sistema semântico, apontamos a ideia de que a semântica seria essa referência a coisas do mundo. Esse sistema compreenderia os papeis temáticos. Esses papeis encontram seu caminho para o sistema sintático, motivo pelo qual investigamos eles na seção sobre o sistema sintático. Porém, vimos que o sistema sintático tem influência forte do contexto, já que é nele que o sujeito vai organizar tudo para fazer uso da linguagem.

Dessa forma, é interessante notar que, mesmo com sistemas autônomos, há um certo entrelaçamento entre eles.

4. Resumo do capítulo

Este capítulo se propôs a ser uma espécie de guia para *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*, tese de doutorado que Franchi defendeu em 1976.

Para isso, separamos o capítulo em duas grandes seções.

Uma para falar de como o sujeito Franchi pode ser encontrado em *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*, encontrado ao menos duas vezes ao longo da análise.

A primeira foi no aproveitamento do texto para a denúncia social por meio de exemplos. Franchi não deixa o assassinato de Herzog passar batido e insere, em seu texto, exemplos que funcionam como uma espécie de advertência a respeito do regime militar e do modo como o regime militar operava no Brasil naquela época.

Já a segunda é muito mais implícita. Sabemos que Franchi sempre se preocupou com a educação e sabemos que houve a possibilidade de a tese ser, na verdade, um texto sobre ensino de redação ou de gramática. Mesmo assim, vale lembrar que Franchi estava estudando nessa época para montar os cursos de graduação e de pós-graduação em linguística no Brasil. Esse tempo na França serviu, é claro, para que Franchi absorvesse o máximo possível das teorias linguísticas da época. Foi atrás de gerativistas, de estruturalistas, de funcionalistas e de lógicos, o que lhe deu uma bagagem teórica que é evidente na leitura de seus textos. De certa forma, nesse caso, a tese de doutorado de Franchi acaba servindo, também, como uma espécie de mosaico, de panorama

mesmo, das teorias linguísticas em efervescência na época. Seja pelo antagonismo com os modelos hegemônicos vigentes, seja pela atenção à semântica gerativa, seja pela compreensão das teorias formais, funcionais, estruturalistas, gerativas.

A outra, para discutir um pouco da segunda parte da tese de Franchi, apresentando ao leitor que teoria funcional da linguagem seria essa a proposta por Franchi.

Vale lembrar que essa segunda parte possui um formalismo bastante pesado. Já vínhamos pincelando partes desse formalismo desde o capítulo dois, mas tentamos dar, neste nosso terceiro capítulo, uma pincelada mais consistente na linguagem da lógica combinatória que Franchi usa.

Recuperamos o percurso de sua tese via próprio Franchi, em relatório de Pós-Doutorado realizado em Berkeley, Califórnia, EUA, já nos anos 1980.

Isso porque, ali, está o desenho de sua teoria funcional da linguagem. Sua concepção de atividade constitutiva, de funcionalidade, da categorização via abstração. Dessa forma, Franchi constrói, com *Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem*, uma complexa rede de informações e teses em que emerge uma linguagem não apenas formalmente teorizável, mas socialmente relevante.

Procuramos mostrar que tanto o Franchi como sujeito, quanto o Franchi como linguista estão presentes em *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*.

Conclusão

Nosso objetivo nesta tese foi apresentar a linguística de Carlos Franchi. Dessa forma, separamos nosso trabalho em três capítulos que funcionam com relativa autonomia. Nesta conclusão, pretendemos apresentar uma retomada de todo o nosso percurso e um apontamento para possibilidades futuras.

Fizemos, num primeiro capítulo, um percurso por sua história. Vimos que realizou o colegial em um seminário. Vimos que se formou em Letras e Ciências Jurídicas. Exerceu, por um tempo, ambas as profissões, professor e advogado. Sua atuação como advogado lhe rendeu, no período do Regime Militar, perseguição política. Vimos também que foi para o exterior estudar linguística. Obteve graduação e mestrado em linguística na França. Em sintaxe. Voltou para o Brasil e participou da implementação da pós-graduação em linguística na Unicamp. Foi, também, um dos criadores do Instituto de Estudos da Linguagem – IEL.

Além disso, apresentamos ao leitor alguns dos poemas que Franchi escreveu. Fizemos alguns comentários sobre alguns deles, mas não desenvolvemos uma análise aprofundada e rigorosa, com base em teoria literária, sobre a poética de Franchi. Acreditamos que isso seria interessante, uma vez que, até agora, pouco se estudou efetivamente sobre Franchi, e menos ainda sobre sua poesia.

No segundo capítulo, por outro lado, percorremos suas concepções teóricas sobre a linguagem, sobre a criatividade, sobre o ensino e sobre a pesquisa. A linguagem como atividade constitutiva, a indeterminação da linguagem, a criatividade e a necessidade de um ensino produtivo; todos elementos que devem sempre levar em consideração aspectos sociais e contextuais, que devem levar em conta que por detrás da linguagem, há um sujeito. Isso tudo, claro, perpassa a necessidade de se investir na pesquisa e no ensino dentro do ambiente universitário brasileiro, o que, considerando o atual cenário brasileiro, é uma discussão mais que atual e mais que necessária.

Por fim, no capítulo três, procuramos entender como o contexto no qual Franchi estava inserido fez com que sua teoria linguística emergisse em sua tese

de doutorado. Nesse capítulo, apresentamos ao leitor vários dos trabalhos de orientandos de Franchi, sempre no esforço de mapear as concepções franchianas ou mesmo o modo de proceder frente a teorias e procedimentos de análise que se entrelaçam com o modo como Franchi fazia linguística. Em seguida, dividimos em três sistemas – o semântico, o sintático e o contextual – a teoria que Franchi concebe, apresentando ao leitor ferramentas que possam ser úteis para a leitura da obra de Carlos Franchi. Sobre essa obra, compreendemos que vários elementos ficaram de fora. Falamos pouco, por exemplo, do "Primeiro Relatório de Berkeley", relatório de pós-doutorado que Franchi fez nos anos 1980 e que trata muito das abordagens cognitivas de Lakoff, Jackendoff, ou mesmo da Teoria de Casos de Fillmore. Acreditamos que há aqui ainda muito terreno para investigação inexplorado.

Dessa forma, esperamos, com nosso trabalho, ter dado um sistema de referências bom o suficiente ao leitor interessado em conhecer e estudar a obra de Carlos Franchi.

Antes de terminar, porém, gostaríamos de apresentar uma breve discussão sobre algo que tem nos intrigado há algum tempo. Servirá, pois, como alguma semente para uma futura pesquisa.

Como vimos no primeiro capítulo, Franchi foi aluno de Antonio Candido em um curso de pós-graduação em Teoria da Literatura. Aliado a isso, Franchi, em entrevista, comenta sobre a vontade que tinha, à época desse curso, de ser professor de Teoria Literária. Levando isso em consideração, parece aceitável assumir que a ida para a linguística foi mais uma questão de necessidade que qualquer outra coisa; foi, como vimos, uma oportunidade para que Franchi saísse do país em plena ditadura. Ao mesmo tempo, Franchi também comenta que o contato com certa linguística estruturalista (como a de Shaumyan) se deu por indicação do próprio Antonio Candido (que lhe apresentou, por exemplo, Barthes, Todorov, Kristeva, e por aí vai).

Pois bem, no texto "Crítica e Sociologia", que integra o livro de 1965, *Literatura e Sociedade*, Antonio Candido propôs, ou melhor, tornou explícito um modelo de crítica literária em que a análise de uma obra devesse, ao mesmo tempo, levar em consideração forma e contexto. Considerou não apenas a estrutura de um texto, mas também a sociedade que está em sua volta. Segundo Candido, as teorias literárias do final do século XIX acreditavam que entender

uma obra só seria possível em sua relação com o ambiente, socialmente estabelecido. A elas seguiram-se, com o tempo, outras teorias, que transformariam o social em secundário, desnecessário, e dariam valor a operações formais presentes na obra. Ou seja, era possível teorizar literatura partindo de pontos de vista antagônicos, que entendiam a interpretação de uma obra como uma análise ou do entorno, buscando por chaves de leitura que envolvessem um meio social, externo, ou do texto, investindo na investigação de mecanismos próprios da linguagem.

Nesse sentido, Antonio Candido iria investir em um método que se assumia dialético entre forma e contexto, entre elementos internos e externos; para o crítico literário, o contexto emergiria da forma, e a forma denunciaria o contexto. Segundo Waltencir Alves de Oliveira, em um artigo publicado em 2010, esse método se afastaria tanto das tendências das críticas literárias sociais/marxistas, representadas pelas análises que Lucáks empreenderia em sua segunda fase, quanto das estruturalistas/formalistas, representadas pelos teóricos que viriam a ser conhecidos como formalistas russos, por exemplo. Ao contrário deles todos, Antonio Candido daria vez a uma espécie de crítica literária que investisse em algo próximo a um movimento pendular, que levasse em conta ambos os elementos, forma e contexto. Algo muito próximo do que vinha sendo feito pela teoria da literatura alemã com a chamada Estética da Recepção, tal qual proposta por Hans Jauss (1994). Cada obra, portanto, deveria ser analisada de modo único e próprio. Ou, nas palavras de Candido:

> Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno. (CANDIDO, 1965).

Esse seria o método com o qual e pelo qual o crítico literário já vinha trabalhando em suas análises literárias, o que pode já ser percebido no monumental *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, publicado em 1959 (OLIVEIRA, 2010). É o método que se emprega, por exemplo, na

análise de *Memórias de um Sargento de Milícias*, presente em "Dialética da Malandragem", texto famoso publicado em 1979, e na síntese dos momentos e movimentos essenciais da composição de uma literatura brasileira, presente em "Literatura de Dois Gumes", que foi publicado em 1992.

O exemplo que selecionamos aqui, para que esse método seja mais bem compreendido, está no próprio "Crítica e Sociologia", quando Antonio Candido analisa, ainda que brevemente, *Senhora*, romance de José de Alencar. Publicada em 1875 e representante do movimento literário a que chamamos Romantismo, essa obra apresentaria uma situação que seria mais ou menos a seguinte: escritor de uma época cujas transformações sociais abriam caminho para uma reconfiguração da sociedade por meio do surgimento de uma burguesia, Alencar não deixaria escapar de seus romances essas dinâmicas sociais que se estabeleceriam, principalmente, através do surgimento de uma economia baseada no capitalismo.

É o que Candido, em 1965, assume para sua análise da obra. A sociedade em que Alencar estava imerso produziria a geratriz de um romance que revelaria, a partir de sua estrutura, uma sociedade. Nesse caso, estamos falando de uma sociedade burguesa em franco desenvolvimento na segunda parte do século XIX. Nesse sentido é que em *Senhora*, afinal:

> Trata-se da compra de um marido; e teremos dado um passo adiante se refletirmos que essa compra tem um sentido social simbólico, pois é ao mesmo tempo representação e desmascaramento de costumes vigentes na época, como o casamento por dinheiro. (CANDIDO, 1965, p. 16).

O crítico literário vai além, descortinando o modo como essa dinâmica apresenta-se dentro da estrutura da obra:

> Se, pensando nisto, atentarmos para a composição de Senhora, veremos que repousa numa espécie de longa e complicada transação, — com cenas de avanço e recuo, diálogos construídos como pressões e concessões, um enredo latente de manobras secretas, — no correr da qual a posição dos cônjuges se vai alterando. Vemos que o comportamento do protagonista exprime, em cada episódio, uma obsessão com o ato de compra a que se submeteu, e que as relações humanas se deterioram por causa dos motivos econômicos. (CANDIDO, 1965, p.16).

Percebamos, aqui, um verdadeiro embate entre comerciantes, isto é, entre protagonistas que se relacionam de modo semelhante ao modo como se relacionam pessoas em uma transação comercial, num duelo que, segundo Candido, "representa a transposição, no plano da estrutura do livro, do mecanismo da compra e venda" (1965, p. 17). Em resumo, devemos compreender a forma com a qual Alencar estrutura seu romance espelha, de certa forma, as transformações sociais pelas quais sua época e seu lugar social passa.

Pensando sobre como fazer teoria e crítica literária, Waltencir Alves de Oliveira nos explica, em um artigo chamado "Antonio Candido e a formação da literatura comparada", publicado em 2010, que o método com o qual Antonio Candido trabalha é "um método rigoroso de análise que não exclui a diversidade e adaptabilidade do elemento externo a ser pinçado para a análise, muito menos entende que a obra literária é espelho da História" (2010, p. 53). Antes disso, esse método entende que a obra literária é uma estrutura homóloga ao social e ao histórico, em toda a diversidade e heterogeneidade de que todos estes elementos constitutivos estão revestidos" (2010, p. 53). Dessa forma, Oliveira nos explica que Antonio Candido, "ao proceder desse modo, parece se distanciar tanto dos modelos estruturais/formalistas quanto de uma vertente tradicional de crítica marxista/sociológica" (2010, p. 53). Nesse sentido, Candido estaria "operando na contramão das teorias mais difundidas no período contemporâneo à publicação de sua obra" (2010, p. 53).

É dessa maneira que, ao se afastar, ao mesmo tempo, de teorias exclusivamente formais ou sociais, Antonio Candido se aproxima de uma espécie de dialética formal/social que estabelece uma intrincada relação entre ambos os polos, uma vez que são os aspectos sociais que emergem da forma, que é forma a partir da sociedade em que o autor estava inserido e a partir da qual escreveu sua literatura. É essa mesma ideia que serve como pilar de seu livro *Na Sala de Aula*, cujas análises de seis poemas direcionadas aos professores em geral não abandonam o rigor de uma crítica literária que não se furta de olhar elementos formais, nem elementos sociais.

Nas palavras de Antonio Candido:

> Este caderno contém seis análises de poemas, que procuram sugerir ao professor e ao estudante maneiras possíveis de trabalhar o texto, partindo da noção de que cada um requer tratamento adequado à sua natureza, embora com base em pressupostos teóricos comuns. Um destes pressupostos é que os significados são complexos e oscilantes. Outro, que o texto é uma espécie de fórmula, onde o autor combina consciente e inconscientemente elementos de vários tipos. Por isso, na medida em que se estruturam, isto é, são reelaborados numa síntese própria, estes elementos só podem ser considerados externos ou internos por facilidade de expressão. Consequentemente, o analista deve utilizar sem preconceitos os dados de que dispõe e forem úteis, a fim de verificar como (para usar palavras antigas) a matéria se torna forma e o significado nasce dos rumos que esta lhe imprimir. (CANDIDO, 1985, p. 5).

Nesse trecho, é possível notar a preocupação do teórico da literatura não apenas com a necessidade de se analisar poemas a partir de suas complexidades, tensões e particularidades, mas também com uma melhor formação dos professores. Candido jamais perde de vista o rigor de uma crítica literária elaborada, mas também não ignora o elemento social que envolve a educação e o ensino de literatura.

Essa seria a "crítica sociológica" da literatura tal qual proposta por Antonio Candido, e a questão que nos levantamos para encerrar este trabalho é a seguinte: seria possível estabelecer paralelos entre a linha de raciocínio adotada por Antonio Candido, que esboçamos de maneira tímida nesta conclusão, e a que Franchi usaria para pensar e conceber seu objeto de estudo? Vejamos que, de acordo com tudo que vimos, a linguagem seria, na teoria franchiana, atividade constitutiva, que teria uma forma de onde o contexto emergiria, e um contexto que estaria por trás da forma, num movimento dialético interminável, fruto da ação criadora humana.

Lembremos que Franchi foi aluno de Candido, cuja ascendência intelectual fica evidenciada pela indicação e acatamento para a saída para a formação na França e que, posteriormente, juntos dirigiram o IEL no momento de sua criação.

Não sabemos..., mas temos muitos indícios, não?!

Referências

AARSLEFF, Hans. The Context and sense of Humboldt's Statement that Language 'ist kein werk (ergon), sondern eine tätigkeit (energeia)'. *In:* GUIMARÃES, Eduardo; BARROS, Diana Luz Pessoa de (eds). *History of linguistics 2002*: selected papers from the Ninth International Conference on the History of the Language Sciences, 27-30 August 2002, São Paulo – Campinas. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2007.

ABE, Jair Minoro; PAPAVERO, Nelson. *Teoria intuitiva dos conjuntos*. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

AJDUKIEWICZ, K. Die syntaktische Konnexitä, *Studia Philosophia*, v. 1, p. 1-27, 1935.

ALMEIDA, Maria Lúcia Rossi de. Ele foi uma luz no caminho. *In:* MARTINS, Jayme (org.). *Carlos Franchi, o Professor*. Jundiaí: Over China Editora, 2009. p. 51-53.

ALTMAN, Cristina. Depoimento em "primeira pessoa do singular". *Revista do GEL*, São Paulo, p. 23-35, 2002. (Número Especial).

ANDERSON, J. M. Maximi Planudis in Memorian. *In*: KIEFER, Ferenc; NICOLAS, Ruwet. *Generative Grammar in Europe*. Dordrecht: Reidel Publishing, 1973. p. 20-47.

ANTUNES, I. *Aula de português*: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003

ANTUNES, I. *Língua, texto e ensino*: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ARHNEIM, Rudolf. *Visual Thinking.* Berkeley: University of California Presse, 1969.

ARNHEIM, Rudolf. *The power of the center*: a study of composition in the visual arts. Califórnia: University of California Press, 1982

ARRAES, Miguel. *O Brasil, o povo e o poder*. Pernambuco: Editora Universitária, 2006.

ARRIVÉ, Michel. *Em Busca de Ferdinand de Saussure*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

AUROX, Sylvain. Les avancées de notre discipline. *In:* GUIMARÃES, Eduardo; BARROS, Diana Luz Pessoa de (ed.). *History of linguistics 2002*: selected papers from the Ninth International Conference on the History of the Language Sciences, 27-30 August 2002, São Paulo – Campinas. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2007.

AUSTIN, J. L. How to Talk. *Philosophical Papers*, Oxford: Oxford University Press, 1970.

AZEVEDO, F. *et al*. *O manifesto dos pioneiros da educação nova*. São Paulo: Nacional, 1932.

AZEVEDO, Regina Maria. A Gramática Gerativo-Transformacional na origem da Programação Neurolinguística (PNL). *Caligrama*, São Paulo, v. 3, n. 1, 27 abr. 2007.

BAR-HILLEL, Y. A quasi-arithmetical notation for syntactic descriptions. *Language*, v. 29, n.1, p. 47-58, jan./mar. 1953.

BELNAP, N. Tonk, Plonk, and Plink. *Analysis*, v. 22, p. 30-34, 1961.

BERWICK, Robert C. Revolutionary New Ideas Appear Infrequently *In:* HORNSTEIN, Norbert; LASNIK, Howard; GROSZ-PATEL, Pritty; YANG, Charles (ed.). *Syntactic Structures after 60 Years*: The Impact of the Chomskyan Revolution in Linguistics. Berlin: De Gruyter, 2017.

BEVER, T. G.; LENGUENDOEN, T. D. A dynamc model of the evolution of language. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts: MIT Press, v. 2, n. 4, p. 433-463, 1971.

BENVENISTE, E. *Problèmes de Linguistique générale*. Paris: Gallimard,1966.

BIMBÓ, Katalin. Combinatory Logic. *In*: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2018 Edition). 2018. Disponível em: https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/logic-combinatory/. Acesso em: 4 jan. 2020.

BLOOM, Sephen L.; BROWN, D. J.; SUSZKO, Roman. Some theorems on abstract logics. *Algebra i Logika*, v. 9, n. 3, 1970, p. 274-280.

BLOOM, Stephen L.; SUSZKO, Roman. Semantics for the sentential calculus with identity. *Studia Logica*. 1971, p. 77-81. (Tomo XXVIII).

BORGES NETO, José. Adjetivos: predicados extensionais e predicados intensionais. 1979. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 1979.

BORGES NETO, José. *Fundamentos de semântica formal*: a semântica de Montague. 1998. Tese (Concurso Titular) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

BORGES NETO, José. Um Capítulo da História da Linguística: a Semântica Gerativa. *In*: Negri, Lígia; Foltran, Maria José; e Oliveira, Roberta Pires de (org.) *Sentido e Significação – em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 181-216. Disponível em:

https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/Semantica_Gerativa.pdf. Acesso em: 8 out. 2019.

BORGES NETO, José. *Ensaios de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

BORGES NETO, José.; MÜLLER, A. L.; PIRES DE OLIVEIRA, R. A Semântica formal das línguas naturais: histórias e desafios. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 119-148, 2012.

BORGES NETO, José. Gramática e Lógica. *Revista da Abralin*, v. 15, n. 1, p. 121-138, 2016

BRITO, Thiago. Humboldt entre a filosofia da natureza e a ciência moderna. *Soc. & Nat.*, Uberlândia, v. 27, n. 2, p.195-208, 2015.

BUNGE, Mario. *Method, Model and Matter*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1973.

BUNGE, Mario. *Treatise on basic Philosophy.* v. I. Semantics I: Sense and Reference. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1974.

BUNGE, Mario. The mind-body problem. Oxford: Pergamon Press, 1980

CANÇADO, Márcia; AMARAL, Luana. *Introdução à Semânica Lexical*: papéis temáticos, aspecto lexical e decomposição de predicados. Petrópolis: Vozes, 2016.

CANDIDO, A. Dialética da malandragem. *In*: CANDIDO, A. *O discurso e a cidade.* Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004a. p.17-48.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997. (v. 2).

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade.* 7. ed. São Paulo: Nacional, 1985.

CANDIDO, A. *Na sala de aula*: caderno de análise literária. São Paulo: Ática. 1985.

CANDIDO, A. Literatura de dois gumes. *In*: CANDIDO, A. *A educação pela noite e outros ensaios.* 2. ed. São Paulo: Ática. 1992a. p.163-180.

CANDIDO, A. Exemplo. *Jornal da Unicamp*, ano XV, n. 161, set. 2001. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/set2001/unihoje_ju166_tema06.html. Acesso em: 4 jan. 2020.

CARVALHO, R. Cultura global e contextos locais: A escola como instituição possuidora de cultura própria. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 39, n. 2, 2006

CASSOU-NOGUÈS, Pierre. Signs, figures and time: Cavaillès on "intuition" in mathematics. *Theoria,* v. 55, p. 89-104, 2006.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de; ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. Apresentação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 22, jan./jun. 1992.

CASTILHO, Ataliba T. de; ALTMAN, Cristina F. S. Para a História da Associação Brasileira de Linguística. *Boletim da ABRALIN*, v 16, p. 21-37, 1994.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAO, Yuen Ren. Models in linguistics and models in general. *In*: NAGEL, E.; SUPPERS, P.; TARSKI, A. (org.). *Logic, Methodology, and the Philosophy of Science*. Stanford: Stanford University Press, 1962. p. 558-566.

CHOMSKY, Noam. Logical Syntax and Semantics: Their Linguistic Relevance. *Language*, v. 31, n. 1, p. 36-45, jan./mar. 1955.

CHOMSKY, Noam. Some methodological remarks on generative grammar. *Word*, v. 17, p. 219-239, 1961.

CHOMSKY, Noam. *Current Issues in Linguistic Theory*. The Hague: Mouton, 1964.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: M.I.T. Press, 1965.

CHOMSKY, Noam. *Reflections on Language*. New York: Pantheon Books, 1975.

CHOMSKY, Noam. *Studies on Semantics in Generative Grammar.* The Hague: Mouton, 1976.

CHOMSKY, Noam. *Topics in the Theory of Generative Grammar*. Paris: Mouton, 1978.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding:* The Pisa Lectures. Dordrecht, Holland: Foris Publications, 1982.

CHOMSKY, Noam. *Knowledge of Language:* Its Nature, Origin, and Use. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris. *The Sound Pattern of English*. Cambridge: M.I.T. Press, 1991.

CHOMSKY, Noam. *Language and Thought*. Wakefield: Moyer Bell, 1993.

CHOMSKY, Noam. A Linguística como uma Ciência Natural. Entrevista concedia a Carlos Fausto, Mike Dillinger e Bruna Franchetto. *MANA*, v. 3, n. 2, p. 183-198, 1997

CHOMSKY, Noam. *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. 2. ed. Berlin: Mouton de Gruyter, 2002

CHOMSKY, Noam. *Language and Mind*. New York: Cambridge University Press, 2006a

CHOMSKY, Noam. *The Chomsky-Foucault Debate:* On Human Nature (with Michel Foucault). New York: The New Press, 2006b.

CHOMSKY, Noam. *Cartesian Linguistics:* A Chapter in the History of Rationalist Thought. New York: Cambridge University Press, 2009.

CHOMSKY, Noam. *A Ciência da Linguagem*: Conversas com James McGilvray. São Paulo: Unesp, 2014.

CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge: M.I.T. Press, 2015a.

CHOMSKY, Noam. *Why Only Us:* Language and Evolution. Cambridge: MIT Press, December 2015b.

COUDRY, M. I. H. Diário de Narciso: avaliação e acompanhamento longitudinal de linguagem de sujeitos afásicos de uma perspectiva discursiva. 1986. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem Universidade Campinas, Campinas, 1986.

CULIOLI, Antoine. La formalisation en linguistique. *Cahiers pour l'analyse – Généalogie des sciences*, v. 9, p. 106-117, 1968.

CULIOLI, Antoine. *Cognition and Representation in Linguistic Theory*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 1995

CULIOLI, Antoine. *Pour une Linguistique de L'Énonciation*: Opérations et representations. Ophrys, 1999a. (Tome 2).

CULIOLI, Antoine. *Pour une Linguistique de L'Énonciation*: Opérations et representations. Ophrys, 1999b. (Tome 3).

CULIOLI, Antoine. *Pour une Linguistique de L'Énonciation*: Opérations et representations. Ophrys, 2000. (Tome 1).

CUMPRI, Marcos Luiz. A contribuição da teoria das operações predicativas e enunciativas para o estudo da produção textual. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 1, n. 1, p. 8–25, jan./jun. 2012.

DAMÁSIO, António R. *E o cérebro criou o homem.* São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DAMÁSIO, António R. *O Erro de Descartes*. Emoção, Razão e Cérebro Humano. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DASCAL, Marcelo. *Language, signs and thought*. Amsterdam: John Benjamins, 1987

DASCAL, Marcelo. Epistemology, controversies, and pragmatics. *Isegoría*, v. 12, p. 8-43, 1995.

DE MEDEIROS, Alessandro Boechat. Resenha de: Os Fundamentos de Teoria Linguística de Chomsky, de Maximiliano Guimarães. *Revista Linguística*, v. 13, n. 2, p. 22-27, 2017.

DESCLÉS Jean-Pierre. *Langages applicatifs, langues naturelles et cognition*. Paris: Hermès, 1990.

DOTA, Maria Inez Mateus. O Processo de Leitura e as Operação Enunciativas de Antoine Culioli. *Alfa*, São Paulo, v. 39, p. 153-160, 1995.

DUMMETT, M. *Truth and Other Enigmas.* London: Duckworth, 1978.

DUMMETT, M. Wang's Paradox. *Synthese*, v. 30, p. 301-324, 1975.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 26. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

EICHLER, Marcelo Leandro; FAGUNDES, Lea. Atualizando o Debate entre Piaget e Chomsky em uma Perspectiva Neurobiológica. *Psicologia:* Reflexão e Crítica, v. 18, n. 2, p. 255-266, 2005.

ELIAS, Nina Rosa Conde. Ele fez a gente gostar de latim. *In:* MARTINS, Jayme (org.). *Carlos Franchi, o Professor*. Jundiaí: Over China Editora, 2009, p. 49-50.

EMBICK, D.; R. NOYER. Movement Operations after Syntax. *Linguistic Inquiry*, n. 32, v. 4. p. 555-95, 2001.

FEATHERSTONE, M. *Cultura global.* Petrópolis: Vozes. 1990.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. Wilhelm Von Humboldt. *Entremeios:* revista de estudos do discurso. v. 2, n. 1, jan. 2011. Disponível em http://www.entremeios.inf.br. Acesso em: 4 jan. 2020.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

FIGUEIREDO, Anna Maria. Ele fez a gente gostar de latim. *In:* MARTINS, Jayme (org.). *Carlos Franchi, o Professor*. Jundiaí: Over China Editora, 2009, p. 41-46.

FILLMORE, C. J. The case for case. *In*: BACH, E.; HARMS, R. T. (org.). *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, Rinehart and Wilson, 1968. p.1-88.

FILLMORE, C. J. The case for case reopened.... *In*: COLE, Peter; SADOCK, Jerrold (ed.) *Syntax and Semantics 8, Grammatical Relations*. CIDADE: Academic Press, 1977. p. 59-82.

FIORIN, José Luiz. O projeto hjelmsleviano e a semiótica francesa. *Galáxia*, n. 5, abril 2003. p. 19-52.

FIORIN, José Luiz. La créatin des cours de lettres au Brésil et les premières orientations de la recherche linguistique universitaire. *In:* GUIMARÃES, Eduardo; BARROS, Diana Luz Pessoa de (ed.). *History of linguistics 2002*: selected papers from the Ninth International Conference on the History of the Language Sciences, 27-30 August 2002, São Paulo – Campinas. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2007.

FLAWELL, J. H.; WELLMAN, H. M. Metamemory. *In*: KAIL JUNIOR, R. V.; HAGEN, J. W. (org.) *Perspectives on the development of memory and cognition*. Hillsdale: Erlbaum, 1976. p.3-34.

FRANCHI, Carlos. A formação do Pesquisador na Área de Humanidades na Universidade Brasileira. *In*: ALBANO, Eleonora *et al.* (org.). *Saudades da língua*: a linguística e os 25 anos do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Campinas: Mercado de Letras, 2003

FRANCHI, Carlos. *Criatividade e gramática*. Secretaria de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. São Paulo: SE/CNP, 1991.

FRANCHI, Carlos. *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem.* 1976. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.

FRANCHI, Carlos. Linguagem – atividade constitutiva. *Revista do Gel*, p. 37-74, 2002. (Número Especial).

FRANCHI, Carlos. Predicação. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 11, n. 2, 2003.

FRANCHI, Carlos. Teoria da adjunção: predicação e relações "temáticas". *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 11, n. 2, 2003.

FRANCHI, Carlos. O primeiro 'relatório de Berkeley' (1981). *Revista da Abralin*, v. 11, n. 2, p. 229-335, 2012.

FRANCHI, Carlos; CANÇADO, Márcia. Exceptional Binding with Psych-Verbs? *Linguistic Inquity*, v. 30, p. 1133-1143. 1999.

FRANCHI, Carlos; CANÇADO, Márcia. Reexame da noção de hierarquia temática. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 11, n. 2, 2003.

FRANCHI, Carlos; CANÇADO, Márcia. Relações semânticas: predicações e papéis temáticos. *Revista de Estudos da Linguagem*, v.11, n. 2, 2003.

FRANCHI, Carlos.; CANÇADO, Márcia. Teoria generalizada dos papéis temáticos. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 11, n. 2, 2003.

FRANCHI, Carlos; NEGRÃO, Esmeralda Vailati; MÜLLER, ANA LÚCIA. Mas o que é mesmo "gramática"? 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FRANCHI, Eglê P.; FIORIN, José Luiz (org.). *Linguagem*: atividade constitutiva: teoria e poesia. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

FRANCHI, Eglê P. *A redação na escola*: e as crianças eram difíceis. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Organização e tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1978.

FREIRE, Fernanda M. P.; PINTO, Rosana do C. N. 30 Anos do Diário de Narciso: Obra Inaugural da Neurolinguística Discursiva. *Cadernos de Estudos Linguísticos Campinas*, v. 60, n. 2, p. 315-321, maio/ago. 2018.

FREUD, S. O Inconsciente. *In*: FREUD, S. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 13-74. (v. 2).

FREUD, S. *Uma nota sobre o bloco mágico*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Edição Standard Brasileira das obras completas; v. 19).

FRONZAGLIA JÚNIOR, Archippo. Amigo, advogado, político, professor... *In:* MARTINS, Jayme (org.). Carlos Franchi, o Professor. Jundiaí: Over China Editora, 2009. p. 116-121.

GAMUT, L. F. T. *Logic, language, and meaning*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991a. (Introduction to logic; v. 1).

GAMUT, L. F. T. *Logic, Language, and meaning*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991b. (Intensional logic and logical grammar; v. 2).

GEACH, P. Ascriptivism. *In*: GEACH, P. *Logic Matters*. Oxford: Blackwell, 1972. p. 250-253.

GEACH, P. Assertion. *In*: GEACH, P. *Logic Matters*. Oxford: Blackwell, 1972. p. 254-269.

GEERAERTS, Dirk. Des deux côtés de la sémantique structurale : sémantique historique et sémantique cognitive. In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 15, fascicule 1, 1993. Histoire de la Sémantique. Pp. 111-129.

GERALDI, João Wanderley. *Linguagem, interação e ensino*. 1990. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GLASS, A. L.; HOLYOAK, K. J. Alternative conceptions of semantic memory. *Cognition*, n. 3, p. 313-329, 1975.

GLENDAY, Candice. Chomsky e a Linguística Cartesiana. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 33, n. 1, p. 183-202, 2010

GONÇALVES, R. T. *Perpétua prisão órfica ou Ênio tinha três corações*: o relativismo linguístico e o aspecto criativo da linguagem. 2008. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

GORGULHO, Guilherme. Fausto Castilho interpreta o Brasil. *Jornal da Unicamp*, 2017. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/09/29/fausto-castilho-interpreta-o-brasil. Acesso em: 4 jan. 2020.

GRANGER, Gilles-Gaston. A ciência e as ciências. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

GRIZE, J. B. Quelques problèmes logico-linguistiques. *Mathématiques et sciences humaines*, p. 43-50, 1971. (Tome 35). Disponível em: http://www.numdam.org/item?id=MSH_1971__35__43_0. Acesso em: 4 jan. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo; BARROS, Diana Luz Pessoa de (ed.). *History of linguistics 2002*: selected papers from the Ninth International Conference on the History of the Language Sciences, 27-30 August 2002, São Paulo – Campinas. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2007.

GUIMARÃES, Maximiliano. *Os fundamentos da teoria linguística de Chomsky.* Petrópolis: Vozes, 2017.

GUMPERZ, John J.; LEVINSON, Stephen C. (ed.). *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HAACK, Susan. *Filosofia das Lógicas.* Tradução por Cezar Augusto Mortari e Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

HAKUTA, Kenji. Book Reviews. *Harvard Educacional Review*, v. 51, n. 5, p. 437-439, 1981.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the pieces of inflection. *In*: HALLE, K.; KEYSER, S. (org.). *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 111-76.

HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English II. *Journal of Linguistics*, n. 3, p. 199-244, 1967.

HAMM, F.; KAMP, H.; VAN LAMBALGEN, M. There is no opposition between formal and cognitive semantics. *Theoretical Linguistics*, v. 32, p. 1-40, 2006.

HAUSER, M. D.; CHOMSKY, N.; FINCH, W. T. The faculty of language: what is it, who has it, and how did it envolve? *Science*, n. 298, p. 1569-1579, 2002.

HEINZMANN, Gerhard. La position de Cavaillès dans le problème des fondements en mathématiques, et sa différence avec celle de Lautman. Revue d'histoire des sciences. Mathématique et philosophie: Jean Cavaillès et Albert Lautman, n. 1, p. 31-47, 1987. (Tomo 40).

HOFFMAN, T. R. Integrative Semantics. *Cahier de linguistique*, v. 2, p. 19-38. 1973

HOHENDORF, Gerd. Wilhelm von Humboldt (1767-1835) *Prospects: the quarterly review of comparative education,* Paris: Unesco; International Bureau of Education, v. 23, n. 3-4, p. 613-623, 1993.

HOLLAND, John H. *Emergence*: from chaos to order. Cambridge, Massachusetts: Perseus Books, 1998.

HUMBOLDT, Wilhelm von. *Über die Verschiedenheitdes menschliche Sprachbaues*. Berlim: [*S. n.*], 1936.

HUMBOLDT, Wilhelm von. *Schriften zur Sprachphilosophie* (Werke III). Darmstadt: Wissenchaftliche Buchgesellchaft, 2002.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Einwirkung ausserordentlicher Geisteskraft – Civilization, Cultur und Bildung. *In*: HEIDERMANN, W.; WEINIGER, M. J. (org.). *Wilhelm von Humboldt* – Linguagem, Literatura, Bildung. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre Pensamento e Linguagem. Tradução de Antonio Ianni Segatto. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 193-198, 2009.

ILARI, Rodolfo. Franchi: o outro e o outro. *Cad. Est. Ling*, Campinas, n. 22, p. 183-188, 1992.

ILARI, Rodolfo. Trechos de uma entrevista com Carlos Franchi. *Jornal da Unicamp*, Campinas, ano XV, n. 161, set. 2001. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/set2001/unihoje_ju166_tema08.html. Acesso em: 13 mar. 2019.

ILARI, Rodolfo. Carlos Franchi: Intelectual, pesquisador, formador de cientistas da linguagem. *Rev. ANPOLL*, n. 13, p. 283-293, 2002b.

ILARI, Rodolfo. Humildade na pesquisa para construir o futuro. *Revista do GEL*, São Paulo, p. 83-86, 2002a. (Número Especial).

ILARI, Rodolfo. Linguagem – Atividade Constitutiva (Idéias e Leituras de Um Aprendiz). *Revista Letras*, n. 61, 2003. (Número Especial).

JACKENDOFF, Ray. *Semantic and Cognition.* Cambridge: MIT Press, 1983.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

JAUSS, H. R. *A história da literatura como provocação à teoria literária* . São Paulo: Ática. 1994.

JORNAL DA UNICAMP. Campinas, ano 15, n. 161, set. 2001. (Caderno Temático – Carlos Franchi).

KANG, Juyeon. *Combinatory Logic for Computational Semantics*. Brno: *[S. n.]*, 2012. Disponível em: https://is.muni.cz/el/1433/jaro2012/IA165/um/lecture_2.pdf. Acesso em: 27 maio 2019.

KARTTUNEN, Lauri. Presupposition: What went wrong? *Proceedings of SALT,* v. 26, p. 705-731, 2016

KEAN, Sam. *O duelo dos neurocirurgiões*: e outras histórias de trauma, loucura e recuperação do cérebro humano. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

KEBACH, Patrícia F. C. Da Ação à Compreensão: um passeio pela teoria de Piaget. *Schème*, v. 8, n. 2, 2016.

KOCH, Ingedore Villaça. *As tramas do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever*: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

KOHLER, Richard. *Jean Piaget*. London: Bloomsburry, 2014.

KOUASSI, Roland R.; KOUADJO, Koff H. *The approach of Antonie Culioli to the theory of the utterer*. Disponível em: http://www.ltml.ci/files/articles/Roland%20R.%20KOUASSI%20et%20Hilaire%20K.%20KOUADJO.pdf

KRISTEVA, Julia. Word, Dialogue and Novel. *In*: MOI, Toril (ed.). *The Kristeva Reader*. New York: Columbia University Press. p. 35-611986.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas.* Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2003.

KUHN, Thomas. *A tensão essencial.* Lisboa: Edições 70, 1989.

LAHUD, Michel. Chomsky Historiador. *In*: ALBANO, Eleonora *et al.* (org.). *Saudades da língua*: a linguística e os 25 anos do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Campinas: Mercado de Letras, 2003

LAKOFF, G.; JOHNSON, C. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

LE GALL, Sylvain. Lógica y Necesidad en la Epistemología de Jean Cavaillès. *Cuestiones de Filosofía*, n. 16, p. 140-158, 2014a.

LE GALL, Sylvain. Jean Cavaillès: In Memoriam. 70 aniversario de su muerte. *Ideas y Valores*, 156, p. 277-280, 2014b.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Philosophical Papers and Letters*. Edição e Tradução de Leroy E. Loemker. 2. ed. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. 1989

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. Projeto a respeito de uma nova Enciclopédia que deve ser redigida pelo método da descoberta. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 95-107, 2007

LEITE, Yonne. Joaquim Mattoso Câmara Jr: Um Inovador. *D.E.L.T.A.*, v. 20, p. 9-31, 2004.

LEVINSON, S. C. Relativity in spatial conception and description. *In*: GUMPERZ, John J.; LEVINSON, Stephen C. (ed.). *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 177-202.

LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Oxford: Basil Brackwell, 1972.

LEVY, Clayton. Onde a linguagem é o eixo da pesquisa. *Jornal da Unicamp*, Campinas, n. 322, p. 8-14, maio 2006.

LEWIS, David. *Philosophical Papers*. New York: Oxford Academic Press, 2006. (v. 1).

LIDDLE, Michel. Editor's Introduction. *In*: CULIOLI, Antoine. Cognition and Representation in Linguistic Theory. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company. 1995. p. 1-8

LUCY, John. The Scope of Linguistic Relativity: An Analysis and Review of Empirical Research. *In*: GUMPERZ, John J.; LEVINSON, Stephen C. (ed.).

Rethinking Linguistic Relativity. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p.37-69.

MANZANO, María. Alonzo Church: His Life, His Work and Some of His Miracles. *History and Philosophy of Logic,* v. 18, p. 211-232, 1997

MARCHI, Beni. Meu irmão *In:* MARTINS, Jayme (org.). *Carlos Franchi, o Professor*. Jundiaí: Over China Editora, 2009. p. 122-123.

MARÍAS, Julián. *História da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARQUIS, Jean-Pierre, "Category Theory". *In*: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. (Winter 2015 Edition). Disponível em: https://plato.stanford.edu/archives/win2015/entries/category-theory/

MARTINS, Jayme (org.). *Carlos Franchi, o Professor*. Jundiaí: Over China Editora, 2009.

MATHIAS, Ignêz. Ele continua vivo em nossos corações. *In:* MARTINS, Jayme (org.). *Carlos Franchi, o Professor*. Jundiaí: Over China Editora, 2009. p. 131-133.

MCDOWELL, John. *Perception as a capacity for knowledge*. Milwaukee: Marquette University Press, 201.

MCNEELY, Ian F. Wilhelm Von Humboldt and the World of Languages. *Ritsumeikan University* [online], v. 23, n. 2, p. 129-148, 2011. Disponível em: http://www.ritsumei.ac.jp/acd/re/k-rsc/lcs/kiyou/pdf_23-2_alt/RitsIILCS_23.2pp129-148MCNEELY.pdf. Acesso em: 27 maio 2019.

MILANI, Sebastião Elias. Humboldt e o idealismo da época. *Revista Linha d'água*, São Paulo, v. 20, 2007.

MILEWSKI, Bartosz. *Category Theory for Programmers*. 2017. Disponível em: https://bartoszmilewski.com/2014/10/28/category-theory-for-programmers-the-preface/

MORTARI, Cezar A. *Introdução à Lógica.* São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MOURA, H.; CAMBRUSSI, M. *Uma breve história da linguística*. Petrópolis: Vozes, 2018.

MULLIGAN, Kevin; KIJANIA-PLACEK, Katarzyna, PLACEK, Tomasz New (ed.). *The History and Philosophy of Polish Logic*: Essays in Honour of Jan Woleński. Nova York: Palgrave Macmillan, 2014

NAGEL, T. What Is It Like to Be a Bat? *The Philosophical Review*, v. 83 n. 4, p. 435, 1974.

NEGRI, Lígia. *A natureza dêitica do artigo definido*. 1986. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 1986.

NORMAND, Claudine. A teoria de Antoine Culioli: uma poética. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 9-11, jan./mar. 2009.

NUNES, Luiz Fernando e PEIXOTO, Enock da Sila. Reflexões sobre a educação tecnicista no Brasil: análise crítica do passado para pensar o presente. *In*: CONEDU-CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3, 2016, Natal. *Anais* [...]. Natal, 2016. p.1-15. (v. 1).

O AFÁSICO tem linguagem. *Jornal da Unicamp*, Campinas, ano XV, n. 161, set. 2001. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/set2001/unihoje_ju166_tema03.html

OLIVEIRA, Waltencir Alves de. Antonio Candido e a Formação da Literatura comparada. *Itinerários*, Araraquara, n. 30, p.49-64, jan./jun. 2010

OMNÈS, Roland. *Filosofia da Ciência Contemporânea.* São Paulo: Editora Unesp, 1996.

OUSTINOFF, Michaël. *Tradução*: história, teorias e métodos São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

PAILLET, J.-P. Prérequis pour l'analyse sémantique. *Cahier de linguistique*, n. 2, p. 1-18, 1973. Disponível em: https://doi.org/10.7202/800006ar. Acesso em: 28 abr. 2018.

PARTEE, Barbara H. Semantics – mathematics or psychology? *In: BÄUERLE,* R.; EGLI, U., STECHOW, A. von (ed.). *Semantics from Different Pints of View*. Berlin: Springer, 1979. p. 1-14.

PARTEE, Barbara H. Formal semantics: Origins, issues, early impact. *In*: PARTEE, B. H.; GLANZBERG, M.; SKILTERS J. (ed.). *Formal Semantics and Pragmatics.* Discourse, Context, and Models. The Baltic Yearbook of Cognition, Logic, and Communication. Lawrence: New Prairie Press, 2010. p. 1-52. (v. 6).

PEZATTI, Erotilde Goreti. O Funcionalismo em Linguística. *In:* MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Ana Cristina (org.). *Introdução à linguística*: fundamentos epistemológicos, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (v. 3).

PIAGET, Jean. *Abstração reflexionante*: relações lógico-aritméticas e ordem das relações espaciais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PIAGET, Jean. *Adaptación vital y psicología de la inteligência*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1978a.

PIAGET, Jean. *A formação do símbolo*; imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1978b.

PIAGET, Jean. *A tomada de consciência*. São Paulo: Melhoramentos, 1978c.

PIAGET, Jean. *Biologia e conhecimento*: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognitivos. Petrópolis: Vozes, 1996.

PIAGET, Jean. *Fazer e compreender*. São Paulo: Melhoramentos, 1978d.

PIAGET, Jean; GARCIA, Rolando. Psicogênese e história das ciências. Petrópolis: Vozes, 2011.

PIAGET, Jean. *Epistemologia genética*. Tradução de Álvaro Cabral. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Marins Fontes, 2012.

PIAGET, Jean. *A psicologia da inteligência*. Petrópolis: Vozes, 2013.

PINKER, S. *Guia de escrita*: como conceber um texto com clareza, precisão e elegância. São Paulo: Contexto, 2016.

PINKER, S. *O Instinto da Linguagem*: Como a mente cria a linguagem. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINKER, S. *The Stuff of Thought*: Language as a Window into Human Nature. New York: Penguin Group, 2007.

PIRES DE OLIVEIRA, R. Formalismos na linguística: uma reflexão crítica. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES Anna Christina (org.). *Introdução à linguística 3*: Fundamentos Epistemológicos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 219-250.

PIRES DE OLIVEIRA, R. *Semântica Formal*: uma breve introdução. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

POPPER, Karl R. *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Editora Cultrix, 1959.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. 1986. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 1986.

POSSENTI, Sírio. Sobre o Diário de Narciso...Ainda. *Cadernos de Estudos Linguísticos Campinas,* v. 60 n. 2 p. 562-565, jan./abr. 2018.

PRIOR, A. The Runabout Inference Ticket. *Analysis*, v. 21, p. 38-39, 1961.

RAMSEY, F. P. Facts and Propositions. *In:* Proceedings of the Aristotelian Society, Supp. v. VII, 1927.

READ, S. *Repensando a Lógica:* uma introdução à filosófica da lógica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

ROCHA, Elizabeth Gonçalves Lima. Alguns fundamentos da teoria enunciativa de A. Culioli. *Revista do GELNE*, v. 14, n. 1, p. 173-194, 10 mar. 2016. (Ed. Esp.).

RODRIGUES, Rômulo da Silva Vargas. Saussure e a definição da língua como objeto de estudos. *ReVEL*, n. 2, 2008. ISSN 1678-8931. (Edição especial).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 8. ed. Editora Vozes: Petrópolis, 1986.

ROMERO, M. Epilinguismo: considerações acerca de sua conceitualização em Antoine Culioli e Carlos Franchi. *ReVEL*, v. 9, n. 16, 2011. Disponível em: http://revel.inf.br/files/artigos/revel_16_epilinguismo.pdf. Acesso em: 27 maio 2019.

SAEED, John I. *Semantics* – introducing linguistics. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

SAINSBURY, Mark. Concepts Without Boundaries. Rosanna Keefe and Peter Smith (ed.) *Vagueness*: A Reader. Cambridge: MIT Press, 1996, p. 251–264.

SANTOS, I. S. F; PRESTES, R. I; VALE, A. M. Brasil, 1930-1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 22, p.131-149, jun. 2006. ISSN: 1676-2584. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22/art10_22.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*. 27. Arbre d'Or, Genève, 2005. Disponível em: https://arbredor.com/ebooks/CoursLinguistique.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

SAVIANI, Dermeval. Teorias Pedagógicas Contra-Hegemônicas no Brasil. *Revista do Centro De Educação e Letras da Unioeste*, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 2, p.11-28, 2. sem. 2008.

SEBEOK, Thomas Albert. *Semiotics in the United States.* Bloomington: Indiana University Press, 1991.

SELL, Sérgio. *Quão cartesiana é a linguística de Chomsky?* 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SEU Carlos, um amigo de 40 anos. *Jornal da Unicamp*, Campinas, ano XV, n. 161, set. 2001. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/set2001/unihoje_ju166_tema02.html

SHAUMYAN, Sebastian. *Linguistic models as artificial languages simulating natural languages*. [*S. l.*]: [*S. n.*], [19--]. p. 285-302.

SHAUMYAN, Sebastian. *A Semiotic Theory of Language*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

SHAUMYAN, Sebastian; HUDAK, Paul. Linguistic, philosophical, and pragmatic aspects of type-directed natural language parsing. In *Logical Aspects of Computational Linguistics (LACL '97), Second International Conference, selected papers,* Nancy, France: Springer. 1997.

SHAUMYAN, S. *Signs, Mind, and Reality*: A Theory of Language as the Folk Model of the World. Amsterdam [Benjamins], 2006a.

SHAUMYAN, Sebastian. Language Antinomies and Language Operations of the Mind. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON MACHINE LEARNING; MODELS TECHNOLOGIES &APPLICATIONS, 2006, Las Vegas. *Proceedings* [...]. Las Vegas, 2006b. p. 3-9.

SHAUMYAN, S. *Signs, Mind, and Reality*: A Theory of Language as the Folk Model of the World. Amsterdam [Benjamins], 2006a.

SCHÖNFINKEL, M. On the building blocks of mathematical logic. *In*: HEIJENOORT, Jean van (ed.). 1967. *From Frege to Gödel*: A Source Book in Mathematical Logic, 1879-1931. Cambridge: Harvard University Press, 1924. p. 357-366.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil*: uma biografia. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. A Ciência da Ciência. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro: SBPC, v. 2, n. 11, p. 54-59, mar./abr. 1984.

SCHWARTZMAN, Simon. Desempenho das Unidades de Pesquisa: Ponto para as Universidades. *Revista Brasileira de Tecnologia*, v. 16, n. 2, mar./abr. 1985. p. 54-60.

SCHWARTZMAN, Simon. *Pobreza, exclusão social e modernidade:* Uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium Editora, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro.* Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007

SHANK, R. C.; ABELSON, R. P. *Scripts, Plans, Goals and Understanding*: a Inquiry into Human Knowledge Structures. Hillsdale: L. Erlbaum, 1977.

SMULLYAN, Raymond M. *To Mock a mockingbird*. New York: Alfred A. Knopf, 1985

STENLUND, Sören. *Combinators, λ-terms and proof theory*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1972

SUSZKO, Roman. Identity connective and modality. *Studia Logica*, p. 7-39, 1971. (Tomo XXVII)

TABOADA, Teresa Ormenese. Ele nos queria cidadãos do mundo. *In:* MARTINS, Jayme (org.). *Carlos Franchi, o Professor*. Jundiaí: Over China Editora, 2009. p. 47-48.

TRAJETÓRIA com ética e genialidade. *Jornal da Unicamp*, Campinas, ano XV, n. 161, set. 2001. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/set2001/unihoje_ju166_tema05.html. Acesso em: 25 set. 2018.

URIAGEREKA, J. Complementarity in language. *In*: GALLEGO, Á. J; OTT, D. (ed.). *Aspects of the Theory of Syntax*, 50th Anniversary Edition. Cambridge: MIT Press, 2015. p. 265-278.

VALENTIM, Helena T.; PINTO, Rosalice. Genre débat d'idées et constructions énonciatives. *Arts et Savoirs*, v. 2, 2012. Disponível em: http://journals.openedition.org/aes/504. Acesso em: 25 set. 2018.

VAN HAL, Toon. Recent work on Leibniz's investigations into the natural languages. *BLITYRI,* v. IV, n. 1-2, p. 39-56, 2015.

VEREADOR comprometido com a educação. *Jornal da Unicamp*, Campinas, ano XV, n. 161, set. 2001. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/set2001/unihoje_ju166_tema07.html. Acesso em: 25 set. 2018.

VIEIRA, Francisco Eduardo. A gramática tradicional: história crítica. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

ZANDWAIS, Ana. Como os domínios da Filosofia da Linguagem e da Semântica contribuíram para delimitar o objeto da Análise do Discurso. *Revista da ABRALIN*, v. Eletrônico, n. Especial, p. 47-62, 2011.

ANEXO

Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem (1976)

HIPÓTESES PARA UMA TEORIA FUNCIONAL DA LINGUAGEM

Carlos Franchi [1976]

Este trabalho tem fontes muito distantes; pensamos que já nas tentativas de sistematizar os pontos de análise sintática e análise morfológica para os alunos do ginásio e do colégio, fazendo-o a partir de noções intuitivas e muito simples (pelo menos aparentemente) como as de 'ação', 'processo', 'agente', 'paciente' etc. E em técnicas de ensino de redação, levando os estudantes a "transformar", variando o ponto de vista, o 'foco', os arranjos de categorias gramaticais, as construções de seus próprios textos.

E mesmo como fruto tardio de uma longa reflexão, seria impossível deixar de reconhecer que não está maduro. Temporão e verde. É que o próprio tema acrescentava sempre exigências mais exigentes. A serem completamente atendidas, o bom seria não o botar em forma e somente deixar os ingredientes para quem melhor o fizesse.

Como tese de doutoramento, a pesquisa apresenta ainda o defeito de ter sido elaborada (em grande parte), no chamado regime antigo. O tema certamente seria menos pretencioso, os limites da dissertação mais bem fixados, o resultado mais seguro, se a tese saísse de um trabalho regular de formação como se faz no regime atual.

Podemos agora agradecer aos que direta e indiretamente contribuíram para que este trabalho chegasse pelo menos ao que está, sem passar a essas pessoas nem parte dos problemas nem as incorreções e malfeitos. Aos professores Isaac Nicolau Salum, que inicialmente nos orientou. Aos professores e colegas do Departamento de Linguística da Unicamp, entre os quais gostaríamos de nomear os que há longo tempo discutem nossas sugestões e as corrigem sempre que possível – Rodolfo Ilari (a quem devo inúmeras sugestões bibliográficas), Haquira Osakabe, Michel Lahud, Carlos Alberto Vogt. E principalmente ao professor Marcelo Dascal, cuja orientação, lições, anotações, mais do que minuciosas e 'pacientes' permitiram o que possa haver [p.0 não legível]

Índice

Introdução *1*

1. Linguagem – Comunicação **4**
1.1 5
1.2 9

2. Linguagem – Processo formal **13**
2.1 14
2.2 19
2.3 23

3. Linguagem – Atividade constitutiva **29**
3.1 29
3.2 33

4. Hipóteses iniciais **40**

PRIMEIRA PARTE *44*

Resenha Crítica: Categorias e relações gramaticais; noções e operações na linguística contemporânea. *44*

Capítulo Primeiro – Categorias, relações, funções na teoria linguística *46*

1. Categorias e relações sintáticas – A gramática gerativa de Chomsky **47**
1.1. Componente de base na gramática gerativa 52
1.2. Funções do componente de base na gramática gerativa: natureza das categorias e relações envolvidas. 77
1.3. Funções e relações sintáticas na gramática gerativa 103
1.4. Conclusão muito parcial 113

2. Categorias e relações nocionais – Gramáticas de casos **115**
2.1. A gramática de casos 116
2.2. Indicações para um tratamento formal de categorias e relações nocionais. 142

3. Noção de dependência – Classes e relações de dependência **156**
3.1. Hjelmslev 160
3.2. 162
3.3. 167
3.4. 176

SEGUNDA PARTE *179*

Contribuição à construção de um modelo teórico. *179*

Capítulo Segundo – condições gerais da gramática *181*

1. Por uma gramática mais abstrata – as propostas de Curry e Saumjan **183**
1.1. 185
1.2. 188

2. Observações conclusivas **193**

Capítulo Terceiro – Caracterização lógica e caracterização linguística do modelo *196*

1. A técnica da lógica combinatória **196**
1.1. Formação e análise dos objetos do sistema 197
1.2. Combinadores 199
1.3. Teoria da funcionalidade 205
1.4. Observações gerais sobre as aplicações do sistema 209

2. Gramática – O sistema de episemions 211
2.1. O sistema de episemions 213
2.2. Procedimento de derivação 222
2.3. Uma primeira aproximação linguística. 228

Capítulo Quarto – O sistema de semions 252

1. Sistema de semions – Especificação predicativa. 253
1.1. 256
1.2. 271

2. Análise categorial 303
1. 308
2. 311
3. 311
4. 313
5. 315

3. Nota sobre a especificação predicativa 315

Conclusão 318

Bibliografia 319

Introdução

> "Não é possível refletir sempre expressamente sobre todos os nossos pensamentos; de outro modo, o espírito faria reflexão sobre reflexão, sem jamais passar a um pensamento novo... Dever-se-ia, ao pensar a respeito de um certo vago sentimento que tivesse, logo pensar que penso em pensar nele, e assim ao infinito".
> "Mas convém que se pare de refletir sobre todas as reflexões e que haja, sempre, algum pensamento que se deixe passar sem repensar".
> "Ou se ficaria girando e girando em torno".
>
> Leibnitz, em "O Entendimento humano"

No vestíbulo da prática científica, impõe-se uma decisão que instaura uma perspectiva e interrompe uma reflexão. Assim, o desenvolvimento da ciência se faz por um intermitente deslocamento das questões (logo afirmações) fundamentais: repetidos atos de fé. O homem – ser histórico, temporal – se desloca em torno dos 'objetos' regulares que se instituíram, em um determinado momento teórico, e deforma-os na renovada visão de seu novo posto de observação. A fixação, porém, dessa 'nova ordenação', descoberta ou redescoberta, é sempre um pouso provisório.

Tal prática decorre do desejo de encontrar explicações suficientemente gerais, que se projetem além da situação e dos dados iniciais em que as primeiras questões se colocaram. Para isso, procura-se um distanciamento dos aspectos pragmáticos do discurso prévio, esquecem-se as vinculações pessoais, apagam-se os horizontes. As informações desse 'passado' se substituem por um processo neutro, operatório, com a objetividade dos esquemas estruturais; e quando se volta aos fatos que foram a fonte do processo, espera-se mais que simplesmente redizê-los: espera-se ultrapassá-los mediante predições.

O ideal da generalidade e impessoalidade, de construtivismo e verificabilidade é a explicação hipotético-dedutiva, em que as propriedades sistemáticas do domínio de fenômenos, que se deseja explicar, se examinam exclusivamente nos análogos formais, nos sistemas de objetos abstratos. As hipóteses fixam afirmativamente as questões originais; o formalismo afasta da representação a ambiguidade do discurso prévio; as regras de procedimento distanciam o sujeito e sua interferência comprometida, orientando a verificação.

O modelo teórico[1] não se constrói, porém, sem uma idealização: uma segunda limitação e simplificação. Antes, escolheu-se um ângulo de observação,

---

[1] O termo "modelo" designa uma variedade de conceitos que se devem distinguir. Na lógica e nas matemáticas, o termo "modelo" se usa em sentido sintático e semântico; no sentido sintático, o modelo é uma interpretação de uma teoria formal (um sistema dedutivo) em uma outra teoria formal (outro sistema dedutivo), referindo-se a uma correspondência formal e sintática entre eles, a um isomorfismo das duas teorias; no sentido semântico, o modelo é a interpretação de uma teoria formalizada, fundada sobre o conceito semântico de verdade.
Nas ciências humanas, à diferença do que se estabelece de modo rigoroso e determinado nas matemáticas, o termo "modelo" não possui uma definição unívoca. Em alguns casos, se toma como sinônimo de teoria, ou seja, como sistema hipotético-dedutivo; em outros, se usa para grifar o fato de que a teoria tem parcialmente uma forma dedutiva, e uma simples aproximação, ligada ao fato de que se suporia em postulados e assunções que reduzem a complexidade do objeto estudado (procedimento usual nas ciências humanas e, entre elas, na linguística, [p. 2 não legível] refere, no caso, a um "quase-modelo". [não legível] Ou, ainda, o termo "modelo" se emprega para designar uma representação esquemática e intuitiva [não legível]
Tomaremos, neste trabalho, "modelo", "modelo teórico", como um 'construto', um sistema de objetos abstratos de caráter hipotético-dedutivo, que serve de análogo lógico aos objetos – processos, sistemas

fixou-se uma perspectiva e uma face do fenômeno a explicar; fez-se aparecer um conjunto de propriedades que se organizaram esquematicamente na representação intuitiva da descrição original; em seguida, escolhe-se entre elas um número reduzido que não somente se considera particularmente importante para a prática que se instaurou, mas ainda que seja suscetível de tratar-se no procedimento teórico, por razões ligadas aos instrumentos lógicos de que se dispõe.

No caso das ciências humanas, particularmente na linguística, vale recordar aqui o problema metodológico de "encontrar, isto é – de elaborar, os instrumentos lógicos-matemáticos que permitirão fornecer uma descrição adequada da atividade linguística através das línguas naturais" (Culioli, 1968, p. 2). Pode-se duvidar de que os instrumentos atualmente à disposição dos linguistas permitam já dar conta apropriadamente dos variados aspectos dessa atividade e da multiplicidade dos fatos idiomáticos. É indispensável, por isso, a cada esforço de tratamento formal dos fatos da linguagem, avaliar a força e a regionalidade dos modelos teóricos elaborados, tendo sempre presente que consistem somente em uma aproximação, uma analogia, no duplo sentido acima: em um deles, como resultantes de uma posição peculiar diante do fenômeno (pelo que não se justifica, sem mais, a recusa de outros quadros teóricos que nem sempre são incompatíveis, mas complementares); e, em outro, como parcialmente dependentes das limitações do formalismo utilizado. Em ambos os casos, abrem-se à pesquisa campos ilimitados (mesmo quando o modelo proposto se limita a objetivos muito específicos e recobre domínios linguísticos bastante restritos): propõe-se a busca de modelos teóricos mais abstratos e abrangentes, que procurem dar conta das relações invariantes entre as propriedades determinadas em perspectivas complementares; e estimula-se a elaboração de instrumentos formais capazes de atender a esses novos objetivos.

[p. 3...não legível] ção inicial não corresponde necessariamente a uma concepção estreita do 'objeto' de estudo. Ao contrário do que às vezes se faz crer, supõe uma clara consciência da complexidade do fenômeno. A limitação e cortes teóricos têm menos a ver com o objeto de estudo, e muito com a prudência do estudioso que dimensiona o conjunto de dados a perquirir de acordo com a precariedade do instrumental que lhe assegura um certo nível de certeza. Assim, mesmo nos domínios onde a exploração não alcançou a maturidade e acúmulo de informações que autorizam o seu tratamento em teorias explicativas, formais ou formalizáveis, exige-se, entre o sujeito e o fenômeno, a mediação de procedimentos de análise sistemática: as formas de investigação e experimentação controlada[2].

---

de relações entre objetos – cujas propriedades estruturais se furtam a nossa direta observação. O modelo teórico é, pois, uma construção hipotética, um "edifício fabricado", pelo que se devem distinguir cuidadosamente as propriedades do modelo das propriedades que representam no domínio de interpretação (cf. Revzin, 1962, os. 1-6). Falaremos de "modelo (linguístico) intuitivo", para nos referir à representação que se elabora com um conjunto de noções intuitivas, derivadas da análise das expressões das línguas naturais, a um nível inferior de abstração. Nesse sentido se fala de "modelo de constituintes imediatos", "modelos de dependência", "modelos sintagmáticos", "modelos de 'casos'" etc. Em linguística, o termo "modelo" se tem usado nesses e em muitos outros sentidos (como "sistema padrão", como "concepção de estrutura linguística", como "gramática", como "método de pesquisa", como "abstração", etc.), pelo que é importante a definição terminológica acima (cf. Revzin, 1962, os. 6 e sgs.; Apresjan, 1966, os. 79 e sgs.; Saumjan, 1965, os. 64 e sgs.; e Chao, 1953).

[2] A distinção entre experimentação e investigação controlada nos vem de E. Nagel (Nagel, 1961, p. 409). Ele observa que em certas áreas do conhecimento humano (como na química, na genética, na ótica) pode-se avançar mediante experimentação em que se sujeitam certos processos de transformação, observáveis nos dados iniciais da pesquisa, a uma variação mínima de fatores, cuja relevância para o processo se quer determinar, controlando-se assim as condições da transformação.

Muitos campos da linguística (como, por exemplo, o estudo dos recursos expressivos não segmentais) esperam ainda um esforço analítico minucioso; de um certo modo, epistemologicamente, o tratamento formal, hipotético-dedutivo, é primeiro, na medida em que permite formular com precisão as hipóteses que orientam e fundamentam a própria análise, embora baseado em informações iniciais parcimoniosas. Um modelo teórico bem elaborado pode levar a caminhos insuspeitados pelo seu grande poder heurístico. E daí a opção metodológica desta tese, a de se formular, mesmo que em forma ingênua, como modelo teórico[3].

Tenhamos presente, ainda, que sob a neutralidade dos modelos teóricos, sob o formalismo reduzido e enxugado, os esquemas de derivação, a sucessão das fórmulas na dedução (em que se apagam as intuições e as hipóteses), disfarça-se apenas a reflexão prévia em que se caracteriza a natureza do objeto a investigar e explicar, em que se determina um 'ponto de vista', em que se escolhem os instrumentos de análise e síntese.

É hábito silenciar essas origens, ignorá-las mesmo, pela consciência da disparidade entre a provocação e a resposta, da relatividade sob a perfeição aparente, da violência e ruptura entre o discurso irregular que relaciona e informe precariamente experiências e contexto, e as exigências do discurso científico[4] (cf. Moles, 1957, os. 67 e sgs.). Correremos, porém, o risco de explicitá-las: espera-se mostrar a convergência, na elaboração teórica, de uma concepção de linguagem (em que se fundem pressupostos filosóficos, ideológicos, linguísticos, psicológicos), da escolha de um 'posto' privilegiado de observação (de onde se isolam as noções que se tomam

---

Nem todos os domínios da ciência são, contudo, suscetíveis de uma experimentação controlada. Nesse caso, outras formas de investigação (a que Nagel chama "investigação controlada") se devem utilizar. Elas consistem na busca deliberada de situações diferentes em que os fenômenos podem ser observados uniformemente, em suas reiterações, ocorrências diversas, ou mesmo aquelas situações em que o fenômeno estudado já não ocorre. Faz-se um exame anterior dos fatores que se destacam a fim de investigar se as variações desses fatores se relacionam, de um modo significativo, com as diferenças nas manifestações do fenômeno e com suas propriedades.

Este último é bem o procedimento predominante nas ciências humanas e na linguística. A técnica da investigação controlada se faz pelos inventários dos contextos em que um determinado fato [p. 4 não legível] que se transforma, em que já não pode ocorrer. Assim se tem procedido na análise sistemática morfológica, distribucional e transformacional em linguística.

[3] Mas seria incorreto contrapor os dois procedimentos – o formal e o analítico – como exclusivos um do outro, e menos incompatíveis. As duas orientações, na linguística sobretudo, dado o estado atual de nossos conhecimentos, são complementares e necessárias. Poder-se-ia lembrar Apostel (1967) que conta, entre as tendências regressivas na linguística contemporânea tanto "a rejeição de todo método distribucional, quanto a de todo o método semântico, como também a separação do descritivo e do teórico, do genético e do sistemático".

[4] Não é o caso de discutir aqui os processos pelos quais, operando nos limites de uma linguagem e pensamento ingênuos, se consegue formular uma "hipótese explicativa digna de figurar como hipótese em uma 'boa abdução'". Desde já se afastem as expressões como as de "instinto divinatório", "capacidade inata" ou outras, que nada acrescentam a mais antigas como "o dom de Deus" ou "inclinação natural para a verdade".

A linguagem é bem o instrumento eficiente de elaboração de sistemas de relação e argumentação e representação do real. Eficiente, mas perfectível e pouco econômico, exigindo a construção de "linguagens" adequadas a sistemas rigorosos e precisos para os fins da prática científica. O discurso pré-científico, além disso, é repositório de resultados e sujeito às condições de discursos anteriores e paralelos (que se servem dos mesmos recursos de expressão). As hipóteses se firmam nesse espaço intertextual; não brotam de surpresa, mas se estabelecem e se elaboram como "conquista de um pensamento trabalhador, persistente, instruído" (Granger), que se efetua sobre a linguagem e por meio dela.

(Cf. a propósito da "abdução", Peirce, "Collected Papers", os. 49 e sgs.; sobre o emprego da abdução em linguística, Chomsky, 1972 c; cf., para o mais, Popper, 1963, particularmente os. 58 e sgs.; Granger, 1967, os. 62 e sgs.)

como ponto de partida não ingênuo para a formalização), de uma teoria da gramática (em que se definem as condições gerais para a elaboração da gramática, enquanto modelo teórico da linguagem). A exigência é forte: além dos requisitos de coerência e explicitude internos de qualquer teoria, deseja-se mostrar como correspondem às hipóteses empíricas sobre a linguagem associando-se a um modelo linguístico intuitivo bem determinado, e ainda como concorda com a reflexão anterior, exterior e assistemática (mesmo sabendo-se quão longe, muitas vezes estão as teorias das declarações introdutórias de princípios). Ainda nesta introdução, [p. 5 não legível] concepção da linguagem que acreditamos subjacente a nosso trabalho. Para a escolha das noções de base do modelo, faremos uma leitura crítica de textos selecionados da linguística contemporânea, na primeira parte desta tese, discutindo os diferentes tipos de categorias e relações que têm servido às principais tendências. Um capítulo se reservará para as questões meta-teóricas relacionadas com as condições que deva preencher uma teoria explicativa da linguagem, tal como se entende "linguagem" aqui. Finalmente, em uma segunda parte desta tese, o modelo se esboçará comprometido com toda essa análise e discussão prévias, com os propósitos que nela se estabeleceram.

Nossa primeira preocupação se ficará, pois, na busca de uma concepção de linguagem suficientemente rica, capaz de determinar hipóteses fecundas dizendo respeito, e de perto, ao exercício de toas as funções da linguagem. Fá-lo-emos nesta introdução para poder deixar a composição à guisa de ensaio, sem as mesmas exigências e formalidades de uma tese.

1. Linguagem – Comunicação

Deixemos logo à margem o fato de que o homem se comporta diante da linguagem como diante de uma instituição. Essa atitude certamente [p. 6 não legível] condições de produção do discurso, para a seleção de certas formas entre outras disponíveis no sistema de uma dada língua. Mas tomar a linguagem por essa via não permitiria ao estudioso ultrapassar as regularidades (ou variações) condicionadas a circunstâncias convencionais e submetidas a um normativismo exterior. Mesmo em Saussure, em que a constituição do objeto da linguística – a 'língua' em oposição à 'fala' ' se faz considerando esses aspectos, o projeto científico somente se torna fecundo e se instaura uma prática efetiva, pelo abandono desses "elementos externos" e pelo privilégio à noção de sistema (que "não conhece senão sua própria ordem")[5].

---

[5] A 'língua' corresponde ao "lado social" da linguagem, ao contrário da 'fala', sua face individual. A 'língua' é um sistema estabelecido, uma "instituição atual" enquanto a linguagem é a faculdade do homem que a estabelece e institui. Assim, em Saussure, a 'língua' é um "produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessária adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade pelos indivíduos". A linguagem, ao contrário da 'língua' que constitui um sistema e um princípio de classificação, é "multiforme e heteróclita" e nem "se sabe como determinar seu princípio de unidade". A linguagem é, portanto, somente uma faculdade muito geral com que se "constitui uma língua", mas que não se exerce senão "como auxílio do instrumento criado e fornecido pela coletividade"; é, pois, a 'língua' que unifica e ordena a linguagem.
A linguagem concebida desse modo, como uma faculdade do homem para a elaboração de sistemas simbólicos, faculdade linguística por excelência, não tem por si nenhuma propriedade que a determine intrinsecamente e que se reflita no resultado a que se dispõe. É um fazer às cegas, dependente da direção e dos elementos fornecidos pela sociedade. Acrescente-se este a outros paradoxos de Saussure (1915, ps. 23 e sgs.; ps. 40 e sgs.).

Recusemos, em seguida, considerar a linguagem como uma entidade teórica desnecessária: o que existe, dirão, são os discursos efetivamente produzidos ('notados') nas diferentes línguas naturais. Nesse caso, tudo se reduziria a um 'corpus' para os instrumentos da análise; a linguística, a um inventário e descrição desses procedimentos utilizando critérios limitados e bem precisos; a gramática, à representação compacta (Harris, 1961) dos resultados obtidos; as operações, à segmentação e classificação dos segmentos. Admitindo, embora a necessidade de um trabalho sistemático de análise (cf. [p. 7 não legível] todos da linguística com tais procedimentos, e a transformação de todas as questões teóricas em uma questão de técnicas e critérios de análise[6] [7].

1.1

Uma perspectiva mais atraente para uma teoria da linguagem é aquela que a considera a partir de certas noções correlacionadas com a função da comunicação. De um modo muito geral, se entende nessa tendência que os princípios universais da linguagem somente se compreendem e se isolam satisfatoriamente, com referência à noção de 'comunicação'. A linguagem se situa em relação a seu uso, aberta aos fatores que a condicionam e determinam na interação dos interlocutores, em suas relações com o mundo e a cultura. Essa assumpção básica forma o tom de fundo comum de diversas tendências linguísticas (referindo-nos especialmente às correntes chamadas "funcionalistas" – a do 'círculo de Praga', o 'funcionalismo inglês firthiano ou hallidayano, e mesmo a que se agrupa em torno de Martinet ou explora certos aspectos da variada produção de Jakobson[8]. Corresponde-lhes, também, uma

---

[6] Ao contrário de Jespersen (1924,p. 70) que aconselha a não negligenciar nenhum critério, quer se refira ele à 'forma', à 'função' ou ao 'sentido' para fundar uma classificação (ou mesmo Bloomfield (1933) que não restringe o número dos critérios 'formais' que recomenda), esses procedimentos consideram, em geral, um só fator, ou uma só "causa-chave", a que Nagel (1961, p. 404) se refere como "um produto de noções duvidosamente apropriadas daquilo que constitui um sólido conhecimento científico".

[7] Se no projeto saussureano a 'faculdade da linguagem' se tornava imperscrutável, porque "heteróclita", "multiforme", e carente de qualquer princípio ordenador ou unificador, no projeto bloomfieldiano (ou mais, no positivismo estreito de alguns de seus seguidores) uma linguística como "ciência da linguagem" é totalmente inconcebível. De fato, quando "somente as generalizações indutivas são úteis" para a descrição linguística (Bloomfield, 1933, p. 24), a teoria da linguagem (se ainda a podemos chamar assim) "se torna desconfiada da própria linguagem, seja que esta se tome como aquilo que é comum a todas as línguas, seja que se tome como 'faculdade' no sentido biológico do termo". Diríamos que "uma epistemologia positivista e uma teoria da linguagem que dela decorre instauram uma linguística como "ciência descritiva das línguas" e não como "ciência da linguagem" (De Michel Lahud, trabalho pessoal, não publicado, sob o título – Y a-t-il lieu de distinguer une linguistique "science des langues" et une linguistique "science du langage?").

[8] Excluímos de nosso interesse os estudos que, concebendo a linguagem como 'instrumento de comunicação' se utilizam de uma abordagem quase exclusivamente 'informacional'. Acaba-se por reduzir a linguagem a um 'código' insuscetível de outro tratamento que o de uma análise descritiva de marcas expressivas associada a uma listagem de 'funções' ou 'papéis' significativos no discurso. Essa semiologia da comunicação (Mounin, Prieto, Ruyssens, entre outros), que pratica sobretudo um funcionalismo à Martinet, reduz o papel dos participantes do discrurso à codificação e decodificação das informações na 'mensagem', onde tudo está dito e manifesto. O sistema linguístico 'se dá' e como tal 'se recebe': não se cogita da interferência criadora do sujeito, nem das condições contextuais determinantes da 'comunicação'. Cai-se, por isso, em um descritivismo que, para maior defeito, não se confessa e não cuida de elaborar com rigor os seus procedimentos (à diferença do estruturalismo técnico americano). Essa posição, contudo, não é consequência da assumpção comum a outras tendências, em que se concebe a linguagem pelo prisma da comunicação. Ducrot (1972 a, ps. 5-6) é

filosofia da linguagem (Strawson, Searle, Grice, ...) embora a diferença de propósitos e de métodos conduza, em cada caso, a desenvolvimentos teóricos bem divergentes. Nosso cuidado aqui não será certamente descrever as teorias dessas tendências, mas apontar alguns centros de convergência, onde se reencontra uma concepção de linguagem comum, de certo modo subjacente. São os traços generalíssimos dessa concepção que interessam à discussão neste prefácio.

O problema central é o da 'significação' concebida não como uma propriedade das expressões, nem como apreensível pela análise das características sintáticas e morfológicas de expressões, mas como um 'ato', um ato "intensional" e motivado, que põe em relação, de um lado os interlocutores, por outro, os elementos convencionais de que se servem na interlocução – a 'forma' das expressões e a 'função' específica a que se visa em cada ato efetivo de comunicação. A relação entre o som e o sentido, como habitualmente se diz, ou entre às expressões e o conteúdo, se descreve pela representação explícita das condições mesmas do ato de comunicação. Tal representação vai variar conforme a ênfase que se dê a uma ou outra noção envolvida nesse processo. Em Halliday, por exemplo, ela toma a forma de uma descrição sistemática das 'funções' (sociais) da linguagem, desde as macro-funções como a de representar e "estruturar a experiência, determinando nossa maneira de 'encarar as coisas'" (função ideacional), como a de manter as relações sociais, capacitando "o indivíduo a interagir com os outros" (função interpessoal), como a de "garantir uma vinculação consigo mesma e com os traços da situação em que é usada" (função textual), até às micro-funções que descrevem os papéis específicos que desempenham expressões determinadas utilizadas na codificação "desses sentidos", "ligados às funções gerais, embora identificadas no plano sintático" (cf. Halliday, 1970, os. 143 e sgs.; Halliday, 1973, p. 68). Mas ela pode ser a descrição completa das condições dos 'atos' de fala mais gerais e dos mais específicos, que se multiplicam na interação comunicativa, como regras constitutivas desses mesmos atos e de sua especificidade (como em Searle, 1969). Ou ainda pode corresponder à enumeração dos princípios quase contratuais que regem a interação comunicativa, privilegiando-se a noção de 'comunicabilidade', como a propriedade dos atos que preenchem os requisitos necessários para tornar-se 'significativos', produzindo o seu efeito (como, em um certo extremo, Grice, 1969, 1975). Enfim, pode constituir um componente que se associa aos componentes sintático (na forma, por exemplo de um indicador categorial em termos de dependências) e semântico (na forma de um indicador de 'casos' semânticos), para buscar compreender de que modo essas estruturas funcionam "no ato de comunicação propriamente dito, isto é, no momento em que são chamados a veicular alguma realidade extra-linguística refletida pelo pensamento e precisam aparecer num adequado tipo de perspectiva" (que se instaura conforme as condições do contexto e da situação)[9], como em Danes, do círculo de Praga.[10]

---

um que reformula essa concepção e busca tirar dela todas as consequências, anotando sempre a incompatibilidade delas com os fatos linguísticos que destaca e analisa.

[9] Apud Ilari, 1975, em que se encontra uma sintética, mas bem acabada visão das tendências funcionalistas do círculo de Praga e, sobretudo, de Halliday; aí se apresenta e critica, com larga profusão de análises próprias (sobre o português) dos fatos que nessas correntes se destacam, os aspectos teóricos e a prática analítica elaborada por elas. A citação de Danes se apresenta na tradução desse trabalho.

[10] Herman (1971) distingue, sobre essas tendências, pelo menos dois diferentes tipos de 'teoria do sentido' (das três que estabelece em seu artigo). Assim Grice (e Halliday) situaria a sua teoria em um nível em que se visa a explicar o que é a significação pelo que está nela envolvido como 'mensagem' a comunicar; no caso de Grice, a significação se explicaria como 'intensão' de produzir nos interlocutores um certo efeito, alterando as condições e relações da situação de discurso; no caso de

A modo de exemplo, tomemos as hipóteses fundamentais de Halliday, Searle, Grice. Halliday aprecia vincular-se à tradição funcionalista em etnologia e linguística, de modo mais direto a Malinowski (indiretamente a Gardiner e Buhler[11]); de fato, para Malinowski (1923), o problema a que se reduzem todos os demais, relativos à análise e estudo das "utilizações da linguagem" é o "problema geral psicológico da significação" (p. 317) e o da elaboração consequente de uma "semântica geral" que lhe permita melhor abordagem das "línguas primitivas" em seu trabalho de campo. Para isso, a hipótese de base é que a linguagem, em sua estrutura, "espelha as categorias reais derivadas de atitudes práticas": todas as utilizações da linguagem deixaram marcas nessa estrutura, cujos traços fundamentais procedem mesmo de utilizações primitivas, como reminiscências. Daí o esforço teórico se orienta para o inventário e sistematização dessas 'utilizações', sua função na vida social, sua inserção em um determinado "contexto de situação" (contexto linguístico e extra-linguístico), que Malinowski associa à noção de "situação significativa" de Ogden e Richards (1923, ps. 65 e sgs.). Malinowski revê esse processo histórico (de determinação da forma linguística pela sua utilização social) nas etapas do aprendizado da linguagem pelas crianças. Está, na verdade, nessas proposições, boa parte dos ingredientes de que se serve Halliday. Para este, aprender a linguagem "é aprender a significar", e aprender a significar é aprender "as utilizações da linguagem e dos 'sentidos' (ou melhor, 'potencial de sentidos') que são associados a elas" (1973). Mas 'sentido' ou 'potencial de sentidos', no texto de Halliday, não se distingue de 'função', de que coparticipam os interlocutores em uma situação comunicativa. O trabalho inicial deve, por isso, consistir na sistematização, na representação teórica abstrata dessas 'funções' ou 'potencial de sentidos', que fornecerá um esquema de análise para a determinação dos elementos na expressão em que essas 'funções-sentido' se realizam.

A hipótese fundamental de Searle (1969) é que falar uma língua é adotar um comportamento intensional que se rege, e mesmo se constitui, por certas regras[12].

Halliday, a significação se explicaria pelas 'funções' a que se visa na comunicação. Já Searle se deve colocar em um outro plano, enquanto busca dar conta da linguagem nas práticas do grupo de falantes, mediante uma teoria dos 'atos de fala'.

[11] Gardiner, em seu Speech and Language (1932), começa por descrever as condições 'contextuais' da 'fala', as condições e funções da utilização da linguagem, para definir a linguagem a partir das noções que isola desse ponto de vista. As características gramaticais da expressão (sintático-morfológicas) se conservam em secundariedade: manifestam o 'sentido', cuja estrutura se define pela correlação de 'formas' e 'funções' (word-form, word-function; sentence-form, sentence-function; ...). Aquelas se concebem como 'um tipo especial de significação' que se acrescenta à significação 'radical' das palavras (em uma antecipação da noção de sentido estrutural – como se vê em Fries (1954) (cf. Lyons, 1968, os. 333 e sgs.); estas, as 'funções' se entendem como a 'ação' (work) que o falante pratica para transmitir ao ouvinte "a coisa significada" mediante as 'características' expressivas que o falante sabe serem interpretáveis pelo ouvinte, tudo isso de modo a obter um certo objetivo, o escopo da comunicação.

Buhler retoma de Gardiner (com quem se corresponde e a quem anima para a publicação de seu trabalho a mesma orientação de descrever a linguagem a partir dos elementos determinados na situação comunicativa. Dos quatro princípios fundamentais – quatro axiomas – de seu modelo de 'organon' da linguagem, o primeiro se refere justamente à forma de utilização da linguagem em atos concretos de comunicação. Todos conhecemos como a partir dos elementos da comunicação – "o um, o outro, as coisas" – se definem as três 'funções de sentido' básicas: a função representativa, a função expressiva, a função conativa (cf. Bühler, 1934, ps. 34-35). Elas são retomadas por Jakobson, e inspiram parcialmente a proposição de Halliday.

[12] Searle distingue cuidadosamente, entre as regras que presidem à formação dos 'atos de linguagem', as regras constitutivas das regras normativas (1969, ps. 72 e sgs.). As regras constitutivas são condições de efetivação de um ato específico como tal: criam uma forma de comportamento e transformam em uma forma determinada as relações entre os interlocutores. As regras normativas

Intencional – e de certo modo 'funcional' – pois entre as regras que dizem 'como agir' se incluem as regras que dizem do objetivo da ação (p. 52; também p.73, nota 10). Sua preocupação será, pois, a de apreender e compreender a significação (p. 37) pela explicitação das condições de efetivação dos atos de linguagem (p. 39) ou seja, das condições pelas quais se realiza a 'intenção' que se tem ao 'comunicar'. O estabelecimento dessas regras 'constitutivas' do ato específico e motivado, que se pratica em cada situação concreta de discurso, corresponde ao mesmo tempo à determinação das relações entre as expressões e seu conteúdo, entre a estrutura sintática e a estrutura semântica. É assim que ele entende e reformula a hipótese geral acima: "De um lado, a estrutura semântica de uma língua pode ser considerada como a atualização, segundo certas convenções, de uma série de conjuntos de regras constitutivas subjacentes; e de outro, os ator de linguagem se caracterizam pelo fato de realizar-se pelo enunciado de expressões que obedecem a esses mesmos conjuntos de regras constitutivas" (p. 76).

Indiquemos, ainda, na mesma forma sumária e a título de exemplo, a noção de significação em Grice. Dos vários elementos que se compõem nos tratamentos anteriores, ele privilegia a noção de 'intenção': a 'significação' é uma intenção de significar. Dizer que um falante quis significar alguma coisa, por meio de uma expressão qualquer, é dizer que o falante teve a intenção de produzir um certo efeito sobre o seu interlocutor, pela emissão dessa expressão, graças ao reconhecimento nela, pelo ouvinte, dessa intenção do falante.[13] Nessa definição sobressai o que Grice considera o fato principal da linguagem: o de ser ela interação dos interlocutores no processo de comunicação. Por isso, na base de uma explicação adequada da linguagem, devem colocar-se as regras ('máximas') pelas quais se rege esse 'contrato' conversacional. Tais regras se colocam como princípios de 'cooperação'; importa limitar a quantidade de informação aos objetivos da comunicação; respeitar a qualidade da informação, de modo a não se afirmar o que se sabe falso ou aquilo de que não se tem suficiente evidência; adequar o discurso às necessidades do interlocutor que o falante antecipa; enunciar as expressões apropriadas à intenção da comunicação, evitando-se a ambiguidade, a obscuridade, a desordem.[14]

---

estabelecem variadas formas de manifestação desses comportamentos, subsistentes, independentemente delas, pela força das regras constitutivas. Nesse sentido, as diferentes formas de expressão de um mesmo ato de linguagem nas variadas línguas naturais, ou no interior de uma mesma língua natural, se incluem entre as convenções que se estabelecem como regras normativas. A representação que descreve as condições constitutivas dos atos de linguagem deve buscar-se em um plano mais profundo que o das expressões e regras de formação sintática dessas expressões. A fonte das regras constitutivas se encontra nas relações intersubjetivas que se estabelecem entre os interlocutores na comunicação, na intenção do falante, no modo em que apreende o real, na antecipação que faz das reações do ouvinte, na comum consciência da especificidade do ato que realizam (ou como diz Halliday, na co-participação do mesmo 'potencial de sentidos', das mesmas 'funções', pelos interlocutores em uma situação discursiva), na compreensão mutua dos objetivos que motivam o processo de comunicação.

Em Searle a teoria dos 'atos de linguagem' não se limita a explicar um 'uso institucional' da linguagem: estende-se a descrição dos elementos mais gerais da significação – a referência e a predicação (cf. capítulos 4 e 5 da obra citada). E pode aplicar-se a outros, como às pressuposições (cf. Ducrot, 1972 a, particularmente ps. 69-101)

[13] Grice distingue a significação 'não natural' (a que se refere a definição) de outros empregos do termo "significar", como em "o frio significa que o inverno está próximo", "a fumaça significa fogo", etc.

[14] Veja-se em Grice, 1975. A primazia que se atribui à 'comunicabilidade' leva a deslocar o acento das propriedades formais das orações e da dependência estrutural da significação para esses aspectos, digamos, contratuais da comunicação (cf. Ducrot, 1972 a). Opera-se uma conversão do que se tratava como determinante (as propriedades estruturais das expressões) do convencional e normativo; e do normativo e convencional (exterior na perspectiva estruturalista) em constitutivo e determinante.

Dessa parcial e sucinta exemplificação, podemos isolar três temas básicos nessas diferentes elaborações teóricas. Em primeiro lugar, a afirmação de que a estrutura linguística reflete diretamente as condições e funções da comunicação; e a descrição adequada daquela depende da explicitação prévia destas. Em segundo lugar, e consequentemente, deve-se atribuir muito maior importância às relações que se estabelecem nas situações de comunicação (ao contexto e à situação). Ainda, a linguagem deve explicar-se 'subespécie' de uma ação humana, intensional, motivada, para a qual as línguas naturais oferecem o instrumento de realização e atualização. Examinemos esses três pontos um pouco mais detidamente.

1.2

Em uma teoria da linguagem que se funde em noções de 'comunicação', 'intenção', 'função', opta-se por uma gramática "vista como exterior e pública, como prática aberta e social" (Parret, 1976, p.3); o esforço teórico se desloca para a determinação das condições do exercício social que é a linguagem, derivadas de um princípio geral determinante – o da 'comunicabilidade' – "como única pertinência para uma teoria que recupere o fenômeno linguístico ao nível da realização" (Parret, ibidem). O sistema linguístico se reduz às convenções com que a expressão se organiza para atualizar em atos concretos esses fatores essenciais da linguagem. Releia-se a formulação da hipótese de Searle (ps. 12-13 acima), ou outro texto em que é ainda mais direto: paralelamente ao funcionalismo em linguística, e bem próximo a Malinowski, Searle concorda em que as necessidades da comunicação "determinem a estrutura linguística"; essa determinação não resulta somente de utilizações atuais da linguagem, mas ainda da evolução do homem e da cultura. Por isso, "a compreensão dos fatos sintáticos exige a compreensão da função da linguagem na comunicação, visto que é comunicação o que a linguagem é acima de tudo" (cf. Searle, 1972).

Na expressão de Halliday, são as 'intenções', as 'funções' da linguagem que constituem os elementos de base para a construção de uma teoria linguística e a descrição gramatical. "O sistema gramatical recebe, por assim dizer, um 'input' funcional e tem um 'output' estrutural (Halliday, 1973). E essa é a hipótese básica do funcionalismo em linguística, que já vem certamente de Bühler, reencontra-se em Martinet, reproduz-se no artigo famoso de Jakobson (1960), para os quais os fatores implicados na comunicação caracterizam, no interior de uma mesma língua, diferentes subsistemas simultâneos, dizendo cada um respeito a uma função diferente da linguagem[15].

A maneira, porém, pela qual a estrutura linguística depende dos fatores da comunicação, das funções da linguagem, salvo para os exemplos característicos em que tais funções se apresentam mais evidentes (imperativos, interjeições, expressões fáticas, performativos, ...) não se estabelece nunca de forma clara e explícita. Na linguística funcionalista – dada a tradição gramatical de análise e descrição das expressões e o acúmulo de um grande número de noções 'funcionais' e 'categoriais'

---

[15] Lembra-nos a citação de Voegelin em Jakobson (1960, p. 2013) em que se revisa a "hipótese de uma linguagem monolítica" reconhecendo-se a "interdependência de diversas estruturas no interior de uma mesma língua": para uma comunidade linguística existe uma unidade de língua, mas esse "código global" representa um "sistema de sub-códigos" determinados por diferentes funções da linguagem.
A respeito de Bühler recorde-se que, para ele, "as três 'funções de sentido'" – representativa, expressiva, conativa – "inauguram e tematizam um campo próprio de fenômenos e fatos linguísticos" e "exibem estruturas próprias" (1934, ps. 23 e sgs.)

– busca-se mais insistentemente chegar à descrição da estrutura interna das orações. Como em Halliday, procura-se estabelecer um quadro minucioso de 'micro-funções' que possibilitem determinar nas expressões os elementos mínimos sintáticos que as realizam. Percebe-se, porém, que a obtenção de análises satisfatórias da estrutura semântica e sintática das expressões em termos 'funcionais' resulta de uma (confessada) ambiguidade com que se emprega o termo "função" que abrange conceitos variados definidos em planos muito diversos. Designa-se por "função" as diferentes intenções na utilização da linguagem, seu papel representativo das experiências humanas, seu papel ativo na interação dos interlocutores, a mudança de comportamento que nessa relação provoca, como ainda diferentes relações entre os elementos semânticos e sintáticos, como as funções sintáticas de sujeito, objeto, predicado, etc., ou as determinações de 'casos' como agente, paciente, etc., ou mesmo relações discursivas como dado-novo, tema-rema, etc.[16] A perspectiva funcionalista se garante, pois, de um alargamento tal que do termo "função" que certamente o distancia do emprego que dele se faz nas proposições iniciais da teoria.

A dependência que se estabelece entre a estrutura linguística e as suas funções na comunicação exige que se leve em conta o conjunto de fatores e relações que se estabelecem entre os participantes do ato de comunicação, das circunstâncias desse ato, do universo de coisas e eventos a que se referem segundo suas experiências, coo condições de efetivação da comunicação. Entre essas condições se devem considerar os discursos anteriores, na medida em que determinam os discursos subsequentes. Malinowski (1923, ps. 323 e sgs.) fala de "contexto de situação" para abranger não somente as condições da 'situação de discurso', mas também o 'contexto linguístico' em que cada discurso e segmento discursivo deve considerar-se. Essa era já a posição de Gardiner, que se reproduz em seu texto de 1932; toma-se a situação de comunicação como ponto de partida para a fixação das noções de que se utiliza na elaboração teórica. Como diz ele, a linguagem "deve ser estudada com uma atitude sociológica", considerando as relações sociais de que a linguagem é instrumento de instauração e transformação. Essa insistência se reproduz em toda a linguística inglesa e constitui mesmo uma de suas marcas distintivas. "O conceito de "contexto de situação" é um conceito-chave na técnica do grupo de Londres". Ele deve compreender-se como "uma construção esquemática...num nível diferente das categorias gramaticais, mas da mesma natureza abstrata". É um conceito "central na semântica", visto que "todo estudo de significação se funda na análise da situação e do contexto; sobretudo porque o linguista estuda a linguagem "enquanto instrumento de um processo social" pelo que,

---

[16] Halliday (1973) justifica assim o emprego do termo "funcional" para caracterizar a sua análise: "A análise que nos propomos é funcional nos dois sentidos" (e diríamos – em outros mais) "distintos, mas ligados em que se emprega esse termo em linguística". A análise deverá dar conta "das funções da linguagem" e ao mesmo tempo das relações entre os elementos da estrutura linguística, visto que "essas estruturas são expressas em termos de elementos funcionais" e não em termos de categorias como 'nome', 'verbo' etc.

Martinet se serve da mesma ambiguidade (e também a declara): embora distinga no seu "Guide Alphabetique" (1969, p. 102) diversos sentidos do termo "função", assimila-os todos na exposição do "funcionalismo" como tendência da linguística: a língua "é um instrumento semiológico à disposição dos membros, da comunidade e, como tal, suscetível de encarregar-se de vários papéis" que se estendem da "função central" de instrumento de comunicação às funções que se podem determinar "em todos os planos da língua" (funções distintiva, demarcativa, culminativa das unidades f6onicas, funções subjetiva, predicativa, etc. das unidades sintáticas).

Hjelmslev (1953, ps. 49-50) teve o cuidado de distinguir esses diferentes empregos, anotando as consequuências de confundi-los como normalmente se faz em linguística.

"o único modo de significação aplicável à linguagem é a comunicatividade (communicativeness)" – (Firth, 1957, ps. 190 e sgs.; 1954, p.27).

Do mesmo modo, as relações que se consideram na noção de Malinowski de "contexto de situação" se reencontram como elementos de base na definição das regras constitutivas de 'atos de linguagem', no sentido e formulação de Searle, bem como a elas devem referir-se necessariamente os estudos de Grice. Reencontram-se nesses quadros teóricos as 'intenções' do locutor, as expectativas do ouvinte, a compreensão por parte de ambos dos objetivos sociais da comunicação. E é por isso que a linguagem se torna significante.

Destaquemos, enfim, o terceiro aspecto comum nessas tendências: o fenômeno linguístico se considera antes como um modo de ação humana, do que como um resultado suscetível de análise sistemática; como instrumento de modificação da situação de discurso (mesmo na sua função 'representativa' (no sentido de Bühler) e 'ideacional' (no sentido de Halliday)), mais do que um conjunto de expressões notadas e registros.

Vale, porém, o cuidado de distinguir desde já (que isso nos há de ocupar ainda) diferentes 'momentos' dessa ação, em que se pode fixar a atenção do estudioso. A atividade linguística é complexa e não envolve somente a realização de funções sociais exteriores, em que a linguagem aparece como instrumento em tarefas de ocasião; nem se reduz ao ato mesmo de enunciar, em eu se utiliza o sistema linguístico para a articulação de inúmeros discursos possíveis: ela depende de uma multiplicidade de 'operações' (em sentido intuitivo) subjacentes, interiores do sujeito, de que a configuração superficial das expressões é o traço revelador.

Considera-se, por exemplo, a tradição austiniana colocada como fonte da teoria dos 'atos de linguagem'. Conhecem-se bem as distinções entre atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Não nos preocuparemos em questionar ou aprimorar essas distinções que podemos tomar na sua versão original (Austin, 1962, particularmente ps. 106 e sgs.)[17]. Ora, na caracterização desses 'atos',

---

[17] Enunciar, 'dizer' qualquer coisa é já bem 'fazer'; mas quando dizemos não pronunciamos somente alguns sons articulados; combinamos as palavras e unidades mais complexas em uma construção segundo as leis da gramática; mais que isso, fazemo-lo empregando a expressão em um 'sentido' determinado e para uma 'referência' determinada. Na terminologia de Austin, quando 'fazemos' esse ato complexo – fonético, fático, rético – ou seja quando 'dizemos' qualquer coisa nesse sentido pleno, praticamos um ato locucionário. Consideramos o ato verbal que se produz em uma determinada situação, mas independentemente das relações determinantes que se estabelecem, para a significação, nessa situação. Mas as circunstâncias da enunciação desempenham certamente um papel muito importante e as expressões devem, em grande parte, explicar-se pelo 'contexto' (de situação onde devem inserir-se). Uma expressão terá assim diferentes sentidos conforme a ocasião em que a utilizemos. Haverá uma diferença muito grande em utilizar uma oração como – "lave as mãos" – para um conselho, uma simples sugestão, uma ordem efetiva; ou – "irei amanhã" – como uma promessa, ou como uma vaga intenção, ou como uma desculpa evasiva. Se acrescentamos esse componente a mais de nosso ato, ele se dirá um 'ato ilocucionário'. O ato locucionário se efetua como uma determinada significação (com um sentido e uma referência, no sentido da distinção fregeana); o ato ilocucionário possui ainda um 'valor', o 'valor ilocucionário'. De um modo mais lato podemos considerar a significação esses três componentes: o sentido, a referência, o valor ilocucionário. Mas não se esgotam aí as possibilidades significativas do ato de linguagem: 'dizer' qualquer coisa provocará muitas vezes, nos interlocutores, efeitos diversos sobre seu pensamento, sentimentos, comportamento. Esse efeito pode relacionar-se só indiretamente, ou mesmo não se relacionar de vez, com os atos locucionário e ilocucionário efetuados. Quando se 'diz' para provocar um tal efeito, pratica-se um ato 'perlocucionário'.
Deixemos essas distinções, aqui, com a força das intuições originais de Austin. Uma discussão mais minuciosa, em que se questionam aspectos dessas distinções se lerá em Searle, 1968, 1969; Ducrot, 1972 b.

a ação humana pela linguagem se projeta a partir da enunciação cabal e pela enunciação: ela se observa, por assim dizer no 'exterior' e do 'exterior'. E é nesse exterior que se situa a teoria que pretende dar conta desses 'momentos' da ação verbal, preocupando-se com as condições de sua realização nos atos específicos que por ela se atualizam em situações concretas.

Embora, pois, considerando a linguagem num quadro mais geral da ação humana, essas teorias a limitam por uma concepção 'instrumental', resultando ela um, entre outros mecanismos construídos pela coletividade, do almoxarifado de ferramentas com que prolonga a sua ação sobre as coisas e sobre os outros. Culioli (1970, p.3) procura por em evidência um outro 'momento' ou aspecto dessa atividade: "A atividade linguística é significante: é porque existem, na comunicação, operações nos seus dois polos, que os enunciados ganham sentido (operações complexas, por todo emissor é ao mesmo tempo receptor e vice-versa); mas não se pode afirmar que as palavras tem um sentido sem ser levado a uma concepção instrumental da linguagem, concebido como um instrumento cuja finalidade explícita será a comunicação de sujeitos universais que, como se sabe, participam juntos do 'bom senso'. Ora, pode-se mostrar que a linguagem não é exterior ao sujeito (termo empregado pela falta de um melhor que evita 'falante' ou 'locutor'), mas está em uma relação complexa de exterioridade-interioridade".

Dentre os autores a que nos temos referido, Bühler, recordando a noção de 'atividade' e 'forma interna' de Humboldt, introduz algumas distinções sutis, sob quatro parâmetros, relativas à atividade linguística. Toda fala, diz ele (1931, ps. 62-93), pode "considerar-se 'subespécie' de uma ação humana. Pois todo falar concreto está em associação vital com o resto do comportamento" ... "está entre ações e ele mesmo é uma ação". Mas uma ação que se compreende em vários níveis: como fenômenos referidos ao sujeito (em que se distinguem 'ações verbais' e 'ator linguísticos') ou como desligados do sujeito (e então se consideram o 'produto linguístico' e a 'forma linguística'). Esclarece: existem sempre, para todos, "situações em que o problema do momento, a tarefa de circunstância vital, se resolve falando". Falamos: efetuamos 'ações verbais'. Mas às vezes se fala "não como quem atua praticamente"; trabalhamos "criadoramente na formulação de uma certa matéria" e engendramos um 'produto linguístico'. Nessas situações diferentes da atividade linguística, em um caso, as relações contextuais entre os participantes do discurso são indispensáveis para a própria eficiência da 'ação verbal'; no outro, as construções do sujeito têm, por assim dizer, "vida individual", independente da situação onde o 'produto linguístico' se elaborou. Seja um evento, uma vivência interior, uma reflexão teórica, ou outra coisa qualquer, deve ter ele uma formulação. Em ambos os casos, porém, a análise da atividade linguística a situa a um nível de concreção e efetivação circunstancial.

A um nível mais abstrato, a atividade linguística se realiza em 'atos' não menos criadores em que se engendram (em um sentido próximo ao matemático) as 'formas linguísticas'. E para dar conta dessa atividade, devemos fazê-lo 'construtivamente' "como na matemática pura". Uma teoria da linguagem deve dar conta, em uma explicação completa e sistemática, "das características desses 'atos' ou (definindo-se a coisa desde o signo) dos 'modi significandi', dos modos 'possíveis' de significação[18]. Em última análise, "necessita-se de um sistema de coordenadas

[18] Cabe bem a alusão de Bühler à gramática medieval dos 'modi significandi'. Já nessa gramática (guardadas as proporções da distância no tempo e na tradição cultural e filosófica), 'dizer' era 'significar' e 'significar' era um modo de 'fazer'. Vale a pena citar Tomás de Enfurt: "O modo de significar ativo é um modo ou propriedade da voz, mediante a qual a voz significa uma propriedade da coisa. O modo de significar passivo é o modo ou propriedade da coisa, tal como é significada pela voz. E dado que

que permita uma teoria objetiva da linguagem" em que se considerem, de um lado as utilizações da linguagem em situações concretas e efetivas da 'ação verbal', "e uma teoria do 'ato linguístico' completada por uma teoria da forma, tal como se tem feito na gramática de todos os tempos".

2. Linguagem – Processo formal

As exigências de Bühler antecipam uma disputa contemporânea, a que Strawson (1970) se refere como a uma 'luta homérica' entre os teóricos da linguagem que buscam compreendê-la a partir das noções de comunicação e intenção, e os que a explicam pela descrição do processo autônomo formal, por que se constroem os sistemas simbólicos. Observadas as construções teóricas de um posto assim distante e por um critério tão geral, podem incluir-se nessa segunda orientação a linguística gerativa e transformacional (na concepção de Chomsky, Lakoff ou Saumjan, ou outros) e também a contribuição de filósofos e lógicos (Carnap, Adjukiewicz, Reichenbach, e mais recentemente Montague, Lewis, entre outros). Uma observação cuidadosa fará aparecerem (como no grupo de tendências anteriormente expostas) diferentes procedimentos, diferentes hipóteses empíricas, diferentes estímulos para a reflexão teórica, diferentes métodos, diferentes noções de apoio, enfim, diferentes sentidos nessa comum orientação.

De um certo modo, os teóricos da 'comunicação' (filósofos e linguistas) se interessam sobretudo pelo que Bühler chama 'ação verbal': comprometem a linguagem com seus usos e funções sociais, com as relações na situação de comunicação, caracterizando-a como um instrumento de atuação no comércio humano. Os outros se voltam para o que Bühler chama de 'ato linguístico, ou melhor, para a 'forma linguística', a um nível superior de abstração em relação ao grupo anterior: suspendendo a consideração dos aspectos sociais da linguagem, destacam o seu aspecto construtivo, aquele que a torna um instrumento dúctil de tratamento da realidade, de representação, organização e construção do pensamento. Interessam-se pelo estudo das propriedades formais da linguagem, seja pela determinação das propriedades formais dos objetos-signos que dela resultam, seja pela investigação dos processos do próprio pensamento (da linguagem 'pensando') através de considerações de inferência e evidência observacional.

A opção formal não deriva somente de hipóteses empíricas a respeito do processo verbal e/ou mental e de seu caráter sistemático e estrutural; é ainda uma consequência metodológica de situar-se o domínio de investigação como inacessível aos métodos de observação direta. Lembrando ainda Bühler, a explicação completa e sistemática dessa 'capacidade' ativa da linguagem e das 'formas linguísticas' que produz, somente se pode fazer pela mediação do modelo teórico.

Como no parágrafo anterior, não nos preocuparemos em descrever e discutir os modelos teóricos diferentes que se propõem nessa generalíssima orientação. Interessam-nos delas alguns elementos que possam caracterizar uma concepção, em certos pontos comuns, da linguagem.

---

significar e consignificar é uma certa forma de fazer... daí é que o modo de significar se denomine "modo de significar ativo".

2.1

Mantém-se uma preocupação fundamental: como se há de dar conta da relação entre as expressões e seu sentido? Em termos mais adequados à perspectiva em que nos devemos situar agora, como se há de representar em uma linguagem formalizada os elementos e relações que, nas expressões das línguas naturais, são relevantes para a significação? E como representar, direta ou indiretamente, mediante derivações, não somente o processo de construção das orações das línguas naturais, mas as relações linguísticas ou lógicas que se estabelecem entre elas?

Uma primeira forma de ensaiar a resolução desses problemas está em partir da hipótese de que, sob a aparente irregularidade e multiplicidade dos fatos idiomáticos (no interior de uma língua natural ou de uma família de línguas naturais, ou mesmo considerando-se, em geral, todas as línguas naturais) subsistem sempre certos esquemas de construção, que se podem abstrair das expressões: uma estrutura relacional que não varia com a diversa utilização de morfemas, palavras, recursos expressivos que nelas ocorrem. O modelo teórico exibiria, então, a forma das expressões linguísticas, oferecendo a descrição estrutural das expressões 'observáveis' (cf. Bonomi, 1973, p. 296). Nela se definiriam, a partir exclusivamente das propriedades sintáticas das expressões, as regras de interpretação semântica, mediante a adição de um dicionário (em que as unidades se descrevessem em termos conceituais), regras de projeção (que transportassem relações estabelecidas ao nível sintático sobre relações semânticas) e mesmo algoritmos de transcrição que levassem as fórmulas sintáticas a formas lógicas definidas independentemente.

Para a elaboração do sistema formal representativo, toma-se normalmente como ponto de partida a noção de 'tipo'; toda expressão simples ou complexa pertence a um certo 'tipo'; e segundo o 'tipo' a que pertence entra em combinações determinadas, autorizadas pelas regras de formação. Tais tipos e regras se definem mediante critérios 'sintáticos', baseados em características morfológicas e distribucionais das orações, evitando-se todo recurso à significação delas e de seus elementos. As relações que se definem mediante as regras de formação definem a estrutura formal da língua natural.

Esse era bem o programa inicial de Carnap, em sua sintaxe lógica[19]. Em princípio se interessava particularmente pela análise de linguagem formalizadas, manifestando reservas à aplicação dos mesmos métodos às línguas naturais, pelo menos de imediato. Não exclui, entretanto, essa possibilidade: trabalhando sobre linguagens artificialmente elaboradas, poder-se-ia conseguir uma definição mais apropriada das propriedades gerais formais das línguas humanas, tomando aquelas para confronto. Tal projeto, que se coloca além de seus interesses imediatos, se instala, pois, em uma semiótica geral.

Embora tenham lido os linguistas, em geral, com desconfiança as indicações programáticas de Carnap, as práticas que Bloomfield inaugurava, e de que se

---

[19] Para Carnap (1934, introdução), as regras que constituem a teoria das formas linguísticas (não excluída, daí, a forma das línguas naturais) serão 'formais' "quando nelas não se fizer referência ao significado dos signos (por exemplo, palavras) nem ao sentido das expressões (por exemplo, proposições) mas, unicamente, aos 'tipos' e à ordem dos signos com as quais as expressões são constituídas". As relações entre as expressões (referindo-se Carnap a relações como de inferência e consequência lógica) se determinam mediante 'transformações' que, como no caso das propriedades das expressões, dependem exclusivamente de sua estrutura sintática.
Não se desconhece a evolução posterior dos trabalhos de Carnap, reintroduzindo a sem6antica na lógica e antecipando o tratamento dos aspectos pragmáticos da linguagem (cf. Carnap, 1939, 1942, 1947, 1953).

serviriam os estruturalistas americanos, respondiam a elas em pontos fundamentais[20]. De fato, os procedimentos da linguística estruturalista americana, representada exemplarmente por Harris, tem como critérios de base a noção de 'categoria' e a relação de contiguidade entre as expressões na ordem linear. O que contrapõe essa prática ao projeto de Carnap, é por um lado o fato de que concebem a tarefa da linguística como elaboração de técnicas de análise e generalizações indutivas, e ainda o fato de não fazerem esses linguistas nenhuma reserva à possibilidade de uma direta e cabal descrição da língua exclusivamente nesses termos e mediante tais recursos[21].

Chomsky, como melhor se há de ver no capítulo primeiro da primeira parte deste trabalho, é quem melhor realiza, em teoria, as concepções a respeito da natureza da forma linguística do estruturalismo americano. É verdade que toma distância dos antecessores em relação à concepção da prática científica, e seus pressupostos positivistas e pressupostos psicológicos behavioristas. Mas não se pode dizer o mesmo em relação à intuição concernente à estrutura linguística e à forma 'lógica' das expressões. Chomsky difere ainda de Carnap na escolha dos instrumentos lógicos de representação e na utilização de 'transformações' como regras ainda de formação de expressões insuscetíveis de tratar-se mediante um só tipo de regras básicas de formação. Comecemos pela caracterização desse instrumento formal.

Já desde o início de suas pesquisas (Chomsky, "The logical structure of linguistic theory", mimeografado, 1955, apud Mitsou Ronat 1972), insiste ele na diferença de propósitos entre o formalismo lógico e o formalismo adequado à construção de uma gramática: esta, entendida como teoria científica formalizada,

---

[20] Já em Bar-Hillel, 1954, se insistia na importância, para a linguística estrutural, dos textos de Carnap, não somente como instrumento teórico mais adequado, mas por favorecer uma base metodológica e terminológica para a análise das línguas naturais. Bar-Hillel se refere sobretudo à estreiteza das propostas de Harris, e lamenta que o estruturalismo linguístico não tenha acompanhado a evolução amplificadora de Carnap. Este mesmo teria favorecido essa distância: "Por causa – diz Carnap – da natureza assistemática e imperfeita das línguas naturais, a formulação de suas regras de formação e transformação resultará tão complicada que seria dificilmente factível na prática" (1934). Ao contrário, Bloomfield acreditava que "todo enunciado pode ser totalmente descrito em termos lexicais e gramaticais" e seus seguidores supunham poder "levar a análise", em termos exclusivos de classes e ordenação linear, não somente "a bom termo", mas "de modo preciso e satisfatório até aos mínimos detalhes" (Harris, 1968, p. 18).

O debate provocado pelos textos de Bar-Hillel (embora cheio de equívocos) é muito significativo para esclarecer os primeiros esforços de elaboração de uma gramática formal, a discussão de suas noções de base, o problema da construção de uma semântica formal. Mereceria comentário mais detido do que permite uma nota. Vejam-se, por isso, os textos de Bar-Hillel, 1954, 1963 (preparado, porém, já em 1954), particularmente a nota em post-scriptum à edição de 1970, 1959; ainda a resposta de Chomsky, 1955; a avaliação do debate em Carnap, 1963.

[21] Na nota anterior já nos referimos à diferente avaliação da capacidade do modelo e alcance da hipótese sobre a natureza formal da linguagem em Carnap e nos estruturalistas americanos. Carnap é prudente; admitindo a possibilidade de "uma descrição empírica das formas sintáticas mais importantes e de uso mais frequente que aparecem em uma língua natural, com a indicação dessa frequência" põe em dúvida a "pretensão à descrição completa"; é possível pensar "uma representação completa da estrutura sintática de uma linguagem artificial" servindo de análogo à estrutura sintática de um fragmento de uma determinada língua natural".

A diferença dos métodos propostos – indutivo e dedutivo – é radical. Carnap lembra a necessidade de uma idealização dos fatos linguísticos. "Os conceitos e regras sintáticas poderão transferir-se – não singularmente mas no seu caráter geral – à análise das línguas naturais extremamente complicadas", tomando-se, porém, uma dist6ancia dos 'dados observáveis', como no caso de um físico que não teria sucesso se tentasse "aplicar de início suas leis às coisas reais, árvores, pedras e assim por diante" (1934). A sugestão, portanto, não é, como parece a Chomsky (1955), levar a linguagem ao laboratório do lógico, nem tomar as linguagens artificiais como casos particulares ou versões idealizadas das línguas naturais, mas de encontrar as coordenadas que definam as 'regiões' da linguagem suscetíveis de imediata formalização.

sujeita a certas condições externas de adequação, deve certamente servir-se da lógica para sua construção; isto não quer dizer que o estudo das propriedades formais (ou semânticas) das línguas naturais possam modelar-se sobre as propriedades formais (ou semânticas) da lógica ou de linguagens artificiais. Chomsky não rejeita, em princípio, a possibilidade de se utilizar, para certos fins a notação lógica na análise linguística. Mas indica uma série de inadequações que tornam as formulações utilizadas, em geral, certas fórmulas "pseudo-quantificacionais" pouco apropriadas para dar conta de inúmeros fatos linguísticos. Lembra que a elas se pode chegar, no nível de interpretação semântica da representação estrutural das 'estruturas superficiais', mediante algoritmos triviais (Chomsky, 1972, p.205). Descrita, pois, a forma das expressões das línguas naturais mediante o formalismo de sua gramática gerativa, de caráter exclusivamente sintático, as formas lógicas se lhes associarão mediante regras de interpretação semântica, ou regras de transcrição. Nesse momento poderão resolver-se problemas ligados à referência, à correferência, às relações discursivas, à intenção comunicativa, ou ligados à organização lógica do pensamento como relações de inferência (cf. Chomsky, 1976). As formas lógicas se constroem, pois, em um sistema independente.

Na verdade, porém, a contraposição que Chomsky estabelece entre a forma lógica e a forma gramatical não decorre somente de uma diferença de propósitos, mas de uma diferença de supostos: para grande parte dos lógicos (sobretudo na época em que Chomsky firmava as grandes linhas de seu modelo) importava exatamente elaborar uma linguagem formal que se afastasse da ambiguidade, vaguidade e contradições das 'estruturas superficiais' da linguagem corrente, na forma de uma tradução rigorizada, independentemente de poder ou não recuperá-las mediante processos sistemáticos[22]. Ao contrário, Chomsky participa, com os estruturalistas americanos, do pressuposto de regularidade dos processos linguísticos, embora exigindo um modelo mais complexo de descrição desses processos (acrescentando ao componente de base inteiramente construído em termos de 'categorias' e 'ordem sequencial', um componente transformacional que opera sobre os objetos abstratos engendrados no componente anterior).

Um quadro otimista se formava, paralelamente, entre os estudiosos que elaboravam a teoria das funções recursivas (Turing, Kleene, Post) em relação ao tratamento formal da linguagem. Parecia oferecer-se um caminho mais direto a um instrumento mais adequado do que o que ofereciam os empiristas lógicos. Rosembloom (1950) colocava, por exemplo, o problema de uma sintaxe geral das linguagens formalizadas e se propunha a chegar às propriedades estruturais de uma classe de linguagens suficientemente rica para abranger as utilizadas em matemática e lógica, servindo-se dos métodos combinatórios de Post. E sugeria a mesma via aos linguistas para enfrentar a diversidade das línguas naturais e de recursos expressivos no interior de uma mesma língua, oferecendo-lhes o instrumento lógico elaborado[23]. Chomsky dispunha assim de um aparato formal capaz de deslocar o acento descritivista da linguística dominante, da diversidade das línguas e inventário de fatos

---

[22] O exemplo mais claro de análise linguística, que se concebe como 'tradução' em forma lógica perfeita do que a linguagem corrente diz de modo imperfeito e ambíguo, é o de Russel, em seu "On denoting" (1905). Como outros, adverte Russel do perigo de confundir a forma gramatical de uma expressão das línguas naturais com a sua forma lógica.

[23] "Poderíamos esperar que muitos conceitos da linguística, que tem resistido a uma formulação clara e geral, possam ser tradados com a mesma lucidez e com o mesmo rigor que tornaram a matemática um modelo para as outras ci6encias. A riqueza de particularidades e as múltiplas irregularidades das línguas naturais tem sempre ofuscado os princípios simples e gerais subjacentes aos fenômenos linguísticos" (Rosembloom, 1950, p. 63)

e peculiaridades superficiais, para o aspecto construtivo da linguagem humana e a determinação de suas regras de formação. E ao mesmo tempo para reforçar o suposto de regularidade sintática das línguas naturais: o problema não é o de encontrar uma linguagem em que se possa traduzir a língua natural, logicamente imperfeita, em um simbolismo logicamente perfeito, mas o de engendrar as orações das línguas naturais mediante um procedimento recursivo que defina a classe das orações gramaticais, associando-lhes uma descrição estrutural, e indicando de maneira precisa, no caso de uma oração não-gramatical, a descrição estrutural pela qual ela é excluída. Impunha-se, assim, às línguas naturais o requisito de recursividade, situando o estudo da gramática no quadro das funções recursivas (Chomsky, 1963; Chomsky e Miller, 1968).

Na escolha das noções intuitivas que lhe hão de permitir a representação formal da estrutura linguística, Chomsky recorre à prática estruturalista da análise em constituintes imediatos: as categorias que se tomam como elementos iniciais correspondem às categorias que se definem mediante critérios distribucionais e morfológicos; a relação de base é uma relação de contiguidade representando (de modo aproximado como melhore se verá em 1.) a 'ordem básica' dos elementos que se reflete na 'estrutura superficial'; o componente central é o componente sintático, e 'sintático' aí para referir-se em sentido estrito a uma 'sintaxe segmental'.

Temos razões para incluir Chomsky, por, entre os que descrevem a forma das expressões linguísticas, exibindo a descrição estrutural de expressões observáveis, transportando para o nível formal propriedades e elementos que nelas se isolam numa análise implícita: um modelo das estruturas superficiais. Por um lado, toma como noções de partida noções que se definem exclusivamente ao nível superficial – as de categorias morfológicas e distribucionais e a de ordem (básica) dos elementos. Na descrição estrutural de base não se hão de introduzir quaisquer elementos de informação semântica – isto é, elementos justificáveis independentemente de propriedades sintáticas (com a restrição ainda de que se concebe a sintaxe como a combinatória de elementos segmentáveis[24]. A descrição estrutural não constará senão dos símbolos categoriais e das regras que concatenam tais símbolos em sequências parentetisadas e de um léxico, cujos elementos se substituirão aos símbolos da sequência final derivada. Reitera-se o postulado de que toda oração se descreverá totalmente em termos sintáticos de formas gramaticais e lexicais. Essas estruturas se converterão, pelas regras de interpretação fonológica, em sequências de símbolos complexos (matrizes de traços fonológicos) diretamente associáveis às expressões da língua. O componente semântico, um sistema independente da linguagem (como na concepção bloomfieldiana da significação), constituirá um domínio de interpretação; chega-se a ele mediante regras semânticas de correspondência que se definirão pela consideração exclusiva de propriedades sintáticas da descrição das estruturas superficiais (e por propriedades introduzidas pela interpretação fonológica, como as marcas de entoação, acentos frasais, etc.).

---

[24] Basta recordar a longa discussão sobre a introdução ou não de um símbolo de 'interrogação' "Q" para o tratamento das orações interrogativas, conforme a proposta original de Katz e Postal (1964; também Katz, 1972). A entoação característica, embora fazendo parte dos recursos expressivos das línguas naturais que dela se servem para a interrogação, e, portanto, dos seus elementos sintático-morfológicos, não se considera (pois não segmentável) elemento suficiente de justificação desse tratamento. Considerando-o como símbolo motivado por elementos de informação semântica, o "incômodo "Q"" se tem retirado nas versões atuais mais ortodoxas da gramática gerativa (Chomsky, Dougherty, Jackendoff). Veja-se particularmente Jackendoff, 1971; 1972, p. 315-316)

Por outro lado, o instrumento lógico-matemático adotado, um processo de engendramento de sequências de símbolos diretamente associáveis às expressões[25], não pode representar senão as propriedades estruturais dos objetos que engendra – estruturas superficiais – independentemente do fato de estar o processo ligado a hipóteses mais gerais a respeito da natureza da linguagem. Nesse processo, "confundem-se os dois primeiros planos de abstração da língua, ou seja, o das relações sintáticas internas e o dos recursos linguísticos com que se expressam essas relações" (Saumjan, 1965, p.137-138).

Chomsky relaciona esse modelo não à descrição estrutural das expressões somente, mas a hipóteses gerais referentes ao processo cognitivo, à aquisição da linguagem, ao processo criados do próprio espírito humano. O fado de que o estímulo inicial tenha sido puramente técnico e formal não impede, é claro, que se estabeleçam essas relações. Assim as propriedades construtivas, recursivas, do modelo corresponderiam ao aspecto criador da linguagem capaz de engendrar um número potencialmente infinito de orações, de modo a mostrar a linguagem como um instrumento disponível à livre expressão do pensamento, nas mais diversas situações. O caráter aberto da linguagem não se explicaria, então, pela variada multiplicidade das situações de discurso, a que devem corresponder elementos significativos da expressão, mas por ser a gramática esse sistema criador. Quando se aprende a falar, adquire-se não um conjunto de 'funções' e os modos e características de expressá-los, nem isso decorre em consequência do exercício de condições constitutivas de diferentes 'atos' efetivos da linguagem, menos ainda pela assimilação de convenções e domínio de um formulário de policiamento da prática comunicativa. Domina-se e se desenvolve um sistema de regras formais recursivas que permitem construir, a partir de elementos iniciais mais simples, as estruturas abstratas que se realizam em infinitas orações, servindo às mais diversas necessidades de manifestação das experiências humanas. Chomsky vai além: a faculdade da linguagem, entendida a partir desses princípios, bem como de regras de alto grau de abstração, compões com outros mecanismos criadores a própria capacidade cognitiva e operatória do homem e determina, por isso, as propriedades de todas as línguas humanas. Isto ocorre necessariamente, e não por uma necessidade lógica (visto que se podem imaginar inúmeros outros processos formais de engendramento, a partir de outras noções e mediante outras formas de regras), mas por uma necessidade biológica: o sistema

---

[25] O problema não se altera com a manutenção da hipótese da estrutura profunda. Note-se que as 'estruturas profundas' são somente uma etapa de derivação de um conjunto de estruturas superficiais. Aquelas definiriam um plano mais profundo, mais abstrato que determina somente em parte a organização superficial das orações definindo relações fundamentais para a interpretação semântica, nem sempre explicitadas ao nível superficial. A derivação, porém, prossegue – reinstauradas as informações necessárias, mediante regras de transformação – até a estruturas superficiais, dedutivamente, associando-se, enfim, diretamente, às expressões-tipo da língua considerada. (cf. Chomsky, 1968, ps. 30-31).
Bonomi e Usberti (1971, p.146) admitem uma interpretação das 'estruturas profundas' como uma tradução metalinguística regularizada e logicamente perfeita em contraposição à vaguidade das estruturas superficiais. Poderiam, nesse caso, utilizar-se para estender às línguas naturais uma definição recursiva de verdade como a de Tarski. No caso de orações ambíguas, por exemplo, correspondendo a várias estruturas profundas, a definição parcial de verdade poderia ser qualquer coisa como: "x é verdadeiro se e somente se p_1 ou p_2 ou...ou p_n" onde "x" está pelo nome de uma oração, e "p_1 ou p_2 ou...ou p_n" para a sequência disjuntiva finita de todas e somente as possíveis traduções não ambíguas da oração. Tal forma de considerar o modelo chomskiano não leva em consideração as dificuldades de manter a noção de estrutura profunda como o nível pertinente para a interpretação sem6antica que levaram ao abandono dessa noção.

linguístico corresponde "a propriedades inatas, específicas, genéticas do gênero humano" (Chomsky, 1976, p.79).

Nessas hipóteses está inscrita a hipótese da dependência estrutural da significação: a utilização da linguagem, a mútua compreensão nas situações de comunicação, sua eficiência 'funcional', tudo depende não de que as expressões possuam um 'sentido' por assim dizer codificado (depositado na memória) segundo convenções sociais coletivas, mas do fato de que o sujeito é capaz de construir um esquema estrutural correspondente à forma da expressão e analisa-la, independentemente de toda regra convencional exterior, em termos estruturais. As relações 'expressão-conteúdo', 'enunciado-função', 'sistema linguístico – atos efetivos de linguagem', somente se compreendem e se explicam pela mediação da 'forma gramatical', da 'estrutura sintática' das expressões.

2.2

Uma outra maneira de tentar definir a 'forma' linguística pode descrever-se como segue: assuma-se que as línguas naturais apresentam, ao nível das estruturas superficiais, o resultado da utilização de recursos expressivos heterogêneos, não somente considerando as línguas humanas em geral, mas mesmo operando no interior de uma mesma língua. Não se trata apenas da ambiguidade – lexical ou sintática, mas ainda do concurso de diferentes procedimentos para a expressão das mesmas significações, quando não da ausência de marcas sintáticas (no sentido mais abrangente que se dê à sintaxe) para a explicitação dos elementos de informação semântica, indispensáveis à interpretação das expressões. Ao contrário, portanto, de uma linguagem formalizada em que todas as 'funções gramaticais' e 'tipos' ou 'categorias' de 'signos' se fixam de modo determinado na 'sintaxe' que estipula as regras de formação das expressões, nas línguas naturais interferem diferentes conjuntos de noções e de procedimentos, correlacionados, mas não sistematizados. As estruturas superficiais seriam, em virtude disso, o reflexo de diferentes modos de formulação; as inúmeras categorias gramaticais correspondentes não a aspectos relevantes para a significação, mas decorrente de "versões específicas" em que a oração é formulada (cf. Reichenbach, 1947, p.350); a descrição de expressões ao nível superficial seria dependente de diferentes recursos expressivos utilizados e dos procedimentos envolvidos (quando não, ainda, da maior ou menor interferência de aspectos pragmáticos e relações nocionais).

Se assim, o componente básico de uma gramática não se poderá construir como formalização de um procedimento de análise das estruturas superficiais, recebendo dela propriedades e noções primitivas. Não se terá sucesso ao pretender construir uma 'sintaxe' autônoma que visa a regularizar, ou 'rigorizar' a imprecisão dos modos de formação das expressões. Importa, antes, construir um modelo da estrutura semântica da língua, onde se especifiquem todos os elementos da significação e passar deles à compreensão dos processos envolvidos na construção das expressões que os manifestam.

Inverte-se nesse caso a orientação com que se passa de um a outro plano da linguagem: a 'forma linguística' se define como uma estrutura semântica, ou lógica, que constitui o plano de base, que se interpreta em termos de processos 'sintáticos'

(das línguas naturais) utilizados na formação das expressões linguísticas, como modos variados de explicitação daquela estrutura[26].

Também neste caso, isto é, para quem adote uma hipótese inicial como a que expusemos supra, as opções relativas às noções semânticas iniciais, as relações consideradas pertinentes, ao instrumento formal utilizado, podem levar a modelos linguísticos bastante diferentes. Costuma-se falar de uma "semântica linguística" para referir construções teóricas que servem de noções como as de 'processo', 'ação', 'agente', 'objeto', 'alvo', 'beneficiário' etc. baseadas no que Jespersen chama de categorias nocionais (cf. nesta tese, primeira parte, . e .). Assim operam, como divergências que melhor se apresentarão depois, as chamadas gramáticas de casos; assim também constroem Zolkovskij e Mel'cuk (1967, 1968) seu modelo como transformador 'sentido' → 'texto' → 'sentido', e Hutchins (1971) seu modelo semêmico estratificacional (interessados estes sobretudo em problemas de tratamento automático do discurso); a mesma descrição, independentemente dos diferentes supostos que adota (ou pelo menos anuncia – cf. acima, p.16 e nota 16), se reencontra no componente ideacional de Halliday.

Um outro caminho consiste em, fazendo-se a crítica das categorias e relações sintáticas utilizadas pela gramática tradicional, substituir a metalinguagem gramatical pelo aparato de um formalismo lógico, a linguagem do cálculo dos predicados, por exemplo, e utilizá-lo sistematicamente na análise e na descrição da 'forma' das orações. A 'forma linguística' corresponderia à 'forma lógica' das orações. Reichenbach nos fornece um primeiro exemplo desse tipo de abordagem do fenômeno linguístico. Embora admita eventualmente que em virtude de ser a linguagem o resultado de um "longo desenvolvimento histórico ela nem sempre corresponde, na forma atual, aos "esquemas que tentamos construir na lógica simbólica, e que a descrição por meio desta nos daria somente uma aproximação da forma atual da linguagem (cf. Reichenbach, 1947, p. 298), dedica ele grande parte de seu trabalho à análise da linguagem comum por meio do seu formalismo lógico. Parte exatamente do abandono das categorias da gramática tradicional para a "reconstrução racional do processo criativo", manifestado na linguagem, com o uso sistemático da noção de 'função proposicional'. Decorre desse procedimento uma igual redefinição das chamadas 'funções gramaticais', como as de 'sujeito' e 'objeto', em termos de argumentos. Assim, a análise da linguagem consiste em uma 'reinterpretação do sentido das orações' (tradução) no cálculo quantificacional.

Reichenbach, contudo, apesar das sugestões extremamente interessantes que faz para a análise linguística, desinteressa-se pela formação das expressões das línguas naturais. Analisando as orações em termos de funções e argumentos, deixa como pressuposta a sua gramaticalidade, sem referência aos procedimentos pelos quais essas formas efetivamente se realizam nas línguas naturais. Examinemos, por isso, a proposta de Lakoff (que apresenta as sugestões mais ricas no quadro teórico

---

[26] Para evitar mal-entendidos, advirta-se que se fala em 'orientação' em sentido lógico, como também se fala em 'prioridade' sem sentido metodológico, sem qualquer compromisso com a ideia de uma direcionalidade no processamento da mensagem a partir de um componente 'ideacional' ou 'conceitual' imanente que se manifestaria efetivamente nas expressões das línguas naturais; nem nos comprometemos com uma concepção de competência linguística, dependente da formação prévia de conceitos e da organização do pensamento. Cf. a propósito Chomsky, 1968-1972, ps. 17-18; Lakoff, 1969, p. 237; recusam ambos tal noção de direcionalidade, independentemente do fato de postular o primeiro uma base sintática e o segundo uma base sem6antica para a gramática. Ver ainda a crítica de Dascal (1973, ps. 168-177) à formulação teórica de Chafe (1970), que estende a noção de 'orientação' ou 'direcionalidade' do processo linguístico além dos limites que nos impomos aqui.

de semântica gerativa) em que já não basta meramente associar as orações às formas lógicas que lhes correspondem.

A semântica gerativa começara também, como Reichenbach sugerira, por uma crítica ao sistema de categorias utilizadas pela gramática tradicional, resultante da aplicação na análise linguística de critérios distribucionais e morfológicos, dirigindo suas críticas particularmente à sua introdução no modelo chomskiano de gramática gerativa. Procuram limitar o conjunto das categorias iniciais às de 'oração', 'predicado' e 'argumentos, agrupando os elementos segundo a sua 'função categorial' (no sentido de Lyons, 1968, p.254): à categoria dos argumentos correspondem os nomes e sintagmas nominais; à categoria dos predicados correspondem 'verbos', 'adjetivos', 'advérbios', 'quantificadores', 'operadores modais, etc.[27]

A hipótese que se assume é a de uma estreita correspondência entre a estrutura linguística e a estrutura lógica das orações. Por isso, a descrição da estrutura linguística corresponde a um sistema de regras que relacionam as orações a suas formas lógicas.[28] A tarefa da gramatica não será portanto a de engendrar as estruturas superficiais, mas a de estabelecer as condições pelas quais essas estruturas correspondem a formas lógicas precisamente definidas, e por serem semanticamente bem formadas se incluem na classe das orações gramaticais da língua considerada. Por isso, ainda, as regras da gramática se formulam como condições de admissibilidade de certas configurações categoriais (representadas na forma de 'árvores' ou 'indicadores sintagmáticos' em que a raiz se preenche com o símbolo categorial da 'oração' – "O" – e os rótulos dos nós com os símbolos categoriais do conjunto limitado de categorias de base (O, Pred, Arg); essas regras podem entender-se como 'transformações' que permitem passar dos indicadores iniciais de partida a indicadores derivados, relacionando suas descrições estruturais, em sequência derivacional que termina com o indicador correspondente a uma estrutura superficial.

As regras da gramática desempenham, assim, no sistema de Lakoff, duas funções: graças ao mecanismo de filtragem das transformações, condicionando a passagem de uma forma lógica de base a uma determinada estrutura superficial, definem a classe das orações gramaticais, bloqueando a derivação das orações não-gramaticais; essas regras estabelecem ainda uma correlação entre essas estruturas

---

[27] Na verdade, em seus trabalhos, os linguistas dessa corrente fazem um uso assistemático de categorias como Prop (proposição) ou O (oração), Pred (predicado) e Arg (argumento), operando muitas vezes com os símbolos categoriais utilizados pela gramática gerativa e transformacional na concepção de Chomsky. Tal emprego irregular não torna muito claro como entendem que se deve transcrever a forma lógica de orações que analisam e dificultam a definição precisa das condições de introdução desses símbolos categoriais (Prop, Pred, Arg) na configuração dos indicadores sintagmáticos em que essa forma lógica se representa. Nos seus trabalhos nem sempre se encontram precisões a respeito, mesmo em Lakoff (1969-1971), que expõe sua "teoria básica". Mesmo nesse trabalho o emprego dos símbolos é arbitrário, embora ele mesmo advirta sobre a inadequação das representações arborescentes que emprega (cf. nota 7, p. 346 na obra citada acima; também Lakoff, 1972, 111, nota 2), e ofereça representações "que se encontrariam um pouco mais perto da realidade" em substituição a elas.

A redução das categorias na semântica gerativa se justifica em uma série de trabalhos, tomando como base determinadas generalizações linguísticas: em Lakoff, 1965; Lakoff e Ross, 1967; Bach, 1968; McCawley, 1972; e outros, além dos textos acima citados de Lakoff.

[28] Lakoff (1972) observa que o termo 'lógica' se deve tomar com refer6encia a uma 'lógica natural', uma lógica para as línguas naturais, cujo objetivo será expressar todos os conceitos que podem ser expressos nas línguas naturais, para caracterizar inferências válidas que nelas se podem construir. Lakoff procura demonstrar que a correlação entre as formas lógicas e a forma gramatical não é acidental, mas necessária: as regras, que engendram as orações, não devem distinguir-se das que as relacionam com as formas lógicas. Formulá-las em dois sistemas autônomos, como o sugere Chomsky em seu modelo, não seria somente pouco elegante, mas incorreto.

superficiais e as formas lógicas, de onde partiu sua derivação. Pela primeira função, as regras gramaticais têm um papel sintático (pelo que se pode falar em Lakoff de um nível sintático subjacente, representado pela sequência de indicadores I_1, I_2, ..., I_n de uma derivação de estrutura superficial I_n a partir de I_1, mediante regras de transformação). É tal função sintática decisiva no caso de ambiguidades: de fato, as diferentes formas lógicas a que se associa uma oração ambígua se confundem em uma só representação superficial pelas transformações aplicadas na derivação (embora as línguas naturais rejeitem certas ambiguidades, o que se expressa no modelo de Lakoff, mediante condições 'transderivacionais'[29]). Pela segunda função, as regras exercem um papel eminentemente semântico: é já desnecessário definir as relações semânticas mediante regras interpretativas, visto que a descrição estrutural da oração oferece as informações de caráter lógico-semântico necessárias para a representação conceitual e para a obtenção das inferências válidas nas línguas naturais. De certo modo, poderíamos dizer (como Bonomi e Usberti, 1971, p.128) que as regras constroem uma representação da forma lógica e semântica das orações e em seguida a 'interpretam' (retranscrevem-na) na forma de expressões das línguas naturais (cf. acima, p. 32 e nota 26). Pode-se dizer ainda que, mais do que definir uma relação entre conteúdo-expressões, ou 'som e sentido' como retoma Lakoff o objetivo fundamental da gramática chomskiana (Lakoff, 1969-1971, p.232), define-se uma correlação entre os sistemas semântico e sintático das línguas naturais mediante o aparato formal da lógica.

Converte-se assim o projeto chomskiano de que partira, em esforço crítico, a semântica gerativa. Antes tínhamos um modelo em que os objetos formais abstratos se situavam imediatamente próximos às estruturas superficiais da linguagem: a descrição da forma gramatical das expressões devia garantir a relação entre sua manifestação fonética e a estrutura semântica correspondente. Em McCawley, a formulação da gramática leva a confundir os dois níveis, identificando-os como diferentes aspectos de uma mesma estrutura formal (cf. McCawley, 1969). Lakoff estabelece uma interdependência e correlação entre os dois sistemas, utilizando como instrumento de mediação o formalismo da lógica. Essa forma lógica é abstrata em dois sentidos: abstrata com respeito aos recursos expressivos de que se servem as línguas naturais para explicitá-la; abstrata em relação ao sistema de referências em que as línguas naturais se interpretam (cf. Lakoff, 1971, cap. X). Essa neutralidade a constitui como esquema de correlação – enquanto teoria da forma do pensamento humano expresso nas línguas naturais, enquanto teoria das línguas naturais em que se pensa.

Deixamos, por antecipação, a reserva em relação à efetiva realização desse programa, sobretudo por causa da utilização de transformações de extraordinário poder descritivo (locais, globais, transderivacionais) que, permitindo engendrar o que bem se queira, a partir da base qualquer que se imagine, põe em dúvida a possibilidade de avaliar o modelo de Lakoff em relação a outros que se proponham (cf. adiante,).

---

[29] Lakoff sugere o enriquecimento da teoria gramatical mediante certas condições restritivas que bloqueiam uma derivação se esta 'se encontra', em uma certa etapa, com uma outra, evitando-se assim certas ambiguidades que Klima (apud Ruwer, 1972, p.261) chama de 'ambiguidades estruturais absolutas' por haverem desaparecido das estruturas superficiais toda diferença estrutural responsável pelas diferentes interpretações semânticas das orações associadas. Lakoff estuda essas restrições em um texto mimeografado ("Some thoughts on transderivational constraints", University of Michigan, 1970) que refiro pela descrição de Ruwet (1972, ps. 284 e sgs.).

2.3

O projeto de semântica gerativa, procurando dar conta da 'forma lógica' de que depende a estrutura sintática da oração, encontra-se a braços com a enorme complexidade das regras transformacionais que levam a 'forma lógica' às estruturas superficiais. O formalismo adotado, em termos de função proposicional, dificulta muito o reencontro dos elementos em que se constroem as 'versões específicas', em termos de categorias morfológicas e ordem sequencial, das orações das línguas naturais (cf. acima, pg. 31), como já havia notado Reichenbach a propósito da possível definição das 'partes do discurso' tradicionais a partir do mesmo formalismo (Reichenbach, 1947, ps. 251-255; particularmente ps. 349-352).

Essas dificuldades decorrem sobretudo da diversidade de propósitos que presidiram a elaboração das 'linguagens' formalizadas da lógica e dos que correspondem às tarefas da linguística (cf. a opinião de Chomsky, ps. 25-26 supra). Em um caso trata-se de uma notação que se utiliza em um repertório de técnicas para justificar e fazer a crítica da inferência; embora interpretáveis como proposições da linguagem comum, as premissas e conclusões devem 'parafrasear-se', traduzir-se no simbolismo lógico nítido e preciso; dado o pressuposto comum a respeito da vaguidade e ambiguidade das línguas naturais, busca-se, na notação, intencionalmente, distanciados procedimentos sintáticos heterogêneos dessas línguas. Não se pensa em uma simples transcrição mecânica das orações nas fórmulas, mas em uma reelaboração suportada em uma atividade interpretativa, que trata de determinar somente as estruturas relevantes essenciais das proposições (Quine, 1950, p.53). Na linguística, ao contrário, considerada a tradição gramatical e o trabalho de Chomsky, como exemplo, busca-se definir a classe de orações gramaticais, isto é, cuja descrição estrutural faz corresponder as especificações da gramaticalidade. Ora, Lakoff pretende cumprir as duas funções, mas usando para isso uma notação de base mais próxima possível do formalismo lógico e uma técnica de derivação elaborada pela gramática chomskiana para descrições estruturais mais próximas possíveis das estruturas superficiais.

Isso nos leva a perguntar sobre a possibilidade de recurso a uma diferente notação, que se utilize para os procedimentos de formação, de elementos e notações mais próximos dos que se tem empregado na análise das línguas naturais; procedimentos que reflitam não somente as preocupações com um cálculo lógico obviando à falácia e ao paradoxo, mas preocupações com os meios auxiliares de obtenção de um sistema mais simples de determinação da classe de sequências linguísticas bem formadas (cf. Quine, 1972, ps. 451 e sgs.[30]).

---

[30] Em seu artigo, "Methodological reflections", Quine (1972) observa que tanto as "estruturas profundas concebidas pelos gramáticos, quanto a estrutura lógica são paráfrases a que se recorre para certos propósitos de conveniência técnica".
Em um certo sentido, pois, são objetos formais semelhantes; mas os propósitos na elaboração de umas e outro é que são diferentes. O objetivo do gramático é colocar a oração em uma forma que possa ser engendrada por uma 'árvore' gramatical no modo mais eficiente possível. O objetivo do lógico é colocá-la em forma que permita mais eficientemente um cálculo lógico, mostrando suas implicações e afinidades conceituais com outras orações de modo mais claro e preciso.
Quine insiste em que essas diferentes tarefas não se satisfazem pelas mesmas paráfrases, pelo que as estruturas gramaticais não devem ser confundidas com as estruturas lógicas correspondentes, mesmo que na elaboração de uma se obtenham inúmeras sugestões para a elaboração de outras. Assim, do ponto de vista de Quine, a estrutura lógica e a estrutura gramatical, enquanto paráfrases que reformulam e regularizam as orações das línguas naturais, não diferem no tipo, qualidade, mas nos detalhes e objetivos a cumprir. Quine fala, então, de um pluralismo não propriamente de estruturas

Devemos recuar a Adjukiewicz (1935), quando não a Lesniewski ou mais ainda a Husserl. Adjukiewicz se coloca o problema de saber em que condições "uma expressão que possui um sentido unitário, embora formada de palavras simples" – cada uma provida de um sentido singular, se constrói em um modo sintaticamente conexo e pertence às expressões significativa das línguas consideradas (Adjukiewicz, 1935, ps. 345-348). Por exemplo, por que uma oração como – "João ama Ana" – forma uma expressão dotada de sentido, à diferença de – "talvez cavalo se porém aparecerão"? Partindo da teoria das categorias do significado de Lesniewski, que tem por sua vez fontes remotas nas "investigações" de Husserl, Adjukiewicz propõe um simbolismo que "pode aplicar-se, em princípio, a quase todas as línguas e mediante o qual a conexidade sintática de uma combinação de palavras pode ser examinada e definida em um cálculo".[31] Não se exclui a possibilidade de aplicar o método às línguas

---

lógica e gramatical, mas de diferentes estruturas lógicas, atendendo a diferentes objetivos da investigação empírica.

Quine se insere assim entre os que, considerando as imperfeições das estruturas superficiais das línguas, concebe a noção de forma lógica da linguagem mais como 'tradução' em paráfrases (não necessariamente sinônimas, como vimos) das expressões das línguas naturais, do que como um processo de abstração a partir das propriedades invariantes das próprias expressões. O esforço de Lakoff é limitar-se a uma só notação, passando da forma lógica à forma gramatical mediante um processo sistemático de transformações (que, pelo menos no estado atual de sua elaboração teórica, não apresenta ainda nada de sistemático, valendo para os casos particulares que trata).

Lembremos que, como indicamos na nota 22, Russel, se bem que interessado exclusivamente nos objetivos da 'lógica', e por isso mesmo, concebe também a forma lógica como distante da forma gramatical superficial. Vem bem ao caso o tema deste tópico trazer a referência do artigo de Kaplan (1970): considerando o método russeliano de análise linguística, em seu "On denoting", mostre-o como o daqueles filósofos e lógicos que se resguardam de toda confusão entre forma lógica e forma gramatical das orações. E procura interpretar o esforço de Russel como o de oferecer uma 'tradução' da linguagem comum, tratando-a em um simbolismo logicamente perfeito. Kaplan compara esse método com o de Frege. Ambos, Russel e Frege, estavam interessados na eliminação das imperfeições da linguagem comum. Se concordarmos em que (como diz Kaplan) as definições das descrições definidas são definições contextuais correspondendo a verdadeiras traduções em paráfrases, que mantém da expressão traduzida somente as informações relevantes para os propósitos lógicos, não expressas convenientemente na sintaxe das línguas naturais, o método de Russel consistira numa reconstrução e numa reformulação sintáticas. Frege, ao contrário, quando a gramática requer 'entidades' cuja natureza é obscura, recorre a 'construções' como no caso das proposições, aceitando a forma gramatical aparente, resolvendo o seu problema por via 'ontológica'. De certo modo, Frege aproxima as suas formulações muito mais dos processos de construção utilizados pelas línguas naturais.

[31] Husserl (1929, particularmente 'investigação' IV) fala de fato em categorias de significado, interessando-se pela 'composição das significações' a partir das noções de 'dependência' e autonomia dos elementos significativos (elementos sincategoremáticos e elementos categoremáticos). Para resolver o problema dessa composição, admite que as distinções gramaticais de categorias correspondem, como resultantes, a diferenças essenciais de significação (p. 105). "Se o idioma em seu material verbal deve refletir fielmente as significações possíveis 'a priori', terá de dispor de formas gramaticais que permitam dar a todas as formas discerníveis das significações uma 'expressão' discernível, isto é, um sinal sensível discernível" (p. 106). A partir dessa hipótese tão clara, seu procedimento de análise será o de voltar-se aos aspectos da organização sintática das orações embora como passagem somente às categorias de significação que se encontram em uma estrutura além do observável – a 'gramática puramente lógica e universal' das formas 'a priori' de significação. Trata-se, por isso, em uma primeira etapa, de isolar um conjunto de formas gramaticais fundamentais, estabelecer as regras de formação das composições dessas formas em formas complexas derivadas de significação (ps. 129-134), obtidas recursivamente. Em uma segunda etapa, definir as transformações dessas unidades complexas em seus vários 'modos de significar' a partir das mesmas significações de base ("modos de mudar a forma sintática de uma mesma 'matéria' sintática) (ps. 124-126). Enfim, obter a explicação da significação de inumeráveis expressões das línguas naturais por esse procedimento sistemático.

naturais, sobretudo porque o formalismo adotado, em vez de servir-se da noção de função proposicional elaborada para propósitos lógicos, se serve para a análise das linguagens lógicas de 'análogos lógicos' das categorias gramaticais da linguagem comum.

A classificação imaginada pela escola polonesa de Lesniewski e Adjukiewicz, distingue tr6es conjuntos de funtores que operando sobre duas categorias primitivas iniciais (digamos a 'proposição' e o 'nome' como elementos categoremáticos) permitem a construção de um conjunto potencialmente infinito de categorias derivadas: 1) Os 'funtores nominais', isto é, aqueles que, tomando outras categorias como argumentos, constituirão novos 'nomes'. Assim, por exemplo, um 'adjetivo' será um funtor que tomando um 'nome' como argumento constitui um novo 'nome'. Uma expressão como "aquele que" pode representar-se como um funtor que toma uma 'proposição' como argumento para formar um 'nome'. 2) Os 'funtores proposicionais', isto é, aqueles que providos de seus argumentos, constituirão 'proposições'. Por exemplo, os 'verbos' que tomando por argumento 'nomes' formam uma proposição; ou mesmo a 'negação' que tomando uma 'proposição' como argumento forma nova 'proposição'; ou os 'conectivos' que tomando 'proposições' como argumentos formam nova 'proposição'. E enfim, 3) os 'funtores' que não formam nem um 'nome' nem uma 'proposição', mas que, com seus argumentos, formam ainda uma expressão sincategoremática, isto é, um novo 'funtor'. Servem, como exemplo, os 'advérbios' que tomando um 'verbo' como argumento, representado por um 'funtor', forma um novo 'verbo', ou seja, um novo 'funtor' que por sua vez, tomando 'nomes' como argumentos, forma uma proposição.[32]

Atendo-nos à versão de Adjukiewicz, as duas categorias de base (que podem ser em maior número conforme a aplicação que se há de fazer do formalismo) se representam pelas letras "n" e "s"; os funtores por 'frações' tendo como numerador uma categoria (ou uma outra 'fração') designando a categoria a que pertence o termo obtido a partir do funtor, e por denominador a categoria dos argumentos do funtor. Assim,

$\frac{s}{s}$ representará um funtor proposicional como o 'advérbio oracional' (com a reserva da nota 32),

$\frac{s}{n}$ representa um funtor proposicional que tem um único argumento da categoria 'nome',

---

Apesar da insistência no objetivo de determinar a forma geral das leis de significação, a prática de seu método de análise envolve procedimentos que se fundam em critérios de co-ocorrência, substituibilidade, categorização e subcategorização sintática. Explica-se assim por que um sistema formalizado de verificação da conexão sintática, esboçado por Lesniewski e formulado com precisão por Adjukiewicz, pode derivar das sugestões de Husserl. Explica-se ainda por que, dessas intuições, o formalismo elaborado se presta à análise paralela da estrutura sem6antica e sintática das línguas naturais.

De um certo modo, Husserl autoriza, com a hipótese da 'discernibilidade' de todos os aspectos fundamentais da significação em formas sensíveis das expressões (cf. citação acima) a ligação histórica de suas intuições a uma tendência analítica, tão distante, como a do distribucionalismo americano (cf. por exemplo, Parker-Rodhes, 1964, p. 244. Cf. ainda, para considerações gerais semelhantes, Bonomi, 1973, p.298).

[32] É a classificação esboçada por Lesniewski (apud Gardies, 1975, ps. 65-72). A exemplificação referindo-se a categorias gramaticais e morfológicas, como 'nome', 'verbo' etc., visando a facilitar a compreensão da classificação categorial, não nos deve fazer esquecer o caráter abstrato dessas categorias, nem as fazer confundir-se com o que pode considerar-se somente uma de suas interpretações parciais.

$\frac{s}{nn}$ representa um functor proposicional que tem como argumentos duas expressões da categoria 'nome',

$\frac{n}{n}$ representa um funtor nominal que toma como argumento um outro nome,

e assim por diante. A representação do exemplo dado por Adjukiewicz (a partir da tradução italiana indicada na bibliografia) nos ajudará a compreender a notação:

"A madeira queima muito lentamente e a lua sobe"

$$\frac{n}{n} \quad n \quad \frac{s}{n} \quad \frac{\frac{\frac{s}{n}}{\frac{s}{n}}}{\frac{\frac{s}{n}}{\frac{s}{n}}} \quad \frac{\frac{s}{n}}{\frac{s}{n}} \quad \frac{s}{ss}\,\frac{n}{n}\; n \quad \frac{s}{n}$$

Se uma expressão composta pode ser analisada em um funtor principal e em seus argumentos, diremos que essa expressão é 'bem articulada'. Indicamos o funtor principal e seus argumentos como constituintes de primeiro grau dessa expressão; se os constituintes de primeiro grau se analisam ainda em um novo funtor e seus argumentos, estes serão constituintes de segundo grau, e assim por diante. Se prosseguindo na análise dos constituintes dos constituintes aos constituintes dos constituintes dos constituintes até os constituintes de n-ésimo grau e se todos eles são expressões 'bem articuladas' a expressão complexa que formam é uma expressão 'completamente bem articulada'. Essa é uma condição necessária da conexidade sintática. Mas não suficiente. De fato, é necessário ainda que os argumentos convenham a seus funtores e vice-versa; isto é, a todo constituinte de n-ésimo grau que se apresente como um funtor e que requeira – segundo a sua categoria de significado – tais e tais argumentos de tais e tais categorias, devem coordenar-se como argumentos outros tantos constituintes de n-ésimo grau pertencentes às categorias correspondentes. Para verificar a efetivação dessas duas condições de conexidade sintática, Adjukiewicz ordena, na forma de notação polonesa, o funtor como um prefixo, seguido de seus argumentos, construindo uma sequência que chama 'expoente' da expressão analisada. No caso do exemplo acima utilizado, teríamos

$$\frac{s}{ss} \quad \frac{\frac{\frac{s}{n}}{\frac{s}{n}}}{\frac{\frac{s}{n}}{\frac{s}{n}}} \quad \frac{\frac{s}{n}}{\frac{s}{n}} \quad \frac{s}{n} \quad \frac{n}{n} \quad n \quad \frac{s}{n} \quad \frac{n}{n} \quad n$$

Percorrendo uma tal expressão da esquerda à direita e parando logo que se encontre uma fração seguida imediatamente dos mesmos símbolos que figuram em seu denominador, substitui-se a sequência assim isolada pelo numerador de sua fração inicial. A expressão será dita 'normal' ou 'sintaticamente conexa' se ao termo da aplicação de um número finito de operações de simplificação ('cancelamento' ou 'absorção') obtém-se uma expressão correspondente a uma categoria elementar, ou

seja, s ou n. Na primeira aplicação dessa operação, sobre a sequência normal acima, obteríamos:

$$\frac{s}{ss} \quad \frac{\frac{s}{n}}{\frac{s}{n}} \quad \frac{s}{n} \quad \frac{n}{n} \quad n \quad \frac{s}{n} \quad \frac{n}{n} \quad n$$

Em seguida:

$$\frac{s}{ss} \quad \frac{s}{n} \quad \frac{n}{n} \quad n \quad \frac{s}{n} \quad \frac{n}{n} \quad n$$

E assim por diante, verificando-se facilmente que se trata de uma expressão conexa.

Além da analogia do sistema categorial de Adjukiewicz ao sistema de categorias gramaticais das línguas naturais, o procedimento indicado é também um análogo lógico dos procedimentos de classificação a partir da noção de 'rank' ou de 'grau de derivação' que se encontram na linguística em diferentes autores e tendências (Jespersen, Hjelmslev, Harris, Wells, Kulagina, a que nos referiremos na primeira parte, capítulo primeiro, 3), que se utilizam da noção de subordinação (ou 'dependência') para a análise sintática (e mesmo semântica) das orações. Por isso mesmo, a notação categorial de Adjukiewicz tem sido cada vez mais utilizada na análise linguística e como instrumento lógico na construção de modelos teóricos da linguagem. Assim, em Bar-Hillel (1953) como instrumento de cálculo do caráter conexo das sequências linguísticas, sobre um conjunto de categorias definidas contextualmente; em Bar-Hillel (1959) e Lambek (1958, 1961) como instrumento auxiliar em procedimentos de decisão para a estrutura linguística das orações das línguas naturais; em Suszko (1958) como linguagem formalizada 'standard' para o tratamento da conexão e conformidade entre categorias semânticas das expressões e categorias ontológicas, correspondendo a objetos (relacionando estrutura sintática e estrutura semântica no estudo de problemas relativos à referência). De modo mais preciso e amplo, a notação categorial tem servido ã construção de modelos que, colocando-se em um nível superior de abstração em relação tanto à estrutura semântica, quanto à estrutura sintática das expressões das línguas naturais (como nas sugestões de Suszko, ou na mesma direção das propostas de Lakoff, conforme a interpretação que lhes demos antes – pg. 36), permitem a reconstrução de ambas com o mesmo aparato lógico-formal. Nesse sentido devem considerar-se os trabalhos de Curry (cf. Curry, 1948; 1950; e também Curry e Feys, 1958, cap. VIII e suplemento a ps. 343-345); os de Saumjan (cf. 1965, 1965 b, 1966). Essa mesma notação se utiliza e se sugere em trabalhos recentes de Montague (1970 a, 1970 b), de Geach (ver particularmente, Geach, 1972), de Lewis (1970) como formalismo para uma gramática completa, em que a estrutura sintática e semântica, embora definidas como sistemas independentes, se constroem sobre as mesmas noções e operações de base. Ou ainda em Grize (1971, 1973), embora com o caráter mais modesto de procedimento de análise, utilizando a formulação que se descreve na 'teoria da funcionalidade' de Curry e Feys (obra citada) em que as categorias se derivam, contextualmente, a partir de expressões funcionais.

As proposições de Montague são muito interessantes, do ponto de vista em que nos colocamos neste item. Não se trata, em seu modelo, de engendrar estruturas superficiais das orações das línguas naturais, que depois de interpretadas

fonologicamente, se fazem corresponder a descrições semânticas. E nem se trata de descrever a 'forma lógica' para depois, mediante regras de transformação, associá-las às expressões da língua considerada. O modelo se concebe como um construto, um instrumento formal hipotético-dedutivo que se toma como análogo formal de sistemas simbólicos e cujo formalismo – por um lado – oferece os esquemas que fogem à ambiguidade das línguas naturais como como reconstrução sintática, e – por outro – permite a representação paralela (com a introdução dos elementos atômicos necessários) das estruturas semânticas em que essas 'expressões regularizadas' (não-ambíguas) se interpretam. Enfim, um procedimento mecânico de transcrição leva as fórmulas do sistema às fórmulas de uma lógica intencional, mediante cujo cálculo se definem relações lógicas e se aplicam definições de verdade (cf. Hall-Partee, 1972; particularmente Thomason, 1975).

O modo, em geral (com exceção de Grize e Curry), pelo qual o sistema categorial de Adjukiewicz se utiliza na análise linguística e na construção de gramáticas com um componente de base categorial, apresenta um certo 'inconveniente' que já se poderia apontar em Adjukiewicz. De fato, ela supõe uma análise contextual prévia, embora implícita, que estabeleça as relações de subordinação entre os elementos da oração, a fim de que se possa atribuir a eles as categorias apropriadas em cada caso; desse modo, a 'advérbios' e 'preposições', ou mesmo a 'verbos' e 'adjetivos' devem-se poder atribuir diversas categorias independentes (dificultando, por exemplo, relacionar um verbo empregado transitiva ou intransitivamente (cf. Saumjan, 1965; Lyons, 1968, p.253; Gardies, 1975, p.78). Ou se associam as categorias (definidas nessa análise implícita), diretamente, aos elementos em um léxico (Lewis, 1970; Montague, 1970 a; Saumjan, 1965) tornando a gramática de base categorial inteiramente equivalente a uma gramática de constituintes imediatos ou de indicadores sintagmáticos (como em Chomsky) (cf. Bar-Hillel, Gaifman, Shamir, 1960).

Entretanto, o sistema, tal como inicialmente propôs Lesniewski, apresentava como traço peculiar o de constituir-se como um instrumento de análise contextual, de modo que a pertinência de uma expressão a tal ou tal outra categoria, ao contrário do que se passa na lógica habitualmente, não é livre das condições do contexto em que ela se insere (cf. Grize, 1971, p. 47). A propósito de Lesniewski (seguindo os estudos de Machover, 1966; Canty, 1969) deve-se lembrar que, como no caso das línguas naturais, de que sua formulação procura aproximar-se, a consideração da dependência contextual é indispensável não somente para a determinação do sentido das expressões, mas para a correta atribuição de uma categoria de significado. Por isso, símbolos de um mesmo tipo, em uma expressão ou em outra, podem pertencer a diferentes categorias e admitir diferentes interpretações. A chave para esse tratamento da dependência contextual nas linguagens de Lesniewski é a sua teoria das categorias: elas se tornam (ainda como nas línguas naturais) independentes de uma predeterminada forma da expressão; nem se dão de início em um conjunto fechado e definitivo, associadas a elementos simbólicos determinados, mas se engendram em um processo de derivação potencialmente infinito.

Nesse sentido, a formulação que reproduz mais de perto as sugestões da teoria de Lesniewski é a 'teoria da funcionalidade' em Curry e Feys, concebida como um procedimento pelo qual, a partir de algumas categorias primitivas, e conforme as condições contextuais das expressões a analisar em termos de categorias, a cada elemento da expressão se associa uma categoria e pela categoria dos elementos se determina a categoria da expressão complexa. Um instrumento lógico como tal, construído sobre noções e processos que se isolam na consideração do

funcionamento das línguas naturais, pode responder provavelmente de modo mais adequado à questão inicial deste item, provocada pelo projeto de Lakoff.

3. Linguagem – Atividade constitutiva

Nessa espécie de mostra coletiva que abrimos nos parágrafos anteriores, o esforço teórico para explicar e melhor compreender a linguagem humana ou a procura 'vivendo' (como diz Bühler) nas situações concretas em função da comunicação, ou a perscruta distante numa tentativa de compreender o componente essencial de seu mecanismo criador, pela analogia construída dos modelos formais. Fizemos, contudo, uma exposição que se não compromete, senão pela aproximação, numa interpretação geral, de quadros teóricos distintos, cuja singularidade se apaga bastante nessas perspectivas panorâmicas. Retomemos aqui a reflexão pessoal, mesmo que seja impossível separá-la das influências desse contexto.

3.1

A concepção de linguagem, que acreditamos estimular toda nossa preocupação teórica, começa por recusar-se e reduzi-la a um papel de ferramenta social puramente instrumental. Pode parecer, como parece a Searle (1972), que é uma questão de bom senso considerar a linguagem sem aventurar-se na investigação de sua forma interior, inacessível: o seu propósito essencial é a comunicação "no mesmo sentido em que a tarefa do coração é a de bombear o sangue". Preferimos, porém, observar com Chomsky (1976, o.57) que um bom fisiologista, embora pusesse atenção no fato de que o coração bombeia o sangue, certamente não se contentaria com a descrição exterior dessa relação entre o órgão e a função: estudará a estrutura do coração, a origem dessa estrutura, "evitando assumpções dogmáticas a respeito da possibilidade de explica-la somente em termos funcionais". Do mesmo modo que não se constrói uma física estudando as 'funções' da máquina, ou uma bot6anica descrevendo as condições de utilização dos vegetais. Mesmo ao sociólogo não interessa uma perspectiva exclusivamente funcionalista, na medida em que lhe furta elementos essenciais responsáveis pelo comportamento social, que não se explica somente pela 'função' aparente das ações humanas, mas pelos esquemas estruturais da própria ação.

Certamente a linguagem se utiliza como instrumento de comunicação, certamente comunicamos por elas aos outros as nossas experiências, estabelecemos por ela com os outros os laços 'contratuais' por que interagimos, influenciamos os outros com nossas opções relativas ao modo peculiar de ver e sentir o mundo, com decisões consequentes sobre o modo de atuar nele. Mas se queremos imaginar esse comportamento como uma 'ação' livre, ativa, criadora, suscetível pelo menos de renovar-se ultrapassando as convenções e as heranças, temos que apreendê-la nessa relação instável de interioridade e exterioridade, de diálogo e solilóquio: antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração; antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento; antes de ser veículo de sentimentos, ideias, emoções, aspirações, a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos as nossas experiências.

Como observa bem Lahud (1973, p. 30), se a linguagem "se encontra integrada a uma semiologia, é somente na medida em que ela não faz da comunicação sua própria marca distintiva"; esta consiste no tratamento simbólico da realidade de onde o homem tira a própria "possibilidade de comunicar por signos". A

função de comunicar não é sua função única, e nem mesmo a sua função essencial: ela permite antes pensar, "substituir a experimentação motora sobre as coisas pela experimentação mental sobre os signos" (Paulos, 1969). Não podemos nem mesmo reduzir esse pensar a um pensar 'lógico', que sai da realidade como relato das nossas observações, organiza-as e se esforça por verificar-se contando os passos de sua volta a ela. A linguagem é também um pensar analógico, que não exige a equivalência nem a transitividade, mas o devaneio sem volta da similitude e da metáfora, sem quadros fixos de valores, sem limites categoriais precisamente impostos, sem necessidade de conclusões. Ela não toma necessariamente um sempre mesmo quadro de referências, mas constitui o seu próprio sistema de referências, ultrapassa-o estendendo os esquemas que constrói a indefinidos universos possíveis, imagináveis. A função comunicativa da linguagem depende do sucesso em que ela exerce a sua função construtiva – representativa, imaginativa.

Dizer assim nos lembra Chomsky, pelo menos em parte a linguagem não é esse sistema de caráter aberto, público, universal, porque se adapta à multiplicidade das situações comunicativas; ela é esse sistema aberto e criativo e, por isso, disponível ao atendimento das necessidades e intenções das mais variadas condições de comunicação.[33] Lembra-nos mais Bühler porque processo criador e independente, sem protocolos prévios, a linguagem é capaz de 'falar' como não se fala quando atuamos praticamente, para elaborar essas construções 'autônomas", emancipadas das restrições do comércio intersubjetivo da comunicação e até do próprio sujeito que as enuncia. Ela é capaz do 'pensar-em-si-mesmo' que não se reduz às condições da comunicação normal; pode-se elaborar por ela não somente um quadro original de referência mas o próprio contexto em que ela se torna significativa. A linguagem é certamente um instrumento de regularização e de normalidade, mas não se limita nisso a sua extraordinária virtualidade; ela pode ser também instrumento eficiente de subversão das categorias e valores, a expressão da esquizofrenia que pode criar universos encantados, poemas e teorias. Lembra-nos, ainda, Humboldt a quem Bühler e Chomsky se referem. Tomemo-lo em contraponto neste parágrafo.

Humboldt também começa por opor-se a uma concepção de linguagem que a limite a uma função instrumental na comunicação. Ela tem um domínio de validade, mas somente no interior de uma perspectiva bem determinada: a produção da linguagem responde a uma necessidade interior, inata, do homem; "o impulso do homem em relação ao outro" requer o uso da linguagem pelas possibilidades de compreensão que oferece, para a realização de objetivos comuns; mas ela "não é somente esse veículo externo, destinado a manter o intercâmbio social, mas um fator indispensável do desenvolvimento do poder intelectual do homem" (Humboldt, 18376, p.5; cf. também Hansen-Løve, 1972). Por isso, "independentemente da comunicação entre um homem e outro, a linguagem é condição necessária para a reflexão na solidão", em virtude da qual o homem organiza seus pensamentos, produz ideias, que se reiteram e compõe pouco a pouco o quadro de referências de toda a sua vida. Em relação a esse processo essencial, para a compreensão da linguagem, "a comunicação por meio da linguagem" tem um papel de secundariedade: "fornece ao homem elementos de convicção e estímulo" para a reflexão pessoal (p. 36).

---

[33] Falamos aqui de criatividade em um sentido mais amplo que o de Chomsky. Devemos deixar isso anotado pois não desejamos que a referência a Chomsky neste contexto leve a apagar os limites que ele bem fixou para a noção de criatividade que adota. Por outro lado, não desejamos confundir a criatividade da linguagem, no sentido abrangente que lhe damos, com os procedimentos formais recursivos com que a representamos parcialmente.

A função primordial da linguagem em Humboldt é, pois, no sentido justo que traçamos, não propriamente a de transmitir, aos outros, nossas experiências, mas a de "constituí-las". A expressão que corre por toda a obra de Humboldt é "bildung": por meio da linguagem, o homem "dá fora (bildet) ao mesmo tempo a si mesmo e ao mundo, ou melhor, torna-se consciente de si mesmo projetando um mundo no exterior" (carta a Korner, apud Hansen-Løve, 1972, p.25). Duas observações, porém, são fundamentais para compreender bem esse processo informador. Em primeiro lugar, seguindo Humboldt, não se pode conceber essa forma como instaurando uma 'racionalidade' definitiva. Trata-se de um permanente processo de ir-e-vir, em que a linguagem serve sempre de mediadora responsável. O 'dar forma' não corresponde ao 'instituir', mas em tornar o objeto suscetível de uma intermitente retomada, possibilitando o estabelecimento de relações a todo tempo renovadas, que se formulam por sua vez e retornam ao processo de 'maturação'. Humboldt se refere a um "ciclo completo de operações, desde o momento em que nasce da inteligência, até sua contra-ação sobre ela"[34]; e explica a atividade subjetiva, interior, da linguagem pensando "produz um objeto, que não se pode entender como uma mera recepção contemplativa de algo já dado como objeto. A atividade perceptiva deve combinar-se sinteticamente com a íntima operação da inteligência e é dessa associação que se libera a ideia. Em relação à energia subjetiva envolvida, a representação se objetiviza e retorna a ela, de um modo renovado" (obra citada, p.35).

Por um outro lado, não se deve conceber esse processo dinâmico, para ser fiel a Humboldt, como destinado a cumprir exclusivamente uma função representativa. Trata-se de um processo eminentemente ativo, constitutivo, que não possui em si mesmo os limites da convicção. Uma atividade "criativa e independente", "em um livre jogo do entendimento e da imaginação" (obra citada, ps. 24-25). A noção de 'bildung' possui, pois, duas faces, uma aberta ao trabalho do entendimento, outra às provocações da imaginação; uma racional em que o entendimento aparece com suas categorias, outra estética que rompe com a lógica e a subsunção (Hansen-Løve, 1972, p.24).

É nesse quadro que se deve compreender a famosa passagem de Humboldt: "Propriamente falando, a linguagem é qualquer coisa de persistente, mas a todo momento transitória. Sua eventual fixação na escritura é somente uma incompleta e mumificada preservação" ... "Em si mesma, a linguagem não é um produto (ergon) mas uma atividade (energeia). E por isso sua única definição verdadeira só pode ser genética. Ela é um contínuo esforço do espírito para articular o som de modo a torná-lo capaz de expressar o pensamento" (obra citada, p. 27). Tal esforço e trabalho, constante e uniforme, constitui a 'forma da linguagem' (p. 28). E é a esse trabalho, à forma dessa atividade, que se deve voltar quem deseje compreender a linguagem. Como, porém, dar conta dessa forma interior?

Como bem observa Chomsky (1966, ps. 40 e sgs.) a noção de forma da linguagem se desenvolve em Humboldt como um princípio gerativo, estável e invariável, que fornece meios ao conjunto ilimitado de ator particulares, que constituem a utilização normal da linguagem: um processo de construção de

---

[34] Humboldt dedica todo um capítulo à descrição desse "ciclo". Em nenhum momento a linguagem aparece como um processo de simples reiteração de formas estabelecidas, apesar da grande preocupação de Humboldt com a história e a tradição. Do mesmo modo é dinâmica sua concepção do aprendizado da linguagem. Ele não pode ser um "aprovisionamento de um estoque de expressões", nem ainda "um depósito nos registros da memória" e um "subsequente repetitivo balbucio nos lábios", mas um "permanente crescimento da capacidade da linguagem para a maturação e para a prática" (obra citada, p. 37).

elementos da linguagem em um número potencialmente infinito a partir de um conjunto inicial de elementos dados. Porque "a linguagem não se pode considerar como uma entidade passiva, que se possa abranger em sua totalidade" (que Humboldt opõe várias vezes aos atos específicos e particulares que se constituem a cada 'esforço de articulação do som' – cf. por exemplo, obra citada p. 27) – "nem se pode detalhar a passo e passo" ; o que se pode na verdade definir "são as leis desse processo genético" enquanto "seu escopo e mais ainda as modalidades do produto permanecem completamente indeterminados" (obra citada, p. 37).

Não nos parece, porém, reconhecendo embora a dificuldade de uma interpretação 'atual' do texto de Humboldt, que tenha razão Chomsky ao associar esse processo ao modelo de gramática gerativa que concebeu. Se temos razão, neste modelo, se tomam como elementos de base noções determináveis ao nível intuitivo por critérios morfológicos e distribucionais. Ora, as citações de Chomsky deveriam incluir a advertência de Humboldt que claramente distingue a 'forma da linguagem' da morfologia superficial: "o fator que a articulação acrescente à simples evocação do sentido" (das palavras), "um fator que se realiza mais completamente como resultado dessa articulação", "é que ele representa as palavras não pela mediação de sua morfologia, mas pela sua forma como parte do todo infinito da linguagem" (obra citada, p. 37)[35]. E em passagem mais clara "a distinção que se faz entre gramática e

---

[35] Parece-nos uma aproximação adequada do pensamento humboldtiano a que podemos fazer entre a noção de 'valor' na linguística saussureana e tal 'fator resultante da articulação': trata-se de uma noção puramente relacional e não categorial. Como sugere Hjelmslev (no melhor tom de Saussure) a língua enquanto sistema de classes (enquanto princípio de classificação) e consequentemente as variadas 'formas' em que essas classes se manifestam, derivam do contexto relacional em que se inserem e onde se determinam.

Humboldt dispõe de uma forte tradição anterior que considera os aspectos morfológicos e classificatórios como dependentes de um esquema de construção subjacente, que afirma a prioridade gramatical das relações entre os elementos sobre a enumeração dos traços morfológicos e do sistema de classes ou 'partes do discurso'. Assim, por exemplo, se encontra (dito e grifado, apesar das citações parciais de Chomsky) em Du Marsais. Para este, o estudo da sintaxe deve começar pelo estudo das relações de determinação entre os diversos elementos que compõem a oração: "a sintaxe não consiste senão no (estudo) dos signos dessas diferentes determinações" (Du Marsais, 1793, p. 163). Conhecer a gramática se reduz a conhecer os modos de expressão das relações entre os elementos: esse sistema de relações é que corresponde ao componente universal da gramático, ao contrário das variações de sua morfologia e processos de formação lexical: "Além das diferenças arbitrárias que distinguem uma língua de outra, deve-se observar que todas elas concordam entre si, na medida em que formam o sentido somente pela relação entre os elementos na mesma proposição". Não importa que o critério de determinação dessas relações seja parcial em Du Marsais (a ordem dos elementos); a intuição permanece a mesma: o fundamental é, antes de chegar-se a um sistema de classes morfológicas de palavras, saber qual o papel delas na oração (se o de 'determinantes' ou o de 'determinadas': "importa entender as palavras, mas importa muito mais conhecer os modos pelos quais uma língua pode marcar as relações entre as palavras, quando se faz a análise do pensamento".

As duas orientações no estudo da gramática – uma optando pelo detalhamento prévio das características morfológicas e exame das classes de palavras ou partes do discurso, para depois passar as regras (sintaxe) pelas quais as palavras, segundo sua classe e propriedades morfológicas se combinam (procedimento básico do estruturalismo americano que Chomsky acompanha) e outra, dando prioridade ao estudo das relações de determinação entre os elementos na oração, para depois definir, segundo os papéis que os elementos exercem no contexto da oração, as características morfológicas que lhes correspondem e as classes em que entram (procedimento adotado por exemplo por Hjelmslev e que nos parece estar indicado de modo muito claro em Humboldt). O próprio Du Marsais pede abono a Prisciano ("De construcione", Lib XIX, sub intitio; na obra citada, p. 40) para quem importa perquirir a 'razão de ordenação' ("ratio...os tendit rectam orationis compositionem"), isto é, a causa da ordem dos elementos, da ordenação dos casos, e mesmo das partes do discurso ("et ipsarum partium orationis (causa) solet quaeri"), isto é a causa de sua 'conexidade' na oração ("congruam juncturam"). Nessa mesma orientação, retomada por Du Marsais, se colocam os modistas,

dicionário é útil somente para o aprendizado das línguas" ... pois "a noção de forma da linguagem não se reduz às regras da sintaxe e mesmo transcende as regras de formação das palavras" (obra citada, p. 29).

A partir da concepção da 'forma interna' da linguagem em Humboldt, o modelo chomskiano, operando sobre um conjunto fixo e delimitado de categorias gramaticais, que se interpretam como categorias morfológicas e distribucionais, e sobre uma noção de ordem que reflete a linearidade do discurso, cuidando, enfim, da forma superficial das expressões, incide já, não sobre a atividade criadora da linguagem no sentido de Humboldt, mas sobre os resultados dessa atividade. E isso porque a 'forma' em Humboldt designa os princípios dinâmicos do ato mesmo de 'dar forma': designa a universalidade de um processo e não dos elementos variáveis que se tomam nesse processo como suscetíveis de revisão e transformação. Designa um processo que não está sujeito a u conjunto estável e permanente de categorias, pois responde à provocação da imaginação; que 'constitui', mas não se 'institui', que não se fixa, mas retorna e renova.

Como observa Humboldt, a linguagem 'dá forma, em um processo persistente. Por isso, a sua própria 'forma interna' não designa senão uma lei, uma direção, uma maneira de proceder" (Humboldt, 1927, "Über den Dualis", apud Hansen-Løve, 1972, p. 72).

3.2

Voltamos por um momento a Bühler: consideremos a linguagem 'sub specie' de uma ação humana; não propriamente nos interessando pelas 'ações' entre as quais ela está, mas a ação que ela é; não no exterior, a partir da enunciação cabal por que praticamos e atuamos entre as coisas e as pessoas, mas no interior em que ela mesma se constitui como instrumento dessa atuação. Concebemos assim a linguagem como um trabalho que 'dá forma' ao conteúdo variável de nossas experiências[36], trabalho de construção e retificação do 'vivido', que ao mesmo tempo constitui o sistema simbólico mediante o qual se opera sobre a realidade e constitui a realidade como um sistema de referências em que aquele se torna significativo.

Mas se a reflexão anterior nos afasta de uma concepção empobrecida da linguagem como mero instrumento de comunicação e de ação humana exterior, ela conduz também a rejeitar uma redução da linguagem a um sistema formal. A

---

na idade média; veja-se em Tomas de Erfurt (135?, p. 136): "Há quatro princípios essenciais para a construção de um discurso congruente e perfeitamente ordenado" "material', 'formal', 'eficiente' e 'final'. As partes construíveis são o princípio 'material' da construção" ..."e na construção não existem nem mais nem menos construíveis do que dois, pois que a construção se origina na dependência de um construível com relação a outro", "por isso não há dependência senão entre dois: um que depende e outro que determina".

[36] O texto relembra diretamente Granger (1968). Tomemos uma nota a Lahud (1973) cujo estudo minucioso dos trabalhos de Granger, em um certo período de sua reflexão filosófica, permitem situar apropriadamente esta referência. Embora Granger tenha muitas vezes insistido na diferença entre a linguagem natural e a linguagem formal, pelo papel predominantemente informacional da primeira e pela função estritamente estruturante da segunda, Lahud interpreta as relações entre a linguagem natural e os conceitos de 'experiência', 'fenômeno', 'objeto' em Granger como instituindo uma teoria da linguagem natural-instrumento-de-pré-estruturação-da-experiência. A partir dela, a linguagem-instrumento-de-comunicação se explica. Uma língua – escreve Granger – "é evidentemente um sistema de formas; por mais que o aproximemos da experiência 'vivida', essas formas são organizadas e o menos 'estruturalista' dos linguistas não pode deixar de reconhecer que elas constituem pelo menos esboços de estruturas abstratas que remetem a um trabalho de construção e retificação do vivido" (Grander, 1968, p. 111).

linguagem, na medida em que 'da forma' é bem já uma atividade 'estruturante', mas não necessariamente 'estruturada' no sentido estrito do termo, ou se concebemos 'estrutura' como uma organização estável de categorias. Ao contrário da linguagem, os sistemas formais são o resultado de uma atividade reflexiva sobre a própria linguagem, que toma em um momento de sua transitoriedade, e a fixa e determina para dar conta de um momento dessa reflexão. A linguagem natural permanece sempre o instrumento de uma prática primitiva de estruturação dos fatos da experiência, de revisão e reformulação: uma espécie de 'lógica' primitiva e fraca que não se cinge às restrições das propriedades formais.

Pode pensar-se que um esquema recursivo de engendramento de expressões, a partir de um conjunto imanente e definitivo de categorias gramaticais (supostas universais) dê conta da multiplicidade dos discursos possíveis. Mas nele se incorporam já os resultados de uma prática anterior como um universo constituído e determinado. Bem repetindo Humboldt, a linguagem é um processo, cuja forma é persistente, mas cujo escopo e modalidades do produto são completamente indeterminados; em outros termos, a linguagem em um de seus aspectos fundamentais, é também um instrumento de subversão das categorias e criação de novas estruturas. Nesse sentido, a linguagem não é somente um processo de representação, de que se podem servir os discursos demonstrativos e conceituais, mas ainda uma prática imaginativa que não se dá em um universo fechado e estrito, mas permite passar, no pensamento e no tempo, a diferentes universos, mais amplos, atuais, possíveis ou imaginários.

Por um lado, esse aspecto fundamental da linguagem a torna um instrumento dúctil e eficaz de contínua retificação de todo o anteriormente organizado, remanejando o que se poderia supor como imanente, fixo, definitivo. Por outro lado, a atividade linguística supõe ela mesma esse retorno sobre si mesma, uma progressiva atividade epilinguística: como "atividade de metalinguística inconsciente' (cf. Culioli, 1968) de modo a estabelecer uma relação entre os esquemas de ação verbal interiorizados pelo sujeito e a sua realização em cada ato concreto de discurso; como atividade seletiva e consciente, na medida em que se reflete sobre o processo mesmo de organização e estruturação verbal; justamente em virtude dessa função, operando sobre signos que se tomam como objetos dessa reflexão, o homem ultrapassa os limites do observável e do perceptível: passando pela metáfora e pela metonímia, a linguagem se refaz linguagem poética, ou se higieniza e se contextualiza (no sentido mais estrito de 'contexto verbal') no discurso filosófico e científico, em que as palavras e expressões tomam seus sentidos na cadeia de definições.

Tomemos de um modo mais sistemático as diferenças entre a linguagem natural (mesmo em sua função representativa) e as linguagens formalizadas de uma teoria.

3.2.1

A linguagem natural, ao contrário das linguagens formalizadas é semanticamente indeterminada ou 'semanticamente incoerente' no sentido em que emprega essa expressão Bunge (1964, p. 169 e sgs.)[37]. Toda teoria deve possuir unidade formal e semântica. A primeira consiste na conjugação (togetherness) lógica do sistema, ou seja, em ser ele um sistema hipotético dedutivo em ver de um mero

[37] Mais extensamente o autor desenvolve o tema em "Scientific Research, Berlin: Heidelberg, New-York: Springen Verlag, 1967, sec. 7.2).

amontoado arbitrário de fórmulas, ou mera retranscrição 'estenográfica' de enunciados observacionais. A 'coerência semântica' de uma teoria fatual reduz-se a que o sistema verse sobre alguma classe (não vazia) que, longe de ser uma coleção arbitrária, se caracteriza por certas propriedades relacionadas. Essa classe, perfeitamente delimitada pelas propriedades que a definem, constitui o 'universo de discurso' da teoria, o seu 'sistema de referências'[38].

O primeiro requisito de uma linguagem formalizada é o de possuir um sistema de referência uno e completamente delimitado: é preciso poder determinar-se com precisão os objetos que pertencem ao sistema e dizer quando um objeto não pertence ao mesmo sistema. Admite-se como hipótese que o universo de discurso ou o sistema de referência não é vazio e que seus elementos e relações entre elementos podem ser associados a elementos, propriedades ou relações exteriores para que a linguagem formalizada sirva em uma teoria que vale pelo menos aproximadamente em relação a esse sistema exterior.

Esse requisito de unidade é necessário, mas não suficiente. Um segundo fator de coerência semântica é que os predicados da teoria pertençam a uma única família, ou seja, tenham 'homogeneidade semântica'. Assim, uma linguagem formalizada, que se destine a uma teoria física, tem como sistema de referência um sistema de objetos físicos (sistemas, propriedades, eventos, processos físicos) e seus predicados se referem a propriedades físicas compatíveis com as propriedades que definem os objetos. Ainda mais: exige-se que não se transponham tais predicados de um sistema de referência a outro; ou a esse sistema, predicados de outro sistema de referências. Em outros termos, exige-se um requisito de fechamento sem6antico, de modo que os predicados utilizados na linguagem formalizada de uma teoria sejam apenas aqueles que ocorrem no predicado básico e nas definições da teoria. Em outros termos ainda, não se pode passar de uma expressão (ou fórmula) a outra, utilizando sistemas de referências disjuntos, o que permitiria concluir o que quer que fosse a partir de quaisquer premissas.

Falemos de um requisito de 'conexidade semântica' para nos referir à exigência que compreende as anteriores e as estende: os conceitos-chave se combinam somente mediante a distribuição deles entre as suposições iniciais da teoria.

---

[38] Usamos o termo "sistema de referências" como o usa Carnap ("framework") e o traduz Mariconda, em "Empirism, Semantics, and Ontology", na versão publicada em Carnap, 1956, ps. 205-221.
Carnap diz: "se alguém deseja falar em sua linguagem acerca de um novo tipo de entidades, deve introduzir um sistema de novas maneiras de falar, sujeito a novas regras. Chamaremos esse procedimento de 'construção de um sistema de referências'". Consideremos a título de exemplo as entidades com que lidamos na linguagem comum. Trata-se de um "sistema espaço-temporalmente ordenado de coisas ou eventos" observáveis, pelo menos como universo primeiro e privilegiado de discurso. Podemos chamá-lo de "sistema de referência fatual" ou "sistema de referência das 'coisas'". Reconhecer uma coisa ou um evento nesse sistema significa "ter sucesso em incorporá-lo no sistema das coisas em uma posição espaço temporal determinada..." segundo as regras desse sistema. Pode-se ainda falar de "sistema de refer6encias" dos números, das proposições, sempre em relação a uma linguagem que fale de números, ou que fale de proposições, propriedades e relações das proposições etc.
Poder-se-ia falar de um sistema de referências da ficção grega, dos mitos dos selvagens bororo, e assim por diante. Como observa Carnap, na reedição que indicamos acima, o termo "sistema de referências" se usa apenas para o sistema de expressões linguísticas e não para o sistema de entidades em questão. Podemos dizer que o "sistema de referências" é constituído por essa linguagem e nada tem a ver com a "existência real" das entidades que nessa linguagem se delimitam e a que se refere.

Ora, se temos razão na reflexão anterior, (p.53-54) um sistema assim semanticamente coerente e ocluso se constitui mediante uma série de restrições impostas ao livre exercício da linguagem natural e mediante uma estrita contextualização linguística de significação: uma expressão significa exclusivamente em virtude das relações contextuais (linguísticas) que se estabelecem num conjunto restritivo de proposições iniciais e em procedimentos de definição (derivação) que se servem somente dessas proposições iniciais e das que delas se derivem. Assim se garante a unicidade do sistema de referências, a homogeneidade predicativa, o fechamento semântico, a conexidade semântica. Ao contrário disso, a linguagem humana existe 'antes' desse esforço delimitativo, como instrumento de pré-estruturação, de tal modo que as mesmas expressões, elementos e relações que expressam, se transportam pela analogia aos mais diversos sistemas de referência ou a uma disjunção ilimitada de sistemas de referência possíveis. E por uma sucessiva expansão da base inicial dos predicados pode-se ir tão longe que não somente se transformam e modificam as relações no interior de um mesmo sistema de referências, mas ainda se constituem novos sistemas entre os quais existe um certo paralelismo analógico e uma certa simetria, mas nunca, entre diversos deles, uma perfeita e sempre definida transitividade.

A essa propriedade fundamental da linguagem humana se referia certamente Humboldt quando afirmava que a atividade linguística opera sempre sobre um substrato material já trabalhado pelas gerações anteriores (desde um passado longínquo que nos escapa) que o fixaram de uma certa forma em diferentes momentos, e por isso essa atividade não se pode considerar somente como uma produção sistemática e reiterada, mas como uma sempre renovada reorganização (obra citada, p.28). A linguagem da ciência começa por fixar um momento desse processo, em um estado de equilíbrio perfeito, em um sistema de referências uno e preciso, constituindo um paradigma provisório. A linguagem humana é a garantia dessa provisoriedade e transitoriedade.

Nesse sentido dizíamos que a criatividade da linguagem não se limita à recursividade das regras que a partir de um conjunto fixado de categorias e subcategorias definem as condições das combinações de elementos nas expressões. Existe, ainda, um mecanismo de analogia que transporta os esquemas relacionais definidos para um sistema de referências a um outro sistema acomodando-os a novas situações e novos contextos.

3.2.2

É Bunge que nos oferece um quadro teórico para a compreensão da analogia (Bunge, em um ensaio, sem data indicada publicado em "Teoria e Realidade", S. Paulo: Perspectiva, 1975). Sigamos algumas linhas de seu ensaio. Podemos dizer que um elemento x do conjunto universo O é análogo a seu companheiro y, elemento de O, apenas no caso em que

a) x e y partilham de várias propriedades objetivas (são iguais em alguns aspectos) ou
b) existe uma correspondência entre as partes de x ou as propriedades de x e as de y.

Se x e y satisfizerem a condição (a) acima, poder-se-á dizer que são 'substancialmente' análogos. Se a condição (b) prevalecer, poderemos chamar os

análogos de 'formalmente' análogos, independentemente de suas constituições. Se (a) e (b) valerem, poderemos chamar a analogia assim completa de 'homologia'. A analogia formal é melhor analisada quando os objetos em questão são conjuntos estruturados, pois a teoria dos conjuntos não especifica a natureza dos elementos de um conjunto. Isto não significa que a analogia formal somente é clara quando estudada com relação a objetos matemáticos, dado que se pode modelar qualquer objeto concreto como (o representado por) um conjunto dotado de uma certa estrutura. Assim, a busca de analogias formais entre objetos concretos pode ser referida a seus conjuntos representativos. Quando dois conjuntos representativos desta natureza se mostrarem análogos, seus respectivos referentes serão declarados formalmente análogos.

A relação de analogia é uma relação binária sobre O. Mas tendo em vista que nem sempre dois objetos de O são análogos, a analogia não está ligada em O. Essa relação é simétrica e reflexiva, mas não é transitiva nem intransitiva. Trata-se, pois, de uma relação de similaridade (cf. a definição semelhante de uma relação de 'similitude' em Flamant, 1970, que a utiliza para o estudo de comportamentos sociais). Uma relação frouxa que não participa das propriedades da equivalência, não levando à partição de O em classes mutuamente disjuntas; a analogia não gera conjuntos homogêneos.

No caso do estudo da linguagem, interessa sobretudo a noção de analogia formal, em que podemos considerar diversos graus de analogia. Uma analogia formal 'simples', quando somente alguns elementos de x (concebido como um conjunto) se pareiam a alguns elementos de y. Uma analogia formal 'injetiva' quando se pode obter a relação de analogia de modo que cada elemento de x tenha um par em y. Uma analogia formal 'bijetiva', quando a analogia anterior se dá nos dois sentidos, de x a y e de y a x. A analogia injetiva aparece com duas forças: fraca e homomórfica. Há um 'homomorfismo' do conjunto x no conjunto y apenas no caso em que existe uma correspondência que refere cada elemento de x a algum elemento de y e além disso se preservam as relações e operações em y. Se há um homomorfismo de x em y e também um de y em x, e além disso os dois morfismos compensarem um ao outro, diz-se que a analogia é um 'isomorfismo'. O isomorfismo é uma perfeita analogia formal: tudo o que acontece em x, acontece em sua imagem isomórfica em y e inversamente. O isomorfismo implica tanto o homomorfismo quanto a analogia bijetiva (todo-todo); esta implica a analogia injetiva (todo-algum) que por sua vez implica a analogia formal simples (algum-algum).

A gramática tradicional sempre considerou a analogia como um processo criativo da linguagem, tanto no que se refere às estruturas sintáticas (sintático-morfológicas) como no caso da estrutura semântica. Nela representam-se muitas vezes objetos (processos, sistemas) análogos em um único modelo expressivo e em um único modelo conceitual[39]. Considera-se, por exemplo, a transposição de esquemas relacionais que se estabelecem para a referência a um sistema fatual, espaço-temporalmente ordenado, para o tratamento de relações mais abstratas, a que a gramática tradicional se referia como 'emprego virtual' de expressões e relações sintático-semânticas. Mais recentemente, sobretudo no estudo das relações de 'caso' (ou nas 'funções temáticas', como chamam essas relações Gruber e Jackendoff

[39] Saussure percebera já a importância da analogia, não somente para os estudos diacrônicos como fizera a linguística anterior, mas ainda para os estudos sincrônicos. A analogia exerce, segundo ele, uma função conservadora e criadora na linguagem; é uma "manifestação da atividade geral que distingue as unidades para utilizá-las em seguida. Eis porque" – diz ele – "a analogia é totalmente gramatical e sincrônica" (1916, ps. 227-228).

(Gruber, 1965; Jackendoff, 1972; também Chomsky, 1976)) tem-se considerado seriamente essas extensões analógicas. Anderson, por exemplo, apresenta argumentos em favor da 'hipótese localista' na teoria dos casos (Anderson, 1071): trata-se de mostrar com o estudo de abundantes línguas naturais, o desenvolvimento de diferentes usos 'sintáticos' e 'abstratos' das relações de caso, a partir de um esquema de base espaço-temporal (cf. também Lyons, 1967). Não se trata somente de um problema diacrônico, mas de um processo de transposição atual e permanente. Assim dizemos:

"A caravana vem do deserto pelas montanhas";
"A inquietude chega ao limite por esses comportamentos";
"A fórmula X vem de Y por Z e W"
"Pedro conserva o peixe no gelo";
"O isomorfismo conserva as relações de um conjunto em outro";
Etc.

Assim, no português, se estendem certos esquemas de ação a atitudes e estados psicológicos do sujeito, ou faz-se corresponder o beneficiário ao termo de um movimento ou de um processo. Em outras línguas, o agente se faz corresponder ao instrumental, ou os estados psicológicos se traduzem mediante esquemas causativos. Enfim, o processo é grandemente conhecido em todas as linguagens, é um processo universal se bem que o modo pelo qual se efetuam essas transposições e os esquemas relacionais que se tomam como base nem sempre sejam os mesmos.

Mediante a analogia se procede à organização de todo um novo sistema de referências. Sem ela seria praticamente impossível a exposição, em uma linguagem comunicativa, dos próprios sistemas teóricos, em que predomina especialmente a transposição de relações espaço-temporais como substituto das relações abstratas que se hão de introduzir entre os objetos no sistema.

Podemos falar, em relação à analogia, de uma 'criatividade vertical', em que esquemas relacionais de base se estendem a novos campos de objetos, em contraposição a uma 'criatividade horizontal' que se representa pela construção das expressões mediante procedimentos recursivos. É a analogia que introduz um fator decisivo de indeterminação semântica.

3.2.3

É em virtude dessa indeterminação que se justifica a afirmação radical de Malinowski (cf. p. 17): nenhuma expressão é significativa fora de seu "contexto de situação". Não se trata, porém, como lhe parecia, duma asserção dizendo respeito, somente, às condições da comunicação. Ela decorre da universalidade da linguagem que torna impossível a identificação dos objetos, nos vários sistemas de referência a que a linguagem se refere, exclusivamente mediante recurso às especificações predicativas.

Procuremos distinguir aqui os dois aspectos que Malinowski inclui na sua noção de "contexto de situação"; falemos de 'situação' para entender não um 'lugar real', um espaço fisicamente delimitado ou uma 'situação imediata' em que o discurso se efetiva. Entendemos por 'situação' todo um jogo complexo de fatores e relações que constituem as condições de uso da linguagem, ordenadas em relação ao 'sujeito' (para não usar aqui 'falante'). Usando ainda as expressões de um modo pouco crítico, uma expressão linguística se torna significativa (como correspondendo a modos de operar concretamente sobre a realidade ou por abstração) não somente por associar-

se a 'coisas' (objetos, relações, propriedades, processos, sistemas), mas por servir-se de um 'referencial' (ou de 'coordenadas') em que essas correspondências se atualizam (o tempo, o lugar, as inst6ancias pessoais do discurso, a indicação demonstrativa de objetos, a atitude do locutor em relação a seu próprio discurso ou 'texto', etc.). Entre tais condições de uso da linguagem se incluem os discursos ou 'textos' anteriores, pois a produção de um deles induz uma transformação nas condições de produção de um outro que o segue (ou de que se antecipa a produção). Reservaremos o termo "contexto" para os fatores e relações que determinam um discurso ou segmento de um discurso no plano exclusivamente linguístico (a que se tem chamado habitualmente "contexto linguístico"). O contexto é intermediário entre a situação e o sistema linguístico.

Situação e contexto funcionam em uma espécie de compensação recíproca: ou a situação é imediatamente percebida e determinada, e o contexto se simplifica (até à 'interjeição', ou à 'palavra-objeto' que se cola a uma caixa de mercadorias), ou as relações na situação não se percebem e definem suficientemente, e o contexto se torna complexo. O discurso não se libera da situação (se é que isso é possível de modo completo), senão para sujeitar-se a um contexto cada vez mais rico e exigente, onde termos e expressões tomam os seus valores exclusivamente na cadeia contextual das definições.[40]

3.2.4

Se retomarmos as observações sobre o caráter prático e primitivo da linguagem, as relativas a sua indeterminação semântica, e particularmente as que se fizeram sobre as noções de contexto e situação em que se ancora a linguagem, há-se de compreender por que as línguas naturais se dispensam de premunir-se de um sistema rigoroso de traços distintivos pertinentes que lhe assegurem, ao nível das expressões, coerência, univocidade, Não ambiguidade. Não se pode assumir o pressuposto da linguística estruturalista de que todas as 'partes' do significado, relações subjacentes, delimitação dos indivíduos que participam de um determinado estado de fato expresso nas orações, tudo corresponda a marcas sintáticas específicas que o explicite. Na verdade, ao nível do sintagma e da oração, não se poderia propor antecipadamente um inventário exaustivo das possibilidades de utilização (e condições de utilização) dos inúmeros traços categoriais oferecidos pela cadeia sonora (justaposição, configuração morfológica, distribuição relativa de morfemas, ordem linear, pausas, entoação, concordância, etc.). esses recursos expressivos se utilizam, às vezes, em concurso, para manifestar uma mesma relação; ou em complementaridade; ou em ambiguidade. Não se pode dizer, portanto, que as línguas naturais possuam uma sintaxe determinada.

---

[40] Reconhecer a importância do contexto e da situação não significa que se devam introduzir na análise e descrição linguística todos os fatores externos que circunstanciam todos os diferentes atos de fala. Embora se reconheça, desde Saussure, a irredutibilidade desse 'cúmulo de variáveis', a noção de situação permanece importante pois a língua mesma dispões de um subsistema de elementos (dêiticos e anafóricos), que se devem explicar em qualquer teoria gramatical, servindo de índices demonstrativos da situação ou do contexto.
Deve-se observar que a linguagem nem sempre (ou poucas vezes) se utiliza de recursos expressivos suficientes para a identificação precisa do objeto singular referido; nas expressões, em geral, se determinam os limites de uma certa 'regionalidade' ou mesmo indicações muito gerais sobre a existência de relações contextuais para que numa situação efetiva ou num texto determinado o objeto se identifique.

Uma das fontes dessa indeterminação é o fato de ser uma língua natural o resultado de uma longa elaboração histórica (Reichenbach, cf. p. 33). Por isso, em um corte sincrônico, aparecem na organização das expressões diferentes 'camadas', organizadas por princípios de formação independentes. Parece-nos que isto explica o fracasso de procedimentos de análise que se constroem sobre um só critério de classificação e mesmo das tentativas de encontrar um procedimento recursivo que explique "não precisamente como (a linguagem) é, mas – segundo alguns – como o conjunto de orações bem formadas se desenvolveria ou poderia ser infinitamente projetado". Para Geach (1972, de quem citamos o trecho acima) "isto parece um procedimento tão científico como o de elaborar uma fórmula matemática que ofereça o atual desenho da costa da Inglaterra e seus limites com a Escócia".[41]

4. Hipóteses iniciais

Nossa reflexão instaura um aparente paradoxo. A linguagem, concebida como uma atividade constitutiva pré-estruturante (ou quasi-estruturante[42]) não se pode apreender pelos processos de uma análise que se limite a segmentar e classificar as expressões, resultados dessa atividade, produtos cuja modalidade e escopo são indeterminados. Seria ainda insuficiente, porque deixaria de lado o aspecto construtivo essencial da linguagem, examiná-la pelas condições e convenções em que a linguagem se utiliza em uma 'ação segunda' no exercício social. Sobre que bases se pode, então, atender à exigência de todo trabalho científico: sair deste discurso retórico original para a prática dos meios rigorosos e precisos da construção de um modelo teórico da linguagem? Como dar conta da 'forma dessa atividade' ou das propriedades desse processo "em constituindo" que não se institui nos constituídos?

Há sob essas interrogações mais que a leitura de Humboldt, mas alguns pressupostos psicológicos anteriores a ela, e cuja exposição nos indicará o caminho que pretendemos percorrer. É nos permitido pensar numa aproximação desse processo criador como uma 'construção em etapas ou estágios sucessivos" a partir das noções de 'esquema de ação' e de 'função estruturante' elaboradas no Centro de Genebra. Não que o modelo se deva considerar necessariamente como a

---

[41] Lembra-nos a parábola de Carnap (1936): "As complicadas configurações das cadeiras montanhosas, dos rios, das fronteiras e outras coisas como tais, podem ser representadas e estudadas recorrendo-se a coordenadas geográficas e sobre linhas artificiais que não se encontram na natureza. Do mesmo modo, as propriedades sintáticas da linguagem verbal, ou de uma família de línguas naturais, ou de um determinado subsistema de uma língua natural, podem ser representadas e estudadas de um modo melhor através do confronto com uma linguagem artificial que lhe sirva de sistema de referência."
Tal posição corresponde a colocar as línguas naturais entre os fenômenos históricos e sociais a ser considerado a partir de linguagens formalizadas que deem conta de suas propriedades gerais e não dos modos específicos por que se manifestam essas propriedades em cada língua. As línguas naturais constituem um processo totalmente diverso do envolvido na elaboração dessas linguagens formalizadas que não possuem o mesmo estatuto fenomênico e teórico. A não ser que se transfiram as propriedades do modelo ao fenômeno linguístico que por ele se examina.

[42] Assim nos aconselha a dizer Lahud (1973, p. 32, nota 1): "Nós já observamos que o termo "estruturante", quando empregado para designar uma atividade ligada a outra coisa que não um sistema formal, deve tomar-se em um sentido largo ((dever-se-ia dizer, para sermos mais exatos,, "pré" ou "quasi-estruturante")". Quando se fala, pois, da linguagem como uma atividade estruturante, não se há de confundir o resultado dessa atividade com sistemas estruturados no sentido preciso do termo, que se produzem somente nos sistemas formais.

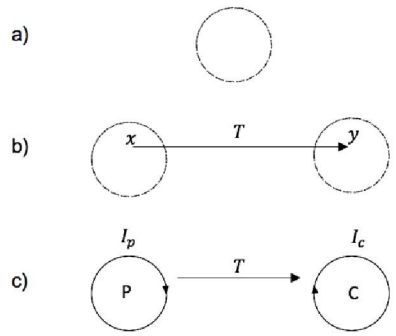
representação dos processos genéticos que se descrevem na psicologia desse centro; desta se retiram elementos de base intuitivos para a elaboração teórica.

Piaget chama "esquemas de ação" aquilo em que a ação é repetível, transponível, generalizável: insiste na 'forma' da atividade humana, em oposição aos objetos que lhe servem de conteúdo variável. Esse processo dinâmico se descreve como contendo dois momentos: um de assimilação dos objetos aos esquemas (o fato de integrarem-se os objetos numa 'construção') e outro, o de acomodação desses esquemas a cada situação particular e a novos objetos. A assimilação, segundo Piaget, "constitui o mecanismo formador dos esquemas de ação (em um sentido biológico muito geral, à maneira com que os organismos assimilam o meio a sua estrutura ou forma, enquanto essa pode variar por acomodação àquele)" (Piaget e outros, 1968, p.205). A assimilação se apresenta sob três aspectos: é um processo de repetição, que consolida o esquema; supõe a discriminação dos objetos, sua distinção e identificação; permite estender essa aplicação do esquema a novas situações e novos objetos, considerados como 'equivalentes' do ponto de vista de sua possibilidade de integração ao mesmo esquema.

Quando se integram os objetos a um esquema de ação, em um todo organizado, estabelecem-se entre esses objetos relações de dependência, responsáveis pela caracterização dos objetos enquanto objetos de um determinado tipo, desempenhando um determinado papel, em um determinado esquema de ação. Em geral, qualquer coisa que determina o modo pelo qual qualquer coisa depende de outra coisa se traduz mediante 'funções', aqui no sentido mais geral da teoria dos conjuntos. Como diz Piaget, a noção de dependência "seja ela dada entre propriedades variáveis ou constantes dos objetos, ou que se estabeleça entre elementos e caracteres inerentes às ações e construções do sujeito" se exprime essencialmente em termos de 'função'. E todo um conjunto de resultados experimentais sobre o comportamento humano conduziu Piaget e seus colaboradores a caracterizar essas formas ativas de 'dependências' funcionais (ou 'funções estruturantes'), como a fonte das 'funções constituídas' (isto é, de funções diferenciadas que interagem com operações) e também como a fonte das operações, relações e classificações. Grize (em Piaget e outros, 1968, p. 183) é muito prudente, mas sublinha o aspecto construtivo das funções: com efeito, mesmo que se definam como um par ordenado "a ordem que subsiste na noção de par ordenado não é senão um traço dessa construção anterior da qual se fez abstração". Esse aspecto construtivo, digamos 'localizado', da função a distingue das relações: a composição de funções comporta um grande número de limitações, as operações não são definidas para todos os elementos, propriedades como as de transitividade, simetria, reflexividade, que não se poderiam dispensar num estudo das relações, desempenham um papel bastante apagado na teoria das funções.

Vê-se o interesse desses estudos para o problema colocado por nós de como dar conta da 'forma de uma atividade', a atividade constitutiva da linguagem. Entretanto, eles supõem pesquisas em que a ordem clássica – 'classes-funções' – seja invertida, tomando as funções como a representação de operações (em sentido intuitivo) primitivas elementares, que, pelo seu aspecto dinâmico e construtivo, não somente constitua um 'princípio de classificação', mas ao mesmo tempo um princípio de possíveis reorganizações dos esquemas estruturados. Desse ponto de vista do Centro de Genebra, seria difícil sustentar que "no princípio estava a classe", mesmo porque pode perguntar-se, como o faz Apostel (1959), quais são os critérios operacionais para decidir quando é legítimo afirmar que um sujeito possui ou não possui uma determinada classe. Tomemos a representação que Grize oferece, como

hipótese, desse processo constitutivo. Parte ele (obra citada, ps. 192-193) da noção de 'coleção' no sentido que lhe atribui Apostel (1959). "Uma coleção 'contém' objetos, mas ela se distingue de uma classe ou de um conjunto pelo fato de que permanece indeterminada em dois sentidos: não se pode ainda precisar a razão ou a propriedade pela qual se pode dizer que tal objeto pertence ou não pertence à coleção; a coleção não constitui uma totalidade fechada sobre si mesma." "O que nós sabemos sobre as atividades do sujeito" (a partir das experiências conduzidas pelo grupo responsável pelo texto citado) "nos conduz a fazer a hipótese de que uma atividade T que se pode imaginar como aplicada separadamente sobre objetos x e que conduz a objetos y = T(x). O operador T terá, então, por efeito, como se precisará mais abaixo, constituir não somente os x e os y em classes e conjuntos" (conjunto de partida P e de chegada C) "mas de fazê-lo simultaneamente em compreensão e em extensão". Uma representação desse processo poderia ser:



Sabe-se com efeito que, em uma estrutura de categoria (cf. MacLane, "Homology", Spinger-Verlag, 1963, Berlim; apud Grize), "as flechas-unidade (I_p, I_c) são associadas a toda flecha T e que, por outro lado, a toda flecha I_x se associa biunivocamente um 'objeto' x.

Um tal formalismo é suscetível de numerosas interpretações. Grize sugere a seguinte: às 'flechas-unidade' corresponde a 'compreensão' dos conjuntos e aos objetos sua 'extensão'. Isto é, I_p fornece a razão pela qual x deve contar-se como elemento de P. Ou como diz Piaget, I_p representa a relação "co-qualquer-coisa" que nada mais é que a classe de equivalência do ponto de vista de P.

Seria interessante mostrar como na linguística contemporânea, Hejlmslev – em trabalho completamente independente e em outro quadro teórico – procura tirar as últimas consequências da noção de valor de Saussure, tomando também as noções de depend6encia e determinação (que chama justamente de 'função' em um sentido muito próximo do sentido matemático do termo e das 'funções estruturantes' de Piaget) como o "princípio de classificação" do sistema linguístico, o que explica o espaço que lhe devemos reservar nesta tese.

Falando de uma estrutura de categoria, que os matemáticos tentam colocar como subjacente à teoria dos conjuntos, Grize nos permite também supor que a 'classe' não seria a realidade psicológica última (ou primeira). Ele oferece, no interior da psicologia genética, os elementos de base para a investigação da atividade humana – como a linguagem – ao nível mais profundo e abstrato que com a utilização de 'classe' e 'categoria'. No caso de uma teoria da linguagem que a tome nessa concepção de atividade constitutiva, podem-se colocar algumas proposições:

1) Seria interessante distinguir diferentes níveis de abstração, de modo a interrogar, no nível mais abstrato do modelo, a natureza mesma das operações e funções

constituintes (no sentido intuitivo em que se tomaram tais termos acima); não se distinguiriam nesse nível os tipos e categorias dos objetos abstratos do sistema; sua interpretação linguística também não envolveria noções de categoria e classes gramaticais, mas esquemas de dependência e determinação; a lógica combinatória, tal como a concebem Curry e Feys poderia fornecer o aparato lógico para tal investigação;

2) Enquanto no primeiro nível de abstração de daria um cálculo puramente funcional, em que as operações do entendimento se consideram 'a vide', independentemente dos objetos que lhe servem de conteúdo e suporte, em outros níveis, mediante uma contínua aproximação das expressões linguísticas e de sua estrutura semântica, se deveriam distinguir categorias iniciais, definidas contextualmente; elas não constituiriam um conjunto fixo e delimitado: um procedimento recursivo permitiria definir a partir delas um número potencialmente infinito de categorias derivadas, dependentes do contexto (cf. ps. 44-45, acima); neste caso, o aparato lógico seria fornecido pela 'teoria da funcionalidade', tal como concebem ainda Curry e Feys, e que Grize utiliza, para exemplificar, na análise linguística; com (1) e (2) se garantiria, no modelo, uma análise linguística em que se tomam as 'funções' como elementos primitivos, e um procedimento de definição do sistema categorial a partir dessas funções;
3) Os objetos abstratos do modelo teórico interpretam-se tanto no plano semântico como no plano sintático das línguas naturais, servindo-se tanto das relações definidas no nível mais abstrato, de suas regras de formação e de transformação (regras de formação e de derivação), quanto das informações do sistema de categorias que lhe é associado pelo procedimento a que se alude em (2); a relação entre o modelo e o sistema linguístico se faz pela mediação de um modelo linguístico intuitivo (cf. nota 1) que se pode conceber como um modelo de dependências incorporando a noção de 'casos';
4) Como os objetos do modelo não correspondem a categorias gramaticais (isto é, não são análogos lógicos de categorias gramaticais) eles se interpretarão como 'traços' de especificação predicativa e como 'traços' de especificação delimitativa, no sentido de Bierwish; os primeiros respondem pelos elementos atômicos em que se decompõem as orações e o léxico; os segundos pela especificação de 'coordenadas' situacionais e contextuais.

O nosso trabalho será discutir a bibliografia que nos traz informações relevantes para os propósitos acima. Ele incorporará do 'funcionalismo' informações e intuições a respeito da estrutura da oração, sem, contudo, comprometer-se com a extensão que se faz nessa tendência, mediante a múltipla ambiguidade do termo 'função (cf. pg. 16), às 'funções' sociais da linguagem e às condições dos atos da linguagem. Por outro lado, aponta na direção de trabalhos como os de Saumjan e Curry, no que diz respeito às condições gerais de construção de modelos teóricos linguísticos.

Recusando conceber a linguagem como um sistema formal, reafirmando o seu caráter aberto, histórico, assistemático, concebendo-a como um processo contínuo de elaboração e reelaboração das categorias e valores e das formas de pensamento (lógico e analógico), não devemos procurar a saída mais fácil (e metodologicamente inadequada). De voltar a um só descritivismo. A elaboração de um modelo teórico tem, em virtude da pretensão excessiva, um caráter programático. É bem verdade que, como diz Bachelard, "acima do sujeito, além do objeto imediato, a ciência se funda sobre o projeto", "a meditação do objeto pelo sujeito toma sempre a forma do projeto". Mas pensamos que ainda estamos um pouco aquém, nos esboços iniciais do nosso projeto.

PRIMEIRA PARTE

Resenha Crítica: Categorias e relações gramaticais; noções e operações na linguística contemporânea.

Cuidaremos, nesta primeira parte de nosso trabalho, de fixar a atenção na escolha das informações, relativas à estrutura das línguas naturais que interessam particularmente ao objetivo que manifestamos na reflexão introdutória. A apresentação é, por isso, parcial. E em dois sentidos: não nos seria possível percorrer as inúmeras tendências da linguística contemporânea; a escolha de um ou outro autor se orienta pelas hipóteses prévias.

O objetivo principal nesta parte é isolar as noções da base de um modelo linguístico intuitivo (cf. nota 1), que se há de tomar como mediador entre os objetos abstratos do sistema, apresentado na segunda parte. Essa destinação compromete ainda uma vez a seleção dos textos a considerar. O caráter dos instrumentos lógicos que pretendemos utilizar conduzem, de preferência, a determinadas noções em vez de outras. Discutiremos, particularmente, o tema das categorias e relações, sob três prismas: categorias e relações sintáticas, categorias e relações nocionais, relações contextuais e situacionais. Daremos ênfase à noção de dependência, como noção de base para o estudo das categorias e relações linguísticas.

Chomsky se tomará como primeiro interlocutor. Ao longo de um laborioso esforço de elaboração e reelaboração teórica, tornou-se um condutor preferido dos diálogos críticos com a linguística contemporânea. O seu texto servirá de apoio, para a análise e crítica das categorias e relações sintáticas, de seu papel na teoria linguística. Fillmore e Anderson fornecerão os textos de base para o estudo das categorias e relações nocionais que se verão pelo prisma de uma gramática de casos. Bierwisch e Lewis apontarão os caminhos para um tratamento das relações da linguagem com seu sistema fatual de referências. E finalmente Hjelmslev oferece a proposta mais radical de utilização linguística da noção de dependência. Os demais textos correlacionados aos indicados, a que tivemos acesso, se utilizam para a discussão crítica das propostas desses autores.

As resenhas não se estenderão além dessas noções, apresentando-se os modelos teóricos naquilo que nos pareça indispensável para uma compreensão das noções discutidas em seu contexto particular. Não se fará, por isso, um estudo minucioso das aplicações desses modelos à análise de inúmeros fatos complexos, nem dos procedimentos envolvidos.

Não fizemos, também, uma busca sistemática de fatos linguísticos que se apresentassem de um modo original para a confirmação ou refutação das hipóteses que se estudarão. Usamos, habitualmente, a exemplificação da literatura percorrida. Esta parte, por isso, é principalmente resenha, embora destacando para a discussão somente alguns aspectos dos textos e autores resenhados. Preferimos apresentá-los não em uma ordem de leitura ou cronológica, mas conforme uma ordenação temática que favoreça a crítica das noções envolvidas, a descoberta de suas raízes intuitivas, a revisão de seus propósitos, pressupostos e hipóteses.

Capítulo Primeiro – Categorias, relações, funções na teoria linguística

Na análise linguística e na construção de modelos teóricos linguísticos têm-se utilizado, como noções de base, diferentes categorias, relações e funções, definidas sob diferentes critérios e procedimentos. Muitas vezes, os mesmos termos ("nome", "verbo", ... ou "sujeito", "predicado", ... ou ainda "agente", "paciente", ...e outros) se empregam para designar noções bastante distintas e se tornaram extremamente ambíguos. Nem sempre se associam às mesmas classes, ou possuem a mesma compreensão, nem sempre se relacionam às mesmas propriedades das línguas naturais. Como todo termo teórico, seu sentido somente se determina no interior de cada teoria, dependendo das propriedades que se empregam para a sua caracterização, dos critérios utilizados na determinação dessas propriedades.

A questão de precisar tais propriedades e critérios tem percorrido a história da gramática ocidental, mas nem hoje ou talvez menos hoje, a noção de categoria gramatical, de função gramatical ou de relação gramatical recebe um tratamento uniforme ou sistemático. Não pretendemos resolver a questão, mas devemos indicar, de forma tão precisa quanto possível, o sentido em que se utilizarão e os critérios por que se definirão neste trabalho.

Tomaremos sempre "categoria" como um termo teórico, associado a propriedades, conjuntos de propriedades ou sistemas de propriedades relacionadas que conduzem a uma classificação de expressões das línguas naturais, relevantes para a elaboração de gramáticas das línguas naturais. Os critérios de relevância se determinam em cada teoria, pelos propósitos da elaboração teórica. Na história da gramática se empregaram já, como princípios de classificação, critérios nocionais e lógicos, critérios sintático-morfológicos e distribucionais, critérios relacionais (como os que utilizam a noção de subordinação ou dependência). Assim as categorias gramaticais se definiram a partir de noções definidas antes em um sistema filosófico como diferentes modos de representação do real (noções como as de 'substância' e 'acidente', 'qualidade' e 'processo', etc.); ou sobre características morfológicas de uma língua padrão (como o latim e o grego) distinguindo-se as 'formas declináveis' das formas 'conjugáveis' com tempo, número, pessoa, considerando-se os sistemas flexionais como 'traços categoriais' induzindo uma classificação do léxico; ou mais recentemente, pelo exame de possibilidades de substituição em contextos determinados; ou ainda, a partir do grau de dependência de uma expressão em relação a outras, que compõem juntas uma expressão complexa. Nessa breve indicação, não se esgotam as inúmeras possibilidades, oferecidas pela cadeira sonora, de traços categoriais utilizáveis nos procedimentos de análise linguística.

Paralelamente aos processos de inventário e determinação dos traços categoriais, estabeleceram-se funções e relações linguísticas sob critérios nocionais (como 'agente', 'paciente', 'ação', 'processo', ...), ou contextuais e sintáticos (como 'sujeito', 'predicado', 'objeto', ...) consultando-se à disposição relativa das classes na oração, ou relativos à subordinação (como 'determinantes', 'determinados', ...).

Está claro que, num sistema formal linguisticamente interpretável, as categorias gramaticais podem ser dadas como elementos primitivos em seu todo, ou pode-se elaborar um procedimento pelo qual a partir de algumas categorias dadas se constrói um conjunto potencialmente infinito de categorias. Pode-se, ainda, a partir de outras propriedades e relações das línguas naturais, defini-las como num processo de análise das expressões. Um exemplo da primeira opção é o de Chomsky. Ele as escolhe de um vocabulário universal determinado, colocando-se, assim, distante das

questões extralinguísticas em que se envolvia a tradição gramatical para definir nocionalmente as categorias; coloca-se, ainda, distante das técnicas de descoberta fundadas em critérios morfológicos e distribucionais. Isso não impede que as categorias que assume, no plano formal, não se relacionem, ao nível intuitivo, com um sistema categorial compreendido somente com recurso a noções sintático-morfológicas. Um exemplo do segundo procedimento é o de Saumjan. Utilizando-se da notação categorial de Adjukiewicz (cf. introdução, p. 41 e sgs.) toma como iniciais duas categorias e define uma classe indutiva de categorias derivadas mediante procedimentos recursivos. Nesse caso, as categorias são independentes de características sintáticas e morfológicas ou nocionais que se isolam na análise efetiva de expressões das línguas naturais, embora, como no caso anterior, pode-se relacionar o processo formal a uma análise linguística subjacente que começa, na forma ambígua que indicamos na introdução, em Husserl (cf. nota 34, p. 39). Um exemplo da terceira opção pode ser Hjelmslev (que estudamos melhor em 1.3, neste capítulo); toma ele como noção primitiva uma relação de dependência, mediante a qual as expressões se analisam. No processo de análise se definem outras noções, como a de grau de dependência, termos determinantes e termos determinados etc. que se tomam como um princípio de classificação contextual dos componentes da expressão. Ou os procedimentos de classificação que se servem da 'teoria da funcionalidade' de Curry e Feys (cf. na segunda parte, 1.3) que consideram, independentemente das características morfológicas dos termos na expressão, sua relação contextual (por exemplo, a sua utilização contextual como funtor ou como argumento) como base de uma definição de categorias contextuais.

Neste capítulo, interessam-nos não somente os procedimentos formais utilizados para a definição das categorias, funções e relações gramaticais, mas ainda os critérios de análise explícitos (nos procedimentos de descoberta) ou implícitos nas formulações mais abstratas; em outros termos, interessam-nos a forma de representação e as intuições linguísticas utilizadas como ponto de partida não ingênuo dessa representação.

1. Categorias e relações sintáticas – A gramática gerativa de Chomsky

Como apontamos na introdução (ps. 24 e sgs.), o estruturalismo americano de inspiração bloomfieldiana representa exemplarmente a tentativa de uma análise linguística em termos exclusivamente sintáticos. Linguistas como Harris, Nida (e mesmo Pike) preocupam-se fundamentalmente com técnicas de análise que excluem de consideração toda informação de caráter semântico (ou somente admitem aquelas que tenham como correlato propriedades sintáticas previamente estabelecidas)[1],

[1] Embora para Bloomfield as formas linguísticas "não possam separar-se de seus significados", pelo que seria pouco interessante "estudar apenas o som da língua sem considerar, de alguma maneira, o significado" (Bloomfield, "Meaning", Monatshefte für Deutschen Unterricht, 35 e ps. 101-106, apud Elson e Pichett, 1962, p.30), essa afirmação se reduz muito por estar ligada a uma concepção de significação em termos de behaviorismo ainda empobrecido, como a "situação em que o locutor a enuncia e a resposta que provoca da parte do ouvinte" (Bloomfield, 1933, p. 132 e sgs.) e por depender do princípio geral ou postulado básico de toda descrição gramatical: "As formas gramaticais não fazem exceção ao princípio geral – o que mais propriamente deveríamos chamar um 'postulado' – segundo o qual a língua não pode transmitir senão os sentidos que são ligados a alguns traços formais". Esses traços formais são não somente certas características fonológicas, mas ainda a disposição relativa

servindo-se exclusivamente de critérios morfológicos e distribucionais, que procuram levar até as últimas consequências. Sugerimos, ainda, que o modelo de Chomsky, no fundamental, constitui uma representação formal das informações dessa descrição estrutural das orações em termos de propriedades sintáticas e morfológicas e de propriedades lexicais. Tomaremos, por isso, Chomsky como interlocutor privilegiado neste parágrafo. Começaremos pela apresentação sumária de um quadro panorâmico de sua concepção de gramática, para que a discussão de alguns de seus aspectos específicos possa ser 'localizada' no esquema coerente de sua teoria.

Chomsky, a partir da versão de sua teoria que se lê em "Aspectos da teoria sintática" (Chomsky, 1965), inclui na gramática três diferentes componentes – o sintático, o semântico, o fonológico. E se decide pela centralidade do componente sintático, que fornecerá a base à representação sem6antica e fonológica das orações, na linha de seus estudos anteriores (cf. nota 1 acima). Vem reafirmando tal decisão, apesar de insistentes críticas, até seus últimos escritos. Trata-se para Chomsky de uma prioridade lógica e metodológica, embora procure justificar sua escolha com

---

dessas formas fonéticas (cf. obra citada, p.159). Por isso, toda oração "pode ser totalmente descrita em termos de formas gramaticais" (morfológicas e distribucionais) enquanto a significação deve ser considerada independentemente, em termos de outras ciências, e não nos termos próprios à linguística (cf. obra citada, ps. 133; ps. 158-159).

Nida repete o mesmo postulado bloomfieldiano: "o sistema linguístico não pode ser descrito isolado de suas formas e de suas distribuições... não existe significado separado da forma" ("A system for the description of semantic elements", Word, 7, ps. 1-14, apud Elson e Pichett, 1962, p.30).

Harris, que leva sempre ao excesso as sugestões de Bloomfield, tanto na análise sintática quanto nas considerações dos problemas de significação, recusa uma relação entre a estrutura sintática (definida em termos distribucionais) e a estrutura semântica (considerada como independente da linguagem, uma organização "da experiência subjetiva", ou um "mundo subjetivo de significações" resultantes da atividade geral do homem e de suas 'respostas' em situações concretas). Se se pode pensar em um 'modo linguístico' de determinação do sentido, será sempre em função de uma regularidade distribucional; uma aproximação da estrutura sem6antica se fará, quando possível, estabelecendo certos aspectos semânticos em função de relações distribucionais mensuráveis (cf. particularmente, Harris, 1954, ps. 20-28). Chomsky, em "Estruturas Sintáticas" (Chomsky, 1957, b), não pensa diferente. "É impossível, evidentemente, provar que noções semânticas não têm nenhuma utilidade em gramática, da mesma forma que é impossível provar a não pertinência de todo outro conjunto de noções dado. Mas o estudo de tais sugestões conduz, parece, invariavelmente à conclusão de que somente uma base puramente formal pode oferecer apoio seguro e fecundo para a elaboração de uma teoria gramatical". Essa base puramente 'formal' se concebe tomando "formal" em dois sentidos, que Chomsky, no trecho considerado, confunde e assimila: contraposto à noção de "intuitivo", "não explícito", mas também contraposto às noções de caráter semântico. Veja-se por exemplo, a passagem: "Essas correspondências (entre "traços semânticos e formais") devem ser estudadas no quadro de uma teoria mais geral que compreendesse, como subpartes componentes, uma teoria da forma linguística e uma teoria da utilização da linguagem" ... "Tendo determinado a estrutura sintática da língua, poderemos estudar o modo pelo qual essa estrutura se utiliza no funcionamento real da língua" ... "Em outros termos, nós gostaríamos que o quadro sintático da língua, isolado e esclarecido pela gramática, pudesse servir de base à descrição semântica, e naturalmente apreciaríamos mais que uma teoria da estrutura formal que conduzissem à construção de gramáticas, satisfizessem mais completamente essa exigência. A estrutura sintagmática e a estrutura transformacional parecem fornecer os principais mecanismos que oferece a língua para exprimir e organizar o conteúdo" (obra citada, ps. 111-112). Nós grifamos. Na crítica à noção de "sentido estrutural" Chomsky vai mais longe, na direção do distribucionalismo, recusando-se a aceitar que qualquer tipo de "relação semântica" possa presidir à determinação de categorias contextuais. "Em geral", diz ele quando distribuímos uma "sequência de morfemas" em uma sequência de posições (de "brancos") estruturais disponíveis, "limitamos a escolha dos elementos que podem inserir-se nelas, para formar uma frase gramatical. As diferenças, quaisquer sejam, entre os morfemas, no que respeita a essa propriedade, se explicam melhor por meio de noções gramaticais, como produtividade, liberdade de combinação, extensão da classe de substituição, do que por meio de qualquer traço presumido de significação" (p.115, na obra citada).

argumentos de natureza empírica, nem sempre 'linguística', como os derivados de observações de caráter genético, relativas ao processo de aprendizagem da língua ou de processos cognitivos em geral (cf. Chomsky, 1965, p. 32; Chomsky, 1976, caps. I e II).

O componente sintático é um sistema universal de regras operando sobre símbolos de um vocabulário universal, destinado a engendrar um conjunto infinito de objetos formais abstratos – isto é, representações da estrutura sintática das orações. Como componente central, deve conter informações suficientes para que os objetos formais venham a ser interpretados em termos de dois sistemas de representação independentes da linguagem: o sistema de representação fonética e o sistema de representação semântica[2]. No componente sintático se definem as propriedades formais das orações; as sequências de símbolos engendrados por ele não se confundem com as sequências sonoras efetivamente produzidas, descritas na representação fonética, nem se confundem com "traduções" regularizadas, em linguagem mediadora, do conteúdo semântico, às quais, como no caso das representações fonéticas, se chega mediante regras de intepretação (cf., na introdução, p.26, nota 22; p.29, nota 28; nota 33). Estas associam tais sequências de objetos abstratos a uma sequência de matrizes fonológicas, por um lado, e por outro à forma lógico-sem6antica correspondente à oração descrita.

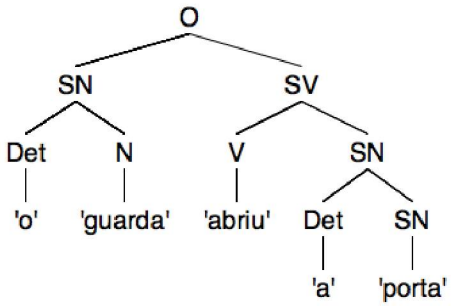
O componente sintático compreende um subcomponente categorial, um subcomponente lexical e um subcomponente transformacional. As regras do componente categorial analisam a oração na forma de sequências abstratas, chamadas "indicadores sintagmáticos" (frase markers), que exibem a estrutura da oração em termos de constituintes imediatos, cada um deles associado a um símbolo categorial. Tais indicadores se representam na forma de um grafo em 'árvore' ou como sequências parentetizadas, descrevendo uma análise em etapas sucessivas, em que cada uma delas pressupõe a seguinte e é pressuposta pela anterior. A 'raiz' da 'árvore' é rotulada com o símbolo categorial de 'oração' e os nós com os símbolos categoriais correspondentes à categoria das subsequências em que a oração se decompõe. Por exemplo (que se devem considerar mais minuciosamente as regras do componente sintático em 1.1), a oração (1) pode ser associada ao grafo (2), que a sequência parentetizada em (3) reproduz:

(1) O guarda abriu a porta

---

[2] Em termos linguísticos, o sistema sintático é, pois, suficiente e autônomo; o sistema de representação fonológica se caracteriza independentemente sobre um conjunto de traços categoriais perceptivos (definidos acústica ou fisiologicamente em uma teoria fonética). Lembre-se aqui a "substância da expressão" em Hjelmslev (1953). O sistema semântico se caracterizaria como um sistema de referências em que se organiza a prática do homem sobre o mundo: o seu pensamento e sua forma de atuação linguística. Lembra-se, agora, a "substância do conteúdo" em Hjelmslev. Ao componente sintático caberia o papel de um cálculo da "função semiótica" no sentido que dá a esta expressão Hjelmslev. Na terminologia que emprega (cf. adiante, segunda parte, 2.3.1) a função semiótica deve determinar os 'functivos', que contratam a função, como dois sistemas – a forma da expressão e a forma do conteúdo. Essas comparações não vão, sem o risco de uma deslocação dos termos de seus contextos teóricos. Acreditamos, porém, poder aproximar assim um aspecto fundamental das duas concepções.
Chomsky reconhece sempre (1968, 1972) que enquanto o sistema de representação fonética já se delineia claramente em propostas como a do cap. 7 de Chomsky e Halle (1968), no "domínio da representação semântica encontram-se problemas de fato e de princípio, a que mal começamos a aproximar-nos", "não encontrando" ele "nenhuma teoria da representação semântica razoável, concreta e bem definida de que se possa servir" (1968-1972, p.9-10)

(2)



(3) $(_{O}(_{SN}(_{Det}o)(_{N}guarda))(_{SV}(_{V}(abriu)(_{SN}(_{Det}a)(_{N}porta))))$[3]

Uma das formas apropriadas de engendrar essas estruturas é um sistema de regras de reescritura, da forma A → Z, que se interpreta como dizendo que a categoria A se reescreve na sequência de símbolos Z. Uma primeira regra, por exemplo, seria O → SN SV, com que se estabeleceria a primeira análise de o em (2). Entre as categorias poderemos distinguir as categorias "sintagmáticas", que se associam a subsequências complexas como O, SN, SV e as categorias "lexicais" que se associam a subsequências simples como N, V, Det (em (2) e (3)). Os símbolos categoriais se interpretam, normalmente, como 'categorias gramaticais' que se referem a uma concepção morfológica e distribucional da gramática. Assim, em (2), pode-se ler "O" = oração, "SN" = sintagma nominal, "V" = verbo, e acrescentar-se outras como 'artigo', 'adjetivo', 'advérbio', 'preposição' etc.

O léxico consiste na enumeração dos itens lexicais, que pertencem às categorias lexicais, com suas propriedades fonológicas, semânticas, sintáticas. Nas mais atuais versões (cf. Halle, 1973; Jackendoff, 1975), no léxico se incluem regras de formação das palavras que, a partir de um inventário inicial de morfemas, delimitam a classe dos itens lexicais (o léxico atual) e expressam suas propriedades gerais (Chomsky, 1976, p.81). Essas propriedades gerais e relações entre itens lexicais permitem relacionar orações em que se inserem, reduzindo as tarefas do componente transformacional nas versões anteriores, e expressando generalizações linguísticas. Esses itens lexicais se introduzem nos indicadores sintagmáticos mediante "transformações" condicionadas à correspondência das propriedades do item substituto às propriedades indicadas nos indicadores sintagmáticos para a subestrutura substituída e a certas restrições à coocorrência do item substituto com outros na sequência. Na versão do Aspects (Chomsky, 1965) as categorias lexicais se reescreviam em símbolos complexos onde essas propriedades e restrições contextuais se expressavam limitando as possibilidades de substituição lexical. Evitava-se assim o engendramento de orações como – "a porta abriu o guarda" – ou a famosa – "colorless green sleep furiously". A partir de um estudo crítica de McCawley (cf. McCawley, 1968 a, 1968 b, 1968 c), têm muitos aceito que tais restrições se devem tratar no componente semântico, eliminando-se do componente categorial os símbolos complexos introduzidos por Chomsky. Jackendoff, por exemplo, admite a inserção dos itens lexicais livremente, sob a única condição de correspondência às propriedades categoriais e sintáticas de subestrutura que substituem (1972, p.21). As orações acima receberiam uma descrição estrutural sintática correspondente (se

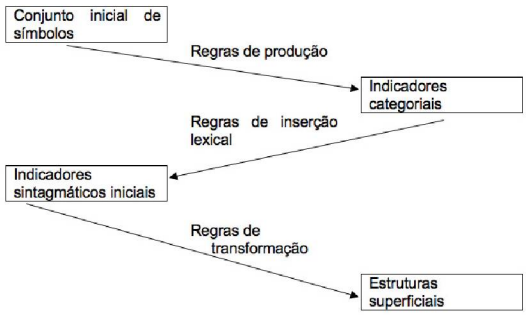
[3] A análise se apresenta como ilustração provisória. Não se discute aqui a adequação ou inadequação dela e das categorias atribuídas aos constituintes. Trata-se, aliás, de uma análise extremamente simplificada.

considerariam 'bem formadas' sintaticamente), tratando-se no componente semântico sua anomalia.

Os indicadores sintagmáticos engendrados no componente categorial, depois de completada a inserção de todos os itens lexicais, forneceriam os atualmente chamados "indicadores sintagmáticos iniciais" (initial frase markers). O componente categorial e o componente lexical formam juntos o componente de base da gramática[4]. Os indicadores sintagmáticos iniciais servem de entrada ao componente transformacional da gramática. As transformações se destinam a projetar esses indicadores iniciais sobre outros, em que se introduz uma modificação mínima (com a introdução de um elemento, a eliminação de um constituinte, a permutação de um constituinte por outro na ordem sequencial). Uma transformação depende de dois tipos de condições: a primeira, específica de uma dada transformação, estabelecendo-se a configuração categorial da sequência que autoriza sua aplicação; a segunda, na forma de condições restritivas gerais que limitam o número das transformações possíveis. Estas condições restritivas têm importância capital na gramática gerativa e transformacional, por razões que se exporão melhor em 2.1, nesta primeira parte.

O processo da formação e transformação descrito até aqui, pode representar-se esquematicamente como em:

(4)

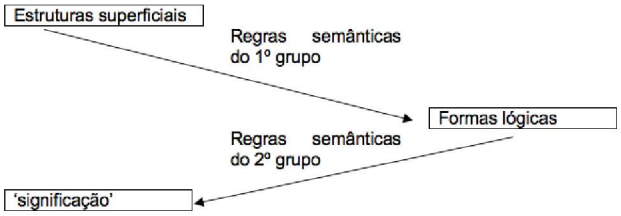


[4] Recentemente (Chomsky, 1976, ps.81 e sgs.), Chomsky abandona a designação de "estruturas profundas" para os indicadores sintagmáticos iniciais. Esse nome correspondia à caracterização desse nível da descrição estrutural em termos de duas propriedades; sua função sintática, como base inicial para as transformações não-lexicais (isto é, não responsáveis pela inserção lexical) e sua função semântica, como base para a interpretação semântica das estruturas sintáticas. Mais tarde se postulou que a estrutura profunda era a única relevante para essa interpretação enquanto as estruturas superficiais determinavam completamente a interpretação fonética. (Chomsky, 1865; Katz e Postal, 1964). Logo observou-se a dificuldade de manter essa hipótese mais forte (Chomsky, 1968; Dougherty, 1969; Jackendoff, 1969; Hall-Partee, 1971, entre outros) problema que se coloca no centro do debate entre semântica interpretativa da teoria chomskiana e a semântica gerativa (Katz, 1970). Chomsky desenvolve, como extensão da teoria padrão do Aspects, uma nova teoria, em que as estruturas profundas, em plano muito mais abstrato, definem relações fundamentais para a interpretação semântica, mas não contém todas as informações necessárias para ela. O emprego das transformações, em condições bem restritas, pode introduzir modificações na significação da oração, na medida em que instauram novas informações pertinentes para a interpretação semântica ao nível das estruturas superficiais (Chomsky, 1968). Finalmente, na formulação atual de sua gramática (Chomsky, 1976) sugere que toda informação sem6antica é determinada por uma espécie de estrutura superficial 'enriquecida'. Para evitar confusões com a noção anterior de estrutura profunda (se viesse a defini-la de outro modo, excluindo sua função semântica) e também para fugir às confusões introduzidas por outros autores (usando-a como "gramática", ou "gramática universal", ou como "propriedades abstratas das regras" ou em outros modos confusos), Chomsky prefere abandonar o termo já excessivamente conotado e cheio de riscos de mal-entendidos.

As estruturas superficiais se converterão, mediante a aplicação de regras de interpretação semântica, nas formas lógicas correspondentes às orações a que se associam. Essas regras serão de vários tipos (e terão várias funções), embora estejam longe de formular-se de modo satisfatório e explícito em Chomsky e seus seguidores, no interior da gramática gerativa assim descrita de modo geral. Em primeiro lugar, essas regras deverão interpretar as relações sintáticas (definidas a partir de informações trazidas dos indicadores sintagmáticos iniciais) em termos de relações semânticas; essa primeira interpretação deverá possibilitar a determinação dos 'papéis' semânticos (a que Chomsky chama "funções temáticas", acompanhando Gruber, 1965; Jackendoff, 1972) e que as gramáticas de 'casos' colocam na base de sua descrição; essas regras deverão ainda, interrogando sobretudo os índices na estrutura superficial, estabelecer as condições da anáfora, o escopo dos quantificadores, operadores modais, o foco e a pressuposição (Chomsky, 1963, 1976; Jackendoff, 1971, 1972, Dougherty, 1969). Chomsky (1976, p. 104-105) agrupa tais regras em um primeiro grupo, que constitui, com o componente sintático, a "gramática da oração" (sentence grammar). Enfim, devem considerar-se as regras que relacionam a descrição estrutural da oração, construída pela aplicação sistemática de todos os tipos de regras anteriores, a outras "estruturas cognitivas", oferecendo uma completa descrição do sentido da oração. Como observamos, está longe de ficar claro o procedimento a adotar-se na definição dessas regras semânticas, a forma pela qual devem interpretar os índices estruturais na representação sintática, a definição dessas "outras estruturas cognitivas" etc. E não dispomos de uma teoria, no interior dos trabalhos da gramática gerativa e transformacional, que satisfaça, de modo razoável e interessante, essas exigências e responda a essas questões.

Completemos esquematicamente o diagrama em (4):

(5)



Desse quadro generalíssimo, destacaremos em diferentes momentos deste trabalho os pontos que merecem (do ponto de vista parcial de nossos propósitos) detalhamento e maior esforço crítico.

1.1. Componente de base na gramática gerativa

Chomsky considera cuidadosamente em várias passagens de sua obra, as diferentes e múltiplas informações que a tradição linguística e linguistas contemporâneos oferecem para a descrição estrutural das línguas naturais (Chomsky, 1965, 1966 a, 1970). Detém-se particularmente sobre algumas delas:

(6)

a) As noções que fundam uma prática de análise linguística em que a descrição da oração se faz pela sua decomposição em constituintes e constituintes desses constituintes, até aos elementos considerados mínimos do ponto de vista gramatical (análise em constituintes imediatos),

cada um deles associado a uma categoria gramatical, definida sob critérios morfológicos e distribucionais; as categorias 'lexicais' associadas a esses últimos elementos derivados no processo de análise, induzem uma partição do léxico em classes de palavras (ou classes de morfemas) correspondendo às chamadas 'partes do discurso' e às chamadas "categorias gramaticais" (propriamente ditas) da tradição gramatical, como 'número', 'gênero', 'tempo', etc[5]. Essa análise tem permitido isolar certas noções que se tem utilizado em modelos de síntese (por exemplo, o de Harris, 1968, 1976), como as noções de 'construção endocêntrica' e 'construção exocêntrica' (Bloomfield, 1933, 183-186), ou as de 'construção', 'expansão', 'modelo' (Wells, 1954, ps.61-64), e muitas outras;

b) A noção de dependência (autonomia, interdependência_ que descreve as orações dando ênfase às relações que se estabelecem entre os seus constituintes, caracterizando-os pelos 'papéis' (funções sintáticas) que desempenham nessa estrutura (como 'sujeito', 'predicado', 'adjunto', etc.); na gramática tradicional, essa análise se associa a uma análise em termos de categorias gramaticais, realizadas ambas por critérios independentes; assim, também, aparece associada em descrições estruturais mais recentes, como as de Tesnière (1959) ou as da tagmêmica (Pike);
c) As noções que se empregam para descrever a oração como um reflexo da organização da experiência, como um processo e seus participantes, em circunstâncias do sistema espaço-temporal em que se desenvolve (o pequeno drama da oração e seus actantes); determinam-se como na análise precedente 'papéis' definidos por essas relações, como 'agente', 'paciente', 'beneficiário', 'lugar', 'tempo', etc. que se associam muitas vezes às 'funções' sintáticas (ou mesmo as definem; outras vezes se associam à estrutura categorial dos constituintes (como no modelo gramatical de Fillmore, 1968, e outras gramáticas de caso)'a estrutura assim definida, nos modelos gramaticais, se abstrai dessas relações circunstanciais e se estende analogicamente a outras situações e esquemas abstratos (Anderson, 1971; Gruber, 1965).
d) Finalmente, noções lógicas como as de 'função proposicional', 'função' (predicado) e 'argumentos', 'funtor' e 'argumentos' que se utilizam para descrever a oração como um reflexo de sua forma lógica, utilizando-se para tanto notações desenvolvidas (em primeiro plano) para fins de análise lógica dos enunciados (como a do cálculo dos predicados ou a notação categorial de Adjukiewicz).

Em relação a (6) d., lembremos somente a discussão proposta na introdução desta tese, ps. 25-26, em que Chomsky se lê insistindo em distinguir os propósitos com que se construiu o formalismo lógico dos objetivos da descrição da estrutura gramatical. As informações indicadas em (6) c., do ponto de vista sintático em que Chomsky se coloca, deve-se compreender que se deixam às regras semânticas de interpretação. (Chomsky, 1968, p.22-23; 1970, ps.193-200), seja utilizando para tanto as relações sintáticas definidas no componente categorial (Ruwet, 1972, p. 147 e sgs.), seja mediante regras contextuais na descrição dos itens lexicais (dos verbos em

[5] Não fugimos aqui à ambiguidade com que se emprega na tradição gramatical a locução "categorias gramaticais". Em um sentido ela se refere às "classes de palavras" ou "partes do discurso"(nome, verbo, etc.); em outro, de modo mais apropriado na gramática que se serve de critérios morfológicos, como referindo-se às categorias flexionais tradicionais (como 'número', 'gênero', 'pessoa', 'tempo', 'modo', 'aspecto', etc.) que de fato se tomaram como traços categoriais distintivos para a classificação das partes do discurso. (Cf. por exemplo, Vendryes, 1915-1923, p.106 e sgs.). Lyons distingue as categorias gramaticais 'primárias' (partes do discurso). Das categorias gramaticais 'secundárias' (categorias flexionais) (Lyons, 1968, p.212).

particular) (Jackendoff, 1972, ps. 26-46). Melhor se compreenderão as consequências e a adequação dessa opção ao compará-la às de Fillmore, Anderson, Matthews, e outros, no estudo das gramáticas de casos em 2.2 adiante. A necessidade de incorporar essas informações em algum ponto da gramática é, no entanto, inteiramente reconhecida por Chomsky. No quadro da gramática gerativa Gruber e Jackendoff desenvolvem extensamente esse tema.

Quanto às informações de (6) b., Chomsky as faz corresponder às relações gramaticais fundamentais a se definirem no componente de base, como o meio mais econômico e interessante para estabelecer as informações sintáticas abstratas requeridas pelas regras de projeção que construirão a interpretação semântica das orações (cf. Katz, 1972, p. 112; Chomsky, 1965, ps. 99 e 220). Como relações sintáticas, porém, hão de ser elas definidas derivativamente, a partir da disposição relativa das categorias gramaticais, como predominantemente se fez na gramática tradicional. Chomsky se dispensa, evitando redundâncias inúteis, de indicar diretamente na estrutura gramatical os 'papéis' sintáticos (funções gramaticais) dos constituintes. Como essas funções se definem nos indicadores sintagmáticos de base, nem sempre elas corresponderão às que se definem considerando aspectos da estrutura superficial e a distribuição das categorias nessa estrutura. Na teoria padrão (Chomsky, 1965) se distinguem, mesmo, as funções ao nível da estrutura profunda e as funções superficiais (sujeito profundo de uma oração ativa e passiva, que é o mesmo, enquanto o agente e o paciente se alternam nessa posição nas estruturas superficiais correspondentes, por exemplo).

Toma, pois, Chomsky como noção intuitiva que lhe sirva de ponto de partida para o tratamento formal das orações, isto é, para engendra-las em um sistema explícito de regras, a noção de categoria gramatical, e como prática subjacente de análise, uma análise em constituintes imediatos, mantendo neste aspecto a tradição estruturalista americana que concebe a descrição estrutural das orações como resultando de um processo de análise e classificação. A representação formal conterá informações sobre:

(7)

a) O processo pelo qual se segmentam as orações em constituintes, relacionados na oração ou nos sintagmas que os contém, até às unidades mínimas com valor gramatical;
b) As categorias e subcategorias gramaticais que sirvam à classificação das sub-sequências assim obtidas, incluindo a oração, os sintagmas complexos (categorias sintagmáticas), os elementos das sequências terminais (categorias lexicais), inclusive aqueles que indiquem certos traços associados aos elementos lexicais (morfemas flexionais) que Chomsky classifica como formantes gramaticais;
c) A ordem desses elementos, segundo critérios estruturais, relacionada, porém, à ordem superficial dos constituintes nas estruturas superficiais; talvez se pudesse falar de uma 'ordem básica' dos constituintes na língua considerada na descrição.

Para obedecer à determinação de relevância da descrição estrutural construída com essas informações, a derivação deve ser feita em tias passos e sob tais esquemas que seja possível definir um nível em que se realiza a inserção lexical constituindo os indicadores sintagmáticos iniciais de base onde relações mais abstratas nem sempre expressas nas estruturas superficiais se estabelecem (nível a que se chamou "estrutura profunda"); que se estabeleçam explicitamente as

condições de passagem desse nível às estruturas superficiais e, nestas, as condições necessárias à interpretação fonética e à interpretação semântica.

Comecemos pelo componente de base, para verificar um pouco mais minuciosamente, embora ainda em resumo estreito, o mecanismo formal que Chomsky utiliza para engendrar tais descrições estruturais, apresentando todas essas informações e atendendo a essas exigências.

1.1.1

Como vimos na introdução deste parágrafo, o componente sintático atende a suas várias funções em três subcomponentes: o componente categorial, o léxico, o componente transformacional.

O componente categorial consiste em um sistema de regras de reescritura que operam sobre cadeias de símbolos de um vocabulário dado. Cada regra opera sobre uma cadeia bem determinada e substitui um e um só símbolo por outra (não nula), diferente do símbolo substituído. As regras têm a forma

(8) $A \rightarrow Z$

Que se interpreta como expressando que a categoria A se realiza na sequência de símbolos Z, convertendo uma sequência XAY (X e Y podendo ser nulos) em uma sequência XZY. Tais regras se empregam em uma ordem determinada (são ordenadas linearmente): a aplicação, uma de cada vez e na sua ordem, dessas regras a uma sequência inicial W e às sequências sucessivas derivadas até a obtenção de uma sequência terminal V, constitui uma 'derivação-W de V'. V é uma sequência terminal quando é formada somente de símbolos terminais de modo que nenhuma regra de reescritura possa ser aplicada.

No vocabulário de base, um subconjunto de símbolos (símbolos categoriais) se interpreta como um conjunto de categorias gramaticais (sintagmáticas e lexicais) como $O, SN, SV, N, V, A, \ldots$ correspondendo, por exemplo, a 'oração', 'sintagma nominal', 'sintagma verbal', 'nome', 'verbo', 'adjetivo', respectivamente. O subconjunto de símbolos terminais é constituído de "formantes gramaticais" – em termos como 'presente', 'passado', ... 'possessivo', ... 'de', 'em', ... correspondendo ao que se chamava na gramática tradicional de 'categorias flexionais' ou mesmo 'categorias gramaticais (propriamente ditas)' (cf. nota 5, logo acima) e de um 'símbolo lexical' – um 'símbolo postiço' – "Δ", que corresponde às posições a serem ocupadas pelos elementos lexicais. "Δ" é, pois, um símbolo determinado em que se reescreve toda categoria lexical. Desse modo, uma sequência terminal V de uma 'derivação-W' qualquer se compõe exclusivamente de 'formantes gramaticais' e de várias ocorr6encias de "Δ". Indicaremos as ocorrências desse 'símbolo postiço' como um par ordenado (Δ, i), onde "i" designa a posição relativa da ocorrência terminal, sendo $i = 1, 2, 3, \ldots$

Para que nos sirva de exemplo em outras passagens, suponhamos um pequeno fragmento de um componente categorial, oferecido aqui ainda na forma em que propões Chomsky no Aspects (Chomsky, 1965, ps. 107-107) tal como vem sendo ainda utilizado em muitas exposições, embora tenhamos que adiante considerar as

profundas modificações resultantes dos reestudos recentes do componente categorial e suas regras[6]:

(9)

a) $O \rightarrow SN\ SV$

b) $SN \rightarrow (Det)\ N \left\{ \begin{matrix} (O) \\ (SP) \end{matrix} \right\}$

---

[6] As inúmeras sugestões da literatura com relação às regras do componente categorial estão por merecer uma 'consolidação', como a que se faz com os decretos e leis dispersos de quando em quando. Em geral se sugerem modificações em virtude de exemplos particulares analisados, buscando simplificações e generalizações 'localizadas', sem que se tenha de novo voltado ao interesse para a formulação do sistema global de regras e verificar no seu interior a conveniência e adequação das regras isoladas que se formulam para esses casos específicos. As inúmeras alterações que se deveriam propor nas regras que sugerimos como ilustração não modificam, no entanto, a natureza e forma geral delas, processos de definição de relações, funções que exercem por isso, tal como estão, servirão a nossos propósitos imediatos.

Do fragmento de gramática do Aspects guardamos somente o fundamental, evitando reproduzir certas regras extremamente problemáticas e claramente apontadas como inadequadas (como no caso das regras que introduzem categorias como Tempo, Direção, Lugar, Frequência, ... que deveremos ainda discutir). Introduzimos pequenas modificações para aproximar a versão das regras de estudos posteriores de Chomsky. Assim a reescritura de Aux a partir de SV, ou a regra de reescritura de AS em que se inclui a categoria Espec. Buscamos reproduzir, nessa notação comum, a analogia que Chomsky estabelece (Chomsky, 1967b) entre as estruturas dos sintagmas que dominam as três categorias lexicais N, V, A (nome, verbo, adjetivo), e em que os determinantes do nome, os morfemas auxiliares do verbo e certos especificadores dos adjetivos se colocam uns pelos outros nas respectivas estruturas sintagmáticas.

Como sabemos, Chomsky, em seu estudo sobre as 'nominalizações' procura formular essa analogia mediante esquemas de regras em que introduz uma variável X, valendo para as três categorias, nome, verbo e adjetivo. Para indicar os símbolos das categorias sintagmáticas que dominam essas categorias lexicais, adota Chomsky o índice de uma barrinha horizontal sobre o símbolo destas, na forma

Chomsky apresenta os seguintes esquemas iniciais de regras:

i) $\bar{X} \rightarrow \cdots x \ldots$

ii) $\bar{\bar{X}} \rightarrow (Espec., \bar{x})\bar{x}$

Atribuindo-se a X os seus valores podemos fazer corresponder:

$\bar{\bar{x}}$ *aos sintagmas* SN, SV, SA;

$\bar{X}$ *aos sintagmas dominados por esses, digamos* GN, GV, GA $(grupos\ nominais, grupos\ verbais, grupos\ adjetivos)$;

$\bar{x}$ *às categorias lexicais* N, V, A;

$(Espec., \bar{X})$ aos especificadores do nome, do verbo, do adjetivo, respectivamente aos determinantes (artigos e outros), os auxiliares (morfemas flexionais do verbo e outros), certos advérbios de intensidade (que se utilizam na estrutura de grau como o superlativo e o comparativo). Representemos num grafo o esquema de analogia dos tr6es sintagmas considerados (que podem conter regras recursivas):

Tal esquema se estende, em algumas análises à categoria da oração estendendo a ela a analogia estrutural de seus tr6es principais constituintes.

(Cf. para os problemas indicados nesta nota, Chomsky, 1967b, ps. 103 e sgs., particularmente, ps. 121-131; Chomsky, 1967, ps. 13-14 e Chomsky, 1976, p. 88-